

PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Dóris Firmino Rabelo
Josevânia da Silva
Nara Maria Forte Diogo
(Organizadoras)



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz (*Reitora*)

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca (*Vice-Reitora*)



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa (*Diretor*)

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (*UEPB*)

Alberto Soares de Melo (*UEPB*)

Antonio Roberto Faustino da Costa (*UEPB*)

José Etham de Lucena Barbosa (*UEPB*)

José Luciano Albino Barbosa (*UEPB*)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (*UEPB*)

Patrícia Cristina de Aragão (*UEPB*)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral (*Design Gráfico e Editoração*)

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes (*Design Gráfico e Editoração*)

Leonardo Ramos Araujo (*Design Gráfico e Editoração*)

Elizete Amaral de Medeiros (*Revisão Linguística*)

Antonio de Brito Freire (*Revisão Linguística*)

Danielle Correia Gomes (*Divulgação*)

Efigênio Moura (*Comunicação*)

Carlos Alberto Araújo Nacre (*Assessoria Técnica*)

Thaise Cabral Arruda (*Assessoria Técnica*)

Walter Vasconcelos (*Assessoria Técnica*)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Dóris Firmino Rabelo
Josevânia da Silva
Nara Maria Forte Diogo
(*Organizadoras*)

**PSICOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO HUMANO
NO CONTEXTO BRASILEIRO**



Campina Grande - PB | 2023

Comitê Científico de Pareceristas Ad Hoc

Edil Ferreira da Silva - UEPB

Victor Aurélio Santana Nascimento - UFRB

Michael Augusto Souza de Lima - UNIPE

João Batista de Albuquerque Figueiredo - UFC

Luciana Maria Maia Viana - UNIFOR

Ângelo Brandelli Costa - PUCRS

Lília Lêda Chaves Cavalcante - UFPA

Renata Meira Vêras - UFBA

Veriana Fátima Rodrigues Colaço - UFC

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

P974 Psicologia e desenvolvimento humano no contexto brasileiro / organização, Dôris Firmino Rabelo, Josevânia da Silva e Nara Maria Forte Diogo. – Campina Grande : EDUEPB, 2023.
314 p. : il. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-85-7879-814-7 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-815-4 (E-book)

1. Desenvolvimento humano. 2. Psicologia. 3. Políticas sociais. I. Título.

21. ed. CDD 150

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

PREFÁCIO

Caros(as) Leitores(as),

O livro que vocês têm em mãos, organizado pelas professoras Dóris Firmino Rabelo, Josevânia da Silva e Nara Forte Diogo, trata-se de uma importantíssima contribuição para os estudos sobre o desenvolvimento humano no contexto brasileiro. As/os autoras/es abordam o tema de modo amplo, contextualizado e crítico, sendo um respiro para os tempos que vivemos.

Somos testemunhas históricas da ascensão do chamado neo-conservadorismo, do autoritarismo e de ideias fascistas. Tempos de fratura de uma jovem e frágil democracia, colapsada, que nunca se consolidou de fato no nosso país. Todo esse cenário, como sabemos, tem sido agravado imensamente pela pandemia do novo coronavírus. O capitalismo, combinado à perversidade do racismo e machismo estruturais, deixou grupos sociais em desvantagem no combate à doença que atingiu, e continua atingindo, no mundo todo, sobretudo as pessoas em condições de vulnerabilidade, a população negra e indígena e as mulheres trabalhadoras.

Naomi Klein e Angela Davis, no início da crise, chamaram a atenção para um mundo rompido e para a imprescindibilidade de reconhecer a pandemia como uma emergência. Muitas das pessoas no foco da crise de COVID 19 são mulheres negras, pobres, trans*, moradoras do sul global.

Num cenário de crise e emergência, é preciso estar atentas e enfrentar as violações de direitos humanos que se acentuam, mas além disso, é preciso que se enfrente um projeto necropolítico, que no tempo presente, atinge seu ápice quando falamos em mais de 600

mil mortos no país e quais os grupos populacionais que têm sido mais atingidos pelas consequências da má gestão intencional da pandemia. Além disso, no ódio gerenciando a política, arrefeceram-se as violências contra o público LGBTQIA+, negros e negras, mulheres, e populações indígenas. E o que a Psicologia tem a ver com isso?

Sabemos que, historicamente, a Psicologia como ciência e profissão esteve a serviço da adaptação e ajustamento de pessoas a um sistema que as oprime, exclui, explora e mata. Uma sociabilidade que afirma direitos humanos, mas que os torna irrealizáveis. Uma máquina necrocapitalista de triturar gente, que impede que as pessoas se realizem como sujeitos e sujeitas.

Acreditamos que é preciso uma Psicologia que subverta essa lógica elitista histórica. Colocar outros autores e autoras nos nossos currículos que pensam os problemas reais da classe que vive do trabalho, compreendida não de forma abstrata, mas em toda a sua diversidade. Isso já vem sendo dito há algum tempo, por autores como Martin Baró, que em sua obra “O papel do psicólogo” já reivindicava uma Psicologia que dialogasse com os problemas concretos do povo latino-americano.

Muito ainda há por ser construído por autores(as) e brasileiros (a) que contribuam para uma leitura crítica dos processos de desenvolvimento e subjetivação, que são indissociados da realidade material. Por isso, o livro que vocês têm em mãos traz uma contribuição inestimável à Psicologia brasileira.

O livro é composto por 11 instigantes capítulos que se debruçam sobre diferentes contextos e condições de desenvolvimento humano. Os(as) autores (as) apresentam, nesta obra, reflexões teóricas importantíssimas, em consonância com as demandas mais prioritárias e atuais da sociedade brasileira. Além disso, traz questões fundamentais e sugestões de materiais complementares que ajudam a aprofundar as temáticas apresentadas.

No capítulo intitulado “Giro periférico das infâncias”, Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa, Nara Maria Forte Diogo, João Paulo Pereira

Barros e Georgia Bezerra Gomes trazem contribuições teórico-metodológicas sobre crianças e suas vivências em contextos urbanos periféricos. Discute-se, neste capítulo, a categoria geracional da infância aliada a três giros que se interrelacionam e se apresentam como um deslocamento ético-político: discursivo, decolonial e territorial.

Partindo dos referenciais da Psicologia Social e do Desenvolvimento, em “Implicações Psicossociais da Pobreza no Desenvolvimento Infantil”, James Ferreira Moura Junior, Nathalia Medeiros Mesquita e Juliana Fernandes Eloi trazem uma importante reflexão sobre o desenvolvimento infantil e as implicações psicossociais da pobreza, compreendida em múltiplas dimensões.

Em “Famílias por Adoção no Contexto da Diversidade Sexual e de Gênero e o Desenvolvimento Infantil”, Elder Cerqueira-Santos e Baruc Correia Fontes buscam delinear um panorama sobre estudos que relacionem o desenvolvimento infantil e diferentes arranjos familiares.

Dois outros capítulos se debruçam, ainda, sobre relações conjugais e a não-heteronormatividade: “Conjugalidade e Parentalidade de Homens Gays, de Evair Mendes da Silva Sousa e Ludgleydson Fernandes de Araújo e “Conjugalidade Lésbica: Resistências às Colonialidades da Sexualidade”, de Juliana Fernandes-Eloi, Renata Castelo Branco Araujo e James Ferreira Moura Junior. Nesses textos, autores/as reúnem um amplo aporte teórico sobre a temática, além de apontar a necessidade de que sejam trabalhados os estigmas sociais e a efetividade de políticas públicas que garantam os direitos igualitários aos casais e às famílias não-heteronormativas. O segundo texto apresenta, ainda, um estudo de caso clínico de uma mulher lésbica, negra, idosa e seu processo psicoterapêutico que desvela diversos estigmas e barreiras impostas pelas marcas da colonialidade.

Em “Conjugalidade, Parentalidade e Avosidade: uma Abordagem Interseccional”, de Dóris Firmino Rabelo, Paula Kleize Costa Sales e Ana Flávia Soares Conceição, as autoras trazem uma importantíssima abordagem interseccional sobre a conjugalidade, a parentalidade e

avosidade, lançando luz sobre as contradições e ambivalências presentes no cotidiano doméstico e familiar.

Victor Aurélio Santana Nascimento, em “A Prioridade Ontológica Econômica e o Desenvolvimento Humano em Marx”, faz uso da tradição do pensamento marxista para discutir os fundamentos ontológicos sobre desenvolvimento humano. Partindo dessa perspectiva, discute as políticas de austeridade adotadas no país e os obstáculos impostos ao desenvolvimento humano no atual contexto brasileiro.

Em “As Implicações do Mundo do Trabalho no Desenvolvimento Humano e Social e as Clínicas do Trabalho como Ferramentas de Intervenção”, Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro, Nayana Rios Nunes da Silva, Quitéria Alves Melo discutem os diversos impactos do mundo do trabalho sob a égide do capitalismo sobre o desenvolvimento humano, buscando nas Clínicas do trabalho estratégias importantes para a área da saúde do trabalhador.

A discussão sobre trabalho e desenvolvimento humano também está presente no capítulo “Aposentadoria: Preparação, Vivência e seus Desdobramentos na Atualidade”, em que Raquel Pereira Belo propõe uma discussão sobre essa relação ao longo das diferentes fases do desenvolvimento, chegando ao momento de encerramento desse ciclo, a aposentadoria e suas especificidades.

Por fim, em “Povos Originários, Envelhecimento e Psicologia: Ancestralidades Presentes”, de Nara Maria Forte Diogo entre outros, fazem um relato de experiências junto aos povos originários do Ceará, sobre envelhecimento a partir de suas cosmovisões e práticas específicas.

Há mais de uma década, questionávamo-nos sobre os novos quixotes da Psicologia, aqueles que atuavam na fronteira da exclusão, com enorme boa vontade para promover mudanças na vida das pessoas, mas que reconheciam não ter as ferramentas teórico-metodológicas para lidar com o tsunami que era a desigualdade estrutural no nosso país.

No tempo presente, há muita passividade e muita melancolia, mas há também muitas lutas e mobilizações. Ainda Precisamos dos novos quixotes? Acredito que sim. Que possam sonhar e se mover pela utopia da transformação de outro mundo possível, mas precisamos também da produção de conhecimento crítico, como é a feitura deste livro. Que cada leitor e leitora faça um bom proveito desse texto imprescindível!

Natal (RN), julho de 2022

Ilana Lemos de Paiva

SUMÁRIO

GIRO PERIFÉRICO DAS INFÂNCIAS 15

Érica Atem Goncalves de Araújo Costa

Nara Maria Forte Diogo

João Paulo Pereira Barros

Georgia Bezerra Gomes

IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 41

James Ferreira Moura Junior

Nathalia Medeiros Mesquita

Juliana Fernandes Eloi

FAMÍLIAS POR ADOÇÃO NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL 63

Elder Cerqueira-Santos

Baruc Correia Fontes

CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE DE HOMENS GAYS 87

Evair Mendes da Silva Sousa

Ludgleydson Fernandes de Araújo

CONJUGALIDADE LÉSBICA: RESISTÊNCIAS ÀS COLONIALIDADES DA SEXUALIDADE 111

Juliana Fernandes-Eloi

Renata Castelo Branco Araujo

James Ferreira Moura Junior

**CONJUGALIDADE, PARENTALIDADE E AVOSIDADE:
UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL** 135

Dóris Firmino Rabelo

Paula Kleize Costa Sales

Ana Flávia Soares Conceição

**A PRIORIDADE ONTOLÓGICA ECONÔMICA E O
DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MARX** 163

Victor Aurélio Santana Nascimento

**AS IMPLICAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO
NO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E AS
CLÍNICAS DO TRABALHO COMO FERRAMENTAS DE
INTERVENÇÃO** 209

Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro

Nayana Rios Nunes da Silva

Quitéria Alves Melo

**APOSENTADORIA: PREPARAÇÃO, VIVÊNCIA E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA ATUALIDADE** 239

Raquel Pereira Belo

**POVOS ORIGINÁRIOS, ENVELHECIMENTO E
PSICOLOGIA: ANCESTRALIDADES PRESENTES** 261

Nara Maria Forte Diogo,

Zulmira Áurea Cruz Bomfim,

Francisca Denise Silva Vasconcelos,

Júlio Cledson Oliveira Guedes,

José Itamar Teixeira Barbosa- Tremembé - Córrego João Pereira/Itarema,

Glaubiana Alves/ Jenipapo-kaninde,

Teresinha Pereira da Silva (Teká Potyguara) / Potyguara, Aldeia Mundo

Novo - Monsenhor Tabosa,

Maria Fabiana Martins Lemos - Potyguara/Aldeia Jucás Monsenhor Tabosa,

Maria Eliane da Silva Gomes/ Tabajara, Aldeia Cajueiro Poranga Ceará,

*Ana Karoline Martins Leite,
Larissa da Silva Sousa,
Marta Clarice Nascimento Oliveira,
Joabe Chaves Nascimento,
Ana Beatriz Araújo Santiago e Jessica Queiroz Fontes*

**USO DE INTERNET E REDES SOCIAIS POR PESSOAS
IDOSAS NO ENFRENTAMENTO DA SOLIDÃO** **283**

*Josevânia da Silva
Eldia dos Santos Araújo
Pollyana Ludmilla Batista Pimentel
Andréa Xavier de Albuquerque de Souza
Ana Alayde Werba Saldanha*

SOBRE OS/AS AUTORES/AS **307**

GIRO PERIFÉRICO DAS INFÂNCIAS

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa

Nara Maria Forte Diogo

João Paulo Pereira Barros

Georgia Bezerra Gomes

Este capítulo é fruto de articulações teórico-metodológicas inspiradas no encontro com saberes e insurgências de crianças inseridas em contextos urbanos periféricos. O objetivo da discussão é acionar uma sensibilidade analítica capaz de problematizar a despolitização da experiência geracional e a consequente naturalização da infância como fase descontextualizada do desenvolvimento e objeto de saberes-poderes tidos como “especialistas”, para, a partir daí, insistir em modos dialógicos e, assim, inter(in)ventivos de estar com as crianças. A discussão da infância como categoria geracional produzida historicamente alia-se à apresentação de três giros que se entrelaçam e que inspiram o título do texto: discursivo, decolonial e territorial. O Giro é um movimento de deslocamento ético-estético-político, uma figura de linguagem, que nos serve enquanto afirmativa da potência das formas de viver que escapam à morte e resistem ao silenciamento pelas colonialidades do poder, do saber, do ser e do gênero.

Introdução

Todo encontro é situado e nos interpela, pondo em cena implicações e lugares de enunciação. Assim como nossas escritas podem prolongar essas conversações, fazendo entrecruzar vozes e existências. Consideramos que afirmar essa prerrogativa pode ser um bom começo para este texto, que tem inspiração nos deslocamentos éticos e epistemológicos fundados em nossas vivências e movimentações acadêmicas e políticas. Somos uma pesquisadora negra, duas pesquisadoras brancas e um pesquisador branco. Todos, cis.¹ Pertencemos a grupos de pesquisa e projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará cujos modos de fazer, dizer e sentir são atravessados por questões políticas, afetivas, cognitivas e que vão nos subjetivando, no encontro com modos de existência das populações mais afetadas por políticas de vulnerabilização, ligadas a dinâmicas de opressão.

Especialmente, são crianças brasileiras, nordestinas, pobres, negras, alunas de escolas públicas, aquelas e aqueles com quem estamos insistentemente em diálogo. Para que estejam aqui a interpelar também quem nos lê, recordamos as falas de duas meninas de periferia, Flor e Lua, com quem uma das pesquisadoras realiza atividades de extensão e pesquisa. As duas integram um coletivo intergeracional que se fez no agenciamento periferia-universidade, desde 2019. Esse encontro é nomeado por Flor como um anúncio-festa: “é nós que inventa”, diz ela. Expressão que usa para dizer o que se faz junto na periferia com seus pares e estudantes universitários e que ressoa como enunciado analisador da dimensão discursiva da presença de Flor neste território existencial e de uma linguagem que se faz ouvir em seus diferentes

1 Integramos os seguintes grupos de pesquisa e extensão: Grupo de pesquisa e intervenção em violência, exclusão social e subjetivação (VIESES) e Laboratório de Psicologia Ambiental (LOCUS) da Universidade Federal do Ceará - UFC.

pertencimentos.² Assim como Flor, Lua escreve poesia e inventa uma periferia outra.

Sempre tento dar o meu melhor e ser o meu melhor. E sim, tem vezes que eu vou desanimar, não conseguir tocar uma fala. Mas não desista, faça o seu melhor, improvisa. Não sei se devo me considerar atriz, só sigo sendo feliz pra ser um dia o que eu sempre quis. Dos palcos eu sinto saudade, foi nele que me conheci de verdade. Muitos falam que ser menina de periferia é vergonha. Pena deles porque pra mim é orgulho.

Editar, ser atriz e poeta, aprendi aqui no Bom Jardim. Saudade de uma plateia aplaudindo. Sempre digo que é sensação de dever cumprido.

Às vezes eu fico triste na hora da aula, mas sempre quando saio, saio dando risada. Sobre fazer o que gosto, viver do que é bom, sem nenhuma opinião tóxica.”³

O encontro com essas vozes constituiu um mapa para as questões que nos mobilizam e procuramos mobilizar neste capítulo, pois nelas se exerce uma língua contra-hegemônica, corporificada e a possibilidade de um “conhecer por fragmentos” sem que “tenhamos que

2 Essa fala foi registrada em diários de campo da pesquisa “Cartografia dos modos de participação de crianças em contextos periféricos de Fortaleza-CE” (PIBIC-UFC). Flor e Lua são nomes fictícios.

3 Esta poesia foi escolhida por Lua, na ocasião em que é convidada a participar de live em comemoração aos 31 anos do ECA e realizada pelo Fórum Permanente de ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará – (Fórum DCA). Lua também nos indica onde encontrar sua poesia, quando a pedimos para pensar com ela e escrever este capítulo. Lua recita a poesia no seu canal do YouTube, em 26.05.2021. A transcrição foi autorizada por ela. Assim como no caso da fala de Flor, produções das crianças e adolescentes têm sido incorporadas como corpus da Pesquisa: cartografia dos modos de participação de crianças em contextos periféricos (PIBIC/ UFC, 2020 - 2021).

ouvir tudo o que é dito, que não precisemos 'dominar' ou conquistar a narrativa como um todo", nas palavras de Bell Hooks (2017, p.232). Que insurgências há em falar desse corpo-território e desse lugar enunciativo?

Modos de dizer e narrar trazem marcas tanto da colonialidade do poder como das resistências e invenções. São analisadores das disputas simbólicas e dos imaginários para efetivação de mundos mais justos. A fala de Flor e a poesia de Lua, meninas de periferia, invocam um posicionamento subjetivo que causa ruído às narrativas uníssonas sobre as periferias e as infâncias tidas pela perspectiva da falta e da negatividade. A poesia como agenciamento entre vida e periferia é tempo e espaço de produção de sonhos e aprendizados, atravessados pela arte do teatro, do palco, da fantasia e da potência de ser autora de sua história e que, por isso, não encobre as dores e nem romantiza o pertencimento de quem se subjetiva à margem de uma cidade e sociedade desigual e injusta. A seguir, dados de relatórios, dossiês, pesquisas, levantamentos expressam marcas desse mapa da produção de infâncias desiguais no Brasil e no Sul-global, que Flor e Lua (que nos ligam a tantas outras infâncias) afrontam micro e macropoliticamente cotidianamente.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020) e Fundação Abrinq (2021), o Brasil possui, aproximadamente, 213,9 milhões de habitantes, considerando os dados do último censo realizado. Desse total, a estimativa em 2019 era de que aproximadamente 69,8 milhões são crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade. A região com maior concentração de crianças, proporcionalmente, é a região Norte, com representatividade de 41,6% da população. O Sudeste tem o maior quantitativo nessa faixa etária, somando 26.640.389 milhões de crianças e adolescentes. Na região Nordeste, elas representam 36,3% da população da região, destas quase 10% são negras. Contudo, cabe a ressalva que as estimativas supracitadas podem não mais condizer com a situação real do país, pela falta de um censo mais atualizado.

De acordo com a 8ª edição do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021), no que se refere às questões

de moradia, na faixa de 0 a 14 anos, existem no país 9,1 milhões de crianças e adolescentes que vivem em situação domiciliar de extrema pobreza e 9,7 milhões em situação de pobreza. No Nordeste, 66,8% de crianças de até dez anos sobreviviam com uma renda mensal de até meio salário-mínimo.

Dados como os apresentados acima flagram armadilhas coloniais que continuam a favorecer a vulnerabilização dos territórios ou a territorialidade da vulnerabilização (HÜNING; CABRAL; RIBEIRO, 2018). Esse exercício de composição com esses indicadores se relaciona ao desafio de compreender o entrelaçamento entre raça, classe social, gênero, territorialidade e geração. No texto “Infâncias decoloniais, interseccionalidades e desobediências epistêmicas”, Maylla Chaveiro e Luzinete Minella (2021) inserem suas apostas na complexidade mútua que pode advir das relações entre interseccionalidade e infâncias.

(...) uma análise política e interseccional de infância enfatiza a capacidade de influência de crianças na transformação a longo prazo das dinâmicas sociais, para além das vulnerabilidades legitimadas pela colonização. Assim, as relações entre interseccionalidade e infâncias podem se dar por via de mão dupla: as infâncias podem ser melhor interpretadas por meio das articulações interseccionais e a interseccionalidade se torna mais complexa quando examinada a partir dos valores criativos e transgressores das infâncias (CHAVEIRO; MINELLA, 2021, p.113).

Em razão da pandemia de COVID-19, a violação dos direitos de crianças pobres, negras e periféricas assumiu contornos mais escancarados. Quanto ao acesso à educação em 2020 e de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad- módulo covid (IBGE, 2020), 1,66 milhão de crianças e adolescentes de até 17 anos de idade não estavam estudando, entre os meses de julho e novembro de 2020 e, desses, havia uma grande concentração de crianças nas residências cadastradas pelo extinto Programa Bolsa Família. Das crianças

investigadas muitas relataram não terem recebido atividades escolares, sendo um percentual de 22,4% de até seis anos de idade e 18,7% de crianças de sete a 14 anos, sendo o percentual de negros maior do que o de brancos.

Dados do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Ceará ocupa o primeiro lugar em taxa proporcional de Mortes Violentas Intencionais (MVIs) do Brasil, apresentando um índice de aumento no período de 2019-2020 de 75,1%. Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) divulgados no início de janeiro de 2022, houve uma redução de 18% nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) no ano de 2021 em comparação com o ano de 2020.

O monitoramento realizado pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência do Ceará (2021) evidenciou que os seis primeiros meses de 2021 também apresentaram uma redução de 35,45% nos homicídios de adolescentes no estado. Isso se deu após a série histórica de monitoramento dos CVLI no contexto cearense ter evidenciado que a vitimização de adolescentes saltou significativamente em 2014 e se manteve bastante elevada. Para mostrar a dimensão desse problema, em sua nota técnica 02/2021, o Comitê acima indicado apontou que 5.585 pessoas de 10 a 19 anos foram assassinadas no Ceará, entre 2014 e junho de 2021 (CPCV, 2021).

Tais dinâmicas de elevação e diminuição dos crimes violentos letais e intencionais na população geral, bem como os processos de vitimização especificamente de segmentos infantojuvenis no estado, têm suscitado diferentes leituras. Embora a análise pormenorizada dessa problemática não seja objeto deste capítulo, é possível indicar que uma compreensão acurada dessas escaladas e diminuições dos números referentes à violência deve lançar holofotes para alguns aspectos:

As políticas de segurança pública adotadas no estado;

1. Os investimentos em políticas de assistência social, educação e cultura voltadas a segmentos infantojuvenis;
2. A forma como os diferentes setores sociais lidam com a violência, de como constituem condições de aceitabilidade ou

de questionamento desses altos índices de vitimização por crimes violentos letais e intencionais e dos seus impactos para crianças, adolescentes e jovens;

3. As transformações do crime no Ceará, a partir da atuação de grupos popularmente conhecidos como facções nos últimos anos, dentro das prisões e nas periferias urbanas não só da capital cearense, senão que em franca interiorização, que ora acirram, ora acomodam e redimensionam seus conflitos;
4. A atuação de coletivos juvenis, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e organizações públicas diversas para o monitoramento, a prevenção e o enfrentamento da violência.

Até o momento, insistimos como parte do olhar analítico deste capítulo que uma geopolítica do conhecimento e dos territórios (comunidades, ocupações, cidades, bairros, países) se interligam, relação que nos permite suspeitar o quanto e como a pluralidade dos modos de existência das infâncias coexistem junto aos efeitos da desigualdade social e dos processos de exclusão.

Quando nos dedicamos, neste capítulo, a uma crítica afetiva e política, pretendemos contribuir com debates e ações em curso que reposicionam relações históricas entre cidadania e experiência geracional e problematizam a naturalização da infância como fase descontextualizada do desenvolvimento e a hegemonia de saberes-poderes quanto às singularizações da vida.

A teoria e a prática serão debatidas de forma articulada, como condição dos deslocamentos que queremos exercer e deixar de inspiração para outra ética diante da alteridade radical da infância. Este capítulo está organizado em 3 seções. Na primeira, intitulada A naturalização da infância como fase do desenvolvimento e suas consequências, revisitamos genealogicamente o plano social em que emergem as concepções de infância por entender que se confrontar com sua historicidade é um passo sempre necessário, no sentido de inverter relações de objetificação da infância.

Chamamos o tópico seguinte de Infância como categoria geracional: os três giros, em que articulamos interseções e aproximamos fronteiras disciplinares, reconhecendo a potência de três “rupturas” epistemológicas que podem intensificar o enfrentamento da produção desigual das infâncias no eixo sul-sul. Por fim, na seção intitulada Infâncias e periferias são centro (do debate), procuramos firmar a potência das margens e marginalizar a produção de saber acadêmico, colocando as infâncias que habitam contextos periferizados pela colonialidade no centro do debate. Giro periférico se configura como uma resposta contemporânea, em movimento, a toda ação de governo (dos corpos, das vidas, das existências) que se produz binariamente e segmentadamente numa política de centros e margens.

A naturalização da infância como fase do desenvolvimento e suas consequências

Vale sempre revisitar as discussões em torno do caráter construído da infância, principalmente quando isso nos permite reafirmar as teses de que a realidade tal como a percebemos é fruto da interação humana, e nossas percepções, portanto, contextuais e parciais deixam sempre a descobrir frente à complexidade. Vamos aprofundar este argumento, apresentando os vieses das configurações que se solidificaram em torno das questões abordadas.

No caso da infância, por exemplo, sua aparente universalidade, seu caráter unívoco, ou seja, os consensos que se agregam em torno desse tema, tem como berço o momento histórico de afirmação de uma ciência, de êxodo rural, de uma industrialização inicial e da subjugação de outros povos por parte da Europa. A mão que balança o berço das noções de infância que ninamos ainda é uma mão europeia, branca. Embora, abaixo do Equador, essa tarefa concreta e cotidiana tenha ficado ao encargo das mãos negras das mulheres escravizadas que, por sua vez, não puderam acalentar os próprios filhos. Assim, assentamos nossa reflexão em inspirações do feminismo negro, solo do qual brota a perspectiva interseccional. A rede que tecemos para ninar

essas outras infâncias que desejamos serem vistas em outros mapas, que não os da violência, é a rede que balança os filhos dos povos negros e ameríndios na América do Sul. Em outro sentido, é a rede que denuncia a conexão das ameaças às suas vidas às visões embaçadas de infância feliz que assombram adultos incapazes de reverter essa persistente situação.

A antropologia nos ensina que cada povo se relaciona com as crianças com base nas necessidades, valores e percepções que se constroem no seu entorno e na sua história. O que costumeiramente chamamos de infância se desenha como um conjunto de modos particulares de compreender e tratar as crianças orientados pelas necessidades da modernidade nascente que se organizou na formação da família nuclear e exigiu uma institucionalização da escola, especificamente na Europa (COHN, 2005). Esse modelo foi exportado como tecnologia de dominação colonial e imposto, desorganizando e aniquilando os modos originários de cada povo, dos quais se tem poucas notícias.

Consideramos que este debate não é muito comum. É mais frequente encontrarmos abordagens da infância que partam das necessidades de sobrevivência do corpo humano, extremamente vulnerável ao nascer, e que, tenham na biologia o seu suporte, como se a biologia representasse aquilo que há de mais universal e a cultura tratasse das variações sobre este mesmo tema (ROGOFF, 2013). Contudo, esta forma de pensar que dá à biologia o estatuto de universalidade e trata a cultura a partir da diversidade opera uma hierarquização dentro de um determinado modo de fazer ciência, uma ciência que prima pelo que é universal e não pelo que é particular (KILOMBA, 2020).

Este modo de produzir conhecimento considerado verdadeiro e científico também foi exportado como tecnologia de dominação que desmantelou os modos de saber e fazer presentes com os quais trabalhavam os povos dominados. Ou seja, é compreender o desenvolvimento como uma política de dominação (BURMAN, 2019), não somente as ideias desenvolvimentistas que pesam sobre as nações, mas as ideias que pesam sobre nós.

Nós humanos precisamos evoluir, deixar de ser o que somos em certos termos (crianças, dependentes) e a partir de um dado momento (envelhecimento) lutar para ainda sermos o que já não somos mais (jovens). Não se trata de negar o substrato biológico que sustenta a vida humana, não se trata de negar que o corpo humano se transforma com o passar do tempo. Trata-se de entender que as significações de tais transformações e mesmo as significações que os corpos humanos recebem, os modos de expectativa, as condições em que estes corpos chegam e partem, como são cuidados, negligenciados, violados ou enaltecidos e como suas transformações são nomeadas, tudo isso parte de construções humanas. Como construções humanas, passíveis estão de serem disputadas, desconstruídas e reafirmadas.

A biologia foi tomada pelos estudos iniciais do desenvolvimento como esse campo contagiante a partir do qual todas as intervenções realizadas em seu nome estariam por isso justificadas, o que deixaria transparente este caráter construído e, portanto, menos permeáveis a alterações justificadas a partir de outros entendimentos.

Compreender a criança como base para um desenvolvimento adulto é também apostar nela como aquele velho clichê: “o futuro da nação”. Desse modo, Burman (2019) e Castro (2020) chamam a atenção para a orientação das políticas construídas para crianças, a operação de seus direitos e mesmo seus desejos e aspirações estejam sempre disputados não apenas nos âmbitos dos corpos individuais das crianças encarnadas no hoje, mas as configura como modelo para um amanhã. A problemática em torno disso é que as crianças de hoje restariam sempre à sombra desse modelo, transbordando e deixando espaços vazios e sofrendo intervenções que as fizessem caber nesse ideal.

Não somente a psicologia do desenvolvimento dos anos 1990, mas também os estudos da infância dos anos 2000 capitanearam uma noção globalizada de infância (CASTRO, 2020). A universalidade dos pilares dos direitos das crianças, as noções de participação e a nulidade das discussões a respeito das contribuições das crianças para as mais diferentes sociedades contribuíram para o reforço de uma noção

de infância universal que, na verdade, espelha construções europeias e estadunidenses.

A partir destes aportes, compreendemos que a linha que liga a infância à base de uma vida adulta é do mesmo material que a linha do Equador, ou seja, do mesmo material que desenha as fronteiras entre os países. O mesmo olhar que se volta para baixo para olhar as crianças, olha para baixo, para o sul, para o negro, para a mulher, para povos originários, para a natureza, para o considerado inferior. Este deve ser melhorado, deve sofrer intervenções no sentido de alcançar sua evolução, identificada sempre com o que o outro adulto estabelece como meta (LOPEZ; COUTINHO; DOMECCQ, 2017).

O desenvolvimentismo é esse compasso moral do campo dos estudos do desenvolvimento humano que prega o fato de que a humanidade é algo a se conquistar a partir de etapas do desenvolvimento do ser humano, algo relativo à autonomia, independência e racionalidade (CASTRO, 2020).

Na arena que determina quem pode falar, ou seja, quem terá relevância política (KILOMBA, 2020; SPIVAK, 2010), crianças e jovens, sobretudo aquelas negras e em contextos pauperizados, são silenciadas por não apresentarem as credenciais exigidas para serem levadas em conta, mas se constituem o capital político perfeito para ancorar os mais diferentes anseios, o cheque em branco que a maioria, que tem sua participação legitimada, assina, desde que a ação seja “em nome das crianças”.

O estudo do desenvolvimento humano interessa enquanto possibilidade de aplicação das teorias em políticas públicas (BRONFENBRENNER, 2011). A ênfase no ciclo vital desloca as perspectivas mais descritivas do campo para explicações sobretudo propositivas enfatizando o caráter relacional e contextual, ou seja, as condições de desenvolvimento.

Vive-se em uma sociedade segregada pela idade na qual crianças e adultos vivem vidas separadas. Essa dura realidade carrega consigo uma

implicação importante: para que os programas sociais sejam eficazes, devem quebrar essa barreira entre as idades (BRONFENBRENNER, 2011, p.76).

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano, formulada por Bronfenbrenner (2011), bem como a abordagem histórico-cultural vygotskiana, além dos estudos do envelhecimento, fazem inflexões nestas ideias por compreenderem relações micro e macro contextuais e temporais, bem como considerarem a interdependência, a bidirecionalidade, as continuidades e transformações que fazem parte da vida vista como travessia. Assim, podemos começar a deslocar a importância destes ideários de autonomia e independência também dentro do próprio campo. Desenvolvimento seria, portanto, não uma linha ascendente traçada da infância à vida adulta, mas um desenho complexo que se estende antes e depois dos instantes que passamos sobre a terra.

É preciso ainda enfatizar a necessidade de crítica ao projeto universal de desenvolvimento global capitalista que permanece intocado. A maior parte da população mundial é jovem e pobre, e se alimentamos tantas ideias sobre desenvolvimento é preciso entender qual a relação delas com esta realidade. E isto se dá a partir do questionamento dos modelos político-afetivos implicados nessas noções.

A Infância como categoria geracional: os três giros

A expressão reta não sonha.

Não use o traço acostumado.

A força de um artista vem
das suas derrotas.

Só a alma atormentada pode trazer para a
voz um formato de pássaro.

Arte não tem pensa:

O olho vê, a lembrança revê, e a
imaginação transvê.

É preciso transver o mundo

(Trecho do poema "As lições de R.Q" de Manoel de Barros, 1996, p.75).

Manoel de Barros, poeta brasileiro, dado às coisas da terra, à valorização dos menores trajetos, sem vergonha do pequeno, do ínfimo, do que se inscreve no mundo pela delicadeza já disse que a reta, a linha são imagens pobres para quem tem a tarefa de produzir memórias de rios, nevoeiros e quintais. Talvez possamos nos inspirar nos poetas, tal como Iasmym, para repovoar as linhas geográficas que nos ensinaram a ler os mundos com as réguas da expropriação e assim, aprender com. Essa é nossa tarefa ética contemporânea, com a qual nos envolvemos, uma vez atordoados/as pelo silenciamento operado pelo universalismo. As narrativas que hegemonicamente predominam em nossas sociedades sobre corpos subalternizados funcionam de forma complexa, atingindo-nos cotidianamente, no âmbito dos nossos discursos, percepções, imaginário, sonhos e práticas. Vejamos se os giros são mais festivos e dançarinos de outros mundos.

Como dito no tópico anterior, precisamos encontrar forças instituintes de outras concepções de infância, fora do campo que disciplina as teorias e, portanto, recuperando a força subversiva da sistematização do pensamento, nas fronteiras, nos movimentos que testemunham seus erros e reviravoltas, como também enamoramentos e disputas. Os três giros são resultados de desventuras com filosofias da consciência, com modelos positivistas, com epistemologias idealistas que insistiam em formas assépticas de conhecer os mundos na tentativa de conter perigos da ordem dos contágios, dos cheiros, das falsidades, das ilusões, do que não podia ser organizado e descrito com certezas absolutizadas. Essa ciência que tanto se abrigou e fez abrigo para as psicologias desenvolvimentistas e estudos da infância que ainda se amedrontam das terras estrangeiras feitas pela vida e sua potência de diferir.

Assim nos lembram as sínteses de Djki (2004) e Garcia (2004) sobre as ondas de entusiasmo em torno da linguagem como centro das análises da filosofia e das ciências sociais no século XX. As reações que daí advieram são múltiplas e descrevem efeitos que extrapolam uma única área, possibilitando a concepção da linguagem como constitutiva dos objetos dos quais falamos e pelo desejo de enfrentar os

desafios de entendê-la em seus usos, contextos. A linguagem não representa a realidade, faz realidades, ou seja, a linguagem em sua função constitutiva e não representacional. O giro linguístico foi produzindo desarticulações, sem volta, para as noções de sujeito como centro soberano de si, para as quais a linguagem era apenas meio de exprimir ideias. A mudança do eixo ideia/mundo para o eixo linguagem/mundo, como dizem os autores acima citados, não cessou o movimento. Podemos dizer, que nesse esgarçamento contínuo das perspectivas idealistas (em suas várias nuances), torna-se mais interessante pensar em termos de onde esbarramos pelas mudanças quanto às concepções de linguagem.

Temos diante de nós possibilidades de debater relações de poder, cultura, política, opressões e resistências que se exercem discursivamente, assim como as práticas não discursivas, dimensões do corpo, da sensibilidade, dos afetos que podem tensionar ainda mais nossas compreensões de linguagem e subjetivação. Até aqui as relações entre infâncias e giro discursivo não ficaram tão evidenciadas, não sendo uma tarefa que propomos esgotar. Mas pretendemos indicar que a infância como categoria geracional guarda dimensões discursivas e não discursivas, ao que podemos aliar os estudos das concepções e representações sociais em torno da infância e a escuta dos sujeitos que a compõem, as crianças.

Por algum tempo, e ainda persiste, a colocação dos novos paradigmas dos estudos da infância pela problemática da voz, de escutar as vozes das crianças, aproximadas dos grupos subalternizados, seja pela condição etária seja pelas outras forças que as subjugam e deslegitimam como as condições de classe, seu pertencimento étnico, suas vivências de gênero e sexualidade. A voz (discurso) das crianças se produz de forma relacional, posicionando-as no campo das relações sociais, dos dilemas e complexidade de um plano comum.

Segundo Almeida e Bedin (2021), há no campo das pesquisas e das discussões em torno da voz como insígnia da participação e do reconhecimento um risco da

romantização da própria noção de infância, uma infância que, devidamente cuidada por investigadores atentos, teria sempre algo a dizer de forma espontânea, pura e genuína (ALMEIDA; BEDIN, p.4).

Para os autores, a questão implica

“um duplo movimento interpelante”: (...) interpelamos e somos interpelados pelos territórios socioculturais em que as crianças vivem, interpelamos e somos interpelados por toda a maquinaria discursiva e não discursiva que age e agencia as infâncias nestes mesmos territórios (ALMEIDA; BEDIN, p.4).

Os usos da marca discursiva “S”, na escrita do termo infâncias no plural, lembram-nos outros aspectos que envolvem sua dimensão discursiva. Esse deslocamento ou provocação se faz no sentido de afirmar a produção dos modos de ser criança como plural e não de criar subcategorias ou tipos. Esta inflexão tem se exercido nas práticas discursivas de militantes, pesquisadoras, das próprias crianças, de setores das políticas públicas e organizações internacionais. Torna-se relevante no plano das disputas, constituir formas de resistir a essa tendência de universalizar e normatizar nossos entendimentos do que são diferenças e desigualdades. No lugar de “o que é ser criança”, perguntar “Como se é criança no Brasil”, “como se tornar uma criança para alguém?”, pode suscitar narrativas críticas que forcem o plano do já sabido sobre a condição social das infâncias (PÉREZ; SILVA; LIBARDI, 2021).

Os usos e embates em torno das linguagens neutras e não binárias parecem outra marca dos limites do campo discursivo em sua relação com modos de subjetivação contemporâneos. Geralmente, as infâncias, quando descritas em sua cidadania pela visão racionalista, são afastadas destes campos de disputa, invisibilizando modos de partilha em territórios que não se esquadriham apenas pelas linhas do capital/desenvolvimentista e/ou empreendedor.

Os espaços de sociabilidade e convívio em territórios afetados por políticas de vulnerabilização, muitas vezes, não conseguem responder às divisões espaciais bem ordenadas no imaginário moderno entre público e privado. Reinventam constantemente essas normativas, fazendo-se analisadores do que ainda vigora como marca das relações entre as gerações, quando interseccionizadas a classe, território e gênero. Levantar estas problemáticas com crianças e adolescentes exige o constante exame daquilo que nos orienta em nossas práticas e encontros.

O “Giro decolonial” é expressão do movimento do pensamento decolonial como contraponto à lógica de dominação da Modernidade/Colonialidade, realizando uma crítica na direção de um aprofundamento das discussões a partir da subalternidade colonial que, na América Latina, resistiu ao colonialismo, ao cristianismo, ao liberalismo, ao marxismo e ao conservadorismo (MIGNOLO, 2003; DULCI; MALHEIROS, 2021). Este rompimento significa um esforço para fundar um outro ponto de partida para a produção do conhecimento desde um lugar “marginal”, de contestação da dominação que continua a ser exercida, ao mesmo tempo em que lança um horizonte ético e utópico na direção da libertação (BALLESTRIN, 2013).

É importante reafirmar que a empreitada decolonial é tanto afetivo-subjetiva quanto político-econômica (BURMAN, 2019). Uma das faces do colonialismo e de sua perpetuação na forma de colonialidade é o adultocentrismo, central em nossos modos de subjetivação.

O centramento no adulto, por sua vez, intersecciona outros marcadores que conformam o padrão de humanidade: homem, cis, branco, europeu, produtivo e heterossexual. Um ponto fundamental, nesse giro decolonial, parece ser revisitar o binarismo moderno Adulto/criança, a fim de pensar em termos de modos de subjetivação relacionais, políticos e intergeracionais. A trama deste plano relacional hoje se faz na materialização de uma sociedade sexista, racista, patriarcal, capitalista, normativa, consumista e adultocentrada.

O adultocentrismo em duas diversas dimensões remete a um sistema de relações de poder-saber que organiza posições geracionais

interseccionalmente a outros sistemas de subalternização e opressão, oriundos da modernidade colonial ocidental (NANDY, 2015). Esta perspectiva amplia análises que se centram nas imagens de “adultos disciplinadores” e que terminam por olhar relações de poder numa perspectiva repressiva. Por sua vez, invisibiliza-se toda uma micropolítica do poder, uma teia que se capilariza nas relações sociais e no plano cotidiano de nossas experiências, a exemplo do que se mantém sem debate nas relações entre gênero e geração. Lembremos da centralidade de mulheres frente aos cuidados com as gerações.

Do ponto de vista das relações intergeracionais vamos nos mantendo presas/os a óticas privatistas, sem lidar com a complexidade das relações, assegurando pólos bem situados e binarismos e produzindo sujeitos blindados dos efeitos das contradições. É esta estrutura que segue se reproduzindo e nos posicionando diante da diferença geracional (ARENHART, 2016).

Nossos encontros têm apontado resistências e insurgências relacionadas principalmente: a) à potência da experimentação e da partilha entre gerações na produção de outros ethos; b) uma formação crítica e cidadã cotidiana relacionada aos desafios advindos do encontro com as diferenças; c) enfrentamento coletivo das desigualdades que subalternizam e são naturalizadas d) escuta e trocas, a partir da produção de sentido a que se dedicam as crianças.

O território é disputa, é pluralidade. É resistência de corpos e modos de vida. Haesbaert (2020) identifica no “giro territorial” três leituras: a praticada no cotidiano pelas populações habitantes, a praticada pelo Estado em suas políticas e aquela operada teórico-metodologicamente na academia. A condição periférica da América Latina é dada por sua relação com o centro-metrópole estadunidense e europeu. A continuidade cultural dos povos originários da América Latina, no Brasil, indígenas e quilombolas, além das comunidades tradicionais, só é possível em relação ao território-terra, território-alma que guardam cosmovisões e história. São terras ricas e cobiçadas, guardadas por estes povos, que aprenderam a falar outras línguas e a mobilizar alianças na luta por seus direitos.

Antonio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, (SANTOS, 2015) analisa as lutas históricas de resistência dos quilombos, organizações ricas em cultura e modos de vida coletivizados, de cosmovisões pluraes, continuamente perseguidas e dizimadas pelo Estado, mas sempre ressurgindo. O pensador quilombola pontua ainda as disputas de linguagem na caracterização dos fenômenos que sustentavam a vida dessas comunidades, que foram acusadas de messianismo e tiveram suas práticas culturais como a capoeira, por exemplo, criminalizadas. Assim, enlaça modos de significação, território e colonização.

A escravização, exclusão e segregação social urbana são discutidas por Carril (2006) ao analisar os códigos de conduta das cidades brasileiras nascentes, bem como os investimentos públicos seguiram uma geografia que empurrava a parte da população para fora dos centros valorizados, gerando os conjuntos habitacionais, as favelas, que agruparam os pobres e negros. Essa apropriação dos signos Quilombo e Senzala a partir daqueles que habitam as periferias, bem como dos signos criminalização e do perigo, do sobreviver, resistir e produzir cultura diz da multiplicidade pulsante nas periferias que as torna também centros de lutas e usinas de modos de viver que questionam a segregação produzida pelo capital.

Por fim, o território como marcador social, ao lado da classe, do gênero, da raça, complexifica nossos modos de problematizar os feitos da universalização, abrindo o pensamento a análises que vão além da díade local/global e das relações de apropriação entre esses eixos.

Infâncias e periferias são centro (do debate)

Nos momentos iniciais de chuva, que já desabava forte, encontraram coragem e descuido para improvisarem barcos, feitos de caixotes velhos, brincando pelas correntezas adentro. E levaram a brincadeira tão a sério que navegaram até a salvação. Barcos rudimentares singravam mares imaginários, recuperando antigas rotas, e iam recolhendo quem encontrasse nos portos

pedindo socorro. Os adultos, que acreditavam na fortaleza das embarcações das crianças, aceitaram o convite de embarcar de bom grado. E, como as crianças não pararam, se movimentaram durante todo o temporal, não deixando a morte chegar. Os temerosos, entretanto, que diante dos frágeis barcos das crianças, preferiram o abrigo das casas, ficaram por entre os escombros para sempre (EVARISTO, 2017, p.79).

Conceição Evaristo (2017) é nosso fim-começo para este capítulo. Suas imagens literárias em “Histórias de leves enganos e parencças” desaguam na gente tal como as forças das águas que na sua literatura preta tem sabedorias éticas e ancestrais. Nela, as crianças estão ao lado das mulheres, do improvável, mas também dos sofrimentos que não cessam com o passar da idade e se inscrevem sem cerimônia na vida das meninas. A margem, é tanto margem do rio, onde se dá o nascimento de mundos, como para onde se expulsam os inconvenientes que denunciam as lógicas sociais que exploram e violentam. O centro precisa da margem, da periferia, asfixia-nos com esta única possibilidade. Como crianças em contextos periféricos nadam e se salvam da desertificação árida a que estão destinadas nas sociedades capitalistas? Acreditamos em suas embarcações?

Silva e Freitas (2021) e os poetas periféricos desfazem essa linha dura e nos dizem que periferias são de onde brota vida e criação: da periferia para a periferia. Poderia ser essa uma aproximação às análises que apontam a força disruptiva que se diz terem as relações entre pares e produção das culturas infantis? Ou entre gerações que se põem em relação resistindo à captura do adultocentrismo e suas expertises?

Periferia e centro foram noções construídas por saberes eurocentrados e segundo uma lógica do norte global. Para além de uma questão geográfica, o ponto de vista privilegiado segundo marcadores econômicos, culturais, de classe, geracionais, raciais não aparecem situados e sim como universais.

Quando ouvidas e reconhecidas, crianças operam mudanças em comum (em um plano comum), torcem os desígnios de atributos dos fracassos, da incompetência, da desconfiança, da periculosidade, da transgressão que a elas são destinadas. Ser periférico não é uma absolutização de onde se quer estar, mas uma torção nos operadores que produzem centros e seus negativos. Periferias são centros de vida. Não se apagam em suas complexidades pelas lentes biopolíticas que precisam de taxas, indicativos sempre atualizados. Essa narrativa se faz nas periferias, na recusa por decifrar-se de uma vez por todas pelas colonialidades vorazes por demarcação.

Gerações periféricas vão produzindo imagens de si que guardam mais relação com uma pluralidade. Não há infância universal, a não ser como efeitos de narrativas que não deixam ver as marcas que as caracteriza como colonialidade do poder.

A experiência da infância resulta, ao mesmo tempo, do reconhecimento da humanidade como exclusiva do adulto/masculino/europeu, bem como daquilo que as crianças passaram a fazer dela em seus tempos e espaços. Estes tempos e espaços não vão garantir a padronização desejada pela repetição da experiência conforme os moldes delineados. A repetição da experiência de uma infância romanizada e idealizada, avesso da vida adulta, garante a persistência da fronteira que localiza adultos e crianças em territórios centrais e periféricos respectivamente.

Quando se diz do caráter periférico que a construção da infância como estrutura apresenta é preciso reconhecer a heterogeneidade das infâncias que se produzem historicamente sob determinado regime de concentração de bens para uns e de pauperização para outros. As crianças continuamente demonstram a fragilidade da fronteira entre elas e os adultos e são confrontados com essa diferença entre o que é suposto a elas e o que fazem com essas suposições.

O abismo da desigualdade social no Brasil, contudo, produz outras fendas entre adultos e crianças, posicionando os sujeitos em múltiplos rearranjos, a partir de sua relação com as heranças coloniais. Desse modo, infâncias periféricas urbanas, rurais, dos povos tradicionais

ciganos, ribeirinhos, quilombolas, indígenas compartilham dos efeitos da relação com as infâncias centrais, idealizadas, protegidas e tuteladas. São relações marcadas sobretudo pelo peso da normatização, pela suspeita do desvio, pela exotização que desumaniza e segrega enquanto alega valorização.

Nem mesmo as linhas tênues e contraditórias do cuidado e da menorização conseguem se reproduzir face à invisibilidade com as quais os referidos povos são confrontados. O destino destas crianças é indissociável dos seus povos, ao alcance da violência do Estado, seja pela ausência de garantia de direitos básicos como o direito à vida, seja pelo exercício da força que garante o exercício do direito de outros, considerados mais humanos.

Com isto, queremos dizer da necessidade de questionamento da noção de direitos humanos, tendo em vista a noção excludente de humanidade na qual se pautam (KUHNS JUNIOR; MELLO, 2020) e a construção de um pensamento abrangente que se alie à urgência da aproximação das lutas destes povos, uma vez que representam uma resistência ao avanço da homogeneização capitalista que ameaça, por sua voracidade, o planeta e sua possibilidade de sustentar a vida. Os caminhos para isso acompanham as experiências destes grupos no que extrapolam a demarcação geográfica produzindo-se como territórios existenciais e modos de vida, os quais não se pretende capturar em uma tipologia ou caracterização.

O que aprendemos?

Neste capítulo, construímos uma linha argumentativa afetiva e crítica convidando leitoras e leitores a passar em revista práticas discursivas e não discursivas socialmente legitimadas (e naturalizadas), que se materializam em nossas relações com as crianças, sobretudo aquelas que se subjetivam tendo que lidar com o peso de idealizações históricas, associadas à produção e manutenção de relações de poder e governo das diferenças. A produção histórica das concepções de infância foi narrada pela ótica da íntima relação que mantém com a

produção da colonialidade e de suas linhas binárias civilizados/primitivos, inferiores/superiores, centros/margens. Conhecemos como vem se fazendo, pela transdisciplinaridade, exercícios outros de pensar e resistir, a exemplo da aproximação entre os giros discursivo, decolonial e territorial, e as revoluções (desobediências) epistêmicas que se procura efetivar no campo dos estudos das infâncias, sobretudo tendo em conta a América latina e a conseqüente positividade dos modos de existência plurais que se efetivam em suas territorialidades. Por fim, os esforços desta escrita conjunta foram no sentido de nos conduzir na direção de uma ética afirmativa, que visibilize desenhos de mundo que escapam à morte e ao silenciamento pelo colonialismo do saber.

Questões

- Você consegue recordar situações vividas com crianças ou mesmo as que você experimentou enquanto criança que trazem as marcas da colonialidade que discutimos?
- Quais contrapontos você conseguiu, ao longo do texto, elencar para uma sensibilidade não normativa das experiências das gerações?

Referências

ALMEIDA, T.; COSTA, L. B. Cartografia infantil: enfoques metodológicos seguidos de experiências com crianças e jovens de Portugal e Brasil.

Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.1-24, 2021.

ARENHART, D. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v.1, n.11, p.89-117, 2013.

BARROS, M. **Livro sobre nada**. São Paulo: Editora Record, 1996.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano:** tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011

BURMAN, E. Child as method: implications for decolonising educational research. **International Studies in Sociology of Education**, Inglaterra, v.28, n.1, p.1-23, 2019.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia:** a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CASTRO, L. R. Decolonising child studies: development and globalism as orientalist perspectives. **Third World Quarterly**, Inglaterra, v.42, n.11, p.2487-2504, 2020.

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará. Ceará registra 112 homicídios contra crianças e adolescentes nos três primeiros meses do ano. **CEDECA-CE**, portal de notícias online, 28 abr. 2021.

CEARÁ. Cada vida importa. NOTA TÉCNICA 01/2021. Fortaleza: **Assembléia Legislativa do Estado do Ceará**, 2022.

CHAVEIRO; M. M. R. S.; MINELLA, L. S. Infâncias Decoloniais, Interseccionalidades e Desobediências Epistêmicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v.7, n.1, p.99-117, 2021.

COHN, C. **Antropologia da criança**. São Paulo: Editora Schwarcz; Companhia das Letras, 2005.

DIJK, T. A. V. O giro discursivo. In: IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.7-15.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e

para a América Latina. **Revista Spirales**, Foz do Iguaçu, n. esp., p.174-193, 2021.

EVARISTO, C. **Histórias de leves enganos e parecenças**. 2.ed. Rio de Janeiro: Malê Editora, 2017.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 15.ed. São Paulo: FBSP, 2021.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2021**. São Paulo: Fundação ABRINQ, 2021.

GARCÍA, T. I. O “giro lingüístico”. In: IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.19-49.

HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Texas, v.19, n.1, p.141-151, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HÜNING, S. M.; CABRAL, R. J.; RIBEIRO, M. A. T. Nas margens: psicologia, política de assistência social e territorialidades. **Revista Polis e Psique**, Rio Grande do Sul, v.8, n.3, p.52-69, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados pesquisa PNAD Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KUHN JUNIOR, N.; MELLO, B. B. A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na

América Latina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v.12, n.24, p.284-312, 2020.

LOPEZ, F. N.; COUTINHO, D. M. B.; DOMECCO, M. A invenção da ideia de desenvolvimento: reflexões e propostas dialógicas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.22, n.1, p.41-52, 2017.

MELO, E. C. Mortes violentas reduzem 18% no Ceará em 2021. **Diário de nordeste**, Fortaleza, 04 de jan. 2022.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais-projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

NANDY, A. **A imaginação emancipatória**: desafios do século XXI. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

PÉREZ, B. C.; SILVA, C. F. S.; LIBARDI, S. S. Uma infância digna do Brasil? Colonialidade e teoria a partir do Sul-Entrevista com Lucia Rabello de Castro. **Revista Agenda Social**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.9-15, 2021.

ROGOFF, B. **A natureza cultural do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI; Editora UnB, 2015.

SILVA, F. R. N.; FREITAS, G. J. Toda periferia é um centro. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v.26, n.1, p.144-168, 2021.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNICEF BRASIL. Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil.
Unicef Brasil, portal de notícias online, 2019.

IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

James Ferreira Moura Junior

Nathalia Medeiros Mesquita

Juliana Fernandes Eloi

O presente capítulo propõe refletir sobre as implicações psicossociais da pobreza no desenvolvimento infantil, utilizando referenciais da psicologia social e teóricos da psicologia do desenvolvimento, reconhecendo a criança como um ser ativo, integrado ao seu ambiente e um sujeito de direito. O desenvolvimento humano é um conjunto de processos que acontecem com a interação da pessoa com o ambiente e está diretamente relacionado à hereditariedade e sua maturação. Tratando-se de um processo que inicia no começo da vida e finda ao final da vida, o acesso a determinados espaços e possibilidades de interação sofre influência das condições de vida, com gênero, raça, classe e territorialidade. Neste capítulo, partimos da compreensão de uma pobreza em sua multidimensionalidade que envolve fatores maiores que a renda. No contexto brasileiro de origem colonial e escravocrata, o racismo, o machismo, o cisheteropatriarcado influenciam nas interações sociais. As crianças quanto sujeitos ativos apresentam resistências em suas relações e realidade de vida de acordo com as suas compreensões de mundo. Desta forma, espera-se que este material possa contribuir para pensar o desenvolvimento infantil relacionado ao contexto social e cultural.

Introdução

O conceito de desenvolvimento humano foi se estabelecendo a partir da compreensão de uma inferioridade da criança e uma superioridade do ser adulto (CASTRO, 2021). O desenvolvimento é concebido a partir da relação contexto e cultura, as funções psíquicas superiores são construídas a partir da interação do sujeito com o ambiente no qual está inserido. Sendo desenvolvido na conexão social, por meio das relações estabelecidas entre ele e aqueles que o cercam (o ambiente social) e entre ele e o ambiente físico. De início trata-se de um processo intercambiável, que opera em processos interpsíquicos para depois por meio de trocas mútuas entre o indivíduo e o ambiente, tornar-se um processo intrapsíquico. Ou seja, os indivíduos se desenvolvem, porque aprendem nas constantes interações dialéticas com seu ambiente social e físico, com os outros seres e com a natureza de forma mediada pelo uso de signos e instrumentos.

Desse modo, entender o desenvolvimento enquanto um processo contínuo é perceber que ele é completamente atravessado pelas questões de raça, gênero, sexualidade, território e a sua cultura. O atual contexto da pandemia de COVID-19 influencia diretamente na construção das interações relacionais, operando nos modos de desenvolvimento humano da infância à velhice. Esse contexto, de certo modo, opera na geração dos medos, produção de sofrimentos, aumento da pobreza, riscos de mortes, empobrecimentos e constantes vulnerabilidades sociais que são potencializados pelo isolamento social, afetando consequentemente os níveis de interações sociais. A vivência da pandemia pode limitar a condição e o acesso a diversos contextos, fazendo com que as crianças experimentem espaços delimitados de socializações restritas tanto em contextos sociais, culturais e econômicos.

A pobreza, a partir de uma dimensão multifuncional e seus aspectos psicossociais, tem sido estudada no cotidiano de comunidades periféricas e em contextos rurais (MOURA JUNIOR; SARRIERA, 2017; MOURA JUNIOR; LIMA; FERREIRA, 2018). Contudo, boa parte

desses estudos aborda a vivência de pessoas adultas. Entendemos, no entanto, que a pobreza também atinge de forma significativa a vida de crianças, sobretudo nos últimos anos, e pouco se tem debatido sobre. Referente a este fato, temos como proposta refletir sobre as implicações psicossociais da pobreza no desenvolvimento infantil.

Pobreza e desenvolvimento infantil

Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com a organização britânica Save the Children buscou avaliar os impactos da COVID-19 na pobreza multidimensional infantil. A pesquisa conclui que, desde o início da pandemia, temos um aumento de 15% no número de crianças no mundo vivendo em situação de pobreza. Esse dado representa aproximadamente 1,2 bilhões de crianças no mundo sem acesso à saúde, moradia, alimentação adequada, a teto ou educação (UNICEF, 2020).

No Brasil, a Fundação ABRINQ divulgou um relatório apresentando informações sobre o cenário da infância e adolescência com dados de 2019. O relatório tem como base informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos dados desse relatório, temos 9,1 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos vivendo em famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de um salário, sendo destes 4,7 milhões vivendo no Nordeste. Dentre todas as crianças que residem no Nordeste, 30% são consideradas negras e 60% consideradas pardas (MIRANDA; CINTRA., 2020).

Tais informações refletem um cenário preocupante para as crianças no Brasil e no mundo. As informações da Fundação ABRINQ avaliam somente as categorias de acordo com a condição socioeconômica das crianças e suas famílias, então a situação aqui no Brasil pode ser ainda mais delicada, pois estamos falando de qual criança?

A criança é um ser social desde sempre, porque nasce já em um dado contexto, com suas perspectivas semióticas efetivamente organizadas pelo grupo ao qual será inserida. Aparentemente uma realidade imposta, codificada ao longo da história em que a criança precisamente

irá se ajustar em processos de socialização. Nesse sentido, para se interpretar melhor o processo de desenvolvimento infantil, é preciso direcionar uma lente mais extensa que englobe a totalidade das relações das quais a criança faz parte e as quais com sua existência ela influencia.

De acordo com o pensamento de Wallon, a criança é um ser geneticamente social, ou seja, nasce em meio a uma imensidão de possibilidades de geração de satisfações, desconfortos e buscas intensamente conectados aos outros indivíduos. Além disso, a criança é um ser biológico que já nasce direcionado ao social e membro de um grupo com cultura e linguagens próprias (CAMPOS, 2020).

Bonfim, Solino e Gehlen (2019) afirmam que, segundo Vygotsky, ao buscar compreender o desenvolvimento das crianças, deve-se começar antes de tudo, com entendimento da unidade dialética entre duas linhas radicalmente distintas: a biológica e a cultural. Nesse sentido, é preciso conhecer esses dois componentes e as leis que operam em sua interação. É importante ressaltar, que ao se avançar na tentativa de compreender a infância, o desenvolvimento desse conhecimento reconhece a importância não somente ontogênica, mas também microgenética (o que acontece aqui e agora na relação com o tempo), filogenética, sociogenética e antropogenética (em extensões históricas e culturais).

Diferentemente das abordagens estritamente cognitivas, que muitas vezes buscam a interpretação do jogo de quebra-cabeças para as explicações dos níveis de inteligências em crianças, Wallon e Vygotsky, propõem, cada um a seu modo, o novo paradigma do psiquismo humano em que o caráter social e afetivo é essencial à linguagem (CAMPOS, 2020). Os dois autores tiveram intensos interesses na aquisição da linguagem, pensamentos e emoções nos primeiros anos de vida, levando em consideração uma perspectiva não limitadora da criança, mas uma perspectiva direcionada à totalidade do desenvolvimento infantil.

Essa trajetória que se presentifica na tentativa de pensar no desenvolvimento infantil, e as concepções dos modos de ser criança, retoma-se na concepção da infância como construção social publicada

na obra História social da criança e da família de Ariès (1981). Assim pode-se enfocar em uma perspectiva que enxerga a criança e seu desenvolvimento de forma prospectiva (projetada, mas não previsível e determinada, finalizada), e de modo avesso, um olhar por meio do qual o presente estará sempre ressignificando a história, seja na vivência inédita com os novos códigos da infância, ou na construção de novos códigos em continuum desenvolvimento.

Percebe-se a criança em contraposição a um olhar generalista e universalista, que a limita a um único modo ou expressão, aprisionando seus corpos, comportamentos e subjetividades a determinismos biológicos, idealistas, normatizadores, pensando-a como uma mera tábula rasa. Neste capítulo, concebe-se a criança como uma vivência ativa, plural, diversa e inédita. Um sujeito concretizado em desenvolvimento de interações inter e intrapsíquicas com os múltiplos acessos contextuais, como demarcações históricas ao longo da vida, e possibilidades intensas de transições.

Ao se compreender esse sujeito, busca-se um olhar para a própria epistemologia da criança, que a considera como sujeitos ativos, em que se encontra nessa etapa da vida, que agem de modo próprio no mundo, na construção de sua própria subjetividade e contexto. Assim, em um país atravessado pela pobreza como o Brasil é necessário entender o desenvolvimento infantil a partir dos contextos atravessados pelo racismo, pelo sexismo, por questões culturais diversas e por muitas vezes a de falta de acessos à saúde, educação e moradia de qualidade.

Uma das características da materialidade da pobreza multidimensional na infância é a exclusão escolar. No Brasil, encontramos informações de que 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentaram ou receberam as atividades escolares no ano de 2020 (UNICEF, 2021). Por tratar-se de um ano em que as aulas presenciais não foram possíveis em decorrência da COVID-19, a UNICEF elabora um relatório que busca avaliar e identificar o Cenário da Exclusão Escolar no Brasil.

Esse relatório evidencia a relação da pobreza com a falta de acesso à escolarização e conseqüentemente relação com a falta de

acesso à internet no contexto pandêmico, uma vez que poucas crianças e adolescentes conseguem acompanhar as aulas de modo remoto. Exclusão escolar tem classe e tem cor (UNICEF, 2021). A maioria das crianças e adolescentes que estão fora do contexto escolar são negros, indígenas ou pardos e os maiores percentuais se verificam nas regiões Norte e Nordeste (UNICEF, 2021).

A UNICEF realizou uma pesquisa que buscou analisar os impactos do racismo na infância e apresentaram os seguintes dados, em 2010, sobre pobreza e mortalidade infantil. Os dados são alarmantes por evidenciar a desigualdade entre pessoas pretas, indígenas e pobres.

Pobreza: Vinte e seis milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias pobres. Representam 45,6% do total de crianças e adolescentes do País. Desses, 17 milhões são negros. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,9%; entre as crianças negras, 56%. A iniquidade racial na pobreza entre crianças continua mantendo-se nos mesmos patamares: uma criança negra tem 70% mais risco de ser pobre do que uma criança branca. Mortalidade infantil entre as crianças indígenas: No Brasil, apesar de todos os esforços que asseguraram uma taxa de mortalidade infantil em torno de 19 mortes para cada mil crianças nascidas vivas, a taxa de mortalidade infantil indígena ainda representa um sério problema de saúde pública (UNICEF, 2010, p.6).

Crianças pretas, pardas, indígenas e pobres sofrem estigmas que impactam todo o seu desenvolvimento, conforme sinaliza o relatório da UNICEF (2021). Estas crianças e adolescentes sofrem o racismo nas escolas, nas ruas, nos hospitais e as vezes até dentro da própria casa, principalmente em famílias interraciais.

O ambiente social que circunda a criança negra — marcadamente eurocêntrico e estigmatizante — e sua exposição a experiências de discriminação

racial material e simbólica operam como fatores condicionantes de sua saúde, nomeadamente a saúde mental, psicológica, psíquica (SILVA JUNIOR, 2016, p.40).

A criança em condição de pobreza carrega o estigma de inferioridade e pode vivenciar situações vexatórias, constrangimentos e aflições que podem ficar marcadas por muitos anos. Uma simples palavra, um gesto ou um olhar menos atencioso pode gerar um sentimento de inferioridade. Tratando-se de crianças pretas e pobres, os estigmas são ainda maiores uma vez que o racismo causa impactos danosos do ponto de vista psicológico e social na vida de toda e qualquer criança ou adolescente (UNICEF, 2010).

A compreensão de estigma que traçamos neste material parte das ideias de Goffman (2008). O conceito de estigma nasce na antiguidade como uma marca no corpo das pessoas escravizadas, mas que ao longo do tempo sofreu novas reformulações sociais e passa a ser destacado, a partir das relações entre as pessoas, com a existência de um ser inferior e factível de ser discriminado. Ou seja, passam a caracterizar generalizações e julgamentos que estigmatizam e inferiorizam.

As ideias de inferioridade e superioridade partem de noções coloniais, sendo a superioridade aquela que está de acordo com os interesses do colonizador, estruturando em valores eurocêntricos, sendo o homem, branco, cristão e heterossexual os padrões de superioridades a serem seguidos. A partir dessa perspectiva, as crianças e adolescentes estão associadas ao lugar de inferioridade e estão em busca desse tão almejado desenvolvimento, ser adulto (CASTRO, 2021).

As marcas da colonização ainda se perpetuam em muitas de nossas ações e se estruturam na naturalização de relações sociais, graças ao seu sucesso. As relações foram polarizadas, ao conceber relações de superioridade cria-se a relações de inferioridade. Assim, fomos naturalizando concepções maniqueístas de mundo na lógica de superioridade versus inferioridade. Souza (2016) nos convida a pensar sobre as nossas concepções sobre criança e adolescência e o quanto não

fazer intersecção com as concepções de gênero, classe e religião pode fortalecer as noções de subalternidade.

Nossa perspectiva sobre as crianças e os adolescentes, também, foi colonizada e, por vezes, não nos permite considerar nenhuma das diferenças, sejam elas de ordem racial, de gênero, classe, religiosa ou etárias, ao mesmo tempo em que ficamos impedidos de estabelecer relações de troca, mas intensificamos relações de subalternidade (SOUZA, 2016, p.82).

Mesmo diante das lógicas coloniais, da materialidade da pobreza e dos estigmas que atravessam as crianças em situação de pobreza, existem resistências e potência na diversidade das infâncias. O livro *Olhares para a infância* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021) apresenta reflexões sobre infâncias, arte e vulnerabilidade social de crianças no Nordeste brasileiro em meio ao contexto pandêmico. São encontrados nas páginas desenhos de crianças de 4 a 12 anos, que ao reconhecerem seu lugar de fala e protagonismo para se expressarem. Conforme afirma a presidenta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, ao apresentar o catálogo:

[...] essas crianças nos mostram mais do que a vista de suas janelas. Elas nos confiam seus corações, seus segredos e angústias. Elas nos convidam, por meio de sua arte, a experienciar suas realidades, compreendendo que para além de seus quintais existe uma infinidade de crianças que, como elas próprias, ainda buscam neste cenário atual alguma explicação para decifrar o mundo que se transformou de forma tão abrupta (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021, p.10).

Para compor esse material sobre olhares sobre as infâncias estão crianças de diferentes meios sociais do Nordeste Brasileiro que vivem

em aldeias, assentamentos, cidade, favelas, quilombos, do litoral ao sertão. O catálogo nasce da necessidade de dar visibilidade às pluralidades das infâncias nordestinas, bem como refletir acerca das vulnerabilidades e modos de agir de muitos adultos frente à Covid-19.

As resistências de enfrentar as condições de vida e a pluralidade das infâncias são apresentadas através da arte, através do brincar, do fantasiar, da delicadeza e inquietação de lidar com o isolamento social. Os dois fragmentos de texto a seguir versam sobre os desenhos das crianças e que são comentadas pelas autoras:

Nos impressionam ainda as experiências de Libina, com 10 anos, que vive em uma aldeia Indígena, em Baía da Traição (PB) e o garoto citadino, Israel, que tem 6 anos, e cresceu em Campina Grande. Os dois, menina e menino paraibanos, desenham com muita expressão (técnica também) utilizando toda folha e o material disponível. Israel destaca o detalhe do celular em um outro desenho, buscando apresentar crônicas de vidas tão distintas, regadas de tantos detalhes da vida vivida por essas duas infâncias; como se o movimento fosse a extensão corporal, fossem eles mesmos, ele lembra: “Tudo faz pelo celular nessa pandemia!”. Já Libina lembra que ficar em casa (aldeia), “com os amigos e parentes foi uma felicidade!” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021, p.15).

Laura, de 5 anos, vive em Itapipoca, no Ceará, e comenta sobre a sua vida no sertão e não esconde a sua irritação com a existência do vírus da Covid-19 e a possibilidade de não encontrar pessoas.

A Fazenda Velha tem praias, e eu desenhei a fazenda velha porque tem muito mato e flores... Ta vendo eu deitada no meu colchão dentro de casa? (exclamações).

E prossegue comentando enquanto desenha sobre as 14 maravilhas do sertão: “Lá no sertão tem muitos bichos: cabras, vaquinha, cavalos um monte!

Não passa porco porque não tem lama! (risos às referências à subsistência de suíno).” “Brinco muito com meus primos Júlia e Pedro, de pega-pega, esconde-esconde e muito mais!” Observe, leitor, quantas imagens que a menina Laura tem desses tempos. Ouvindo o áudio constatamos humor, alegria, deboche... Tudo que se espera da infância saudável, mas conforme comentamos, em outros momentos ela expressa irritação e agonia de não ver as pessoas: “Eu sinto muitas saudades da escola e de tudo, de tudo... ..antes do vírus eu via meus colegas, estudava, brincava de tudo! O vírus deixa a gente tão irritada, agoniada sem ver as pessoas...” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021, p.13-14).

Os desenhos das crianças nordestinas sobre a pandemia apresentados mais acima são expressões artísticas, diversas, múltiplas e de narrativas que se produzem. São expressões criadas a partir da sua existência, na resistência e múltiplas como as crianças são.

Crianças e suas relações no contexto de pobreza

Estudar os fenômenos de pobreza no desenvolvimento social das crianças nos faz entender melhor suas múltiplas formas de se apresentar e podem ajudar a pensar estratégias de resistência. Para estudar sobre pobreza é fundamental que sejam abordados os aspectos econômicos, bem como envolver os fatores de privação e de opressão simbólicos, sociais, psicológicos, estruturais e materiais. É necessário contextualizar os impactos dessas privações nas formas de acesso às políticas e práticas de educação, habitação, saúde, trabalho e renda, compreendida em suas múltiplas dimensões, implicações psicossociais e intersubjetivas. Por isso, esse trabalho situa-se na compreensão da abordagem multidimensional da pobreza, compreendendo como uma constituição social, política e ideológica (MOURA JÚNIOR; LIMA; FERREIRA, 2018).

O conceito de pobreza multidimensional baseia-se na privação de liberdades, reconhecendo o ser humano de forma abrangente e integral (SEN, 2010). O sistema capitalista cria para sobreviver uma relação opressora e possibilita o processo de desigualdade social que evidencia a diferença entre ricos e pobres (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016a).

No estudo de Cidade, Silva e Ximenes (2016a), é possível compreender a pobreza como uma prática de opressão que vai além da falta de dinheiro, e que apresenta inúmeras implicações no acesso, na significação, na apropriação crítica e sensível de si e do mundo, através das relações e práticas socioculturais, simbólicas e intersubjetivas. Esse fenômeno demarca socialmente as construções da infância, mas pode ser revisitada pelos indivíduos, contextos e culturas.

A pessoa em situação de pobreza é geralmente apresentada com aspectos depreciativos. Góis (2012) afirma que ao pobre são atribuídas características de subalternidade, servidão, incapacidade, dependência, ignorância, malandragem e violência. Assim, os apontamentos de Góis (2012) alertam para a necessidade de compreensão das implicações psicossociais da pobreza na constituição de identidade das pessoas em situação de privação, em conjunto com a análise dos valores socioideológicos que as engendram e que por eles são reproduzidos. Sendo fundamental conceber a pobreza em sua complexidade e entender que existe uma série de práticas que forjam uma identidade que é negada (GÓIS, 2012).

De acordo com Cordes (2008), os estudos, as políticas de governo, os programas e as intervenções sociais e educativas desenvolvidas sobre a pobreza no Brasil na última década ainda não conseguem contemplar a complexidade constitutiva da temática e delinear estratégias de problematização sociocultural e ideológica dos elementos que a constituem em suas implicações psicossociais, intersubjetivas e emancipatórias.

As pessoas em situação de pobreza, bem como as crianças pobres, são tidas como inferiores e incapazes pela sociedade. Essa representação segue como base em um padrão valorativo colonial. Quijano

(2005) afirma que existe um padrão valorizado, dito como superior, e situa a branquitude, a masculinidade, a heteronormatividade, a riqueza, como esse modelo a ser seguido e almejado.

São urgentes os estudos sobre e com as crianças em situação de pobreza e suas implicações psicossociais. No Brasil, as ações com políticas públicas que envolvem os direitos da criança e do adolescente são recentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco legal, ético e político, e preconiza o cuidado integral à criança e adolescente no artigo 3º da Lei 8069/90:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

O ECA, em seu Art. 2º, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos” (BRASIL, 1990) e estabelece como responsabilidade da sociedade e do Estado o cuidado integral das crianças e adolescentes.

Paiva (2009) apresenta reflexões sobre como a pobreza pode influenciar no desenvolvimento infantil. “Se a pobreza ocorrer na infância tende a levar a repercussões no desempenho cognitivo” (PAIVA, 2009, p.27). No entanto, é necessário questionar essas visões deterministas. Segundo Cidade, Silva e Ximenes (2016a), as pessoas pobres desenvolvem inúmeras estratégias para sobreviver, e o acesso à educação de maneira formal e informal é uma estratégia de enfrentamento à situação de vulnerabilidade. “Considera-se que os modos de enfrentamento ocorrem, a partir de uma interação sujeito-entorno, de maneira múltipla, dinâmica e contextualizada, de acordo com as condições sociais, culturais e simbólicas disponíveis” (NEPOMUCENO; SILVA; XIMENES, 2016b, p.338) Conhecer os modos de enfrentamento

é conhecer os movimentos, os processos desenvolvidos pelas pessoas para promover alterações nos seus contextos.

A pobreza impõe risco ao desenvolvimento quando as crianças são expostas a situações de estresse no seu cotidiano (COSTA et al., 2018). Paiva apresenta em sua pesquisa as dimensões ecológicas e temporal da pobreza e suas repercussões no desenvolvimento infantil e nos sinaliza que as experiências vividas na infância podem apresentar consequências ao longo da vida dessas crianças. “Criança em situação de pobreza tem maiores chances de obter piores resultados escolares” (PAIVA, 2009, p.26). Entretanto, é possível perceber que nem todas as crianças que vivenciam as mesmas situações de risco apresentam problemas (COSTA et al., 2018).

O livro “Meu pé de laranja lima” (1968/2013), um clássico da literatura infantojuvenil brasileira, é uma obra autobiográfica de José Mauro de Vasconcelos. No livro encontramos a história de Zezé, um menino de 6 anos, arreiro e astuto, que vive na pobreza com sua família. Logo “no seu capítulo primeiro” chamado “o descobridor das coisas”, Zezé conta como aprendeu as coisas “Porque em casa eu aprendia descobrindo sozinho e fazendo sozinho” (VASCONCELOS, 2013, p.12). No decorrer do capítulo, Zezé lê para sua família. Todos ficam espantados com o menino que aprendeu a ler antes de ir à escola. Esse trecho da história de Zezé confirma o que Cidade, Silva e Ximenes (2016a) afirmam sobre a capacidade inventiva da pessoa pobre de desenvolver estratégia de acesso à educação formal e informal.

Góis (2012, p.121) fala sobre a importância de ressignificar o ser pobre: “Ressignificar essa condição de ser pobre é resistir à ideologia de submissão e resignação pelo recriar afetivo-cognoscitivo”. É necessário que a sua condição de pobreza não o impeça de reconhecer sua potência de vida, seu valor e poder para viver nessa realidade extremamente desigual e agir para modificar essa existência social. Não é assumindo um valor da pobreza, mas o ser pobre apresenta uma cultura própria e com formas de resistência frente a essa situação.

Podemos encontrar também reação diante desse contexto de pobreza. Paiva (2009) aponta o suporte social de parentes e membros

da comunidade em situações adversas como um fator positivo para o desenvolvimento da criança. Costa et al. (2018) apontam fatores de proteção para o desenvolvimento infantil o apoio afetivo transmitido pelas pessoas da família, através de um vínculo positivo com os cuidadores, e o apoio social externo, provido por outras pessoas significativas, como escola, igreja e grupos de ajuda.

Revisitando as Psicologias do Desenvolvimento

A cronologização do desenvolvimento etário foi vista sob diversos ângulos e perspectivas. Pode ser vista nas teorias psicanalíticas, cognitivistas, comportamentais e de aprendizagem. Cada nova idade representa uma fase, possivelmente uma normatização comportamental, estados, níveis, degraus que possibilita a criança-adolescente ou jovem um roteiro desenvolvimental, que fora a regra, pode simbolizar adoecimentos, limitações, atrasos, estagnação ou até mesmo a patologização dos processos cognitivos, comportamentais e psicológicos.

Diante das diversas teorias que problematizam o desenvolvimento humano temos a perspectiva Freudiana, que ao descrever sua teoria psicosssexual e subdividi-la em fase anal, fálica, oral, genital e de latência – descreve uma sequência psíquica fundada na primeira (consciente, inconsciente, pré-consciente) e segunda tópica (id, ego e superego) para conceituar um indivíduo em desenvolvimento (SOUZA, 2021).

Outro teórico psicogenético é Jean Piaget que, assim como Freud, compôs modelos sequenciais e organicistas (OLIVEIRA, 2021). Ele propõe uma compreensão universal e linear do desenvolvimento epigenético do indivíduo em que no início da adultez se alcançaria a estagnação de sua evolução. Ressalta a ideia do desenvolvimento cognitivo como uma conexão que envolve a organização simultânea do espaço mental interno e a realidade externa, descritos em processos de assimilação, processamento e acomodação da informação, em uma adaptação contínua nos estágios sensório motor, estágio

pré-operacional, estágio operacional concreto e estágio lógico formal (OLIVEIRA, 2021; SILVA, 2021).

Outro teórico importante foi Erik Erikson, que problematizou o desenvolvimento humano não somente até o início da adultez, mas ao longo da vida. Em sua teoria pós-freudiana, Erikson atribui a cada período de desenvolvimento uma caracterização por tarefas específicas que se opõem (que é necessário cumprir para se progredir para o estágio seguinte) e pela experiência de determinado conflito ou crise (CARNEIRO et al., 2021). Inclui 8 estágios de desenvolvimento que segue da infância à velhice, e cada fase possui sua força e fragilidade básica. São as etapas: 1ª Lactância: Confiança versus Desconfiança (0-18 meses); 2ª Infância Precoce: Autonomia versus Vergonha e Dúvida (18 meses-3 anos); 3ª Idade do Jogo: Iniciativa versus Culpa (3-6 anos); 4ª Idade Escolar: Diligência versus Inferioridade (6-12 anos); 5ª Adolescência: Identidade versus Confusão de Identidade (12-18 anos); 6ª Início da Adultez: Intimidade versus Isolamento (18-30 anos); 7ª Idade Adulta: Generatividade versus Estagnação (30-60 anos); 8ª Velhice: Integridade versus Desespero (após os 65 anos).

Já a teoria da aprendizagem social cognitiva de Bandura, as crianças aprendem em um contexto social por meio da observação, reforço vicariante, modelação e imitação de modelos. As crianças contribuem ativamente para que ocorra a aprendizagem. Bandura propõe em sua teoria que os comportamentos variam por influências da aprendizagem indireta que modelam novas competências, habilidades cognitivas e padrões de comportamento (MELO-DIAS; SILVA, 2019). Assim, alguns comportamentos dos filhos são aprendidos a partir da observação dos pais, de outros adultos ou pares, bem como por relatos verbais sobre ações comportamentais não observadas diretamente. A aprendizagem pela observação vicariante é intensificada com o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, devido à maior interação com o ambiente. O ambiente influencia o desenvolvimento ao proporcionar estímulos que mantêm alguns comportamentos e extinguem outros.

Outro modelo teórico de desenvolvimento cognitivo para o ciclo de vida é a teoria de K. Warner Schaie que observa o desenvolvimento

dos usos do intelecto dentro de um contexto social (ANDRADE, 2018). Seus sete estágios giram em torno de metas motivadoras que passam para o primeiro plano nos diversos estágios da vida e podem ser vividos paralelamente e não somente como degraus etários. O Estágio aquisitivo (infância e adolescência); Estágio realizador (final da adolescência ou início dos 20 anos até o início dos 30); Estágio responsável (final dos 30 anos até início dos 60); Estágio executivo (dos 30 ou 40 anos até a meia-idade); Estágio reorganizativo (final da meia-idade e início da vida adulta tardia); Estágio reintegrativo (vida adulta tardia) e Estágio de criação de herança (velhice avançada).

Mais recentemente, o desenvolvimento também foi definido como um processo de interação recíproca entre a pessoa e seus processos internos e meio ambiente através do tempo, sendo uma função das forças que emanam de múltiplos contextos e suas relações e história de vida. O desenvolvimento então ocorre através de processos de interação recíproca, progressivamente mais complexa, de um ser humano ativo, biopsicologicamente e socialmente evoluído com outras pessoas, objetos e símbolos. Esse modelo bioecológico de Bronfenbrenner (JACOBINO; JUNIOR; BRESSAN, 2020) estabelece um novo paradigma teórico e metodológico, concebendo o desenvolvimento humano como fruto das interações bidirecionais entre um indivíduo biopsicologicamente ativo e todo o sistema ecológico humano, que abarca desde contextos mais imediatos (microssistemas), como a família e o ambiente de trabalho, além das relações estabelecidas entre eles (mesossistemas), até aqueles mais amplos (exossistemas e macrossistemas), como a sociedade e a cultura. No decorrer do desenvolvimento, tais interações, denominadas processos proximais, vão se tornando progressivamente mais complexas, particularmente nas fases iniciais do ciclo de vida.

Como o desenvolvimento ocorre não só em relação ao ciclo de vida, mas também em um determinado tempo histórico, foi adicionado ao modelo outro componente, o cronossistema. Nesse modelo, a configuração sistêmica é composta por quatro elementos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (PPCT), levando em consideração

a interação entre os diversos sistemas que compõem o contexto, negando a universalização linear etária.

Outra perspectiva que se ocupa em pensar o desenvolvimento humano é a abordagem sócio-histórica, na qual se enfatiza os contextos sociais de aprendizagem. O conhecimento é construído mutuamente em interações sociais independente da cronologia ou idade social do indivíduo. Para Vygotsky, o desenvolvimento só é possível no campo da relação histórico-cultural, com destaque para a elaboração de sentidos e significados para o sujeito.

De acordo com Vygotsky, seria ainda na ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal que as figurações sociais, simbologias e eventos seriam processadas em intercâmbios inter e intrapsíquicos com a condição criativa do indivíduo. Ou seja, a transição relacional se daria a partir da mediação semiótica da linguagem em que a utilização de andaimes potencializaria os aspectos cognitivos, sociais e psicológicos. Assim como pontes, as aprendizagens se ampliariam em conexão relacional com o contexto e os outros indivíduos.

Atualmente, a teoria histórico-cultural de Vygotsky (CAMPOS, 2020) vem sendo discutida e amplamente empregada nas pesquisas e nas intervenções educacionais. Esta teoria enfatiza a preponderância do contexto social no desenvolvimento das funções mentais superiores, por meio da interiorização de ações exteriores, implicadas na zona de desenvolvimento proximal. Esta zona representa a diferença entre o conhecimento real e o potencial que se explicita na mediação com os seus pares. Portanto, o papel da cultura e dos pares ou adultos dá forma e impulsiona o desenvolvimento cognitivo.

Para Vygotsky (FONSECA, 2019), o ensino realmente efetivo é aquele que direciona para o caminho do desenvolvimento. Assim, a visão de Vygotsky, diferente da piagetiana, destaca que as pessoas, especialmente no período da infância, não aprendem realizando atividades isoladas, mas pela interação com os parceiros mais competentes que participam do seu mundo social. As ferramentas da cultura, as interações e o mundo simbólico são fontes de apropriação do mundo.

O que aprendemos?

Analisar as implicações psicossociais da pobreza em crianças a partir de uma perspectiva da pobreza multidimensional e a concepção de desenvolvimento proposta por Vygotsky. Utilizados aportes da Psicologia Social Comunitária brasileira e latino-americana que trata das relações entre crianças, pobreza e implicações psicossociais. Espera-se que possa contribuir para a visualização de grupos minoritários em situações de opressão na tentativa de compreender vivências de crianças em situação de pobreza.

Questões

- De acordo com o conteúdo estudado no capítulo, discorra quais as implicações psicossociais da pobreza no desenvolvimento infantil.
- Apresente e articule conceitualmente o desenvolvimento infantil para a perspectiva psicanalítica e para a perspectiva sócio-histórica.
- Quais fatores sociais e culturais devem ser levados em conta em uma perspectiva crítica de desenvolvimento humano?

Referências

ANDRADE, D. M. **A estabilidade da inteligência da infância à idade adulta**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BONFIM, V.; SOLINO, A. P.; GEHLEN, S. T. Vygotsky na pesquisa em educação em ciências no Brasil: um panorama histórico. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.18, n.1, p.224-250, 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CAMPOS, A. S.; VIANA, G. C.; SIMÕES, L. L. F.; FERREIRA, H. S. O jogo como auxílio no processo ensino-aprendizagem: as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.5, p.127-144, 2020.

CARNEIRO, C. C.; MARTINI, L. G.; DIAS, M. L. D. A. V.; TRIERVEILER, M. A. Escritores da liberdade: A educação libertadora como ferramenta no desenvolvimento psicossocial da juventude marginalizada. **Revista de Pesquisa e Prática em Psicologia**, v.1, n.3, p.548-575, 2021.

CASTRO, L. R. Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. In: CASTRO, L. R. (org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: Edufba, 2021. p.219-240.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nordeste Criança**: Olhares das Infâncias. Brasília: Conselho Federal de Psicologia: Frente Nordeste Criança. 2021.

COSTA, E. F.; CAVALCANTE, L. I. C.; LIMA, S. S.; NAZARÉ ALENCAR, C. Pobreza familiar, desenvolvimento neuropsicomotor e brincadeiras de crianças de regiões insular e continental de Belém. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.29, n.2, p.179-186, 2018.

FONSECA, V. **Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino aprendizagem:** Abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia clínico-comunitária.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

JACOBINO, A. G.; VIEIRA JUNIOR, R. C.; BRESSAN, J. C. M. O jogo na educação infantil: Uma análise bioecológica. **Corpoconsciência**, v.24, n.2, p.133-143, 2020.

MELO-DIAS, C.; SILVA, C. F. Teoria da aprendizagem social de Bandura na formação de habilidades de conversação. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.20, n.1, p.101-113, 2019.

MIRANDA, C. R.; CINTRA, J. P. S. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, 2020.** 2.ed. São Paulo: Fundação ABRINQ, 2020.

MOURA JUNIOR, J. F.; SARRIERA, J. C. As relações entre pobreza e bem-estar: uma revisão sistemática. **Est. Inter. Psicol.**, v.8, n.2, p.100-125, 2017.

MOURA JUNIOR, J. F.; LIMA, A. A. S.; FERREIRA, F. G. S. Infâncias em situação de pobreza: relatos de experiências interseccionais da extensão universitária na Estrada Velha Acarape/CE. In: SILVA, G. C.; OLIVEIRA, E. R. (org.). **Experiências em ensino, pesquisa e extensão na Unilab:** caminhos e perspectivas. Fortaleza: Imprece, 2018.

NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, L. B.; XIMENES, V. M. Estratégias de enfrentamento à pobreza: uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas. In: XIMENES, V. M.

(org.). **Implicações psicossociais da pobreza**: diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016b. p.337-336.

OLIVEIRA, F. P. de. **A epistemologia genética de Jean Piaget e suas contribuições para a formação de professores**. 2021. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Campus Universitário de Miracema, UFT, 2019.

PAIVA, G. S. de. **Desenvolvimento neuropsicomotor infantil**: fatores determinantes na pobreza. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Perspectivas latino-americanas, 2005. p.227-278.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, J. B. A influência de Jean Piaget nas Pesquisas de pós-graduação em Educação: Um estudo bibliométrico. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v.13, n.1, p.209-227, 2021.

SILVA JUNIOR, H.; TEIXEIRA, D. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos**: a importância do ECA para a proteção das crianças negras. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016.

SILVA JUNIOR, H. Discriminação racial e dano psicológico em crianças: aspectos conceituais e jurídicos. In: SILVA JUNIOR, H.; TEIXEIRA, D. (org.). **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos**: a importância do ECA para a proteção das crianças negras. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016. p.39-48.

SOUZA, C. C. D. Marx, Freud, Lacan e a política: da Teoria Crítica à Escola Eslovena de Psicanálise. **Analytica**, v.10, n.18, p.121, 2021.

SOUZA, E. L. Bullying não é sinônimo de racismo. In: SILVA JUNIOR, H.; TEIXEIRA, D. (org.). **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos**: a importância do ECA para a proteção das crianças negras. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016, p.81-93.

UNICEF. **Pandemia joga 150 milhões de crianças na pobreza multidimensional**. Nações Unidas Brasil, UNICEF, 17 set. 2020.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância**. Brasília, 2010.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, Brasília, 2021.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; SILVA, A. M. S. Pobreza e juventude: Implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR, J. F. (orgs.). **Implicações Psicossociais da Pobreza**: Diversidades e Resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016a. p.311-336.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; NEPOMUCENO, B. B.; LEITE, J. F. Pesquisa e intervenção a partir da realidade social: Desvelar das implicações psicossociais da pobreza. In: STELLA, C. (org.). **Psicologia Comunitária**: Contribuições teóricas, encontros e experiências. Petrópolis: Vozes. 2019, p.87-110.

VASCONCELOS, J. M. **Meu pé de Laranja Lima**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

FAMÍLIAS POR ADOÇÃO NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

*Elder Cerqueira-Santos
Baruc Correia Fontes*

O estudo das relações conjugais e práticas parentais é de fundamental importância no entendimento do desenvolvimento humano. A recente visibilidade e conquista de direitos de famílias de diferentes arranjos tem levado a questões de pesquisa que visam investigar tais constructos em famílias formadas por adoção, casais do mesmo sexo, configurações monoparentais, entre outras. Os ainda escassos estudos pelo mundo revelam que se deve ter atenção a diferentes processos nestes arranjos familiares, como a vivência do preconceito e pressões sociais e culturais. Um elemento fundamental de destaque tem sido as questões do desenvolvimento infantil em contextos de famílias formadas por arranjos não-heteronormativos. Este capítulo procura resumir o panorama de investigações e implicações sobre diferentes arranjos familiares e suas consequências nas relações conjugais, práticas parentais e desenvolvimento infantil. Sendo assim, faz-se um retrospecto acerca do processo histórico-cultural sobre a adoção, tratando logo em seguida dos aspectos vivenciados na adoção homoparental e os desdobramentos dessa configuração parental, como por exemplo os estereótipos presentes na vivência da homoparentalidade e nas questões do desenvolvimento infantil nesse cenário.

Adoção

A família é um elemento constitutivo do ser humano e várias são as possibilidades de configurações, pois não é uma instituição fixa e cristalizada, mas sempre em movimento (ROSA et al., 2016). Assim, famílias homoparentais, monoparentais, reconstituídas e ampliadas podem fornecer a possibilidade de um olhar atento sobre a diversidade humana e as possibilidades de interação. Neste cenário, a adoção aparece como elemento capaz de aquecer o debate sobre a constituição de várias configurações familiares, pois desponta como componente que ultrapassa os laços consanguíneos e de hereditariedade para dar ênfase a afetividade em sua experiência (PORTA et al., 2019).

A adoção tem se constituído em um campo profícuo de estudos em psicologia no Brasil. É possível localizar os estudos tanto no campo de psicologia da família quanto na psicologia do desenvolvimento. Essa temática apresenta contornos distintos a partir de cada época em que foi discutida no Brasil. Se antes era entendida como uma prática benevolente e com forte cunho caridoso, a partir do fortalecimento das leis de proteção à infância e adolescência presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA,⁴ a adoção passa a ser entendida como uma prática subjacente à garantia de crianças e adolescentes ao direito da convivência familiar, quando da impossibilidade de permanecer em seu núcleo familiar de origem (BRASIL, 1990).

Pode-se dizer que a adoção é uma temática discutida e revisada (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013). Tal constatação aponta para um cenário de possibilidades de análise dessa experiência e de vivências que a ciência psicológica se interessou em aprofundar. Não obstante, é possível ter acesso a trabalhos que colocam a experiência

4 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) é um marco sem precedentes na garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, antes disso havia outra concepção sobre infância que se materializava em práticas excludentes e que não visualizavam a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

da adoção como um campo fértil para a psicologia, tendo em vista que há, por vezes, uma busca de validação da área da psicologia sobre a efetividade e sucesso dessa ação (XIMENES; SCORSOLINI-COMIN, 2018). Isso torna o processo ainda mais necessário de ser apresentado, amplamente debatido e revisado.

A partir disso, torna-se importante nomear o que seja adoção em linhas mais específicas dentro do campo da psicologia e das legislações vigentes no cenário nacional. Entende-se por adoção a vinculação afetiva e jurídica capaz de dar acesso a parentalidade e a constituição de um grupo familiar, seja ela qual for, garantindo o acesso de crianças e adolescentes a uma família nuclear, quando os vínculos de origem não forem mais entendidos pela justiça como laços que protegem e resguardam as mesmas (MAUX; DUTRA, 2010).

De outro modo, a adoção pode ser entendida como a constituição de um processo gradativo de filiação por casal ou pessoa com uma criança ou adolescente e que coloca em primeiro plano o interesse destes, ou seja, o direito à convivência familiar garantido a partir do ECA (BRASIL, 1990), devendo apresentar benefícios para a criança ou adolescente como parte do processo de sentido à adoção, nisso se firma a proteção integral (ALMEIDA et al., 2020).

A adoção pode ser explicada também como um mecanismo excepcional e irrevogável juridicamente, sendo um processo viável a partir do momento em que as possibilidades de manutenção na família natural ou extensa se torna um risco à criança ou adolescente, nesse processo se compartilha objetivos em comum, além de ser fundamental o desenvolvimento de adoção mútua, sendo esse mecanismo o responsável por tornar a adoção não somente irrevogável no campo jurídico, mas também no campo afetivo e amoroso (HUEB, 2016).

As motivações para a adoção no que se refere aos pretendentes perpassam por diversos sentidos: amor, altruísmo, caridade/solidariedade, dificuldade em gestar um filho biológico, podem ser mecanismos utilizados para acessar a adoção. Todas as formas podem ser legítimas desde que a adoção seja sustentada por uma mudança de postura na construção do vínculo parento-filial que não seja de pessoas que

ajudam e aquelas que são ajudadas, mas sim de pais e filhos. Assim, não há uma motivação mais correta que outra, mas a vontade de ajudar não se coloca como elemento suficiente para sustentar o vínculo de filiação, são necessários discursos e elementos mais duradouros (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2016).

A adoção se apresenta enquanto um elemento complexo, capaz de revelar o desejo do ser humano em constituir uma família com laços parentais e, mais ainda, aponta para a primordialidade de pensar a história de cada adotando e adotado como ingrediente que permeará a relação no presente e no futuro (ALVARENGA; BITTENCOURT, 2013). A palavra-chave desse processo chama-se vínculo e necessita ser exercitado e ampliado tanto na filiação biológica quanto adotiva.

A adoção no Brasil: história e legislação

Para pensar a adoção no contexto brasileiro é importante fazer um retrospecto que apresente os elementos históricos e legislativos que a constituíram. Um destes é, sem dúvida, o ECA (BRASIL, 1990), marco do processo de redemocratização do País e da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que promulga os direitos e deveres de crianças e adolescentes a partir de um conjunto específico de leis. Dentre os elementos, há artigos que contemplam os aspectos referentes à adoção. Nesse sentido, há uma sistematização do processo, elencando como a adoção deve ocorrer, quem pode adotar, quais os prazos processuais, além de outros aspectos importantes que caracterizam o processo. Em 2009 esse trecho do estatuto foi alterado a partir da Lei 12.010, a chamada Lei da adoção, ela representa vários avanços no assunto, principalmente no encurtamento de prazos para a celeridade e cumprimento do direito básico de crianças e adolescentes a terem uma família.

De maneira mais recente é possível discutir a criação e implementação da Lei 13.509/2017 que dispõe sobre algumas alterações referentes à lei 8.069/1990 (ECA). A principal alteração centra-se no prazo para reavaliação das medidas protetivas de acolhimento institucional, que

passa a ser de no máximo três meses, na prática isso implica em maior celeridade na adoção e menor tempo de acolhimento para crianças e adolescentes. Observando a partir dessa perspectiva, se faz necessário questionar: por que ainda se concentram altos índices de crianças e adolescentes acolhidas ao mesmo tempo em que também coexistem expressivos índices de pretendentes à adoção, mesmo com as legislações garantindo a celeridade? (BRASIL, 2020). Essa discussão talvez não seja tão simples de digerir, porém algumas questões mostram-se ancoradas no processo histórico de constituição da adoção no Brasil.

Olhando para o passado, que não está tão distante, é possível enxergar os avanços garantidos pelas legislações implementadas. No entanto, a história também aponta para processos de exclusão, de violação de direitos e de pouca compreensão sobre o desenvolvimento humano, principalmente relacionado à infância, o que por si só torna o desenvolvimento da história da adoção no Brasil curioso. Assim, em contraponto às legislações vigentes, o que se via anteriormente era a prática da adoção puramente assistencialista, calcada nas motivações benevolentes, piedosas e por caridade, com discurso desenhado como ajuda às crianças chamadas órfãs pela perda ou separação dos pais.

Se pretendemos chegar ao cerne dessa discussão, é importante compreender que o momento histórico que demarca a constituição da adoção do Brasil é a colonização, pois se tinha a ideia de que era necessário proteger toda criança abandonada imbuído de pretensa caridade cristã, onde os mais abastados financeiramente se apoiavam nessa prática como mecanismo de ajudar os mais pobres e assim apresentar-se de maneira exemplar perante a sociedade. O que se esconde ou se naturaliza nesse processo, é o trabalho infantil a partir de tarefas laborais, bem como a negação do afeto e o taxativo rótulo de “filho de criação”, o que dá o tom à forma como a adoção foi e ainda é vista por boa parte da população (PAIVA, 2004; MAUX; DUTRA, 2010).

A partir desses elementos é possível compreender que as motivações para adoção outrora relatadas estão intimamente ligadas a esse processo histórico/jurídico. Assim, os mitos referentes à adoção estão ancorados nas expectativas negativas relativas ao processo, bem como

na representação social de família a partir, exclusivamente, de laços consanguíneos. Tais aspectos geram preconceito e crenças distorcidas acerca da adoção e contribuem para a manutenção de números expressivos de crianças e adolescentes à espera de uma família (ARAÚJO; FARO, 2017).

A prática da chamada adoção à brasileira, termo utilizado para adoções realizadas de maneira ilegal no Brasil, evidencia o quanto as crenças negativas sobre adoção permeiam a discussão em nosso país. Uma delas versa sobre a necessidade de esconder da criança a adoção, associando o processo com algo vergonhoso ou humilhante, o que fortalece a crença da necessidade em adotar crianças recém-nascidas, as quais não terão ciência das suas famílias de origem e, portanto, se fortalece a ideia de que sofrerão menor influência dessas famílias e diminuirão drasticamente os problemas, entendidos aqui como inevitáveis, no futuro (MAUX; DUTRA, 2010).

Essa discussão ajuda a entender que há uma diferença entre necessidade e desejo no que se refere à adoção. A necessidade surge de maneira acrítica e tem urgência em ser consumada, tal processo pode ser estabelecido em adoções motivadas por fatores benevolentes e assistencialistas, por exemplo. De outro modo, o desejo envolve planejamento mental, livre escolha e, portanto, conflito, o que apresenta maior criticidade ao processo, além de ampliar as motivações (SANTOS et al., 2011).

Se faz necessário observar que o cenário da adoção é permeado pela história, essa composta de crenças e preconceitos que apontam para a construção de um processo benevolente, assistencialista e, por vezes, unilateral. No entanto, os avanços na legislação brasileira, o entendimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos e não como “menor” – termo pejorativo que ainda é utilizado para inferiorizar crianças e adolescentes -, contribuíram sistematicamente para algumas mudanças nesse cenário, ampliando possibilidades, desmistificando o processo e potencializando a diversidade de famílias e suas formas de constituição.

Adoção homoparental: apontamentos necessários

Na seara de discussões sobre a adoção o elemento diversidade pode ser apontado como algo central desde sua constituição, pois se refletirmos a respeito desse fenômeno é impossível não pensar no rompimento do paradigma da parentalidade constituída apenas pelos laços consanguíneos e conseqüentemente no estabelecimento de outras possibilidades para experienciá-la. Nesse cenário o lugar que adotantes e adotados ocupam também pode ser fonte dessa diversidade. No que se refere aos adotados podemos pensar na identidade racial, faixa etária e gênero como principais marcadores, já para os adotantes o status relacional, identidade racial e orientação sexual são preponderantes para analisar o fenômeno da adoção.

A adoção homoparental pode ser entendida como a modalidade de adoção constituída por casais homossexuais ou por um adotante que se declara como homossexual (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015). Apesar de não haver vedação legal para homossexuais adotarem, apenas a partir de 2011, com a aprovação da união civil pelo Supremo Tribunal Federal, é que se tornou possível a adoção por casais, antes disso, indivíduos LGBTQIA+⁵ podiam pleitear a adoção de maneira monoparental ou quando casal de maneira unilateral, tendo em vista que a legislação vigente não fazia nenhuma menção quanto à orientação sexual ou status relacional como elementos a serem levados em consideração no momento de adesão à adoção.

Mesmo com essas garantias, o estigma antecipado à adoção homoparental ainda se mostra como uma grande barreira de acesso. Assim, a parentalidade enquanto um dos elementos constitutivos das famílias sofre grande influência do meio externo, portanto, o preconceito e as barreiras impostas às minorias sexuais regulam o desejo e intenção pela parentalidade e podem se tornar elementos importantes

5 NA sigla LGBTQIA+ cada letra representa um grupo minoritário, a saber: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexual, Assexual, + (todos os outros grupos que porventura não se sintam contemplados nas letras anteriores).

para analisar a formação de famílias LGBTQIA+ através da adoção (ROSA et al., 2016; TATE; PATTERSON, 2019).

Como demarcadores do processo da adoção homoparental é possível delimitar o desejo e a intenção, onde o desejo seria aquilo que se deseja ou que se gostaria de fazer, enquanto a intenção se relaciona com aquilo que se pretende ou se planeja fazer, desse modo, há uma distinção entre os termos que precisa ser compreendida numa esfera prática, onde o desejo se situa no quanto as pessoas querem se tornar pais, e a intenção se mostra a partir do planejamento da parentalidade, assim, as intenções são movidas pelos desejos, que se configuram como uma fase pré-ação (GATO et al., 2020; RINSKIND; PATTERSON, 2010; TATE; PATTERSON, 2019).

O desejo e a intenção pela parentalidade não são iguais para indivíduos gays e lésbicas e para indivíduos heterossexuais, há mecanismos que sustentam a diferença e que podem ser elencados da seguinte forma: 1) as barreiras sociais que limitam o acesso a paternidade de minorias sexuais, 2) as relações sociais mais tensas, principalmente com os pais, 3) concentração nas pretensões profissionais e 4) maiores custos sociais, econômicos etc (TATE; PATTERSON, 2019).

No primeiro caso, gays e lésbicas são colocadas à prova quanto a capacidade de tornarem-se pais, no que se refere aos cuidados e a interferência no desenvolvimento saudável dos filhos, mesmo que os estudos apontem que não há interferências prejudiciais ao desenvolvimento de crianças com pais do mesmo sexo (LIRA; MORAIS, 2016). No segundo caso, as barreiras legais são mecanismos que regulam os níveis de desejo e intenção pela parentalidade e se fortalecem a partir do preconceito que se instaura nos mais variados contextos, inclusive nos cenários de união civil e adoção, por exemplo (GATO et al., 2020; LIRA; MORAIS, 2016).

Os estudos com pessoas LGBTQIA+ indicam que o preconceito e a falta de suporte são fatores levados em consideração no planejamento de famílias (BAIOCCO; FIORENZO, 2013). Do mesmo modo, a existência de barreiras legais e sociais que regulam o planejamento familiar deve ser levadas em consideração para analisar,

por exemplo, os métodos usados para exercer a parentalidade, decisões sobre onde morar e ainda as experiências de reconhecimento familiar. Assim, a constituição das famílias não-heterossexuais é impactada pelas regulamentações legais existentes em cada país, bem como a vivência da homoparentalidade (PARK; KAZYAK; SLAUSON-BLEVINS, 2016).

A adoção homoparental enfrenta o fenômeno do preconceito a partir dos questionamentos impostos ao desenvolvimento do papel parental, que perpassa pela noção de que as crianças e adolescentes podem ser influenciadas pela orientação sexual dos pais, ou ainda alega-se que o desenvolvimento da criança pode não ser saudável, denotando que mesmo flexibilizando as esferas legais, há barreiras de ordem moral atreladas ao conservadorismo, ao modelo heteronormativo e patriarcal (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015; XIMENES; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Os desdobramentos da adoção no campo jurídico para minorias sexuais perpassam pelas barreiras morais, tendo em vista que o passo a passo para adoção conta com avaliação psicossocial que pode determinar os rumos do processo. Nesse sentido, Ximenes e Scorsolini-Comin (2018) apontam que há uma busca pelo ideal heteronormativo e patriarcal na tentativa de enxergar em um casal não-heterossexual esse modelo onde se busca um pai e uma mãe e assim indivíduos LGBTQIA+ estariam sempre em falta. Há ainda a crença de que pais homossexuais poderiam incentivar seus filhos na orientação sexual ou a viverem em um ambiente imoral, o que aponta para incompreensão do papel parental e a confusão com a sexualidade.

Portanto, se faz necessário refletir sobre a adoção enquanto um fenômeno em movimento, principalmente quando pensamos na adoção homoparental, que se revela uma possibilidade recente, tendo em vista a regulamentação da união civil de pessoas do mesmo sexo no Brasil. Assim, não basta somente legislações que contemplem a inclusão das minorias sexuais enquanto pessoas de direitos, capazes de constituir suas famílias, mas torna-se necessário ampliar a discussão com reflexões na esfera do preconceito e da aceitação das possibilidades de

famílias na contemporaneidade e isso perpassa pela noção de família e de parentalidade.

Parentalidade e Homossexualidade

Além da oficialização e reconhecimento das uniões de pessoas do mesmo sexo, outras questões surgem na esteira do debate social e jurídico sobre tal constituição. Uma delas é a possibilidade de ter e educar filhos em configurações diversas. Por exemplo, mulheres lésbicas podem ter acesso à parentalidade por meio da inseminação artificial por doador conhecido ou desconhecido, da adoção e da tutela ou de guarda compartilhada/unilateral de filhos vindos de relacionamentos anteriores (dela ou da companheira). Já a maioria dos homens gays se tornam pais no contexto de casamentos heterossexuais anteriores, por meio de mães substitutas/solidárias/de aluguel e da adoção (WYCISK, 2015; CARNEIRO et al., 2017). De fato, no Brasil, a maior parte das notificações sobre a parentalidade de homens gays e mulheres lésbicas é em processos de adoção, mesmo que seja unilateral (MARMOL, 2016). Porém, ainda há dificuldade na consolidação de direitos devido ao fato de uma parcela populacional conservadora com ideais moralistas e religiosos se mostrarem contra assuntos relacionados à diversidade de gênero (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015; CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017).

É comum encontrar na literatura recente estudos que evidenciam que pessoas conservadoras têm menos tendência a compreender a adoção por casais homossexuais como algo em progresso na sociedade (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017). Em tais grupos, as práticas de formação familiar tradicionais e visões estreitas acerca da parentalidade, predominam sobre o contexto amplo de constituição familiar. A associação entre conservadorismo e preconceito, especialmente contra a diversidade sexual e de gênero é bem analisada por Costa e Nardi (2015). A adoção é apenas um deles, que daremos foco para debater a parentalidade a partir daqui.

Especificamente entre homens gays, estudos relevam uma representação dominante de papéis excludentes quando se fala em

paternidade e homossexualidade masculina, principalmente pela impossibilidade de o casal ter um filho biológico conjunto. A adoção tem sido uma das formas mais comuns de concretizar o desejo de parentalidade entre homens gays. No entanto, o processo de adoção cercado pelo preconceito tem gerado consequências difíceis para pais, mães e filhos, conforme relatado em pesquisas nacionais e internacionais.

Por exemplo, pais em transição para a parentalidade adotiva apresentavam alta internalização do estigma relacionado à diversidade sexual e de gênero, além de viverem em contextos onde a adoção não era legalizada para pais e mães gays e lésbicas, experimentaram o maior aumento em sintomas depressivos e de ansiedade (GOLDBERG; SMITH, 2011). Ao contrário Riggle, Rostosky e Horne (2010) afirmam que casais do mesmo sexo que vivem em ambientes onde suas uniões são reconhecidas pelo Estado apresentam menores indicadores de estresse, depressão e ansiedade.

No Brasil, estudo de Cerqueira-Santos et al. (2017) também indicam menos resultados negativos para famílias do mesmo sexo que recebem apoio social e familiar nos seus contextos de interação, especialmente a aceitação pela família extensa de cada lado. Dessa forma, a literatura científica tem sido consistente ao apresentar evidências de que, apesar das adversidades, casais que assumem publicamente a sexualidade e a parentalidade encontram mais caminhos para o exercício positivo das suas relações como companheiros(as) e pais/mães.

Em revisão sistemática de literatura sobre resiliência em lésbicas, gays e bissexuais realizada por Lira e Morais (2017), foram identificados apenas três estudos que investigaram a resiliência no microsistema familiar, apontando para alguns fatores de proteção que interagem auxiliando as famílias a encontrar soluções adaptativas e garantir novos recursos para lidar com variáveis adversas. Dentre tais fatores de proteção da resiliência familiar, observou-se o fato de ser otimista e aprender a combater o estigma internalizado que pode surgir em um contexto discriminatório, o nível de escolaridade dos pais e os altos níveis de renda familiar. Além disso, os estudos apontam para a habilidade de

construir emoções positivas e atribuir significados positivos a ser uma família, bem como encontrar um propósito na interação familiar diária, fomentar a coesão familiar, estabilidade e bons níveis de qualidade conjugal e aumentar a qualidade das interações e vínculos entre mães/pais e filhos(as).

Segundo Meyer (2015), pais gays e mães lésbicas que experienciam episódios constantes de preconceito e discriminação pela condição de minoria sexual, conseguem desenvolver estratégias positivas e superam obstáculos ao desempenho da parentalidade. Exemplo disso são os estudos relatados por Goldberg (2010) que indicam que uma estratégia comum entre casais do mesmo sexo é a divisão dos cuidados com a crianças de forma mais equilibrada e com compartilhamento dos papéis. Cerqueira-Santos e Bourne (2016) apresentam essa mesma discussão em estudo com crianças canadenses que foram adotados por pais gays.

Apesar de tais avanços, poucos estudos internacionais e nenhum estudo brasileiro tratam do acompanhamento de crianças adotadas por casais gays com o objetivo de investigar aspectos desenvolvimentais nessas novas configurações familiares. Os poucos achados até o momento revelam não haver diferenças significativas em ajustamento psicológico ou comportamento sexual e de gênero quando comparadas crianças em famílias heterossexuais e homossexuais (CERQUEIRA-SANTOS; BOURNE, 2016). Embora, crianças filhas de casais homoafetivos possam passar por mais situações de dificuldade em certas interações sociais, como preconceito na escola, instituições e família extensa (GOLOMBOK et al., 2014). No entanto, existe também a hipótese de que crianças educadas sem a figura feminina apresentem comportamentos de gênero menos estereotipados (GOLDBERG, 2010).

No panorama contemporâneo de relacionamentos, é importante apontar a homoconjugalidade (AMORIM; STANGEL, 2014) como uma possibilidade legítima de constituição da conjugalidade, que se apresenta de maneira peculiar, tendo em vista os mitos e pressões que ainda permeiam essa configuração (ARALDI; SERRALTA, 2016; ARALDI; SERRALTA, 2019; HINTZ, 2001). As minorias sexuais disputam

de maneira social, política e jurídica o reconhecimento de suas relações há algum tempo, sendo o reconhecimento jurídico da união de pessoas do mesmo sexo efetivado apenas em 2011 no Brasil, tal movimento evidencia o modo como a homoconjugalidade se constituiu de maneira marginalizada e não reconhecida (FARO; PESSANHA, 2014).

Adoção Homoparental e Desenvolvimento Infantil

Apesar dos avanços acima listados, várias controvérsias estão presentes no debate social sobre a constituição da adoção por pessoas LGBTQIA+, entre elas as questões relacionadas ao desenvolvimento infantil em famílias não-heteronormativas. Neste sentido, é essencial que os estudos acompanhem tais configurações familiares e produzam um corpo de conhecimentos que apoie sólidos argumentos baseados em descobertas empíricas.

Apesar das opiniões de senso comum, estudos têm sistematicamente apontado, desde os anos 90, que não há evidência de qualquer dano psicológico ou deficiência de desenvolvimento em crianças criadas por pessoas não heterossexuais (PATTERSON, 1995). Em um estudo anterior, foi observado que as identidades sexuais (incluindo identidade de gênero, comportamento e papel de gênero, e orientação sexual)⁶ se desenvolvem em grande parte da mesma forma entre crianças criadas por casais homossexuais e heterossexuais.

Resultados que apontam para a justificativa da não aprovação da adoção homoparental pela população foram encontrados além do Brasil, em Portugal, na Noruega, Itália, EUA, entre outros. Como regra

6 Esses termos merecem aprofundamento pois diferem entre si. O termo gênero abarca a discussão do binarismo masculino x feminino presente na sociedade e a possibilidade de desconstrução em algumas esferas desse conceito, assim, pensar em comportamento, papel e identidade demonstra as demandas que essa conceituação abarca. De outro modo, há uma confusão com o termo orientação sexual, como se fossem a mesma coisa, o que não é. Assim, a orientação sexual está voltada para orientação do desejo e atração sexual.

geral, estudos apontam que as pessoas frequentemente usam o argumento de que configurações familiares não heterossexuais trariam danos ao desenvolvimento infantil. Os argumentos mais comuns são que as crianças sofreriam mais preconceitos e que teriam problemas em suas identidades de gênero (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017). A preocupação implícita com o desenvolvimento da criança acaba por gerar opiniões preconceituosas devido à preocupação com a influência dos papéis sociais de gênero.

Em um estudo específico tentando colaborar com esta questão, Cerqueira-Santos e Bourne (2016) conduziram uma série de observações com crianças adotadas por casais do mesmo sexo. A ideia do estudo era investigar se grupos familiares abertos à diversidade sexual e de gênero teriam alguma influência sobre as brincadeiras das crianças. Curiosamente, o estudo não encontrou diferenças nas brincadeiras dessas crianças quando comparado com crianças criadas em famílias de casais heterossexuais, indicando a forte permanência de estereótipos de gênero.

Cerqueira-Santos, Santos e Lawrenz (no prelo) revisaram uma série de estudos e identificaram três blocos de argumentos negativos sobre o desenvolvimento das crianças:

Pode-se destacar um primeiro equívoco, previamente concebido pelo senso comum, de que crianças de pais gays e lésbicas experimentarão mais dificuldades ou mesmo apresentarão distúrbios na área de gênero ou identidade e expressão sexual do que crianças de pais heterossexuais. Uma segunda categoria envolve aspectos do desenvolvimento pessoal das crianças, com o argumento de que elas apresentariam mais dificuldades de adaptação, problemas de comportamento ou que seriam psicologicamente menos saudáveis do que outras crianças. Outra ideia preconcebida se destaca: que crianças de pais gays e lésbicas teriam dificuldades nas relações sociais e seriam estigmatizadas ou vitimizadas pelos colegas.

Finalmente, pende a ideia de que crianças vivendo com pais gays ou lésbicas teriam maior probabilidade de serem abusadas sexualmente por seus pais ou por amigos e/ou conhecidos de seus pais (CERQUEIRA; SANTOS; LAWRENZ, no prelo).

Apesar dos argumentos negativos utilizados por parte da população, sistematicamente estudos da psicologia do desenvolvimento não apontam para diferenças significativas entre crianças criadas por mães lésbicas e filhos de pais heterossexuais (PERRIN, 2002; STACEY; BIBLARZ, 2001; TASKER, 1999). As descobertas também revelam que as crianças de pais gays e lésbicas têm envolvimento geral na vida social com colegas, pais, membros da família e amigos consistentes com crianças criadas em qualquer outro ambiente saudável. Da mesma forma, não há evidências empíricas sobre a probabilidade de crianças serem mais vítimas de violência sexual intrafamiliar (TASKER; GOLOMBOK, 1997; TASKER, 1999; PATTERSON, 2000; PERRIN, 2002; STACEY; BIBLARZ, 2001). Por outro lado, resultados de pesquisas sugerem que o desenvolvimento, ajuste e bem-estar de crianças com pais gays e lésbicas não diferem significativamente das crianças com pais heterossexuais (TASKER; GOLOMBOK, 1997; TASKER, 1999; PATTERSON, 2000; STACEY; BIBLARZ, 2001; PERRIN, 2002; CECÍLIO et al., 2013; SANTOS et al., 2013).

Considerações

Os avanços para a garantia de direitos da população LGBTQIA+ percebidos nas últimas décadas ao redor do mundo e no Brasil foram de fundamental importância no contexto do debate sobre as famílias não-heteronormativas. Apesar disso, em vários lugares ainda há grande resistência e dúvidas sobre a dinâmica familiar neste contexto, especialmente quando o assunto é o desenvolvimento infantil. Predominam ainda crenças negativas, preconceito e discriminação, que se retroalimentam como argumentos para a negação do direito à parentalidade. Contrariamente, evidências empíricas não suportam a ideia de prejuízos

às crianças criadas em famílias não-heteronormativas e afirmam que o desenvolvimento segue probabilidades iguais aos de outros contextos de educação familiar. Destacamos que, no caso da adoção, as dificuldades impostas e os questionamentos são ainda maiores, uma vez que dependem de um amplo sistema para sua consolidação, despertando ainda um duplo preconceito, o da adoção em si e o dos modelos não heterossexuais.

O que aprendemos?

- A adoção é um processo localizado no tempo e na história, que carrega estereótipos ainda negativos à sua constituição. A adoção homoparental sofre, então, duplo estigma tendo em vista que abarca o preconceito contra a adoção e ainda o preconceito contra a diversidade sexual.
- A adoção homoparental pode ser entendida como a modalidade de adoção constituída por casais homossexuais ou por um adotante que se declara como homossexual. Apesar de não haver vedação legal para homossexuais adotarem, apenas a partir de 2011, com a aprovação da união civil pelo Supremo Tribunal Federal, é que se tornou possível esse tipo de adoção por casal.
- Os estudos com pessoas LGBTQIA+ indicam que o preconceito e a falta de suporte são fatores levados em consideração no planejamento de famílias.
- Pessoas não heterossexuais, apesar de experienciar episódios constantes de preconceito e discriminação pela condição de minoria sexual, conseguem desenvolver estratégias positivas e superam obstáculos ao desempenho da parentalidade.
- Estudos ao redor do mundo enfatizam que não há desvantagem desenvolvimental para crianças em famílias homoparentais. Os maiores problemas relatados são vivências de preconceitos contra estas famílias.

Sugestões de atividades

Listamos abaixo uma série de filmes que podem ser usados como materiais complementares para pensar sobre o tema de forma mais crítica:

UM SONHO POSSÍVEL (THE BLIND SIDE)

É um filme simples, que traz a temática da adoção tardia, além de trabalhar a questão racial e de como o meio social afeta a percepção do adotado e do adotante na relação da adoção. É um filme água-com-açúcar e sem uma carga dramática muito grande, porém é interessante pela leveza que trata do tema.

O filme trabalha sob o enfoque estadunidense (bastante diferente da perspectiva nacional), além de não se aprofundar nas questões mais específicas de um processo de adoção, como a receptividade dos filhos biológicos, as dificuldades burocráticas, os traumas da rejeição. Enfim, um filme para assistir com a família num domingo fim de tarde comendo uma pipoca.

LION – UMA JORNADA PARA CASA (LION)

O filme apresenta a necessidade do protagonista de “encontrar o verdadeiro eu” a partir da discussão de sua adoção, além de colocar em xeque o medo de perder o “amor construído”. É um filme com uma carga dramática interessante, pois apresenta os desdobramentos que a adoção pode representar a um adotado em sua fase adulta, principalmente quando isso não é elaborado ao longo da vida.

O contexto apresentado no filme trata das adoções realizadas ao modo “exportação”, que aconteceram muito nos anos 80 e 90 em alguns países. E o melhor do filme é a ideia de uma reconstrução do passado por meio da procura do protagonista pela sua família biológica, emergindo em emoções conflitantes, como a satisfação de ter tido momentos de alegria com a família

substituta e a tristeza por não ter crescido ao lado de sua família biológica.

PATRICK, IDADE 1,5

O filme se mostra interessante por dois motivos, o primeiro é a discussão da adoção por casais homossexuais, hoje tão em voga e também por ainda ser um tabu, além de uma realidade pouco explorada no cinema. O segundo é em face da adoção tardia, sobretudo de adolescentes, pois carrega consigo várias crenças que limitam esse processo e o torna por vezes, conturbado ou improvável. É um filme enxuto, rápido e também feito para suscitar questões e não para dar respostas. Também trabalha o relacionamento homossexual em algumas pequenas nuances, como anseios e expectativas.

Referências

ALMEIDA, A. S.; NUNES, C.; FUERTES, M.; GIGER, J. C. A adoção e o processo adotivo em Portugal. **Revista Multidisciplinar**, v.2, n.2, p.5-20, 2020.

ALVARENGA, L. L.; BITTENCOURT, M. I. G. F. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. **Pensando Famílias**, v.17, n.1, p.41-53, 2013.

AMORIM, A. N.; STENGEL, M. Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. **Estudos de psicologia**, v.19, n.3, p.179-188, 2014.

ARALDI, M. O.; SERRALTA, F. B. O Processo de Construção e a Experiência da Parentalidade em Casais Homossexuais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, n.Esp., p.1-10, 2019.

ARAÚJO, A. I. S. F.; FARO, A. Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos. **Psicol. rev.**, v.23, n.3, p.790-810, 2017.

BAIOCCO, R.; FIORENZO, L. Sexual orientation and the desires and intentions to become parents. **Journal of Family Studies**, v.19, n.1, p.90-98, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. **Lei 12.510**, de 03 de Agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 04 de Agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

BRASIL (2017). **Lei nº 13.509**, de 22 de Novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União, 22 de Fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm

BRASIL. **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Brasília: Conselho Nacional de justiça, CNJ, 2020.

CARNEIRO, F. A.; TASKER, F.; SALINAS-QUIROZ, F.; LEAL, I.; COSTA, P. A. Are the Fathers Alright? A Systematic and Critical Review of Studies on Gay and Bisexual Fatherhood. **Frontiers in Psychology**, v.8, n.1636, p. 2017.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. **Psicologia: ciência e profissão**, v.36, n.1, p.171-182, 2016.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Produção científica por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia**, v.18 n.3, p.507-516, 2013.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; SANTANA, G. Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. **Temas psicol.**, v.23, n.4, p.873-885, 2015.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; BOURNE, J. Estereotipia de Gênero nas Brincadeiras de Faz de Conta de Crianças Adotadas por Casais Homoparentais. **Psico-USF**, v.21, n.1, p.125-133, 2016.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; CARVALHO, C. A. D. S. G.; NUNES, L. M.; SILVEIRA, A. P. Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. **Temas Psicol.**, v.25, n.2, p.691-702, jun. 2017.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: Debate conceitual. **Temas Psicol.**, v.23, n.3, p.715-726, 2015.

FARO, J. P.; PESSANHA, J. F. O casamento civil homoafetivo e sua regulamentação civil no Brasil. **Rev. Bioética y Derecho**, n.32, p.72-81, 2014.

GATO, J.; LEAL, D.; COIMBRA, S.; TASKER, F. Anticipating Parenthood Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Heterosexual Young Adults Without

Children in Portugal: Predictors and Profiles. **Front. Psychol.**, v.11, n.1, p.1058-1075, 2020.

GOLDBERG, A.; SMITH, J. Stigma, Social Context, and Mental Health: Lesbian and Gay Couples Across the Transition to Adoptive Parenthood. **Journal of Counseling Psychology**, v.58, n.1, p.139-150, 2011.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias: da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**, v.1, n.3, p.8-19, 2001.

HUEB, M. F. D. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. **Revista da SPAGESP**, v.17, n.1, p.28-38, 2016.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas psicol.**, v.24, n.3, p.1051-1067, 2016.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v.10, n.2, p.359-372, 2010.

MEYER, I. H. Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v.2, n.3, p.213-219, 2015.

PAIVA, L. D. **Adoção**: Significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PARK, N. K.; KAZYAK, E.; SLAUSON-BLEVINS, K. How Law Shapes Experiences of Parenthood for Same-Sex Couples, **Journal of GLBT Family Studies**, v.12, n.2, p.115-137, 2016.

PERRIN, E. C. Technical report: Coparent or second-parent adoption by same-sex parents. **Pediatrics**, v.1, n.109, p.341-344, 2002.

PORTA, D. D.; LEÃO, F. E.; ANTONIAZZI, M. P.; SIQUEIRA, A. C. Vivências e expectativas de mulheres solteiras habilitadas para adotar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, p.1-9, 2019.

RIGGLE, E. D. B.; ROSTOSKY, S. S.; HORNE, S. G. Psychological distress, well-being, and legal recognition in same-sex couple relationships. **Journal of Family Psychology**, n.24, p.82-86, 2010.

ROSA, J. M.; MELO, A. K.; BORIS, G. D. J. B.; SANTOS, M. A. D. A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. **Psicologia: ciência e profissão**, v.36, n.1, p.210-223, 2016.

DIAS, C. M. D. S. B.; SANTOS, C. P.; SOUZA, C. M. S. M.; FONSÊCA, M. C. S. M. Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. **Psicologia: teoria e prática**, v.13, n.2, p.89-102, 2011.

STACEY, J.; BIBLARZ, T. J. (How) Does sexual orientation of parents matter? **American Sociological Review**, n.65, p.159-183, 2001.

TASKER, F. Children in lesbian-led families: A review. **Clinical Child Psychology and Psychiatry**, n.4, p.153-166, 1999.

TASKER, F.; GOLOMBOK, S. **Growing up in a lesbian family**. New York: Guilford Press, 1997.

TATE, D. P.; PATTERSON, C. J. Desire for Parenthood in Context of Other Life Aspirations Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Young Adults. **Front. Psychol.**, v.10, n.2679, p.1-10, 2019.

WYCISK, J. The Minority Stress of Lesbian, Gay and Bisexual Parents: Specificity of Polish Context. **Polish Psychological Bulletin**, v.46, n.4 p.594-606, 2015.

XIMENES, F; SCORSOLINI-COMIN, F. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v.9, n.1, p.65-85, 2018.

CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE DE HOMENS GAYS

*Evair Mendes da Silva Sousa
Ludgleydson Fernandes de Araújo*

O capítulo a seguir objetiva reunir e discutir o aporte teórico, considerando a realidade brasileira acerca da homoparentalidade (estrutura ou configuração familiar homoparental, ou seja, aquela cujo papel parental é exercido por pessoas homossexuais) e da homoconjugalidade (termo relativo a relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo), mais especificamente, entre homens gays (homens cuja atração afetivo-sexual está direcionada a pessoas do mesmo sexo), que, apesar da relevância científica e social, atualmente ainda se demonstra um tema negligenciado dentre os estudos científicos nacionais.

Introdução

O número de uniões entre casais homoafetivos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2019) – a quantidade de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo em 2019 foi superior a 9000; ainda assim, mantém-se uma proporção pequena com relação à parcela da população que se autodeclara homossexual. Todavia, tendo em vista o aumento do número de uniões homoafetivas, percebe-se também o aumento da busca pela parentalidade, o que significa dizer que, cada vez mais, casais homoafetivos têm se tornado também pais no Brasil e no mundo (SANTOS et al., 2018).

Desse modo, na última década tem se tornado mais comum observar discussões acerca da homossexualidade e, conseqüentemente, acerca de famílias homoparentais (RECZEK, 2020). Tal fato se deve a alguns fatores sociais e políticos, como o reconhecimento jurídico do direito ao casamento homoafetivo, a maior representação midiática e a intensificação de movimentos homossexuais (OLIVEIRA; SEI, 2018). Todavia, a maior visibilidade desses sujeitos não eliminou a discriminação e os ataques aos seus direitos e suas vivências, visto que perduram estigmas basilares da percepção social advindas de ideologias heteronormativas (ESTECA, 2016).

Como heteronormatividade, entende-se a lógica que institui e legitima a heterossexualidade e, assim, os heterossexuais, como padrão fundamental e, ao mesmo tempo, configura como anormal a homossexualidade (POMPEU; SOUZA, 2019). Tal lógica orienta ainda atitudes e práticas sociais direcionadas a sujeitos de sexualidades dissidentes, de modo que é possível perceber, desde a infância, a repressão ou a violência direcionada a meninos que não seguem o padrão esperado de serem “homenzinhos”, podendo haver agressões em ambientes públicos e até mesmo na própria família, por apresentarem traços comportamentais considerados próprios da feminilidade (MOURA; NASCIMENTO, 2021).

Outrossim, de acordo com Baéré e Zanello (2020), a masculinidade de homens gays é considerada subalterna. Entretanto, isso não anula as influências dessa concepção heteronormativa de masculinidade sobre o modo de subjetivação desses sujeitos – ao contrário das mulheres (hétero ou lésbicas), que são orientadas desde cedo por valores de amorosidade, comprometimento e maternidade, os homens gays brasileiros, assim como os heterossexuais, estariam mais voltados para uma performance de gênero ligada à liberdade sexual e à partilha de virilidade.

Todavia, faz-se importante destacar fatores históricos de repressão à plena vivência da sexualidade e, assim, da conjugalidade e parentalidade de homens gays, especialmente no que tange à realidade brasileira. Dois principais fatores que merecem ser considerados são: a nível mundial, a inclusão da homossexualidade enquanto doença na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS); a nível nacional, a perseguição sofrida durante os anos da ditadura militar (ALMEIDA, 2019; FERREIRA; AGUINSKY, 2013). Assim, historicamente, os homens homossexuais foram marginalizados, seja pelo âmbito da moral, seja pela atribuição à condição de doentes ou criminosos.

Assim, as gerações mais velhas tiveram menos ou nenhuma liberdade sexual. Todavia, cabe-se pensar que as gerações atuais poderão viver de forma mais livre. Recentemente, percebe-se o aumento de relações homoafetivas (IBGE, 2018) – entre 2017 e 2018, este número cresceu 61,7% (58% entre homens, 64% entre mulheres). Vale lembrar que isso só foi possível no Brasil a partir de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva enquanto entidade familiar, tal como as já previstas na Constituição Federal: a decorrente do casamento; a união estável; e a monoparental, formada por uma pessoa e seus filhos (COITINHO FILHO; RINALDI, 2018).

Nesse íterim, ganham destaque no Brasil os novos arranjos familiares que rompem com o padrão da conhecida “família tradicional brasileira”, aquela que é normalizada e instituída na sociedade, formada pela união de um casal heterossexual, mais especificamente, por

um homem, uma mulher e seus filhos biológicos (SILVA et al., 2019). Assim, torna-se importante o estudo e discussão acerca destes novos arranjos familiares, visto que, além de serem marginalizados, ainda são escassos os estudos que versem acerca dessa temática, especialmente em contexto brasileiro ressaltando a temática da homoparentalidade masculina.

Desse modo, serão discutidas, a seguir, as principais categorias nas quais se enquadram os estudos sobre conjugalidade e parentalidade de homens gays. As categorias apresentadas serão: pressão social, estigma e discriminação; apoio social, saúde mental e bem-estar entre casais e pais gays; caminhos para a construção da família homoparental masculina; a relação pais-filhos e o desenvolvimento psicossocial infantil.

Pressão social, estigma e discriminação

A década de 1970 foi um marco histórico para o movimento LGBT no que tange à garantia de direitos aos homossexuais, como a exclusão da homossexualidade dos manuais diagnósticos enquanto doença, a maior notoriedade nos estudos científicos e o aumento da disputa pela guarda de filhos por mães e pais com parceiros do mesmo sexo (CARNEIRO et al., 2017). No contexto brasileiro, os anos 2000 foram marcantes, visto que a homossexualidade ganhou maior visibilidade nos meios de comunicação em massa, de modo que, no ano de 2005, foi apresentado o projeto de lei que visava ao direito ao casamento igualitário, pela então deputada Marta Suplicy (MELLO, 2006).

Entretanto, Mello (2006) aponta que o que se seguiu foi uma onda de conservadorismo no âmbito legislativo nacional e, a nível mundial, na esfera social, bem como na religiosa, a partir da eleição do papa Bento XVI, indicando o ultraconservadorismo do Vaticano. Desse modo, em contexto brasileiro, como citado anteriormente, ficou a cargo do STF, apenas no ano de 2011, a oficialização do direito à união civil entre casais homoafetivos, a partir do reconhecimento desses casais enquanto entidade familiar (COITINHO; FILHO; RINALDI, 2018).

Nesse ínterim, as mudanças que ocorrem a níveis político e institucional influenciam, ainda que indiretamente, no imaginário social e na compreensão acerca de tal temática. Outrossim, estudos mais recentes demonstram que se mantêm os estigmas, preconceitos e discriminação direcionados à união homoafetiva, bem como ao papel parental quando desempenhado pelos sujeitos que compõem o casal (BORGES; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2017; CARNEIRO et al., 2017; DALY; MACNEELA; SARMA, 2019; LINDHEIM et al., 2019; LIRA; MORAIS, 2016).

Acerca da discriminação sofrida por casais gays ao desempenharem o papel parental, Lindheim et al. (2019) discutem que essa é generalizada, perpassando desde a sociedade de maneira geral, até mesmo a profissionais, como babás e médicos. Ainda de acordo com esse estudo, é comum que, após a constituição de famílias homoafetivas, os pais tenham que buscar novos empregos. Grande parte destes indivíduos enfrentam também dificuldades quanto ao direito à licença paternidade. No Brasil, a licença paternidade corresponde a 5 dias, podendo ser estendida por mais 15 dias em alguns casos, sem direito a salário paternidade, ao contrário da licença maternidade, que corresponde a 120 dias, com direito a salário maternidade (OLIVEIRA; MARQUES, 2018).

Outrossim, em um estudo internacional, Carneiro et al. (2017) identificaram que os casais gays enfrentam particularidades quando buscam formar uma família, de modo que o preconceito e a não aceitação da sociedade se dão de forma mais intensa em comparação a casais de lésbicas. A tal fato, os autores indicam a ruptura dos padrões de gênero, os quais costumeiramente remetem à mulher a figura de cuidado e maternidade, assim, corrobora a compreensão social de que homens gays não desempenhariam bem a função paterna e, ainda, influenciariam negativamente os filhos. Assim, os pais sofrem discriminação mesmo entre outros gays e necessitam previamente preparar a si e os filhos da discriminação direcionada à configuração familiar.

Nesse sentido, vale ressaltar que os padrões de gênero citados anteriormente podem ser observados também no Brasil, como

apontam Baeré e Zanello (2020). Assim, cabe-se pensar que a constituição de uma família chefiada por casais homoafetivos masculinos desafia padrões sociais e individuais, visto que, ao passo em que frustra a expectativa social, extrapola também os próprios padrões e dispositivos de subjetivação dominantes na sociedade brasileira contemporânea.

Outrossim, um estudo irlandês desenvolvido por Daly, Macneela e Sarma (2019) evidencia a realidade de homens gays, que passaram por matrimônios heterossexuais anteriores à revelação de sua sexualidade e que tinham filhos, os quais também viviam em contextos de pressão heteronormativa como no cenário brasileiro. Segundo as autoras, os principais motivos que levavam os participantes a se envolverem nesses relacionamentos estavam relacionados à expectativa social acerca do papel de gênero e da homofobia, seja por parte da sociedade, seja aquela internalizada. Tais fatores os levam a reprimirem a própria sexualidade, ainda que tenham consciência dela desde a juventude.

Estudos nacionais também demonstram a interferência dos padrões de heteronormatividade na conjugalidade e parentalidade de homens gays (BORGES et al., 2017; LIRA; MORAIS, 2016). Tais estudos enfatizam que, por fugirem da norma social, homens gays passam a ser considerados anormais, tendo assim suas vivências perpassadas por estigmas e discriminação. Diferentemente dos casais heteroafetivos, os casais homoafetivos, por vezes, são impedidos de assumirem ou demonstrarem socialmente seus sentimentos. Ressalta-se ainda a falta de apoio social, em especial, do apoio familiar, que os leva a viverem seus conflitos mais intimamente e solitariamente, corroborando o maior risco de adoecimento psíquico por parte de tais sujeitos que compõem a união homoafetiva.

Dado o exposto, compreende-se que nas últimas décadas foram conquistados alguns avanços sociais e políticos que garantem direitos mais igualitários a homens gays. No entanto, constata-se a perpetuação de estigmas que impactam direta e indiretamente a forma como esses sujeitos constroem seus relacionamentos, bem como o processo de construção da família homoparental masculina. Ademais, percebe-se a influência dos padrões de gênero, baseados em uma ideologia

heteronormativa, na manutenção de estigmas relacionados à capacidade ou ao desejo de homens desempenharem o papel parental, bem como na perpetuação da homofobia internalizada, institucional ou social.

Apoio social, saúde mental e bem-estar entre casais e pais gays

Conforme apresentado anteriormente, é indiscutível a existência e a interferência dos estigmas e da discriminação, derivados de padrões heteronormativos, na vida de casais e famílias homoafetivas. Assim, estudos científicos debruçam-se sobre o debate acerca da saúde mental desses sujeitos frente a suas vivências enquanto entidade familiar (LAWRENZ; HABIGZANG, 2019; LIRA; MORAIS, 2016; SHENKMAN; IFRAH; SHMOTKIN, 2018; SHENKMAN; SHMOTKIN, 2019; SHENKMAN; STEIN; BOS, 2019; SUMONTHA; FARR; PATTERSON, 2016).

Em um estudo nacional, realizado por Lawrenz e Habigzang (2019), é apontada a alta prevalência de transtornos mentais entre homens gays, o que pode estar relacionada a três principais fatores: estigma social; homofobia internalizada; repressão da sexualidade. Para as autoras, tais fatores estão associados aos sintomas depressivos, enquanto o apoio familiar, a socialização e o compartilhamento de experiências sexuais sem julgamentos são fatores protetivos, ocasionando bem-estar e saúde entre estes sujeitos. O que, na realidade brasileira, ainda é raro, especialmente dentre aqueles que formam famílias homoparentais (LIRA; MORAIS, 2016).

Nesse cenário, Lira e Morais (2016) apontam que a homofobia, seja internalizada ou externa, interfere não apenas na saúde mental e física de pais homoafetivos, mas também no bem-estar psicológico dos seus filhos. Apreende-se, ainda, menores indicadores de saúde mental e bem-estar psicológico entre cônjugues gays. Na contramão, a legalização da união homoafetiva surge como fator protetivo, favorecendo os construtos supracitados entre tais casais.

Corroborando o exposto, Rodrigues e Boeckel (2016) evidenciam que o preconceito velado, assim como o explícito, causa impactos na saúde mental e no bem-estar destes sujeitos, ocasionando, ainda, violência e sofrimento intrapsíquico. Além disso, os mesmos autores enfatizam que os estudos brasileiros acerca da homoconjugalidade ainda são escassos e majoritariamente estão voltados para a compreensão das atitudes dos participantes acerca da temática.

Outrossim, Sumontha, Farr e Patterson (2016) corroboram a importância do apoio social para o ajustamento psicológico e para o funcionamento dos relacionamentos nos diversos tipos de casais. No entanto, diferentemente do observado nos estudos nacionais, os autores não encontraram diferenças na percepção do apoio social recebido entre casais gays e casais heteroafetivos e de lésbicas, ambos adotantes, fato que estaria associado a mudanças na compreensão social da temática no país de origem do estudo.

Destaca-se ainda que homens gays passam por um processo identitário conflituoso, que, por vezes, pode interferir no desejo ou na possibilidade de alcançarem a parentalidade. De acordo com Rodriguez, Merli e Gomes (2015), tal fato se deve à influência da família de origem na constituição psíquica destes enquanto sujeitos de desejo, bem como à falta de apoio e à discriminação dentro e fora de casa. As autoras destacam ainda que homossexuais tendem a se envolver em relacionamentos em um menor espaço de tempo, possivelmente na busca do apoio que não encontram na família de origem.

Nesse íterim, um estudo israelense aponta maior nível de evitação de apego entre gays, o que significa que esses tendem a confiar menos nos outros e desenvolver mais estratégias de autossuficiência, o que, decerto, interfere negativamente na forma como estes sujeitos constroem seus relacionamentos. O estudo conclui ainda que tal fator exerce papel mediador entre a sexualidade e os baixos índices de saúde mental deste grupo, expressos por sintomas depressivos e ansiosos, bem como por menor satisfação com a vida (SHENKMAN; STEIN; BOS, 2019).

Em contrapartida, quando analisadas as implicações da parentalidade, mais especificamente do papel parental autopercebido, e maiores índices de satisfação com a vida, bem como condições psicológicas favoráveis, Shenkman e Shmotkin (2019) sugerem que casais de homens gays estariam em vantagem sobre heterossexuais. Para os autores, isso se deve, principalmente, pelo fato de que a conquista da paternidade representa a superação de várias adversidades enfrentadas por aqueles indivíduos.

Estudo anteriores já demonstravam os benefícios da paternidade para homens gays, não apenas quando comparados aos heterossexuais, os quais costumam apresentar níveis reduzidos de bem-estar subjetivo associado à paternidade, mas também quando comparado a homens gays jovens que não eram pais. De acordo com esses estudos, é possível compreender maior propósito de vida e bem-estar subjetivo entre gays de meia-idade com filhos do que entre aqueles mais jovens e sem filhos (SHENKMAN; IFRAH; SHMOTKIN, 2018; SHENKMAN; SHMOTKIN, 2014)

Assim, compreende-se a interferência da parentalidade e da conjugalidade sobre a saúde mental e o bem-estar psicológico de homens gays a partir de dois principais vieses: o primeiro relacionado à falta de apoio social e familiar, os estigmas e a discriminação, que impactam negativamente esses sujeitos; o segundo relaciona-se a fatores protetivos que podem os beneficiar, como a conquista da paternidade, a superação das adversidade enfrentadas para tal, e, ainda, a legalização da união homoafetiva e a possibilidade de expressão da sexualidade sem julgamentos, aspectos que se relacionam com melhores índices de satisfação com a vida, bem-estar psicológico e saúde mental de forma geral.

Caminhos para a construção da família homoparental masculina

Em um estudo comparativo, que versava acerca do bem-estar e da parentalidade de homens gays israelenses por diferentes meios de concepção dos filhos, apreende-se que o caminho utilizado pelos

casais para alcançarem a paternidade está relacionado ao nível de satisfação com o próprio papel parental que desenvolvem, bem como com o índice de satisfação com a vida. Desse modo, os autores enfatizam que esses construtos seriam mais intensamente percebidos entre aqueles pais cuja paternidade se deu por meio da barriga de aluguel (SHENKMAN et al., 2020).

Nesse sentido, destaca-se que um dos temas frequentes dentre os estudos científicos acerca da parentalidade de homens gays é o caminho adotado para alcançar a paternidade. Nesse sentido, sugere-se que os meios mais comuns, de acordo com a literatura, são: adoção homoparental; filhos advindos de relacionamentos heteroafetivos anteriores; apoio de uma terceira pessoa de fora da relação, como barriga de aluguel ou gestação de substituição (barriga solidária); ou coparentalidade (BLAKE et al., 2017; FEUGÉ et al., 2020; LINDHEIM et al., 2019; SHENKMAN et al., 2020).

Em estudo anterior, realizado por Rodriguez, Merli e Gomes (2015), é apontado que a maioria das famílias homoparentais brasileiras são aquelas as quais os filhos são frutos de relacionamentos heterossexuais anteriores. Esse modo de formação familiar também é observado em outros contextos, como nos Estados Unidos da América. Como aponta Tornello e Patterson (2018), tal fato é mais característico entre homens gays mais velhos, tendo as configurações familiares homoparentais passado por mudanças na atualidade. É importante considerar que parte desses sujeitos viveram a juventude em um contexto socio-cultural repressor, o qual não lhes cabia aceitar ou assumir a própria sexualidade (DALY; MACNEELA; SARMA, 2019; SHENKMAN et al., 2020).

Assim, um assunto importante a ser discutido, quando se pensa acerca dos pais gays que tiveram filhos em relacionamentos heterossexuais anteriores, é o momento de revelação da sexualidade, especialmente para os filhos. A literatura descreve este como um momento delicado, que tende a ser aceito mais positivamente quando se trata de uma mãe lésbica a de um pai gay, bem como quando os filhos ainda estão na infância. Entretanto, não se apreende malefícios

ao bem-estar dos filhos quando se mantêm relacionamentos próximos com os pais, independente da sexualidade destes (TORNELLO; PATTERSON, 2018).

No que tange à adoção por casais homoafetivos no Brasil, Santos et al. (2018) discorrem que não existem justificativas jurídicas que possam impedir que tais casais a façam. Os autores apreendem, ainda, representações sociais positivas sobre o tema, corroborando a tendência indicada por estudos anteriores de que, em certo nível, há uma evolução na compreensão social acerca da temática. Todavia, destacam que a população participante do estudo era composta por pessoas com alto nível de escolaridade, e indicam que estes casais ainda sentem receio em adotar, tendo em vista barreiras psicossociais e institucionais para tanto.

Já em contexto português, a adoção por casais homoparentais só passou a ser permitida a partir de 2016, ainda que já fosse permitido o casamento homoafetivo 6 anos antes (XAVIER; ALBERTO; MENDES, 2020). Um estudo local evidencia que, antes e durante o processo de adoção, essas famílias enfrentam estresses devido à pressão social e ao estigma institucional a elas associados, muitas vezes manifesto pelo não reconhecimento das figuras parentais. Em contrapartida, os autores afirmam que essas famílias apresentam mecanismos que favorecem o desenvolvimento de resiliência, de modo a atenuar os efeitos dos estigmas e da discriminação que possam atingi-los, principalmente às crianças, quando estas encontram suporte para esclarecimento de tais questões (CARNEIRO et al., 2018).

Do mesmo modo, um estudo francês demonstra que, mesmo com respaldo jurídico, os casais homoafetivos encontram dificuldades institucionais ao terem a sexualidade do casal revelada no processo de adoção. Assim, torna-se frequente e oportuna a coparentalidade como forma de alcançar a paternidade, especialmente entre os homens gays, que, muitas vezes, têm a coparentalidade como única alternativa (TARNOVSKI, 2013). Nesse tipo de estrutura familiar, a aliança parental é influenciada pelo apoio social que os pais recebem das pessoas

próximas, como amigos e familiares (SUMONTHA; FARR; PATTERSON, 2016).

Além dos caminhos já citados para se alcançar a paternidade, Shenkman et al. (2020) e Logan e Ahern (2020) acrescentam a barriga de aluguel como um método contemporâneo que tem sido utilizado por homens gays, através de tecnológicas como a doação de óvulo e a fertilização in vitro. Essas tecnologias possibilitam que homens gays possam ter filhos genéticos sem que se envolvam em relacionamentos heterossexuais. Por tal motivo, a barriga de aluguel, muitas vezes, é preferível por casais homoafetivos, tendo em vista que é de interesse desses pais o cuidado dos filhos desde o nascimento (LINDHEIM et al., 2019).

Entre os empecilhos enfrentados por pais que optam pela barriga de aluguel, destaca-se a dificuldade para obter licença paternidade, a discriminação e a perda de emprego. Ademais, esse método é relativamente caro e é cercado por restrições e regulações próprias de cada sociedade. Portanto, casais que o escolhem ainda correspondem a uma minoria (LINDHEIM et al., 2019).

No Brasil, o procedimento similar é o denominado “gestação de substituição” ou “cessão temporária do útero”, popularmente conhecido como “barriga solidária”, visto que é proibida a realização do mesmo com fins comerciais. Para tanto, a pessoa responsável por ceder o útero deve ter relação sanguínea de até quarto grau com um dos pais, de acordo com a resolução 2168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017).

Em suma, a homoparentalidade masculina pode ser alcançada de diversas formas, sendo as principais: 1) a partir de relacionamentos heterossexuais anteriores, principalmente entre os homens mais velhos que viveram épocas de maior repressão à sua sexualidade na juventude; 2) a adoção, meio mais comum no Brasil – apesar de ser legalmente permitida, os casais que a desejam ainda enfrentam barreiras devido aos estigmas sociais e institucionais; 3) a coparentalidade, que surge muitas vezes em decorrência da impossibilidade de adoção; 4) métodos de reprodução assistida, como a “barriga de aluguel” em

alguns países, e, no Brasil, a “gestação de substituição” (barriga solidária), procedimentos esses pouco frequentes, optados principalmente quando se preza pelo vínculo genético com o filho ou pelo cuidado desde o nascimento.

A relação pais-filhos e o desenvolvimento psicossocial infantil

O quarto tema que tem se destacado dentre as pesquisas acerca desta temática é o desenvolvimento psicossocial infantil e como as crianças são impactadas quando crescem em uma família homoparental, visto que socialmente ainda se mantém a ideia de que haveria prejuízos para essas, especialmente se tratando de homoparentalidade masculina, visto que, além dos estigmas acerca da sexualidade, associam-se a estes os padrões de gênero construídos e perpetuados na nossa sociedade heteronormativa (ARALDI; SERRALTA, 2019; CARNEIRO et al., 2017; FEUGÉ et al., 2020; SHENKMAN; SHMOTKIN, 2016).

Nesse sentido, de acordo com Carneiro et al. (2017), os estudos acerca do desenvolvimento infantil em famílias homoparentais ainda estão mais direcionados às experiências de mães lésbicas, no entanto, apreende-se que pais gays não apresentam capacidades inferiores aos heterossexuais para desenvolverem o papel parental. Ademais, a literatura aponta que, no caso da homoparentalidade masculina, os pais tendem a se esforçar mais, a fim de aprimorar o desenvolvimento cognitivo dos filhos, e propendem a ser mais afetuosos, de modo que podem ser considerados aptos a desenvolver qualquer função parental e a fornecer um lar acolhedor aos filhos (FEUGÉ et al., 2020).

Entretanto, a pressão social enfrentada pelos casais compostos por homens gays, antes e durante o processo de adoção ou nos demais meios de construção da paternidade, bem como a discriminação enfrentada pelas crianças após a constituição da família devido a sua configuração familiar, podem impactar negativamente o seu bem-estar, sendo necessário que os pais preparem seus filhos desde cedo para

lidarem com tais situações que possam os afetar. Desse modo, a literatura aponta que o efeito da discriminação vivida por estas crianças tende a ser diluído à medida em que encontram suporte e esclarecimentos acerca de tais questões (CARNEIRO et al., 2018, PERRIN et al., 2016).

Ademais, em uma pesquisa britânica, as autoras apontam que filhos de pais gays apresentam condições iguais aos de pais heterossexuais para desenvolver relacionamentos com outras pessoas e evidenciam níveis mais altos de apego autônomo seguro (MCCONNACHIE et al., 2020); assim como também apontam Feugé et al. (2020), tal fato indica um bom ajuste socioemocional dessas crianças, bem como, qualidade no relacionamento entre pais e filhos. Assim, apesar dos desafios que enfrentam, estes pais conseguem estabelecer vínculos saudáveis, de modo a desenvolverem a parentalidade de forma positiva (ARALDI; SERRALTA, 2019).

Em um estudo brasileiro, Santos et al. (2018) enfatizam que o não reconhecimento por parte da população da homoparentalidade dá origem a atitudes negativas e preconceituosas acerca dessa temática. Assim, é importante destacar que, em sentido oposto ao que tem se postulado e perpetuado na compreensão social, ao se pensar no desenvolvimento psicossocial infantil dos filhos que vivem com pais gays, Carneiro et al. (2017) apontam que a maioria dessas crianças, quando cresce, é heterossexual.

Tendo em vista o exposto, não foram encontradas evidências científicas, dentre os diversos estudos que versam sobre esta temática, as quais apontem que o desenvolvimento psicossocial infantil é impactado negativamente quando tais crianças são filhas de pais gays; pelo contrário, observa-se que estes sujeitos têm plena capacidade de exercer o papel parental de forma saudável. Outrossim, apreende-se que os estigmas sociais ruminam em discriminação, o que se apresenta como um risco ao bem-estar destas crianças, todavia, tendo em vista as boas relações estabelecidas entre pais gays e seus filhos, os efeitos dessa violência externa tendem a ser atenuados.

O que aprendemos?

Esse capítulo buscou reunir, apresentar e discutir o aporte teórico acerca da conjugalidade e parentalidade de homens gays. A maior parte dos estudos científicos acerca desta temática trabalhados neste capítulo são teóricos e internacionais, o que demonstra a necessidade de aprofundamento de tais investigações no contexto brasileiro, especialmente a partir de pesquisas empíricas. Os estudos, de modo geral, versavam principalmente acerca dos estigmas sociais, do desenvolvimento psicossocial das crianças filhas de casais homoafetivos, dos caminhos para alcançar a parentalidade e de como tal temática perpassa a saúde mental desses sujeitos. Evidencia-se também que a homofobia internalizada, a heteronormatividade e os padrões de gênero são questões importantes que emergem dentre os estudos que debatem a temática.

Outrossim, os estudos acerca da homoconjugalidade e, principalmente, da homoparentalidade, versam majoritariamente acerca das vivências das famílias e casais compostos por mulheres lésbicas, fato que se relaciona com os padrões de gênero predominantes inclusive no Brasil, que perpetuam a ideia de que as funções conjugais e de estabelecimento familiar são encargos das mulheres, mas não dos homens. Tal cenário leva os homens que buscam a paternidade a serem discriminados mesmo no próprio endogrupo.

A respeito disso, entende-se que os padrões de gênero, orientados pela lógica heteronormativa, afetam os homens gays de forma interna e externa quando se pensa acerca da temática aqui estudada, visto que conduz a homofobia social/percebida e a internalizada, bem como estabelece no imaginário social a ideia de que não cabe ao homem a capacidade de desenvolver bem o cuidado de uma criança, ao mesmo tempo em que age na constituição psíquica desse sujeito, inviabilizando, por vezes, o desejo de ser pai.

Nesse sentido, faz-se importante mencionar que a discriminação se torna um empecilho para que esses homens assumam ou expressem seus sentimentos publicamente, o que interfere na forma

como constroem seus relacionamentos e, por vezes, os leva a reprimir a própria sexualidade, ou viverem os seus problemas conjugais de forma solitária e silenciosa, sem o apoio social ou familiar. Fatores esses que corroboram para maior adoecimento psíquico entre homens gays, já que a paternidade e a livre expressão da sexualidade foram descritas como fatores protetivos.

Ademais, a falta de apoio social, a discriminação e os estigmas sociais e individuais ainda são barreiras que separam os homens gays de alcançarem a paternidade, ainda que esta seja permitida juridicamente em contexto brasileiro. Ainda assim, apreende-se que, cada vez mais, casais homoafetivos masculinos têm formado família e alcançado a paternidade, principalmente por meio da adoção. Entende-se, ainda, que a criança que cresce em um lar composto por pais gays não sofre prejuízo no desenvolvimento psicossocial.

Por fim, é importante que sejam trabalhados os estigmas sociais e a efetividade de políticas públicas que garantam os direitos iguais aos casais e às famílias homoafetivas. Ainda que já se tenha garantido o direito à união civil e à adoção, tais estigmas se mantêm no contexto brasileiro, os quais, ancorados pelo conservadorismo político, ameaçam direitos conquistados e perpetuam ideologias heteronormativas e preconceituosas na sociedade.

Questões

Quais acontecimentos e marcos históricos possibilitaram maiores conquistas aos homens gays no que tange ao direito a constituir uma família?

- Como os padrões de gênero e a heteronormatividade afetam a conjugalidade e parentalidade de homens gays?
- De que forma a construção de uma família, seja pela conjugalidade, ou pelo alcance da paternidade, podem afetar a saúde mental de homens gays?
- Quais os caminhos mais comuns para se alcançar a homoparentalidade masculina e qual o mais frequente no Brasil?

- O fato de crescer em uma família homoparental interfere no desenvolvimento das crianças com pais gays?

Respostas

1. É possível destacar alguns acontecimentos e marcos que ocorreram nas últimas décadas, tais como, a retirada da homossexualidade dos manuais diagnósticos enquanto patologia, o reconhecimento do direito à união civil entre casais homoafetivo e a maior representação nos meios de comunicação em massa.
2. Os padrões de gênero, construídos a partir de uma perspectiva heteronormativa, afetam, no âmbito intrapsíquico, com a homofobia internalizada e na construção psíquica sobre o desejo de tornar-se pai ou esposo, bem como, a nível social, ao passo em que mantém estigmas e preconceitos, relacionados à capacidade de homens desempenharem bem o papel parental, ou ainda, relacionados a homofobia percebida.
3. É possível apreender duas perspectivas acerca das influências na construção de uma família, ou relação conjugal, sobre a saúde mental de homens gays. A primeira com relação aos efeitos negativos, considerando o preconceito e discriminação sofridos pela união homoafetiva. Já a segunda perspectiva, diz respeito a fatores protetivos que tendem a proporcionar maior bem estar psicológico e saúde mental de forma geral, superando os efeitos da primeira, tais fatores são, a conquista da paternidade em superação das adversidades, espaços de livre expressão da sexualidade e, a legalização da união homoafetiva.
4. De acordo com a literatura nacional e internacional, os tipos mais comuns são: a partir de relacionamentos heterossexuais anteriores; a adoção; a coparentalidade; métodos de reprodução assistida (ex.: “barriga de aluguel” ou “gestação

de substituição”). Dentre esses, o tipo mais frequente no Brasil é a adoção.

5. Dentre os estudos científicos, apreende-se, majoritariamente, que o desenvolvimento psicossocial dessas crianças não é impactado negativamente. Apesar da ameaça ao bem-estar, devido aos estigmas e à discriminação, os pais gays tendem a construir boas relações com os filhos, o que atenua os efeitos dessa violência externa.

Referências

ALMEIDA, E. A. Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências. **Revista Aedos**, v.11, n.24, p.62-79, 2019.

ARALDI, M. O.; SERRALTA, F. B. O processo de construção e a experiência da parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, n.esp, p.1-10, 2019.

BAÉRE, F.; ZANELLO, V. O envelhecimento de lésbicas e gays: a longevidade nos dispositivos de gênero. In: ARAÚJO, L. F.; SILVA; H. S. (org.). **Envelhecimento e Velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. Campinas, SP: Alinea, 2020. p.119-134.

BLAKE, L.; CARONE, N.; RAFFANELLO, E.; SLUTSKY, J.; EHRHARDT, A. A.; GOLOMBOK, S. Gay fathers' motivations for and feelings about surrogacy as a path to parenthood. **Human Reproduction**, v.32, n.4, p.860-867, 2017.

BORGES, C. C.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Nadando contra a corrente: a vivência conjugal de homens gays e a heteronormatividade. **Psicologia em Estudo**, v.22, n.4, p.597-608, 2017.

CARNEIRO, F. A.; TASKER, F.; SALINAS-QUIROZ, F.; LEAL, I.; COSTA, P. A. Are the fathers alright? A systematic and critical review of studies

on gay and bisexual fatherhood. **Frontiers in Psychology**, v.8, n.1636, p.1-13, 2017.

CARNEIRO, F. A.; COSTA, P. A.; PEREIRA, H.; LEAL, I. A qualidade das vivências parentais em três famílias homoparentais Portuguesas. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.19, n.1, p.129-135, 2018.

COITINHO FILHO, R. A.; RINALDI, A. A. O Supremo Tribunal Federal e a “união homoafetiva”: onde os direitos e as moralidades se cruzam. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v.18, n.1, p.26-42, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução nº 2168, de 21 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026

DALY, S. C.; MACNEELA, P.; SARMA, K. M. Coming-Out Experiences of Irish Gay Fathers Who Have Been Heterosexually Married: An Interpretative Phenomenological Analysis. **Journal of homosexuality**, v.67, n.9, p.1213-1237, 2019.

ESTECA, F. M. Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade lésbica: Uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERREIRA, G. G.; AGUINSKY, B. G. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálysis**, v.16, n.2, p.223-232, 2013.

FEUGÉ, É. A.; CYR, C.; COSSETTE, L.; JULIEN, D. Adoptive gay fathers' sensitivity and child attachment and behavior problems. **Attachment & human development**, v.22, n.3, p.247-268, 2020.

GATO, J.; FONTAINE, A. M. Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.2, p.312-322, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Estatísticas do registro civil. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Estatísticas do registro civil. 2019.

LAWRENZ, P.; HABIGZANG, L. F. Minority Stress, Parenting Styles, and Mental Health in Brazilian Homosexual Men. **Journal of homosexuality**, v.67, n.5, p.658-673, 2019.

LINDHEIM, S. R.; MADEIRA, J. L.; LUDWIN, A.; KEMNER, E.; PARRY, J. P.; SYLVESTRE, G.; PENNING, G. Societal pressures and procreative preferences for gay fathers successfully pursuing parenthood through IVF and gestational carriers. **Reproductive biomedicine & society online**, v.9, p.1-10, 2019.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas em Psicologia**, v.24, n.3, p.1051-1067, 2016.

LOGAN, R.; AHERN, K. Gay Fatherhood in the NICU: Supporting the “Gayby” Boom. **Advances in Neonatal Care**, v.20, n.4, p.286-293, 2020.

MCCONNACHIE, A. L.; AYED, N.; JADVA, V.; LAMB, M., TASKER, F.; GOLOMBOK, S. Father-child attachment in adoptive gay father families. **Attachment & human development**, v.22, n.1, p.110-123, 2020.

MELLO, L. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v.14, n.2, p.497-508, 2006.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P. O gay afeminado nas organizações: uma tensão permanente com padrões heteronormativos. **Revista Estudos Feministas**, v.29, n.1, 1-15, 2021.

OLIVEIRA, M. A. C.; MARQUES, S. S. Paternidades e a identidade do sujeito constitucional no Brasil: um estudo a partir do direito fundamental à licença-paternidade. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v.63, n.2, p.9-38, 2018.

PERRIN, E. C.; PINDERHUGHES, E. E.; MATTERN, K.; HURLEY, S. M.; NEWMAN, R. A. Experiences of children with gay fathers. **Clinical pediatrics**, v.55, n.14, p.1305-1317, 2016

POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. A Discriminação Homofóbica por meio do Humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. **Organizações & Sociedade**, v.26, n.91, p.645-664, 2019.

RECZEK, C. Sexual-and gender-minority families: A 2010 to 2020 decade in review. **Journal of Marriage and Family**, v.82, n.1, p.300-325, 2020.

RODRIGUES, V.; BOECKEL, M. Conjugalidade e homossexualidade: uma revisão sistemática de literatura. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v.25, n.55, p.96-109, 2016.

RODRIGUEZ, B. C.; MERLI, L. F.; GOMES, I. C. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. **Temas em Psicologia**, v.23, n.3, p.751-762, 2015.

SANTOS, J. V. D. O.; ARAÚJO, L. F. D.; NEGREIROS, F.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Adoção de crianças por casais homossexuais: As representações sociais. **Trends in Psychology**, v.26, n.1, p.139-152, 2018.

SHENKMAN, G.; SIBONI, O.; TASKER, F.; COSTA, P. A. Pathways to fatherhood: Psychological well-being among Israeli gay fathers through surrogacy, gay fathers through previous heterosexual relationships, and heterosexual fathers. **Frontiers in psychology**, v.11, n.91, p.1-13, 2020.

SHENKMAN, G.; IFRAH, K.; SHMOTKIN, D. Meaning in life among middle-aged and older gay and heterosexual fathers. **Journal of Family Issues**, v.39, n.7, p.2155-2173, 2018.

SHENKMAN, G.; SHMOTKIN, D. "Kids Are Joy" Psychological Welfare Among Israeli Gay Fathers. **Journal of Family Issues**, v.35, n.14, p.1926-1939, 2014.

SHENKMAN, G.; SHMOTKIN, D. Self-perceived parental role and mental health concomitants among Israeli gay and heterosexual fathers. **Journal of homosexuality**, v.67, n.5, p.712-732, 2019.

SHENKMAN, G.; SHMOTKIN, D. The association between self-perceived parental role and meaning in life among gay and heterosexual fathers. **Journal of Family Psychology**, v.30, n.5, p.552-561, 2016.

SHENKMAN, G.; STEIN, Y.; BOS, H. The mediating role of attachment avoidance in the association between sexual orientation and mental health. **Journal of homosexuality**, v.68, n.3, p.461-475, 2019.

SILVA, J. L.; COSTA, M. J. F.; TÁVORA, R. C. O.; VALENÇA, C. N. Planejamento para famílias homoafetivas: releitura da saúde pública brasileira. **Revista Bioética**, v.27, n.2, p.276-280, 2019.

SUMONTHA, J.; FARR, R. H.; PATTERSON, C. J. Social support and coparenting among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents. **Journal of Family Psychology**, v.30, n.8, p.987, 2016.

TARNOVSKI, F. L. Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. **Cadernos pagu**, v.40, n.1, p.67-93, 2013.

TORNELLO, S. L.; PATTERSON, C. J. Adult children of gay fathers: Parent-child relationship quality and mental health. **Journal of homosexuality**, v.65, n.9, p.1152-1166, 2018.

XAVIER, P; ALBERTO, I.; MENDES, F. Pensando a Homoparentalidade: Um Estudo Qualitativo com Jovens Adultos Portugueses sem Filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.36, n.1, p.1-14, 2020.

CONJUGALIDADE LÉSBICA: RESISTÊNCIAS ÀS COLONIALIDADES DA SEXUALIDADE

*Juliana Fernandes-Eloi
Renata Castelo Branco Araujo
James Ferreira Moura Junior*

Partindo da noção de sexualidade como uma dimensão construída sócio culturalmente, este capítulo explicita aspectos históricos e geopolíticos que influenciaram na demarcação da ideia de heterossexualidade como normal e aceitável, tornando a homossexualidade uma patologia a ser corrigida. Discorre-se sobre a heterossexualidade compulsória como regime político que estabelece como padrão a impossibilidade de uma relação entre mulheres e é utilizada pelo Estado como lógica de organização civil. Apresenta-se, ainda, um estudo de caso clínico de uma mulher lésbica, negra, idosa e seu processo psicoterapêutico frente à própria conjugalidade e à relação com a desconstrução das marcas das colonialidades que engendram homofobias, racismos e idadismos. Ao final, expõe-se o contexto atual de políticas públicas para a população lésbica no Brasil.

Introdução

Eu sonho com um lugar entre seus seios
pra construir minha casa como um abrigo
onde planto safras
em seu corpo
uma vasta colheita
onde a rocha mais comum
é pedra da lua e ébano opala
amamentando todas as minhas fomes
e sua noite se derrama sobre mim
como uma chuva nutriz
(LORDE, 1978, p.82).

O presente texto segue uma coerência histórica-política em que, no primeiro momento, trará uma perspectiva da construção da sexualidade embasada em uma produção colonizadora de inverdades impostas de modo absoluto e ditatorial. Essa compreensão aponta para uma marcação territorialista de geração de crenças, hábitos e subjetividades que hierarquizam relações sociais e se expressam na sexualidade.

A partir da concepção discriminada do normal e do patológico em contextos sexuais, será apresentada uma lente de abjeções entre os limites de certo e errado acerca da sexualidade humana em que, a partir da compulsoriedade da heterossexualidade se discrimina quem pode e não pode viver. Esse fenômeno reverbera em práticas de violações de direitos de existência, de relações sexuais, conjugalidades, racismos e idadismos (BARBOSA; RABELO; FERNANDES-ELOI, 2020).

As engrenagens e os aparelhamentos dos dispositivos sexuais promovem violências contra a diversidade da sexualidade humana. Nesse sentido, percebe-se que as lesbianidades e a geração de famílias por casais de lésbicas direcionam-se para um confronto com os múltiplos sistemas que operam no aprisionamento da sexualidade humana.

A seguir, será apresentado um estudo de caso clínico de Joana,⁷ uma mulher lésbica, negra, idosa e seu processo psicoterapêutico frente à própria conjugalidade e a relação com a desconstrução das colonialidades que engendram homofobias e outras violências. Observamos as marcas do colonialismo reproduzidos pela colonialidade na trajetória de Joana no tocante à sexualidade. O caso descrito é uma expressão real frente à colonialidade, demarcada ao longo da história das mulheres lésbicas que continuamente resistem e geram suas famílias. E por fim, será explicitado o contexto atual de políticas públicas para a população lésbica.

Importante ressaltar que, nesse texto, utilizamos a diferenciação entre colonialismo e colonialidade, partindo da compreensão de que não é possível falar de uma superação das relações construídas durante a colonização sem antes assumir os efeitos permanentes da colonialidade em diversos âmbitos individuais e coletivos. Considera-se que houve, de fato, o fim do período histórico das administrações coloniais, chamado colonialismo, mas a colonialidade permanece até os dias atuais, enquanto lógica de estruturação social (MIGNOLO, 1998; QUIJANO, 1998).

A Construção da Sexualidade no Ocidente: a engrenagem da colonialidade na Modernidade

O presente texto parte da compreensão das categorias da sexualidade enquanto construções históricas. Assim como o corpo e o sexo - enquanto esferas de análise - a heterossexualidade e a homossexualidade não são estáveis, elas se modificam no decurso do tempo, pois estão imersas em um contexto, atendendo a tensões econômicas, tecnológicas, morais e políticas da época em que se inserem. Até bem pouco tempo, inclusive, havia expressões da sexualidade

7 É importante apontar que Joana é um nome fictício. Houve consentimento sobre a apresentação da sua história, sendo omitidas informações acerca de características que pudessem identificar a pessoa.

atreladas a classificações como normal ou desviante (SOUZA et al., 2019; FOUCAULT, 1988; KATZ, 1996).

Jonathan Katz (1996), historiador norte-americano dedicado a investigar a sexualidade ao longo do tempo, defende que os termos homossexualidade e heterossexualidade fazem parte de uma organização social, ou seja, se referem a formas “específicas de dominar, pensar sobre, avaliar e organizar socialmente os sexos e seus prazeres” (p.24). O trabalho do autor mostra que não há essencialismos nas uniões entre os sexos, nem tampouco um aspecto universal que atravessaria as diferentes épocas da humanidade. O heterossexualismo não é, portanto, absoluto, embora tenha sido socialmente convencionado dessa forma.

Sem dúvida uma necessidade reprodutiva, as distinções e o erotismo entre os sexos existem há muito tempo. Mas a reprodução, a diferença entre os sexos e o prazer sexual têm sido produzidos e combinados em vários sistemas sociais de modos totalmente diversos. Afirimo que apenas há cem anos esses modos passaram a ser heterossexuais (KATZ, 1996, p.25).

A ideia de heterossexualidade foi construída na era moderna, no final do século XIX, quando se começou a propagar discursos clínicos e científicos sobre a sexualidade, reproduzindo uma lógica dicotômica de separação do mundo originada no período colonial. O termo heterossexual designava um desvio e foi identificado, pela primeira vez, em um artigo médico norte-americano de 1882 que listava comportamentos sexuais ditos anormais ou perversos. O heterossexual estaria relacionado ao desejo erótico pelos dois sexos – masculino e feminino – carregando consigo tanto o desejo de reproduzir-se – classificado como normal – como o apetite sexual por modos de ter prazer sem reproduzir a espécie – dito anormal. Percebe-se, assim, o modelo reprodutivo fortemente atrelado ao padrão de sexualidade que estava sendo descrito nos estudos da época. O que se considerava instinto sexual - neste momento da história em que o aumento populacional

configurava uma necessidade da época - era a vontade de homens e mulheres de procriar (KATZ, 1996).

James G. Kiernan foi identificado como o primeiro a fazer uso do termo heterossexual, em um jornal de medicina de Chicago sobre perversões sexuais. Em seguida, o termo foi usado no livro *Psicopatia Sexualis* (1893), de Richard von Krafft-Ebing, professor de psiquiatria de Viena, abordando sexualidades patológicas. Os escritos sobre uma sexualidade doentia passaram, assim, a delinear a ideia de uma sexualidade sadia ou normal (KATZ, 1996).

Já no volume 1 da obra "História da Sexualidade", "A vontade de saber", Michel Foucault (1988) discorre sobre o projeto de colocar o sexo em discurso, de se falar dos prazeres, sentimentos e sensações percebidos no séc. XVII como regra para todos os cristãos por meio da confissão. Havia estímulo à produção de discursos sobre o sexo na mesma medida em que havia repressão por meio de mecanismos de coerção empreendidos por diversas instituições como a saúde, a igreja, o sistema jurídico e a educação.

[...] todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, a incitação a se falar dele (FOUCAULT, 1988, p.32-33).

Não se tratava meramente de uma proibição, mas de uma fala que trouxesse utilidade, "O sexo não se julga apenas, mas administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos" (FOUCAULT, 1988, p.27). Atravessado por questões como natalidade, necessidade de aumento de mão de obra,

geração de alimentos, administração de doenças, encontrava-se o sexo no séc. XVIII. Perpassando o biológico e o econômico, em meio ao crescimento da ciência moderna, formava-se uma crescente rede de olhares sobre o assunto, o qual se tornava cada vez mais de interesse do Estado. Assim, identifica-se que, sucessivamente, passou-se a usar a confissão em diversos âmbitos como forma de conferir autenticidade aos discursos no ocidente: na medicina, na família, na justiça, na pedagogia, nas relações amorosas. As práticas sexuais dos casais eram as mais comentadas e as que mais precisavam ser confessadas. O relacionamento conjugal recebia uma grande atenção em discursos repletos de regras e indicações. Se falava na mesma medida em que se vigiava.

Em termos jurídicos, a homossexualidade podia ser avaliada tanto quanto a infidelidade, o casamento à revelia dos genitores ou à bestialidade. Passaram a questionar o erotismo das crianças, daqueles considerados loucos, dos que cometiam crimes, assim como dos que não amavam o sexo oposto. Foi, então, a partir da descrição do anormal ou das sexualidades periféricas, que os limites do normal foram sendo construídos.

Já no séc. XIX, a ciência buscou “ajustar as regras do antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico” (FOUCAULT, 1988, p.66). Esse mecanismo impulsionou uma profusão de discursos sobre o sexo que terminou por produzir as práticas sexuais ditas normais da época, ou seja, criou a verdade sobre o sexo. A esse respeito, o autor diz:

No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica, (...) a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar (FOUCAULT, 1988, p.67).

Com base nos escritos de Katz (1996), sobre homens em tratamento médico psiquiátrico, percebe-se a ênfase que os profissionais davam ao desejo pelo sexo oposto como sendo o normal, o saudável, o recomendado e o enfocado nas intervenções da época. Deixava-se transparecer um forte enviesamento moral, atravessado por discursos religiosos cristãos, legais e atrelados a uma suposta natureza. O médico era uma autoridade para dizer àqueles que relatavam desejo por pessoas do mesmo sexo o que seria correto sentir e fazer no âmbito da sexualidade e, dessa forma, o próprio discurso médico produzia o desejo sexual heterossexual em uma coligação entre a confissão e o poder da medicina. Em tais orientações, frequentemente, figurava o casamento como o desfecho ideal e, até o séc. XIX, naquele contexto da classe média estadunidense, o modelo vigente de casamento era o religioso entre um homem e uma mulher. Estas noções contaminaram sobremaneira o pensamento do século XX sobre a sexualidade, período em que se passou a afirmar que a heterossexualidade seria determinada biologicamente e, dessa forma, um fato natural e imutável.

Neste ponto, considera-se profícuo refletir sobre aquilo que se toma por norma não ser usualmente nomeado, estudado ou questionado (KATZ, 1996), como por exemplo o fato de mulheres sentirem vontade de vestir saias e homens geralmente usarem cabelo curto. Tomou-se por problemático o desejo por vestir-se com roupas socialmente atribuídas ao sexo oposto, adjudicando ao travestismo um patamar anormal.

O ponto de vista da ciência da idade moderna era explicitamente masculino, essencialmente fálico, dispondo os homens como tópico principal e, muitas vezes, único. A mulher aparecia nos discursos médicos do final do século XIX e início do século XX acompanhada de adjetivos como: pura, naturalmente passiva, desprovida de sensualidade ao tornar-se mãe, dentre outros que colocavam a figura feminina bastante isenta das fabulações sobre as pulsões do corpo. Nesta época, não se falava em psicologia e biologia como áreas distintas e os sentimentos eram vistos a partir da ótica anatômica/biológica, portanto, a atração sexual por uma mulher era um sentimento masculino e as interações sensuais entre mulheres eram ignoradas (KATZ, 1996).

O sexo foi colocado como objeto de verdade e esse postulado era proferido pelo outro: o médico, o juiz, o policial, o professor, o padre, mas não por si mesmo. No terceiro volume da “História da Sexualidade”, “O cuidado de si”, Foucault (2005) fez uma jornada pelos gregos antigos para encontrar uma verdade que era construída e experimentada em si mesmo, através de práticas de cuidado de si, com exercícios éticos e estéticos e menos interferência da moral cristã. Essa investigação do filósofo francês nos fala de uma possibilidade de uma verdade confeccionada em si mesmo e que pode provocar caminhos diversos daqueles advindos da verdade da sexualidade baseada na ciência moderna.

Dito isto, como seria a trajetória da sexualidade humana, se tivesse se desenvolvido em meio à cultura do cuidado de si? A concepção da história da sexualidade como construção histórica e fortemente atravessada por questões de poder, como a colonização, é compartilhada por teóricas da teoria de gênero decolonial, aqui representada pela socióloga argentina María Lugones (2018).

A autora explicita como o heterossexismo é um componente relevante na engrenagem do colonialismo em articulação com a classificação racial e o capitalismo, dando origem ao que ela denominou sistema de gênero moderno-colonial, que promoveu relações opressivas, hierárquicas e binárias e difundiu regras de gênero arquitetadas eurocentricamente. Nas palavras da autora:

O colonialismo não impôs articulações pré-coloniais europeias aos colonizados. Ele impôs um novo sistema de gênero que introduziu, para os homens e mulheres colonizados, modos de articulação muito diferentes daqueles designados aos burgueses brancos colonizadores. Assim, o colonialismo introduziu muitos gêneros, e, o gênero em si, como um conceito colonial e como um modo de organização de relações de produção e de propriedade, de cosmologias e de modos de conhecimento (LUGONES, 2018, p.239).

Diante dessa perspectiva, faz-se necessário uma análise do heterossexismo imbricado com relações raciais a partir do colonialismo a fim de “compreender uma nova forma de organização da vida no presente” (LUGONES, 2018, p.240.). Ou seja, o entendimento do sentido histórico da heterossexualidade é fundamental para as reflexões sobre conjugalidade entre mulheres no Brasil, que ainda hoje sofre os efeitos da colonialidade em âmbitos individuais e coletivos.

Heterossexualidade compulsória: a relação entre mulheres como não-opção

O contexto cultural em que as mulheres ocidentais foram e são socializadas nos últimos séculos, envolvendo a exaltação e a romantização dos relacionamentos heterossexuais “irradiada na jovem desde sua mais tenra infância por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, da propaganda, das canções populares e da pompa dos casamentos” (RICH, 2012, p.31). Há um sistema colonial em que a figura do homem é central, fazendo as mulheres acreditarem que o matrimônio e o desejo sexual pelo sexo oposto são elementos imprescindíveis da vida de toda e qualquer mulher.

O regime político originado a partir da colonização caracteriza a heterossexualidade compulsória, instrumento que confere aos homens acesso sexual às mulheres em diversas classes e raças e que tem “sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força” (RICH, 2012, p.35). Tal sistema implica, ainda, na aceitação de que o homem é quem possui a potência sexual e que as relações de amizade entre mulheres precisam ser interrompidas tão logo as mulheres jovens estejam conscientes de seus desejos sexuais, o que é reforçado pelo apagamento da existência lésbica nos meios de comunicação de massa e nas diversas expressões de arte como cinema e literatura – salvo quando figuram com funções de exotismo ou perversidade.⁸

8 Sobretudo mulheres indígenas, africanas e asiáticas foram retratadas com sexualidades excessivamente erotizadas, como relatado por McClintock (2010), sobre as

A comunalidade do feminino é interrompida com o avanço do poder da Igreja, da propriedade privada e o fortalecimento da criação dos Estados Nação (GROSFOGUEL, 2016). Assim, o caráter político desse sistema é explicitado na subvalorização do poder das mulheres em termos sociais e sexuais (WITTIG, 2006; RICH, 2012; ŠTRUKELJ; GREGÓRIO; GIGER, 2019).

Wittig (2006) endossa a crítica à concepção de que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e define dois sexos, pois estão baseadas nas diferenças biológicas. Para ela, a heterossexualidade é aceita e utilizada pelo Estado – como a polícia e as leis – portanto, deve ser compreendida como um regime político, para além das práticas e desejos eróticos utilizados na luta pela desessencialização dos papéis considerados femininos no ocidente.

Rich (2012), por sua vez, considera que um dos mais fortes mecanismos de manutenção das mulheres dentro dos limites sexuais masculinos é a invisibilidade ou marginalidade lésbica, advinda da exaltação da heterossexualidade como algo inato e dos mecanismos de saber-poder que colocam a homossexualidade como doença ou simplesmente não a consideram como existência possível, como já foram citados neste texto (FOUCAULT, 1988). Esse processo termina por tornar a lesbianidade uma não-opção institucionalizada.

Falar da existência lésbica a partir da equivalência com a homossexualidade masculina é, inclusive, desconsiderar a singularidade da sexualidade das mulheres, é novamente, apagá-las politicamente, como complementa a autora ao perceber: “[...] a experiência lésbica a ser, tal como a maternidade, uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares, que não podemos compreender quando nós a agrupamos simplesmente com outras existências sexualmente estigmatizadas” (RICH, 2012, p.37). Dessa forma, ao abrir possibilidades a partir de um olhar focado na

descrições acerca de contatos de colonizadores com povos originários: “O folclore viu-as, ainda mais do que aos homens, como dadas a uma lascividade venérea tão promíscua a ponto de fazer fronteira com o bestial” (MCCLINTOCK, 2010, p.45).

existência lésbica com base nela própria pode ser um caminho transformador para as reflexões sobre a sexualidade/conjugalidade entre mulheres.

A heterossexualidade compulsória, por sua vez, implica uma falta de escolha, ainda raramente assumida para muitas mulheres, que permanecem suscetíveis a relações pouco compensatórias ou até mesmo abusivas e que “não terão poder coletivo de determinar o significado e o lugar da sexualidade em suas vidas” (RICH, 2012, p.44). Fenômeno este que crava, na sociedade brasileira, um sistema hegemônico cisheteropatriarcal fundado na colonialidade.

Pode-se pensar em contextos clínicos atuais quando muitas mulheres chegam em consultórios de psicologia, demandando atendimento para, segundo elas, curarem-se de uma sexualidade dita errada, de pensamentos considerados equivocados e pecaminosos uma vez que se depararam com atrações, sentimentos e desejos dirigidos a uma pessoa do mesmo sexo. A colonialidade impera nas raízes da violência e promove invisibilidade, negatividade e homofobia (FERNANDES-ELOI, 2017; SOUZA et al., 2019; FONSECA; ARAÚJO; FERNANDES-ELOI, 2020).

A colonialidade da sexualidade: processos de subjetivação na conjugalidade lésbica

Aqui será descrito um relato real de vida, no qual todas as informações e detalhes que identificam a cliente foram alterados para que não haja, propositadamente, nenhuma correlação. Joana é acompanhada em processo psicoterapêutico por um dos autores do presente texto há mais de quatro anos. Sua busca inicial por fazer psicoterapia girava em torno de uma relação que tinha data para acabar e isso lhe gerava bastante insegurança e sofrimento psíquico. Joana é uma mulher negra, cisgênero, lésbica, com 65 anos, servidora pública, que se percebe mãe de dois cachorros e vive uma união estável com a companheira.

No início do acompanhamento terapêutico, relatou uma relação que vivia há dois anos com uma mulher dez anos mais jovem e

de quem costumava escutar que “a relação iria acabar por não acreditar em relações duráveis entre lésbicas” (sic). Após um mês de terapia, Joana decide terminar a relação por não suportar as ameaças de uma instabilidade emocional e financeira, diante da determinação do fracasso da relação que sua namorada reproduzia. Seis meses depois, Joana ainda permanece em processo psicoterapêutico e conhece sua atual esposa com quem está vivendo em uma relação estável há 3 anos. Moram juntas, dividem a vida financeira, a cama e os cuidados com os cachorros.

A família de Joana não conhece sua casa, não conhece seus cães, seus amigos e amigas e, embora Joana esteja sempre na casa de sua mãe, convivendo com irmãos e sobrinhos, a vida dela segue em silêncio nesse espaço, segue negatizada e invisibilizada pela homofobia enraizada nas bases da colonialidade da sexualidade. Ao longo da vida, Joana traz a demarcação da homofobia, do racismo e agora fala em peso da idade, por se sentir velha diante da possibilidade de assumir algo que na juventude não havia efetivado. Conviver com tal contexto fragiliza, despotencializa e compromete o desenvolvimento saudável das relações familiares (MELETTI; SCORSOLINI-COMIN, 2015).

O poder colonial é vigilante, buscando informações sobre os corpos dissidentes para excluí-los e normatizá-los (GROSFUGUEL, 2016). Dessa maneira, Joana defende-se dessa vigilância excludente a partir de práticas de invisibilidade para sua família. Muitas vezes, as relações familiares são vividas em distanciamentos, desconexões, devido à ausência de aceitação, tolerância e empatia. Sua família é negra, mas foi de quem ela mais ouviu, ao longo da vida, discursos carregados de discriminação com sua aparência.

A idade que possui, desponta mais uma negatividade da qual não consegue e nem deseja fugir. Joanna diz: “minha pele, minha sexualidade e minha idade, compõem minha vida” (sic). Sua resistência faz parte de uma intensa jornada de aceitação de si mesmo, pois por muito tempo se calou. Contudo, mesmo dentro desse contexto de múltiplas negativas, os confrontos entre homofobia, racismo e idadeísmo, em contraposição às resistências de Joana, são permanentes.

Durante alguns meses, foram trabalhadas diferentes perspectivas frente à relação com o silêncio familiar, à solidão ao não poder compartilhar sua vida com a própria família e a zona de proteção que Joana construía em seu cotidiano. Devido ao medo da reprovação social, seus colegas de trabalho não sabiam que ela era lésbica e que vivia uma relação estável. Joana sempre dizia: “é difícil sair do armário quando o armário vai pra todo lado com você. No trabalho, na família, todos também devem sair do armário e isso é muito solitário” (sic).

O processo de aceitação da própria sexualidade é colocado em meio à vergonha, ao medo e à sensação de fragilidade. O preconceito é fundado no sistema colonial que cria esses sentimentos de inferioridade e autoavaliação negativa (BANDEIRA; BATISTA, 2002). A família, com frequência, fala negativamente sobre mulheres lésbicas e, no trabalho, o medo do desrespeito é permanente. Joana até pensa em se casar, “mas a união estável parece mais fácil, caso haja separação, não é?!” (sic). A vergonha pode ser percebida como mantida pela colonialidade do ser. A colonialidade pressupõe que a heterossexualidade é o padrão na sociedade ocidental, sendo as outras expressões da sexualidade dissidentes (MIGNOLO, 2008). Assim, a vergonha é essa avaliação negativa sobre si mesmo a partir desse critério de verdade colonial.

No Brasil, a conjugalidade entre pessoas do mesmo gênero é aceita de forma legal, mas é uma conquista recente. No dia 05 de maio de 2011, a parceria entre pessoas do mesmo sexo ou gênero foi legalizada como direito cívico em união civil estável, mas ainda pouco se falava em conjugalidade ou casamento de pessoas do mesmo sexo. Foi então que, em 2013, mais especificamente no dia 14 de maio, com a resolução nº 175 que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a conversão da sociedade ou união estável homoafetiva para casamento, legalizando a conjugalidade vivida por casais do mesmo sexo.

Essa conquista jurídica não foi simples, sendo necessárias, inclusive, a elaboração da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 132 RJ - e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4.277 DF - publicada em 05/05/2011 para que se reconhecesse o tratamento legal de união estável entre casais do mesmo sexo; além da

resolução nº 175, já citada, para legitimar o casamento para casais do mesmo sexo (STF, 2012).

Pode-se perceber que a demanda inicial de Joana, ao começar o processo psicoterapêutico, era devido uma relação que lhe gerava insegurança, pois sua namorada não acreditava na permanência e nem na estabilidade de uma relação entre mulheres. Com o passar dos anos, Joana entra em uma nova relação, formaliza o processo de união estável, mas não deseja casar-se legalmente, acredita não ser necessário, como ela mesmo diz: “vai que a gente se separa e precisa alterar documentos e etc, vai ser chato” (sic).

Ao falar sobre isso em seu processo, percebe um ciclo de negatização enraizado ao logo da vida. Lembra quando era criança, adolescente ou em qualquer período da vida sempre ouviu de modo negativo, o desprezo pela existência lésbica. E Joana se questiona: “esse ciclo é perverso, sou um reflexo de medos, mesmo diante de meu próprio amor e sexualidade. Como romper com esse sistema que me parte, me retira o desenvolvimento da minha relação?” (sic).

Cabe apontar que a conjugalidade é uma trajetória também demarcada por simbologias que estigmatizam pessoas (MOSMANN; LOMANDO; WAGNER, 2010). Contudo, faz-se necessária a percepção desse fenômeno a partir dos processos subjetivos e sociais coletivos e individuais.

Joana, ao explorar os próprios medos, ao se sentir acolhida na relação terapêutica, inicia um trânsito intrapsíquico que confronta sua história de vida, seu contexto social e passa a ressignificar seu próprio envolvimento relacional, ao conviver com sua companheira, ao enxergar que deseja a estabilidade de uma relação a duas, com a geração e criação de filhos. Em determinado momento de seu processo, Joana assume em voz alta: “não é por ser mulher lésbica que não posso. Posso e vou conjugar o que já faço todo dia. E se algum dia terminar meu casamento, seja porque acabou e não porque tinha que acabar” (sic).

A partir do caso de Joana, pode-se perceber os processos que invisibilizam diferentes cotidianos, sentimentos e relações, até mesmo as duradouras. A conjugalidade, a geração de uma família entre pessoas

do mesmo gênero, carrega em si atravessamentos da negatividade gerada pela violação, hierarquias de gênero, reprodução de homofobias e vivências de homofobias internalizadas.

Estudo realizado por Fernandes-Eloi (2017) pesquisou 1.231 mulheres lésbicas em contexto brasileiro a partir da perspectiva multi-métodos. Em um dos estudos, obteve-se como resposta que a média de idade para a primeira relação sexual de mulheres lésbicas com outras mulheres foi de 18 anos, e dentre as mulheres lésbicas que se relacionaram sexualmente pela primeira vez com homens, foi de 17 anos. Dentre a média de idade das mulheres lésbicas que responderam sobre quando que se perceberam lésbicas, a média foi de 15 anos de idade, ao passo que a idade que as participantes se assumiram lésbicas - visibilidade e exposição pública da orientação sexual -, foi de 18 anos. Esse dado é extremamente significativo, pois, mesmo se percebendo lésbicas, aproximadamente, aos 15 anos, as participantes tendem a ter relações sexuais primeiramente com homens e só em seguida, disponibilizam-se para se assumirem publicamente como lésbicas e ter relações sexuais com outras mulheres.

A transição entre percepção, movimentação e transformação do cotidiano ocorre em contato direto com múltiplos sistemas que aprisionam a liberdade e a autonomia da sexualidade. Esse fenômeno, por sua vez, é uma transgressão, uma violência naturalizada na história que invisibiliza o direito ao próprio erotismo, as vivências dos próprios desejos sexuais e de manutenção das relações lésbicas.

Acreditar na determinação do fracasso da conjugalidade entre mulheres lésbicas, confirma o terrorismo sexual engendrado na história e nos contextos brasileiros. Romper essas fronteiras é resistir a todo o emaranhado das engrenagens da colonialidade, que é transmitido em métodos que docilizam e normatizam a sexualidade humana.

É importante ressaltar que, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 01/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, no Art. 2º está que “os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de

discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas”. Desse modo, é imprescindível que o profissional psicólogo seja em contexto clínico, social, jurídico, de saúde ou educacional, se coloque disponível para acolher empaticamente as pessoas com que irá acompanhar, se posicionando de modo genuinamente empático e livre de pré-concepções ideológicas e estigmatizantes. Deve considerar que a diversidade da sexualidade humana não é patológica e nem deve ser colocada em termos negativos, mas sim legitimada como expressões comuns e corriqueiras da sexualidade humana (MOSMANN; LOMANDO; WAGNER, 2010).

A mulher lésbica, ao carregar em si a condição histórica da colonialidade demarcada em hábitos culturais, vive um contexto gerador de sofrimento psíquico, que promove violências e vivências periféricas, subordinadas frente ao medo da violência. Esse cenário apresenta, ainda, múltiplas violências que afetam o contexto da mulher lésbica brasileira. Até hoje, são noticiadas mutilações, agressões coletivas, nas ruas ou dentro de casa, acometidas por pais e familiares que impõem a penetração (pênis-vagina) como uma prática absoluta que supostamente deve ser vivida por toda mulher devido ao apagamento da sexualidade lésbica (LIRA; MORAIS; BORIS, 2017; NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Mulheres no Brasil vivem a demarcação da colonialidade no corpo, na pele e no gênero, um difícil contexto de vulnerabilidade social unicamente por serem mulheres. Seja uma mulher transgênero, negra, indígena ou lésbica, ao se interseccionar raça, classe e idade os dados ainda se agravam mais. Nesse sentido, é fundamental apontar a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que representa uma grande conquista jurídica e avanço no enfrentamento da violência contra a mulher e é responsável por criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). Contudo, a violência de gênero no Brasil ainda é naturalizada em práticas do cotidiano, na política, na música, nos contos e nas crenças sociais, apontando um aumento agressivo nos índices de violência de gênero.

Essa é uma pauta que merece esforços incansáveis e que não se pode parar de ser problematizada, por isso cabe o destaque também das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 2013, 2016), nas quais foram organizados e criados planos nacionais e políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero. Esse processo de mobilização social e nacional deu base para que surgisse, em 2011, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que criou diretrizes de combate à violência contra as mulheres, forneceu subsídios para o gerenciamento da assistência e a garantia de direitos, normas e instrumentalizações.

Atualmente, no Brasil, por questões político-partidárias, foi extinta a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, importante instrumento de articulação de políticas públicas no âmbito das problemáticas de gênero ao nível federal (GONÇALVES; ABREU, 2018). O contexto atual brasileiro apresenta um complexo momento vivido por mulheres lésbicas. A intensa ausência de políticas públicas, de protetividade, de segurança e de investimento em saúde mental e sexual, configura um descaso político com cidadãs que, por motivos sexuais, vivenciam ainda hoje a colonialidade da sexualidade.

As resistências não são somente processos singulares, individuais e internalizados psiquicamente, são um somatório extenso de legitimações, também na história de mobilizações e manifestações grupais e políticas de visibilidades, para que haja mais direitos e mais conquistas para as diversas expressões da sexualidade em qualquer raça, etnia ou idade.

O que aprendemos?

Neste capítulo, foi abordado, inicialmente, o caráter sociocultural da construção da sexualidade, a qual foi historicamente difundida como sendo natural e imutável, tal qual a biologia dos corpos. Foi demonstrado o processo histórico que resultou no discurso hegemônico da heterossexualidade e da homossexualidade no ocidente, o qual hoje sabe-se incapaz de abranger a diversidade das expressões dos

desejos, atrações, interações e relações sexuais, inclusive entre mulheres, que é o foco deste trabalho.

Aspectos do contexto político, tecnológico e moral do século XIX favoreceram o surgimento de classificações, normatizações e padronizações sobre a sexualidade, resultando em instrumentos de dominação e expressões de poder sobre os sexos, inclusive em noções do que se considerava normal e patológico. A conjugação entre o poder médico e a confissão cristã incitou a produção de discursos sobre o sexo por meio de relatórios, diagnósticos, prescrições terapêuticas, dentre outros instrumentos institucionalizados, numa busca por administrar, analisar, controlar e julgar as relações sexuais, o que findou em instituir o normal e o patológico das sexualidades.

Atualmente, a homossexualidade deixou de ser considerada doença, segundo a Organização Mundial de Saúde, e essa alteração demonstra que não há o que se falar em características imutáveis ou essências universais em termos de expressões sexuais que se estendam por toda e qualquer vivência humana.

Mais à frente, o texto enfatiza a influência do colonialismo enquanto sistema de forças que articulou o heterossexismo com a ideia de raça e de acumulação de capital. Esse processo imperialista instituiu o gênero da forma como concebemos – em termos binários, pressupondo a existência exclusiva de dois gêneros, sendo estes hierarquizados – e excluiu cosmologias, formas de organização e de conhecimento em nome da modernização. Tal compreensão é fundamental quando se pretende perceber as relações, sobretudo no contexto da América Latina.

Também foi abordado o contexto cultural ocidental marcado pela supervalorização das relações com o sexo oposto, em detrimento da relação entre mulheres e do homossexualismo como um todo, que foi socialmente instituído como algo menor ou como uma opção inexistente, caracterizando um sistema político que se beneficia da heterossexualidade compulsória.

Seguindo, apresentou-se um caso real que exemplifica e explicita as interseções da engrenagem da colonialidade no âmbito da

sexualidade, a partir do relato de um acompanhamento clínico psicoterapêutico, bem como do trânsito e das mudanças ocorridas nesse processo no caminho da aceitação de si e da consciência dos atravessamentos das opressões da cultura que perpassam a sexualidade.

Por fim, aprendemos que, no Brasil, a mulher lésbica vive um cenário de opressões, exclusões e violências cotidianas que exclui reiteradamente sua existência, tornando-a abjeta. Recentemente, houve avanços no âmbito político, no que concerne à criação de leis e políticas nacionais de combate à violência contra mulher, porém também houve retrocessos, o que demarca a necessidade de atenção e de luta constante nesse campo, pois as conjunturas e os contextos podem não assegurar o pleno exercício dos direitos civis e expressões da sexualidade.

Questões

- Aponte aspectos relevantes que influenciaram a construção do heterossexualismo e do homossexualismo.
- De acordo com Lugones (2018) qual a influência do heterossexualismo na engrenagem da colonialidade?
- A partir do texto apresentado, como você compreendeu a heterossexualidade compulsória? Cite exemplos desse contexto.
- Aponte pelo menos 5 orientações presentes na Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 01/1999 e contextualize com diferentes campos de aplicabilidade (psicologia social, clínica, jurídico, etc.).

Referências

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, p.119-141, 2002.

BARBOSA, V. S.; RABELO, D. F.; FERNANDES-ELOI, J. Indicadores de Saúde Mental e do Clima Familiar de Idosas Negras Matriarcas. **Revista de Psicologia da IMED**, v.12, n.2, p.94-107, 2020.

BRASIL, Presidência da República. **Conferência Nacional de Políticas para Mulheres** Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2004.

_____. Presidência da República. **Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, 2003.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2013.

_____. Presidência da República. **Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 1, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

DEUTSCHE WELLE. **Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças**. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/há-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/a-53447329>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FERNANDES-ELOI, J. **Homofobia internalizada, satisfação corporal, satisfação sexual e envelhecimento de mulheres lésbicas no Brasil**. 300f, 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

FONSECA, L. K. S.; ARAÚJO, L. F.; FERNANDES-ELOI, J. Envelhecimento, Sexualidade e Mulheres Lésbicas: Aspectos Metodológicos. In: CERQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, L. F. (org.). **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social**. Fortaleza: EDUFPI, 2020. p.117-132.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria T. C. A.; Guilhon J. A. A. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. Tradução: Maria T. C. A. 5.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2005.

GONÇALVES, R.; ABREU, S. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao machistério de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v.22, n.2, p.753-771, 2018.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p.25-49, 2016.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LORDE, A. **The black unicorn**. Nova Iorque: WW Norton & Company, 1978.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. Concepções e modos de viver em família: A perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.32, n.4, p.1-10, 2017.

LUGONES, M. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial moderno. Tradução: Larissa L. In: BAPTISTA, M. M. (org.). **Gênero e**

Performance: Textos essenciais Vol. I. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 239–270.

MCCLINTOCK, A. **Couro imperial - Raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Tradução: Plínio Dentzien. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

MIGNOLO, W. D. Postoccidentalismo: el argumento desde América latina. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (org.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate.** México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. p.26-49.

MIGNOLO, W. D. A opção descolonial: desapego e abertura. Um manifesto e um caso. **Tabula rasa**, n.8, p.243-282, 2008.

MOSMANN, C. P.; LOMANDO, E.; WAGNER, A. Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais. **Barbarói**, v.1, n.33, p.135-152, 2010.

NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.26, n.3, p.1527-1541, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, v.44, p.227-238, 1998.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v.4, n.5, p.17-44, 2012.

SOUZA, D. C., DUQUE, A. N., CASTRO, I. G.; MESQUITA, A. S. produção literária sobre homofobia internalizada. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v.2, n.5, 2019.

ŠTRUKELJ, E.; GREGÓRIO, D. M.; GIGER, J. C. The association between internalised homophobia and internalization of traditional gender roles. **The Journal of Sexual Medicine**, v.16, n.5, p.1-9, 2019.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Tradução: Javier S.; Vidarte P. Barcelona: Egales, 2006.

CONJUGALIDADE, PARENTALIDADE E AVOSIDADE: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

*Dóris Firmino Rabelo
Paula Kleize Costa Sales
Ana Flávia Soares Conceição*

Este capítulo discute as condições da conjugalidade, da parentalidade e da avosidade no entrelaçamento de gênero, raça e classe ao longo da vida, isto é, a partir de uma perspectiva interseccional. Considera-se que o debate aqui proposto é necessário para compreender melhor as condições de desenvolvimento humano no contexto brasileiro, de base colonial-escravocrata cuja história é marcada pelo racismo, machismo e cisheteropatriarcado. Esta particularidade formativa brasileira está imbricada nas interações entre indivíduos, famílias, comunidades e instituições, e é inerente ao próprio desenvolvimento da sociabilidade capitalista em sua atual face neoliberal.

Introdução

O Brasil representa um país com uma dimensão geográfica continental, com múltiplas realidades socioeconômicas e contextos de vida, no qual diversas mudanças sociais incidiram nas formas como se experimentam e se organizam a família. Modelos familiares cada vez mais plurais e diversos resignificaram a tradicional família nuclear, como, por exemplo, casais coabitantes e não-coabitantes, famílias monoparentais, homoparentais, famílias trans e casais sem filhos, entre outras possibilidades. Ainda, o aumento da longevidade viabilizou a convivência mais prolongada entre três ou mais gerações e uma participação mais ativa de avós na vida de seus familiares.

Na família, a conjugalidade, a parentalidade e a avosidade representam papéis com tarefas desenvolvimentais específicas, associadas aos eventos normativos do curso de vida. Esses papéis interagem com o contexto histórico, social, cultural e econômico mais amplo e são construídos a partir da interseção entre gênero, raça e classe. Para compreender o desenvolvimento e o exercício desses papéis é preciso considerar que famílias são microcontextos que reproduzem estruturas sociais racistas, sexistas e ageístas, de modo que duas dimensões fundamentais estão interconectadas: 1) a família como controle (as injustiças intrafamiliares) e 2) a família como privilégio (injustiças interfamiliares) (BIROLI, 2018).

Uma abordagem interseccional na discussão sobre a conjugalidade, a parentalidade e a avosidade leva em conta que injustiças estão presentes no cotidiano da vida doméstica e que o universo familiar é cheio de contradições e ambivalências. É espaço de afeto, de apoio e cuidado, mas também de exploração do trabalho, violência e controle dos corpos. Leva em consideração que nossa organização social, histórica e cultural se dá a partir de uma ideologia familista (sexista heteronormativa; baseada na autoridade do pai-marido e na divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer) que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres. Dessa forma, as escolhas

personais são constrangidas, e o casamento, a maternidade e a avosidade para mulheres aparece como destino imposto e como projeto - é ao mesmo tempo opressão e identidade.

Collins e Bilge (2021) argumentam que a interseccionalidade como ferramenta analítica e práxis crítica aborda seis ideias centrais: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Nesse contexto, existem desigualdades entre famílias, considerando os privilégios materiais (acesso a recursos materiais) e simbólicos (reconhecimento social diferenciado). Enquanto que algumas pessoas poderão gozar de proteção e cuidados, outras estarão submetidas à negligência, violência e desumanização. As relações raciais, de classe e de gênero catalisam diferentes configurações familiares, condições socioeconômicas e relações com o trabalho, interferem na dinâmica conjugal, no tempo dedicado ao cuidado à própria família e na organização familiar (PORRECA, 2019).

Mediante o exposto, este capítulo teve por objetivo discutir as condições da conjugalidade, da parentalidade e da avosidade no entrelaçamento de gênero, raça e classe ao longo da vida, isto é, a partir de uma perspectiva interseccional. Para tanto, o capítulo está dividido em duas seções: 1) conjugalidade e 2) parentalidade e, numa perspectiva intergeracional, a avosidade.

Conjugalidade

A relação conjugal origina-se a partir do relacionamento entre duas pessoas que, na maioria das vezes, estão ligadas por laços afetivos e sexuais e buscam apoio psicológico mútuo (JURAS; COSTA, 2017). Nessa relação, ocorre a transformação das realidades individuais e a formação de um espaço e de um projeto comum, gerando, portanto, uma nova realidade. Essa nova realidade é marcada por tensões e conflitos e, ao mesmo tempo, tende a ser caracterizada pela intimidade e por sentimentos de proximidade e pertença (FÉRES-CARNEIRO; DINIZ-NETO, 2010; PORRECA, 2019).

No século XXI, a organização formada a partir de um homem, uma mulher e seus filhos deixou de ser a única configuração familiar reconhecida social e juridicamente. Com o tempo, diversas configurações conjugais vieram à tona e o modelo de família considerado padrão e tradicional passou a ser questionado (SERRALHA, 2017). Por exemplo, no Brasil, é cada vez maior o número de casais que escolhem coabitar, como uma etapa preliminar ou como uma alternativa ao casamento (MENEZES; LOPES, 2007).

Nesse sentido, a conjugalidade caracteriza-se por qualquer relação afetiva entre um casal (em algumas configurações, mais que duas pessoas), não se limitando àquelas relações formalizadas pela lei. Desse modo, têm-se, na atualidade, diversos estilos de vida conjugais: casais com filhos, sem filhos, casais com filhos de uniões anteriores, com parceiros do mesmo sexo, com mais de um parceiro, com convivência à distância, coabitantes. Assim, pode-se afirmar que não existe uma configuração conjugal tradicional ou considerada típica.

Considera-se que tornar-se casal é um processo complexo de mudanças e adaptações que exige negociações e decisões cotidianas. O par conjugal representa um sistema com funcionamento autônomo em tensão constante com a individualidade na manutenção de um equilíbrio. O desenvolvimento, a elaboração e a reelaboração de relacionamentos íntimos são eventos considerados cruciais da vida adulta ocidental, no qual se espera o desenvolvimento de empatia, capacidade de resolver conflitos, expressar emoções, preservar acordos e compromissos e tomar decisões. Nesse sentido, relações conjugais envolveriam desafios, investimentos e o estabelecimento de fronteiras com a família de origem (MATA; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN, 2020).

Uma perspectiva de amor romântico ou a ideologia amorosa da reciprocidade e do equilíbrio das trocas são destacadas como fundamentais nas fases iniciais da história conjugal. Nesse relacionamento são depositadas diversas expectativas, como o da obtenção da segurança emocional e econômica, da estabilidade da relação ou de um status de adulto (ERIKSON, 1973).

As relações conjugais podem promover benefícios como o suporte social e afetivo, recursos financeiros (especialmente antes do nascimento dos filhos), melhores condições de saúde física e mental e maior expectativa de vida. Espera-se ainda, do ponto de vista desenvolvimental, a reelaboração de relacionamentos íntimos pré-existentes (como na relação com os pais). Contudo, toda essa conjugação de desafios, conflitos, negociações, expectativas e mesmo das possibilidades de se tornar um casal são atravessadas pelas assimetrias presentes nas relações raciais, de gênero e de classe.

A conjugalidade é um espaço de poder, no qual as possibilidades de negociação e autonomia podem ser obstruídas pela naturalização de hierarquias e opressões na dinâmica relacional. As representações de casal, construídas a partir de um quadro normativo que se assume no cotidiano do espaço íntimo, estão vinculadas aos papéis que cada uma das partes deve exercer, a influência/poder que cada um possui e as possibilidades de tomar decisões. Em uma sociedade marcada pelo binarismo, os relacionamentos, em especial os heterossexuais, enfrentam as imposições com relação ao desempenho de papéis sociais tradicionais do que é esperado de uma mulher e de um homem. Esses papéis uma vez reforçados, se tornam fontes de conflitos e afetam a satisfação e a qualidade conjugal.

Para mulheres, destaca-se o peso que a conjugalidade ocupa como fator de risco à sua saúde mental. Zanello (2014) mostra que o principal sofrimento trazido pelas mulheres na clínica diz respeito às suas relações e, sobretudo, à sua vida amorosa. Para a autora, o dispositivo amoroso é crucial para entender como elas se validam enquanto mulheres por valores gendrados baseados no casamento e na maternidade. Constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificarem por amor, transformando-se em projeto de vida e razão de ser e viver, dispostas inclusive ao esquecimento de si. Afinal, a “verdadeira mulher” seria a esposa, mãe, bela, amorosa e disponível sexualmente.

Os processos de subjetivação envolvidos no dispositivo amoroso configuram para elas uma expressão identitária no qual estão envolvidos o valor pessoal e o julgamento de sucesso. O amor se torna

um pivô da opressão de mulheres pois gera desigualdades, dependência e privilégios para os homens. É uma condição mediada pelo olhar e aprovação dos homens no qual o amor se traduz em reunir as características necessárias para ser escolhida por eles.

Para Zanello (2018), a conjugalidade se torna um serviço de tempo integral, de intensa dedicação, com alta responsabilização delas para a sua manutenção, além de exigir o silêncio como performance ideal e a disponibilidade afetiva e sexual. Assim, esse dispositivo atua como proteção psíquica para os homens na conjugalidade e, para as mulheres, a naturalização de um acúmulo de tarefas, expectativas e exigências.

Para entendermos a conjugalidade no cenário das apropriações, explorações e opressões que pesam sobre mulheres é preciso abordar a divisão sexual do trabalho e o trabalho de reprodução social no contexto familiar, vistas como algo natural em uma relação de complementaridade e reciprocidade entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho responsabiliza a mulher pela satisfação das necessidades da família por meio de um trabalho não remunerado - a reprodução social, e é a base de uma relação de subordinação, assimétrica e desigual. Mesmo com as novas configurações familiares em curso, essa estrutura permanece garantindo a principal mercadoria do modo de produção capitalista - a força de trabalho - e continua a implicar maior vulnerabilidade para as mulheres, principalmente as mais pobres (CISNE, 2018).

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho diz respeito a mecanismos de sujeição e disciplinamento de mulheres, que informam quem somos no mundo, o que representamos e o nosso papel na sociedade. Mas não incide igualmente sobre todas as mulheres, pois ela é racializada e atende a uma dinâmica de classe (BIROLI, 2018). Inevitavelmente, tais dinâmicas têm impactos nos níveis de estresse delas, nos conflitos e tensões conjugais e nas condições diferenciadas de vivência dos afetos, descanso e lazer, e repercutem na satisfação e na qualidade conjugal.

As mulheres negras são as mais afetadas neste dispositivo, pois clivagens raciais operam na dinâmica conjugal mediadas pelo

imaginário social delas como corpo abjeto e hipersexualizado e pela rejeição afetiva. O preterimento da mulher negra enquanto candidata a uniões conjugais no Brasil tem sido observado por pesquisadores desde a década de 1950 (PACHECO, 2006). São elas as que menos constituem casamento, compõem o maior número de solteiras, viúvas e separadas, fazem parte do grupo que se casa mais tardiamente e da categoria mais propensa ao celibato definitivo. Em relação às pretas, as pardas, por terem a pele mais clara, ainda possuem alguma vantagem no mercado matrimonial (DE MATOS OLIVEIRA; SANTOS, 2018). Ainda, a concepção social da mulher negra como “forte”, contribui para a sua solidão.

O estudo de Rocha (2017) revelou que mesmo fazendo parte do grupo dos ricos no Brasil, a condição racial deprecia as possibilidades da mulher negra de conversão da riqueza em status social, indicada pela dinâmica matrimonial. Esse dado contraria a hipótese de que não apenas o homem, mas também a mulher negra experimentaria redefinições em seus padrões de endogamia racial a partir da ascensão de classe. A realidade mostrada neste estudo é a de que as mulheres negras ricas tendem a não contar com um cônjuge ou a estarem unidas a cônjuges não ricos. Isto é, enquanto a condição de riqueza aumenta a probabilidade de não união conjugal para as mulheres negras, o inverso é observado em mulheres brancas.

Os homens negros, de acordo com o IBGE (2010), continuam, em sua maioria, casando com alguém de outra raça/cor da pele, fato que pode ser explicado a partir das políticas de fortalecimento da mestiçagem amplamente estimuladas no século XX (CRUZ, 2021). Dessa forma, os arranjos sexuais e afetivos da conjugalidade não são livres, mas um produto de um processo histórico com raízes racistas e machistas, que não deixam margem para uma escolha plenamente consciente. O padrão da mulher perfeita para casar foi disposto para a mulher branca e, dessa forma, mulheres negras têm sofrido com o abandono ou desinteresse de seus parceiros como também com a noção equivocada delas como promíscuas e sem a capacidade ou interesse de se relacionar amorosamente, diminuídas à esfera sexual (MESSIAS; AMORIM, 2019).

A idade também opera nas escolhas e dinâmicas conjugais em uma sociedade ageísta. Como mulheres jovens são vistas como um valor, um símbolo de status e prestígio, não se questiona por que homens preferem se casar com as mais jovens. Mulheres apresentam dificuldades para estabelecer uma relação conjugal com o aumento da idade. Principalmente as mulheres pretas, a maioria entre as viúvas e vivenciando o celibato. O maior índice de mortalidade entre os homens e a maior chance de casamento e recasamento deles aumenta as chances das mulheres heterossexuais, mais velhas, ficarem sem um parceiro.

O casamento de mulheres mais velhas com homens mais jovens é um arranjo ainda considerado como anormal ou ilegítimo pela sociedade e esse casal enfrenta preconceitos e rotulações. Por um lado, essa união traz à tona sentimentos de medo e insegurança para elas e por outro, traz possibilidades de minimizar os jogos de dominação, os conflitos e as disputas presentes em casamentos considerados convencionais (ALVES; SCHROEDER, 2019).

Quando se considera a categoria social geração, as mulheres idosas atuais vivenciaram com maior intensidade a propagação da união conjugal enquanto um fim a ser alcançado, o casamento estruturado e o nascimento dos filhos como principal objetivo de vida. Ressalta-se, entretanto, que a idealização do casamento formal enquanto um constituinte da felicidade e da identidade da mulher têm sofrido várias mudanças ao longo dos anos, até mesmo entre as idosas que viveram o período do pós-guerra no qual ocorreu um forte apelo ao casamento e à formação da família. Por exemplo, entre as idosas participantes do estudo de Strey e colaboradores (1999), observou-se a ideia dominante de que a qualidade da relação é mais importante do que o casamento formal, o que desafia expectativas geracionais do sacramento do casamento.

A idealização da família como um lugar de aconchego e paz acaba encobrendo as diversas práticas de violência na conjugalidade. Essa violência que ocorre na vida privada não é alheia aos mecanismos de controle social para manter a subordinação das mulheres aos

homens. Bosch-Fiol e Ferrer-Perez (2019) propuseram o Modelo piramidal como uma proposta explicativa para a violência contra as mulheres. Inclui cinco dimensões: substrato patriarcal (sexismo, desigualdade de gênero, conjunto de crenças que justificariam a violência contra as mulheres que não respeitam a autoridade de seus maridos); processos de socialização (disseminação da ideologia patriarcal e o que é adequado e apropriado para homens e mulheres); expectativas de controle (modelo prevalente de masculinidade e feminilidade hegemônica no qual homens acreditam que têm direitos sobre as mulheres e esperam manter o controle sobre suas vidas, seus corpos, sua sexualidade, suas amizades, suas finanças, etc.); eventos desencadeadores (fenômenos interpretados como indicações de que podem perder o controle ou circunstâncias favoráveis para exacerbar o controle, eventos pessoais, sociais e político-religiosos); e a situação do surto de violência (série de estratégias de violência psicológica, física, econômica, sexual, etc.).

Os relatos de violência física dentro do casamento associada à violência psicológica são bastante frequentes no Brasil. De acordo com as estatísticas das denúncias realizadas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher as queixas mais comuns são de violência corporais, seguidas de ameaças, crimes contra honra, injúria, difamação e calúnia. A violência sexual, em particular a coerção e/ou violência sexual cometida por cônjuges no âmbito privado, está pouco relatada ou inexistente nas estatísticas disponíveis. É muito difícil de descrever pela ausência de dados estatísticos precisos sobre situações de estupro conjugal, considerando que tipicamente estão associados ou descritos em outros itens, sendo o mais frequente o de lesões corporais (DE SOUZA AZEVEDO, 2021).

Mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio e os seus companheiros ou ex-companheiros são os principais responsáveis por essas mortes (ROSA; FALCKE, 2014). As taxas de violência contra brancas vêm diminuindo e contra negras tem aumentado. Ainda, mulheres brancas costumam ser mais bem atendidas quando denunciam, enquanto as negras são deixadas de lado. A solidão é uma experiência expressa pela rejeição afetiva não somente de parceiros conjugais,

mas de toda uma rede social que está permeada por uma estrutura de segregação e seletividade da violência (CARRIJO; MARTINS, 2020).

Dependência financeira do parceiro e ausência de rede de apoio ou vínculo familiar são fatores de risco para violência doméstica. Nesse sentido, é provável que episódios de violência conjugal ocorram com maior frequência entre casais que possuem baixa renda e baixa escolaridade (JURAS; COSTA, 2017). Gomes, Diniz, Camargo e Silva (2012) investigaram as características socioeconômicas de mulheres e homens residentes em um bairro periférico de Salvador que viviam em união estável e que tinham a relação marcada por episódios de violência conjugal. Verificaram que a dependência financeira constitui um dos fatores declarados pelas mulheres, majoritariamente com baixa escolaridade e sem renda, para não se separar do seu companheiro mesmo em situação de violência conjugal, sobretudo quando existem filhos provenientes dessa relação.

Dessa forma, as dimensões do controle e do privilégio fazem as conexões entre a família e a normalização dos afetos, da domesticidade feminina, da posição de mulheres nas relações, e de formas práticas de organização conjugal a partir das limitações das condições materiais de vida (BIROLI, 2018). Também evidencia o silêncio sobre as injustiças que permeiam o desenvolvimento e o exercício da conjugalidade nas produções em psicologia do desenvolvimento humano. Nesse quadro, a parentalidade é outro eixo fundamental.

Destaca-se que o estabelecimento de uma relação conjugal carrega a expectativa de potencial transição para a parentalidade, embora, na contemporaneidade, a união de um casal passe a comportar características como ser transitória, flexível, breve e instável. A parentalidade e, numa perspectiva intergeracional, a avosidade como uma reprodução de expectativas baseadas nas relações de gênero, são discutidas a seguir.

Parentalidade e Avosidade

O desenvolvimento humano se relaciona com o cuidado, e este tem sido vinculado à parentalidade, especialmente após a revolução

burguesa. Nas últimas décadas, o termo vem sendo aplicado a fim de descrever a soma de atribuições, funções e atividades realizadas por adultos de referência da criança no seu papel de assegurar a sua sobrevivência, o seu desenvolvimento e o seu cuidado. Pode ser exercida por mães e pais, mas também por avós, padrasto, madrastra, tios, cuidadores – a depender da configuração familiar, os quais possuem a responsabilidade por esse ser, especialmente nos primeiros anos do seu desenvolvimento. A parentalidade também se configura como um vínculo jurídico, não apenas social e psicológico, caracterizando-se por tudo o que se relaciona à responsabilidade de adultos legalmente capazes em relação a crianças e adolescentes.

Paradigmas que permeiam a parentalidade passaram a ser amplamente discutidos. Importante considerar que o processo de tornar-se pai e mãe não se restringe ao vínculo biológico, sendo necessariamente construído pelo contexto sociocultural. Maternidade e paternidade se viram transformadas pelas mudanças sociais e econômicas.

Nos últimos anos, as pessoas têm tido menos filhos, e cada vez mais tarde. Entretanto, o nascimento do filho continua demarcado como um evento normativo importante da vida adulta. O nascimento ou adoção do primeiro filho marca uma transição desenvolvimental dos pais. Emoções como ansiedade, insegurança, tristeza, alegria e surpresa são relatos comuns dos novos pais, sendo associados à responsabilidade de criar, educar, disponibilizar tempo, energia e dinheiro para manutenção do bem-estar do novo membro da família.

A gestação, o puerpério e os primeiros meses de vida do bebê podem afetar a satisfação conjugal do casal, às vezes aumentando a intimidade e empatia, mas muitas vezes aumentando os conflitos e a sobrecarga de tarefas para as mulheres no cuidar de um filho, de uma casa, e manter todas as atividades que possuía antes do nascimento da criança. Tissot e Falcke (2017) compararam casais sem filhos, com filhos crianças, com filhos adolescentes, com filhos adultos e com filhos em diferentes faixas etárias com relação ao amor, a qualidade e o ajustamento conjugal ao longo do tempo. Casais com filhos pequenos

apresentaram as piores avaliações, isto é, os dados revelam o quanto a parentalidade parece impactar na conjugalidade nessa primeira fase.

A concepção de que a mulher deve ser a principal responsável pelo cuidado dos filhos afeta negativamente seu bem-estar e adaptação ao novo papel social de mãe. O mito do “o amor/instinto materno” permanece constituindo concepções atuais sobre a maternidade. Ao pensar o amor materno a partir de uma perspectiva histórica, Airès (1975) argumentou que este é um fato relativamente recente no ocidente. Não se trata de um instinto, senão um sentimento, igual a qualquer outro, sujeito a ambivalências, modificações, imperfeições, sendo dependente da história de vida da mulher, e sobretudo, do tempo histórico em que ela vive.

No século XX e início do século XXI, especialmente sob influência das teorias psicológicas, reitera-se a tendência de responsabilizar a mãe pelas dificuldades e problemas presentes nos filhos, agora pelo viés do desenvolvimento psicoemocional. Badinter (1985) afirmava que a mãe a partir do século XX assumiu uma grande responsabilidade - a de cuidar do inconsciente, da saúde e o do desenvolvimento emocional dos seus filhos. Tendo como foco a relação mãe-bebê, intensificou a culpabilização da mulher, acentuou a imagem de devoção e santificação associada ao sacrifício que caracteriza o que é ser uma boa mãe, tornando-a personagem central da parentalidade. Entretanto, os papéis vistos como imutáveis dão às mães uma responsabilidade que pode ser falsamente justificada pela biologia, sociologia e psicologia e gerar juízos de valor como família estruturada e não-estruturada, produzindo uma série de representações normativas de parentalidade que reduzem os papéis de pais e mães a um perfil idealizado (BADINTER, 1985).

Os homens atuais estão mais engajados no cuidado de seus filhos que em períodos históricos anteriores e a psicologia do desenvolvimento tem se ocupado de compreender este aspecto. O movimento de integrar a figura paterna na estrutura familiar e sua importância ao desenvolvimento psíquico da criança, surge no final do século XX onde especialistas em desenvolvimento humano os descrevem como fundamentais para a organização simbólica, humanização e também

no surgimento de neuroses e psicoses infantis (RODRIGUES; SIMÕES, 2021). Porém, eles ainda não são vistos como igualmente responsáveis e importantes no cuidado de crianças, mas como figurantes e circundantes do núcleo central: mãe e a criança.

Diante da psicologização da parentalidade no século XX, uma teoria importante sobre este vínculo foi postulada por Bowlby: A Teoria do Apego (BOWLBY, 1988). Essa teoria destacou a necessidade de reciprocidade dos pais (mais especificamente da mãe) para o desenvolvimento psíquico dos filhos, relacionando-a com a sensação de bem-estar, segurança, desempenho acadêmico e melhor adaptação social futura dos filhos. De um lado, pesquisas sobre a teoria do apego foram importantes para demonstrar que a ausência de um cuidador, padrões abusivos, negligência, violência e/ou abuso de álcool e outras drogas se constituem como fatores de risco para o desenvolvimento de crianças (PORTES et al., 2013).

Por outro lado, tal teoria recebeu muitas críticas pois ofereceu munção para discursos e instituições que isolam as mulheres dos recursos de saúde, sociais e políticos. Seu efeito colateral de responsabilizar desigualmente a mulher não coloca os processos de apego no contexto social mais amplo, como gênero, cultura e poder. Isto é, o gênero molda habilidades e expectativas em relação a quem é mais importante no cuidado a uma criança, quem deve responder e como.

O desenvolvimento da segurança emocional inclui muitos fatores como os recursos econômicos e estressores sociais, como racismo, que influenciam a capacidade dos pais de serem responsivos. A atenção a um estilo de apego individual tira a ênfase de sua natureza interativa com sistemas mais amplos e de que as emoções surgem em contextos sociais específicos. Na vida adulta, os processos de apego envolvem dinâmicas de poder em um contexto patriarcal no qual necessidades de proximidade e conexão podem ser subvertidas em lutas por validação pessoal já que as necessidades e reações emocionais de homens tendem a ser privilegiadas (KNUDSON-MARTIN, 2012).

Para Zanello (2018), as tecnologias de gênero têm promovido a naturalização de duas concepções, consideradas essenciais para a

“plena” realização de uma mulher: o amor (dispositivo amoroso) e a maternidade (dispositivo materno). O dispositivo materno posiciona as mulheres como cuidadoras inatas e mantém um valor idealizado e romantizado da maternidade. Portanto, o sofrimento de mulheres associado à maternidade nos dias atuais denota o sentimento de culpa por cuidarem de mais ou de menos, ou pelos sentimentos ambivalentes. Mulheres que não se engendram ao padrão normativo social da maternidade podem ser estigmatizadas, excluídas e consideradas menos completas.

Esse dispositivo atua para a naturalização da capacidade de cuidar e, portanto, mulheres são exigidas e demandadas a cuidar de outras pessoas, a estarem disponíveis para esse cuidado e a abandonarem seus próprios projetos em função da necessidade de outros. Para muitas mulheres essa é a única alternativa de reconhecimento social. Na verdade, o ciclo de vida da mulher é definido a partir de sua carreira reprodutiva, inclusive a construção de políticas públicas. Assim, uma mulher classificada como “normal” envolve o casamento, o cuidado da casa, ter filhos e cuidar deles, independente das condições materiais de vida dessas mulheres e da sua posição dos diversos eixos de opressão (ZANELLO, 2014).

Mães não são iguais nem os problemas são os mesmos. Exercer a maternidade e a maternagem negra é resistir ao patriarcado e ao racismo, lutar pelo direito de compartilhar dos afetos e vivenciar a necropolítica que viola seus corpos e mata seus filhos. Essa condição é fruto de um processo histórico. Segundo Davis (2016), o legado da escravização não possibilita o ideal da maternidade tal qual discutimos, a estas mulheres. O direito de cuidar, amar e preservar vínculos com seus filhos é constantemente ameaçado. Ser mãe neste contexto é saber que seu filho tem 40% a mais de chance de morrer durante a infância do que uma criança branca (UNICEF, 2014). Existe uma enorme disparidade entre o número de partos prematuros de mulheres negras e de mulheres brancas, um fato antigo, que persiste a despeito dos avanços tecnológicos e da ampliação do acesso das mulheres negras ao sistema de saúde e que é a principal causa de mortalidade neonatal (MARTINELLI, 2021).

Desde o período gestacional, mulheres negras entram nas estatísticas de serem as principais vítimas de morte até o trabalho de parto. De acordo com Davis (2019), estes dados evidenciam o histórico de negligência e menor acesso a cuidados em saúde por esta população, associados a concepções racistas e machistas que objetificam seus corpos e afirmam que mulheres negras podem aguentar mais dor, que seus bebês são naturalmente mais fortes e resistentes, que ela vem de uma família desestruturada e que, por ter muitos filhos, a morte de algum fará menos falta, o que faz com que os profissionais deem menos atenção a estas mulheres. Neste aspecto, a violência obstétrica se faz mais presente no início da maternidade destas mulheres, sendo manifestado pelo racismo médico - um sistema cultural complexo que remonta o período escravocrata e reproduz iniquidades (BACKES, 2021).

Infelizmente a associação entre a necropolítica e a maternidade negra não finda no nascimento e primeiros anos da criança. Se estende ao longo de toda vida, se manifestando na adolescência através do genocídio. No Brasil, a cada 23 minutos um adolescente negro é assassinado (CPI, 2016). De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, uma mãe de jovem negro tem 2,7 vezes mais chance de ter seu filho morto no Brasil que uma mãe de um adolescente branco. Portanto, maternar sendo mulher, negra e periférica é vivenciar lutos e lutas constantes diante de tanta violência.

Também podem ser observadas algumas características e limitações quanto a execução do papel parental quando os pais estão em contexto de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social está relacionada a algumas condições sociodemográficas, como a baixa renda, a baixa escolaridade, o maior número de moradores nas residências, as condições adversas de moradia e o baixo status ocupacional. O contexto dos territórios nos quais as pessoas nessa situação residem também são relevantes, pois oferecem geralmente uma estrutura deficitária e menor acesso a serviços essenciais (ALVARENGA; OLIVEIRA; LINS, 2018). Dessa forma, o menor acesso aos recursos econômicos e sociais por parte das famílias, que limitam as condições de acesso a

produtos e serviços, interferem nas possibilidades da relação parental (ALVARENGA et al., 2018).

As famílias chefiadas por mulheres negras possuem as piores condições de renda: entre estas, 69% possuíam, em 2009, renda familiar de até um salário mínimo; entre as brancas, era de 42,7% (MARCONDES, 2013). De acordo com Síntese de Indicadores Sociais – SIS (2017), do IBGE, 56,9% das mães solo vivem abaixo da linha da pobreza e quando analisamos somente mulheres negras esta proporção sobe para 64,4%. Esses dados mostram como essas condições afetam o cuidado familiar.

Enquanto mulheres brancas de classe média se queixam do excesso de tempo dedicado à vida familiar como fonte de monotonia e de sofrimento psíquico, para mulheres negras o problema será a falta desse tempo, pois a pobreza e o trabalho em situações precárias restringem o tempo de cuidado. Mulheres negras também apresentam um histórico de vinculação ao trabalho doméstico, de modo que seu tempo de cuidado não é necessariamente destinado à própria família. De acordo com Gonzalez (2020), desde a figura da mãe preta e das amas-de-leite, a presença das mulheres negras no cotidiano de cuidado e afeto de inúmeras famílias de classe média ainda está bem presente na cultura e sociedade brasileira.

Quando é maior o número de pessoas e crianças no domicílio, existem mais dificuldades e desafios quanto à execução das tarefas e ao exercício das práticas de cuidado, cuja responsabilidade tende a ser culturalmente atribuída às mães. Nesse contexto, diante de tantas demandas, as mães se tornam sobrecarregadas e se sentem exaustas. Consequentemente, essas mães podem desenvolver algumas questões de saúde, o que, por sua vez, representaria outro fator que comprometeria o exercício parental e acarretaria em mais dificuldades para administrar a rotina de cuidados (ALVARENGA et al., 2018).

Além disso, o maior número de residentes pode aumentar as chances de os pais vivenciarem mais situações conflituosas e estressantes no domicílio e, por conta disso, expressar mais emoções negativas perto dos filhos, o que pode produzir impactos negativos no desenvolvimento emocional dessas crianças. Um estudo que apoia essa

hipótese foi realizado com 34 mães brasileiras, residentes em Salvador (SALES, 2020). Nesse estudo, foi verificado que quanto maior o número de residentes em um domicílio, maior a frequência de expressão de emoções negativas por parte das mães.

Por sua vez, o menor acesso à educação formal, que tem relação com a renda, de famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade social também pode limitar o exercício parental. Um estudo realizado em contexto brasileiro com 40 mães com filhos com idade entre cinco e seis anos indicou que o nível de escolaridade das mães esteve associado negativamente com a frequência do uso de punição física (CARMO; ALVARENGA, 2012), que representa uma prática educativa associada a impactos negativos quanto ao desenvolvimento infantil. O maior uso dessa prática pode estar associado a sobrecarga dessas mulheres, a um menor capital social e ao menor acesso às informações relacionadas a práticas alternativas.

Clímaco (2020) argumenta que a deficiência é um termo que falta nas análises interseccionais da complexa construção de maternidades para as mulheres com deficiências ou mães de pessoas com deficiências, pois é uma condição de desigualdade fruto do binarismo normal/anormal. A maternidade patriarcal impõe às mulheres com deficiências uma condição distinta, pois não são compelidas, mas desestimuladas a se reproduzirem e cuidarem, podendo até serem impedidas de exercer essa função. A maternidade é negada a todas as dissidentes do ideal normativo de maternidade: mulheres brancas, com condições socioeconômicas, jovens, adultas, saudáveis, com corpos sem deficiências, exercidas dentro de casamentos heterossexuais, monogâmicos, investidas na criação intensiva de sua prole. Ainda, o cuidado vivido no mundo privado como parte da experiência de deficiência e adoecimento delimita a vida dessas mães e das pessoas com deficiências, que encontram resistência em circular no mundo público.

Ao longo do ciclo vital, entende-se que parentalidade se reconfigura, apresentando continuidades e descontinuidades nas relações de gênero em diferentes gerações de famílias. Frequentemente os filhos saem de casa, tornam-se pais, e os seus pais tornam-se avós.

Tipicamente cabe à mulher a manutenção dos vínculos intergeracionais. Nesse contexto intergeracional, a relação entre avós e netos(as) é chamada de avosidade. Essa convivência pode ser prolongada, criando novas modalidades de solidariedade intergeracional. Seu exercício envolve desde o cuidado esporádico em situações específicas, à função mediadora quando existem conflitos com os pais, até a responsabilidade integral e em alguns casos a solicitação de guarda (SAMPAIO, 2021).

As mulheres costumam exercer o cuidado dos netos, ajudando suas filhas para que possam estudar e/ou trabalhar fora de casa. Entretanto, enquanto as avós de classe média receiam se tornar babás de tempo integral, as de baixa renda são muitas vezes contingenciadas a reestruturar seu tempo e suas funções a fim de se dedicarem aos netos. A quantidade de mulheres de meia-idade e idosas que deixam de ser apenas avós e passam a assumir atribuições parentais diante de seus netos tem aumentado nas últimas décadas. Esta mudança social, econômica e familiar dos últimos anos possibilitam o surgimento de tensões e conflitos intergeracionais (VIANA, 2021).

É importante ressaltar que essa condição pode se dar no cenário da chamada “geração sanduíche”, “geração do meio” ou “geração pivô”, que inclui adultos na meia idade ou pessoas idosas. Predominantemente composta por mulheres, essa geração se situa entre pais idosos, filhos e netos e às vezes bisnetos, o que significa a vivência de expectativas familiares e sociais de fornecer suporte e cuidados às gerações ascendente e descendente, o que pode levar a uma sobrecarga. No Brasil, as situações de cossobrevivência e coresidência e de potencial dependência entre as gerações resulta no ninho cheio e não no ninho vazio, como normalmente descrito na literatura do norte global (JESUS; WAJNMAN, 2016).

As transições nas biografias femininas são marcadas pelas mudanças no ciclo familiar que redefinem suas posições no grupo doméstico. Ser avó é uma função social, e envolve reestruturação psíquica. Assim como o casamento e o nascimento dos filhos marca uma transição psíquica importante, o nascimento dos netos também pode

favorecer à transição de uma posição social, subjetiva e interpessoal. Faz parte dessa reestruturação a elaboração da sua parentalidade, e seus questionamentos acerca do papel desempenhado enquanto filhas e enquanto mãe, e a tentativa de não cometer os mesmos erros (BAIA, 2021). A avosidade também deflagra o pensar de seu processo de envelhecimento, e se entrelaça, tipicamente, com outros eventos como a aposentadoria, alterações físicas e a mudança da função materna.

Existem diversas formas de exercer a avosidade, e depende de fatores como a história pessoal, vínculo anterior com os filhos, aumento da longevidade bem como é perpassada pelas questões sociais, econômicas, raciais e de gênero (SINGER et al., 2009). A divisão sexual do trabalho não desaparece na avosidade, pois como já abordado, a responsabilização pelo cuidado recai sobre mulheres. Assim, as idosas são as que mais ajudam familiares, são mais envolvidas no processo de intercâmbio com os filhos, cuidam mais e se comprometem, prioritariamente, com a saúde física e emocional dos netos. Por exemplo, Oliveira, Vianna e Cárdenas (2010) ressaltam que a responsabilidade, o carinho e o amor que as avós demonstram são construídos a partir da convivência em suas famílias, da criação de seus filhos e do acompanhamento das gestações de suas filhas até o nascimento dos respectivos netos.

Avós que tomam conta dos netos para que os pais trabalhem fora e que lidam com os encargos relativos ao cuidado das crianças ocupam um papel central na família, classificando suas vivências como de intensa afetividade com os(as) netos(as). Entretanto, expressam que se sentem com mais atribuições de mãe do que propriamente de avó e que sentem insatisfação por não conseguirem exercer esse papel com mais leveza e menos responsabilidades (CARDOSO; BRITO, 2014). Essa confusão do papel de avó e de mãe é uma marca da continuidade intergeracional das relações de gênero no cuidado e das desigualdades que tem implicações como sobrecarga financeira, impacto nas atividades laborais, interferência na vida social e familiar, cansaço, esgotamento emocional e conflitos com os filhos devido à divergências na educação das crianças (MAINETTI; WANDERBROOKE, 2013).

A avosidade representa na composição das famílias a continuidade do espaço feminino na reprodução social do grupo doméstico. As uniões, as separações, os recasamentos, a viuvez, o grau de escolaridade, a participação ou não no orçamento doméstico, com quem coabitam as mulheres, são dados fundamentais na explicação do processo de construção da identidade feminina em cada geração. Bem como as condições de classe vão determinar as possibilidades de acessos a bens materiais e simbólicos e marcam diferentemente as relações das mulheres de gerações distintas com a família e com o trabalho (MACHADO; BARROS, 2009).

Este ciclo intergeracional de continuidade dos serviços pessoais para outrem, que frequentemente custa o abandono dos próprios projetos, não necessariamente se traduz em cuidado a essas mulheres na velhice. São elas que apresentam maiores necessidades de cuidado quando idosas, mas em comparação aos homens, recebem menos cuidado. Um histórico de exploração de seu trabalho implica vivenciar a velhice com menos recursos em termos de apoio da família, renda monetária e bens disponíveis (CAMARANO, 2020).

Dessa forma, parentalidade e avosidade refletem as contradições da família como um espaço tanto de afeto, cuidado e apoio fundamentais para o desenvolvimento humano quanto de exploração e opressão em que gênero, raça e classe estão conjugados. Os padrões são configurados de modo que mulheres têm acesso a menos recursos relevantes - como o tempo, produz entendimentos de que homens e mulheres têm competências diferenciadas como justificativas para naturalizar desigualdades, e acabam construindo barreiras à autonomia delas. De forma interseccionada, raça, classe e idade definem oportunidades e obstáculos (BIROLI, 2018). Dessa forma, não é possível compreender o desenvolvimento e o exercício de papéis considerados fundamentais na vida adulta numa perspectiva desenvolvimental ignorando ou omitindo essa complexa relação das injustiças intra e interfamiliares.

O que aprendemos?

- A conjugalidade, a parentalidade e a avosidade representam papéis com tarefas desenvolvimentais específicas, associadas aos eventos normativos do curso de vida, e são construídos a partir da interseção entre gênero, raça e classe.
- Têm-se, na atualidade, diversos estilos de vida conjugais e os desafios, conflitos, negociações, expectativas e mesmo das possibilidades de se tornar um casal são atravessadas pelas assimetrias presentes nas relações raciais, de gênero e de classe. Pesam sobre as mulheres opressões decorrentes da divisão sexual do trabalho, do trabalho de reprodução social, do dispositivo amoroso, o que implica para elas maior vulnerabilidade, subordinação e condições diferenciadas de vivência dos afetos. A violência doméstica também é um mecanismo patriarcal de controle das mulheres e de naturalização das desigualdades de gênero. As negras enfrentam a racialização afetiva que resulta em preterimento e solidão. A idade também opera nas escolhas e dinâmicas conjugais, estando em maior desvantagem as mais velhas.
- O papel de mãe e de avó carregam a marca da continuidade intergeracional das relações de gênero no cuidado, apresentando continuidades e descontinuidades, no qual a responsabilização pelo cuidado recai sobre mulheres. Diversos mecanismos atuam para a naturalização do papel de cuidadora, que levam à maior sobrecarga e culpabilização delas no exercício da parentalidade. As mães e avós negras enfrentam a necropolítica e as restrições materiais estruturadas pelo racismo que afetam as condições de cuidado familiar.

Questões

- A interseccionalidade é uma ferramenta essencial na compreensão das diferentes configurações familiares. Por quê?
- Qual a relação da conjugalidade, da parentalidade e da avosidade com a saúde mental de mulheres?
- Que estratégias de cuidado podem ser formuladas considerando as condições da conjugalidade, da parentalidade e da avosidade no entrelaçamento de gênero, raça e classe ao longo da vida?

Referências

ALVARENGA, P.; OLIVEIRA, J. M.; LINS, T. C. S. Reflexões sobre a parentalidade no contexto de vulnerabilidade social no Brasil. In: PESSOA, L. F.; MENDES, D. M. L. F.; SEIDL, M. L. **Parentalidade: diferentes perspectivas, evidências e experiências**. Curitiba: Appris Editora, 2018. p.40-60.

ALVES, F. L.; SCHROEDER, T. M. R. "Casei com um homem que poderia ser meu filho: a mãe dele é mais nova do que eu". **Revista Estudos Feministas**, v.27, n.1, p.1-3, 2019.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

AZEVEDO, M. S. Confinada com o agressor: o aumento dos casos de violência doméstica no período de isolamento social. **Revista Contraponto**, v.8, n.1, p.110-124, 2021.

BACKES, M. T. S.; CARVALHO, K. M. D.; RIBEIRO, L. N.; AMORIM, T. S.; SANTOS, E. K. A. D.; BACKES, D. S. A prevalência do modelo tecnocrático na atenção obstétrica na perspectiva dos profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.74, n.4, p.1-9, 2021.

BADINTER, El. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIA, L. P. V. **Maternidade Tem Cor? Narrativas de Mulheres Negras sobre Maternidade**. Curitiba: Editora Appris, 2021.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BOSCH-FIOL, E.; FERRER-PEREZ, V. A. El Modelo Piramidal: alternativa feminista para analizar la violencia contra las mujeres. **Revista Estudos Feministas**, v.27, n.2, p.1-14, 2019.

BOWLBY, J. **A ausência da figura paterna e sua repercussão no desenvolvimento comportamental e aspectos cognitivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CAMARANO, A. A. **Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: Demandas e alternativas**. Brasília: IPEA, 2020.

CARDOSO, A. R.; BRITO, Leila Maria Torraca de. Ser avó na família contemporânea: que jeito é esse? **Psico-USF**, v.19, n. 3, p.433-441, 2014.

CARMO, P. H. B.; ALVARENGA, P. Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos. **Estudos de Psicologia**, v.17, n.2, p.191-197, 2012.

CARRIJO, C.; MARTINS, P. A. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n.2, p.1-13, 2020.

CISNE, M.; CASTRO, V. V.; OLIVEIRA, G. M. J. C. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Revista Katálysis**, v.21, n.1, p.452-470, 2018.

CLÍMACO, J. C. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v.28, n.1, p.1-17, 2020.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CRUZ, M. R. Black Woman's Solitude: A History of Affective Invisibility. **Journal of Gender and Interdisciplinarity**, v.2, n.2, p.2675-7451, 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, D. **Reproductive injustice: racism, pregnancy, and premature birth**. New York: New York University Press, 2019.

ERIKSON, R. H. The search for identity. In: _____. **Luther**. Londres: Palgrave Macmillan, 1973. p.106-124.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia**, v.20, n.1, p.269-278, 2010.

GOMES, N. P.; DINIZ NETO, M. F.; CAMARGO, C. L. D.; SILVA, M. P. D. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.33, n.1, p.109-116, 2012.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, interenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Registro Civil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JESUS, J. C.; WAJNMAN, S. Geração sanduíche no Brasil: realidade ou mito?. **Revista Latinoamericana de Población**, v.10, n.18, p.43-61, 2016.

JURAS, M. M.; COSTA, L. F. Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v.32, n.esp, p.1-9, 2017.

KNUDSON-MARTIN, C. Attachment in adult relationships: A feminist perspective. **Journal of Family Theory & Review**, v.4, n.4, p.299-305, 2012.

MACHADO, M. D. C.; BARROS, M. L. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, v.17, n.2, p.369-393, 2009.

MAINETTI, A. C.; WANDERBROOKE, A. C. N. S. Avós que assumem a criação de netos. **Pensando famílias**, v.17, n.1, p.87-98, 2013.

MARTINELLI, K. G.; DIAS, B.; LEAL, M. L.; BELOTTI, L.; GARCIA, E. M.; SANTOS NETO, E. T. D. Prematuridade no Brasil entre 2012 e 2019: dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.38, n.1, p.1-15, 2021.

MATA, J. J.; SANTOS, M. A.; SCORSOLINI-COMIN, F. Conjugalidade e parentalidade em casais homossexuais e heterossexuais: revisão integrativa da literatura. **Pensando familias**, v.24, n.2, p.32-45, 2020.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. C. S. A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. **Journal of Human Growth and Development**, v.17, n.1, p.52-63, 2007.

MESSIAS, T. L.; AMORIM, M. F. P. Relações afetivas e mulheres negras: objeto sexual ou solidão. **Revista Espirales**, v.2, n.4, p.12-35, 2019.

OLIVEIRA, A. R. V.; VIANNA, L. G.; CÁRDENAS, C. J. Avosidade: visões de avós e de seus netos no período da infância. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.13, n.3, p.461-474, 2010.

OLIVEIRA, I. M.; SANTOS, N. C. S. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v.7, n.2, p.9-20, 2018.

PACHECO, A. C. L. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais Brasileiras-um diálogo com o tema. **Afro-Ásia**, v.1, n.34, p.153-188, 2006.

PORRECA, W. Relação conjugal: Desafios e possibilidades do “nós”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, n.1, p.1-12, 2019.

ROCHA, E. F. Riqueza e status entre mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Estado**, v.32, n.1, p.217-244, 2017.

RODRIGUES, K. B.; SIMÕES, S. S.; ALMEIDA, A. N. S. **A ausência da figura paterna e sua repercussão no desenvolvimento comportamental e aspectos cognitivos**. 2021 Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/3695>

ROSA, L. W.; FALCKE, D. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. **Revista da SPAGESP**, v.15, n.1, p.17-32, 2014.

SALES, P. K. C. **Práticas maternas de socialização emocional e estratégias de autorregulação emocional infantil**. 2020. 122p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Salvador, 2020.

SERRALHA, C. A. A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. **Revista Natureza Humana**, v.19, n.2, p.163-177, 2017.

STREY, M. N.; MATOS, F. M. B.; MEDEIROS, P. F.; CARDOSO, L. W., MELLO, D. C.; STEFANI, M.; TORRES, S. B. Velhice e casamento, vivências e visões. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v.2, n.1, p.23-34, 1999.

TISSOT, D. W.; FALCKE, D. A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. **Quadernos de Psicologia**, v.19, n.3, p.265-276, 2017.

VIANA, A. Maternidade na favela: Um estudo de caso de duas mães moradoras do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. **Teoria e Cultura**, v.16, n.1, p.193-206, 2021.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

ZANELLO, V. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. R.; ZANELLO, V. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Mulheres, 2014. p.108-118.

A PRIORIDADE ONTOLÓGICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MARX

Victor Aurélio Santana Nascimento

Nesse capítulo, buscaremos demonstrar que, ao estabelecer uma relação direta entre as condições materiais de produção e reprodução da vida e a formação do ser social, a tradição do pensamento marxista nos oferece fundamentos ontológicos consistentes para pensarmos o desenvolvimento humano em seus aspectos biopsicossociais. A princípio, apresentaremos uma discussão introdutória sobre aspectos ontológicos que cercam a produção de Marx, destacando fronteiras entre alguns dos seus pressupostos e os de Hegel. A despeito das críticas expressas nos termos “economicista” e “reducionista”, serão apontados equívocos contidos nas interpretações que desprezam as categorias econômicas das quais Marx parte e que resultam no esvaziamento da sua complexidade ao fazerem confundir com a performance instrumental da Economia contemporânea. Por fim, apontaremos alguns desdobramentos da adoção de políticas de austeridade no Brasil e as relações que esse estrangulamento econômico guarda com as condições e possibilidades de desenvolvimento humano.

Ontologia e particularidades históricas

Embora possa ser encontrada com diferentes definições em diferentes áreas do conhecimento, o termo ontologia (do grego: ontos,

ser; e logos, palavra) é original da palavra aristotélica “categoria”, historicamente utilizada como um recurso de classificação (ALMEIDA; BAX, 2003). Em seu sentido filosófico, foi introduzido pelo filósofo alemão Rudolph Goclenius, em 1613, para designar o estudo do “ser enquanto ser” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Não restam dúvidas de que o húngaro György Lukács é um dos mais brilhantes e influentes estudiosos sobre o tema. A fim de apreender teórico-filosoficamente as determinações histórico-concretas do modo de ser e de reproduzir a vida, Lukács (2018) conferiu à ontologia um tratamento histórico e sistemático. Para tanto, partiu dos alicerces metodológicos desenvolvidos pela tradição do pensamento marxista – o materialismo histórico dialético –, e realizou profundas críticas ao neopositivismo, ao existencialismo e a outras concepções ontológicas erigidas sobre bases idealistas. Segundo o autor, só Marx dá um justo tratamento à questão ontológica, ao articular de modo visceral as categorias da Natureza onde os sujeitos se constituem e as formas mais complexas de existência, como as formações sociais.

Para Marx (2017), é na relação que estabelece com a realidade material que o ser social se desenvolve e espelha, subjetiva e dialeticamente, a realidade objetiva que sua práxis constrói. A despeito desse entendimento, há uma longa tradição no debate ontológico que afirma princípios dualistas em seus entendimentos ônticos e tangem os aspectos materiais da sociabilidade humana para o plano das ideias. Essa tradição, já observada na antiguidade grega, construiu, sobretudo a partir das formulações platônicas, um dualismo ontológico que pôs, de um lado, o mundo terreno, sua materialidade e suas necessidades concretas, e, de outro, um mundo transcendente que oferece garantias onde o mundo material falhou (FILHO, 1991).

Sob a prevalência da dualidade ontológica, mesmo posto como possibilidade, o mundo material e seus sentidos terrenos foram gradativamente tangenciados, resultando num conjunto diverso de concepções sobre o mundo e a posição que o ser humano nele ocupa (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996b). Como observa Lukács (2018, p.36), essa concepção bimundana tem sido secularmente mantida

através de concepções que, à semelhança da cristandade, escoram-se numa

concepção teleologicamente fundada do mundo dos seres humanos, no qual se realiza seu destino, no qual seu comportamento define sua salvação ou sua danação, e do mundo compreensivo, teleologicamente ainda superior, cósmico-transcedente, de Deus, cujo ser constitui a garantia ontológica última da indubitabilidade do poder de Deus na realidade terrena; o cosmo é, portanto, fundamento ontológico e objeto visível do poder de Deus.

A religião e a igreja cristã mantiveram essa noção de mundo intacta por séculos (RUBANO; MOROZ, 1996a). Somente com os avanços das forças produtivas e descobertas de Copérnico, Kepler, Galileu e Newton pode-se observar abalos na ontologia dualista religiosa, em benefício de uma ontologia fundada nos achados das ciências naturais (ENGELS, 2020). O olhar para a natureza em sua objetividade, materialidade e legalidade próprias, resultou numa base ontológica sólida para olhar o mundo, ainda que firmado em princípios mecanicistas e sem qualquer abertura para uma ontologia do ser social (GIOIA, 1996; RUBANO; MOROZ, 1996b).

No que tange às influências sobre os modos de organização social, os avanços observados nas ciências naturais, entre os séculos XVI e XVIII, foram determinantes de diferentes desdobramentos nos anos que se seguiram. O inegável crescimento do domínio humano sobre a natureza permitiu um significativo aumento nos níveis de produtividade, fato que demandou a produção de discursos mais elaborados capazes de produzir consensos e garantir a livre circulação de capitais (COCHO, 1980; ENGELS, 2020). Nos termos de Lukács (2018), a organização burguesa do mercado demandou instrumentos sofisticados de “manipulação” capilarizados na práxis econômica, no cotidiano e na ciência.

Marx (2007) já nos alertava para a articulação existente entre as características das formações sócio-materiais, as relações de poder que delas decorrem e a formulação de ideias capazes de viabilizar, ainda que com turbulências, a efetivação dos interesses das classes dominantes em cada momento histórico. As distintas e antagonicas classes, em sua relação com o mundo, requerem diferentes representações da realidade para tornar seus interesses exequíveis.

Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, o neopositivismo do Círculo de Viena, levando ao limite seu embate com a “metafísica” e outras ameaças ao avanço da sociedade burguesa, reivindicou à ciência proposições metodológicas que a prevenisse de qualquer direcionamento ontológico capaz de pôr em risco a fruição classista. Propôs uma ciência unitária, um método e uma linguagem que fizessem convergir os entendimentos sobre o mundo para uma só compreensão. Ao regular a linguística científica, definir qual deveria ser a preocupação da ciência e excluir um plural de possibilidades de entendimentos sobre a realidade, o neopositivismo negou qualquer figuração de mundo diversa da sua e atestou sua função instrumental na reprodução das formas sociais já existentes.

A demanda por uma ciência unitária representa, portanto, uma manipulabilidade unitária da totalidade do material cognitivo, independentemente de como a própria realidade é constituída, como se em seus domínios do ser não houvesse estrutura e dinâmica peculiares e, por consequência, legalidades peculiares (LUKÁCS, 2018, p.68).

Mesmo apostando na manipulação da realidade mediante uma linguagem matematizada, semanticamente unificada, o neopositivismo fracassou em sua empreitada. Segundo Lukács (2018), tal fracasso resultou da impossibilidade de supressão de uma realidade que é complexa e que comporta diferentes entendimentos ontológicos sobre o mundo e sobre o modo como nele produzimos e reproduzimos a vida.

Não obstante a importância do reconhecimento da diversidade do real, tal constatação, ao passo que estimulou críticas contundentes às teses neopositivistas, também pavimentou o caminho para a formulação de um relativismo ontológico desastroso. As correntes pós-positivistas, negando a noção de incontestabilidade, argumentam que toda figuração do mundo tem um fundamento ontológico que parte de uma especificidade no tempo e espaço, sendo, portanto, construtos que respondem a consensos locais. Partindo desse pressuposto, cria-se a impossibilidade de apanhar o mundo de forma objetiva em sua totalidade, restando apenas interpretações fragmentadas e distanciadas de leis gerais de funcionamento da realidade (DUAYE, 2019).

Os avanços das ciências naturais também estimularam debates e proposições distintas daquelas acima mencionadas. Caberia apontarmos aqui outras formulações ontológicas que, assim como o neopositivismo e correntes pós-positivistas, harmonizam a vida cotidiana e a atividade científica com as condições de desenvolvimento do modo de produção em vigor (PREIRA; GIOIA, 1996a; COCHO, 1980; FILHO, 1991). Contudo, para alcançarmos um debate ontológico mais aprofundado em Marx, daremos a partir de agora mais atenção às formulações dialéticas desenvolvidas pelo filósofo alemão Georg Hegel, cuja obra influenciou profundamente as formulações marxistas.

Ontologia hegeliana e o giro marxista

As contradições objetivas observadas após a revolução burguesa na França criaram condições adequadas para novas interpelações ontológicas. O abismo existente entre as promessas de emancipação humana através da razão iluminista e os caminhos assumidos pela revolução, trouxe à superfície reflexões sobre a efetividade da razão enquanto vetor capaz de construir a sociedade desejada pelos grupos populares em conflito com os resquícios do Antigo Regime (NETTO; BRAZ, 2012). Alguns setores, recuando diante das contradições observadas, regrediram ao passado na busca por referências para reconstrução do presente e das possibilidades de futuro; outros,

defenderam o entendimento de que as condições em que se encontravam caracterizavam um momento de transição para o reino da razão iluminista onde as contradições não mais existiriam (LUKÁCS, 2018). Hegel, por sua vez, não recorreu ao passado, tampouco à crença numa transição para um futuro sem contradições: para o filósofo, a contradição é, por si, um princípio ontológico fundamental, estruturante da realidade, da vida humana e não um estado de coisas do qual devamos nos desviar.

(...) o que é afirmativo imediatamente e assim permanece, sem precisar resolver o problema da conciliação, nada tem com a vida. A vida progride para a negação, com a dor que ela arrasta, e só afirma perante si mesma após o apaziguamento da oposição e da contradição. Perdida está, porém, se se imobilizar na oposição e se instalar na contradição (HEGEL, 1999, p.122).

As contradições enquanto expressões da articulação entre sequência dialética e historicidade, conferem à dialética um peso ontológico que jamais tivera na filosofia. Na concepção ontológica de Hegel a Natureza constitui a base sobre a qual se dá o desenvolvimento do ser humano, da sociedade e da história. Mas, enquanto base, a Natureza apresenta limites que são superados pela dialética histórica com novas categorias, conexões e leis qualitativamente novas (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996). Tais conexões ontológicas e qualitativamente superiores ganham expressão no pensamento através de categorias lógicas e são compreendidas como “componentes dinâmicos do movimento essencial da realidade, como graus ou etapas no caminho do espírito para realizar a si mesmo” (LUKÁCS, 2018, p.197-198).

Diferente de Kant, Fichte e Schelling que, no que se refere à ontologia, expressam-se filosoficamente de forma independente da lógica, Hegel buscou dar à sua ontologia um fundamento lógico apreendido em um sentido dialético (FILHO, 1991). Nas palavras de Lukács (2018, p.212),

Hegel é o único, entre os representantes da filosofia clássica alemã, a apresentar essa tendência para uma ontologia baseada na lógica, para uma ontologia que só consegue encontrar expressão adequada em categorias e relações lógicas. Por um lado, isso faz com que ele seja o único, em ligação com essa nova congnição do mundo, a lançar as bases para uma nova lógica, uma lógica dialética; por outro lado, dando expressão à sua nova ontologia nessa nova lógica, ele sobrecarregou as categorias lógicas de conteúdos ontológicos, englobando incorretamente em suas articulações relações ontológicas, além de ter deformado de várias maneiras os importantíssimos conhecimentos ontológicos novos ao forçar seu enquadramento dentro de formas lógicas.

Segundo Lukács (2018, p.220-221), todo o trabalho filosófico de Hegel se endereça ao conhecimento da história e da sociedade, orientação que resulta na formulação de categorias dentro dessas duas esferas. No entanto, uma vez subordinadas à lógica, tais categorias costumam incorrer em generalizações que extrapolam os limites das esferas para as quais se orientam. Ao tratar como conexões lógicas os objetos e conexões da realidade, Hegel (1999) incorre em contradições decisivas, pois, tomando-as em abstrações lógicas, deixa de lado suas determinações concretas, deformando-as em enquadramentos forçados a formas lógicas. Resulta que, ao subordinar a heterogênea realidade material e o complexo ser social ao processo lógico homogeneizado, tudo o que é elaborado em termos lógicos passa a ser tomado como realidade (MARX; ENGELS, 2007). Vejamos como o autor submete a realidade à ideia:

O conceito realizado constitui a ideia. É esta a definição abstrata. Mas enganar-se-ia quem imaginasse que o conceito e a realidade unidos na ideia se neutralizam mutuamente como dois corpos químicos que, ao combinarem-se, perdem as qualidades

próprias a cada um deles. Não, o conceito é que decide tudo. Na ideia, é ele que representa a unidade e desempenha, por isso, o papel dominante. Ao unir-se-lhe na ideia, o conceito não faz qualquer concessão à realidade porque já é, por si próprio e por força da sua natureza, uma unidade; de si próprio engendra a realidade pela qual e na qual prossegue o seu desenvolvimento, sem deixar de permanecer idêntico a si próprio, sem nada ceder da sua essência. (...) A ideia, é, pois, o real em geral e só o real. O real começa por aparecer como possuidor de uma existência externa, como senhor de uma realidade sensível; mas o real sensível só é verídico ou verdadeiramente real quando corresponde ao conceito. E verídico só é então, não no sentido subjetivo, no da correspondência entre as minhas representações e as coisas existentes, mas no sentido objetivo, no da correspondência entre um objeto exterior, ou o eu real, e o conceito. Só na conformidade com o conceito, a existência exterior é verdade (HEGEL, 1999, p.128).

Outra característica que deve ser destacada na ontologia hegeliana é a da processualidade como categoria central. Depois de Heráclito, Hegel foi o primeiro pensador a abandonar a prioridade do ser frente o devir, assumindo a processualidade dialética e suas contradições como estruturantes da realidade (ANDERY; MICHELETTO, SÉRIO, 1996a).

Mas aqueles que pretendem que é inexistente o que em si tem uma contradição na forma da identidade de contrários, afirmam implicitamente a inexistência do que é vivo porque a força da vida ou, mais ainda, o poder do espírito consiste precisamente em afirmar em si a contrariedade, em a suportar e a ultrapassar. O processo da vida consiste nisso precisamente de afirmar e resolver a contrariedade entre a unidade ideal e a separação real dos membros, e toda vida é um processo (HEGEL, 1999, p.139).

Apesar das desigualdades que se apresentam no real, isto é, das particularidades típicas de uma realidade dinâmica e contraditória, são essas particularidades inter-relacionadas umas com as outras que constituem a totalidade. E não se trata aqui de uma colcha de retalhos da qual resulta uma totalidade fragmentada, despossuída de funcionamento e dinâmica próprias (FILHO, 1991). Como destaca Lukács (2018, p.237-238) sobre Hegel, “O todo do qual ele fala, de modo programático, é uma totalidade que se constrói com as inter-relações dinâmicas de totalidades relativas, parciais, particularidades”.

Ora, a verdadeira natureza do conceito exige que as diferenças reais, ou seja, a realidade das diferenças independentes e da unidade também objetivamente independente, possam reintegrar-se numa só e mesma unidade, num todo que, se permite subsistirem as explicações particulares, não deixa, no entanto, de dominar a independência delas e a procurar suprir mediante o retorno das diferenças a uma unidade subjetiva, ideal e mediante a atribuição de, por assim dizer, uma alma. Então, as particularidades não só ficam justapostas, como ainda deixam de ser partes, apresentando entre si tais ou tais relações, para serem membros; isto é, deixam de existir cada uma para si e adquirem uma existência verdadeira naquela unidade ideal. Só nesta articulação orgânica se acha realizada a unidade conceitual, ideal, tabernáculo e alma imanente dos membros (HEGEL, 1999, p.137).

Esse princípio constitutivo da realidade expressa uma característica indelével da ontologia hegeliana, mesmo sendo ele, como dito, sujeito aos enquadramentos lógicos em sua realização concreta. Temos, portanto, uma totalidade geral que resulta de totalidades parciais e que, por seu caráter processual e contraditório, é, fundamentalmente, dinâmica (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996).

Partindo dos avanços inegáveis de Hegel para o pensamento dialético, Marx e Engels (2007), ao situarem a realidade social como

critério último do ser social, rechaçam o método hegeliano de expor as conexões concretas sobre bases logicistas. Há em Marx uma busca pela concretude das conexões constituintes do ser social, busca essa que resulta nos densos estudos econômicos do autor e em sua originalidade ao pensar as categorias econômicas enquanto categorias da produção e reprodução da vida humana (NETTO; BRAZ, 2012). Esse salto consolida a possibilidade do debate ontológico sobre o ser social dá-se sobre bases materiais sem, todavia, incorrer em estreitamentos economicistas.

Esse é um dos pontos cruciais que diferenciam Hegel e Marx em seus entendimentos ontológicos sobre o mundo. No primeiro, o processo ontológico do ser social se aproxima demasiadamente do cognoscitivo, de uma interpretação logicista, afastando-se das suas conexões concretas. No último, o ser social tem na economia sua prioridade ontológica, isto é: a gênese do gênero humano encontra-se na relação concreta produtiva que a humanidade estabelece com a natureza para garantir a sobrevivência (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2017).

Se é na relação concreta e teleológica com a realidade material que a humanidade se desenvolve enquanto gênero, são os elementos constitutivos dessa relação com a natureza que precisam ser observados para que haja um entendimento adequado do seu desenvolvimento, e não seus substratos lógicos (MARX, 2008). É seguindo nessa direção que Marx (2017) apresentará o trabalho humano como categoria ontológica central para o entendimento da realidade e do desenvolvimento humano.

Ontologia econômica e o desenvolvimento humano

Enquanto movimento intelectual, o Marxismo foi uma das maiores contribuições ao pensamento do século XX, influenciando uma diversidade de disciplinas e movimentos emancipatórios espalhados por todo o mundo. Para Boucher (2015, p.13), trata-se do “esforço mais constante até agora feito para pensar historicamente o presente

e para uma compreensão reflexiva do próprio pensamento dentro de um contexto sócio-histórico”.

Apesar das marcas inegáveis do pensamento marxista, ainda presentes e atualizadas no século XXI, para os que advogam por um mundo neoliberal, o marxismo falhou. Os entusiastas da política capitalista de livre mercado – defendida como caminho estratégico capaz de promover prosperidade e justiça social – não conseguem esconder a flagrante tragédia capitalista expressa cotidianamente na miséria crônica das maiorias populares, nas crises cíclicas e na destruição sistemática dos recursos naturais do planeta. Mas, para eles, foi o marxismo quem fracassou.

À revelia dessa desfaçatez interessada, o pensamento marxista tem dado grandes sinais de prosperidade tanto no que tange à circulação mais ampla de suas categorias de análise da realidade, quanto no amadurecimento teórico que resulta do esforço de acompanhar o movimento do real e tornar suas mudanças inteligíveis. Parte desse amadurecimento tem se dado no debate sobre o indivíduo humano e sua particularidade enquanto ser social, isto é, enquanto ser vivo que tem o seu desenvolvimento atrelado às mediações existentes no convívio em sociedade. Alguns desses esforços analíticos contemporâneos podem ser observados em estudos como os realizados por Teixeira (1993), Alves (1999), Silveira (1989), Palangana (1998), Palangana e Inumar (2001), Sobral (2005), Duarte (1993) e Arcáry (2002), que, apesar dos diferentes caminhos argumentativos, buscam apanhar as mediações e determinações onto-históricas do desenvolvimento humano na sociabilidade capitalista, a partir da obra de Karl Marx.

Nessa esfera de debate, não são raras as críticas empenhadas em destacar o Marxismo como uma tradição de pensamento reducionista, etapista, que restringe a interpretação da realidade aos seus aspectos econômicos, deixando de lado um conjunto de outros elementos que compõem a complexidade da vida em sociedade e, portanto, da própria individualidade humana em sua experiência social. Afinal, como poderia uma interpretação restrita à economia dar conta do desenvolvimento humano em toda a sua complexidade? Há aqui uma distinção

preliminar que precisar ser feita para formularmos uma resposta apropriada. Trata-se da diferença entre Economia e Economia Política.

Embora tenha aparecido pela primeira vez no Tratado de Economia Política, publicado em 1615, por Antonie Montchrétien, o termo “Economia Política” só passou a ser reconhecido como um campo teórico no início do século XIX, apresentando duas características fundamentais. A primeira delas diz respeito ao seu caráter ampliado, sem pretensões de análises fragmentadas da realidade e isolamento de fenômenos sociais. De acordo com Netto e Braz (2012, p.29)

(...) à Economia Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime (...). Os clássicos da Economia Política não desejavam, com seus estudos, construir simplesmente uma disciplina científica entre outras: almejavam compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal; por isso, nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social. E mais: os clássicos não se colocavam como “cientistas puros”, mas tinham claros objetivos de intervenção política e social.

A segunda das características apontada pelos autores deriva das influências próprias do jusnaturalismo moderno – séculos XVII e XVIII –, cujos traços expressavam-se no entendimento sobre as categorias e instituições sociais como sendo naturais, invariáveis, eternas naquilo que lhes era fundamental. Categorias como propriedade, mercado, lucro e capital, eram entendidas como essenciais das formações sociais humanas e sem as quais a mesma estaria comprometida (NETTO; BRAZ, 2012).

A crise e dissolução desta Economia Política Clássica, observada na primeira metade do século XIX, tiveram suas razões na renúncia burguesa aos valores emancipatórios que serviram de lastro em

sua luta contra o modo de produção feudal. Se outrora o enfrentamento político contra o Estado Absolutista e suas instituições feudais demandavam um arcabouço teórico orientado para a compreensão e, sobretudo, transformação das relações estruturantes da feudalidade ocidental, após o triunfo da Revolução Burguesa, parte dos ideais emancipatórios que presidiram as frentes de luta foram abandonados pelo regime burguês. Ora, pautar emancipação política continuava sendo fundamental para uma sociedade de livre mercado. Mas, os desejos ampliados de emancipação econômica e social inviabilizavam o desenvolvimento capitalista que se nutria da desigualdade e da exploração da classe trabalhadora. Desse modo, a burguesia passou de classe que encarnava os interesses de emancipação humana (i. é, emancipação política, econômica e social) para uma classe conservadora. E essa mudança ganhou expressões tanto nos conflitos concretos de classes, quanto nos contornos teóricos da Economia Política.

As novas modulações na correlação de forças políticas engendraram tanto um abandono da investigação social e econômica a partir da produção material, quanto produziram, a partir da segunda metade do século XIX, uma nova disciplina científica desinteressada com os aspectos políticos, históricos e sociais que cercam a produção da vida material: a Economia. Nas palavras de Netto e Braz (2012, p.34),

No marco dessa “divisão intelectual do trabalho científico”, a Economia se especializa, institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico. Adequada à ordem social da burguesia conservadora, torna-se basicamente instrumental e desenvolve um enorme arsenal técnico (valendo-se intensivamente de modelos matemáticos). Ela renuncia a qualquer pretensão de fornecer as bases para a compreensão do conjunto da vida social e, principalmente, deixa de lado procedimentos analíticos que partem da produção – analisa preferencialmente a superfície imediata da vida econômica (os fenômenos

da circulação), privilegiando o estatuto da distribuição dos bens produzidos entre os agentes econômicos e quando, excepcionalmente, atenta para a produção, aborda-a de modo a ladear a teoria do valor-trabalho.

A nova disciplina Economia, apesar de preservar concepções jusnaturalistas e categorias supra-históricas convergentes à dinâmica burguesa, realiza uma clara ruptura com a primeira das características da Economia Política Clássica supramencionadas. Marx (2017), em seu esforço de apreensão das leis que regem a sociabilidade capitalista, historicizou as categorias antes naturalizadas pelos clássicos e, através de um método crítico-dialético, manteve a produção material da vida como ponto de partida para a compreensão da realidade.

Quando, portanto, Marx (2017; 2008) trata dos aspectos da estrutura econômica como fundamento ontológico intransponível para o desenvolvimento humano, o autor parte do conjunto das relações e condições de produção e reprodução da existência humana, e não do estreito olhar da Economia burguesa que restringe instrumentalmente os aspectos econômicos aos fenômenos de superfície da vida econômica.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008 p.47).

Nesses termos, Marx (2008) estabelece uma relação direta entre as condições concretas de produção da existência material (a estrutura econômica) e o próprio desenvolvimento humano expresso em seus aspectos físicos, psíquicos e sociais. O trabalho, enquanto atividade humana que tem por fim atender às suas necessidades e garantir a sobrevivência, constitui, além de núcleo da prática econômica, uma matriz de práticas não econômicas como a política, jurídica, ideológica, etc. (BOUCHER, 2015). Como nos diz Vieira (2018):

Ao tratar da produção, Marx está interessado nas relações entre os homens no modo de produção capitalista. E, ao contrário do que um reducionismo econômico possa compreender, ele vai analisar não só a instância econômica, mas ainda o caráter social e político em que essa instância condiciona e é condicionada. É assim que ele irá negar o pretenso caráter natural dado às relações capitalistas pelos economistas burgueses, tais como Adam Smith (VIEIRA, 2018, p.127).

Trata-se, portanto, de um equívoco primário a crítica feita a Marx, pois, ao qualificar seu pensamento como economicista, a compreensão de economia utilizada por seus detratores destoa da compreensão de economia utilizada pelo autor. Ainda nesse sentido, nos diz Lukács (2018, p.291):

É certo que as obras econômicas do Marx maduro estão centradas coerentemente na cientificidade da economia, mas nada tem em comum com a concepção burguesa, segundo a qual a economia é mera ciência particular, na qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados do conjunto das inter-relações do ser social como totalidade e, depois, analisados nesse isolamento artificial, visando – eventualmente – relacionar de maneira abstrata o território assim formado com outros territórios isolados de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia, etc.). A economia

marxiana, ao contrário, parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade.

Apesar das distâncias apresentadas, o estreito enquadramento economicista realizado pelos críticos do pensamento de Marx, contribui para um certo estranhamento quando se pretende discutir desenvolvimento humano a partir dos acúmulos marxistas. Não obstante, ao olharmos desde as chamadas obras de juventude às obras de maturidade de Marx, o que se verifica são as determinações do desenvolvimento humano matizadas nas condições históricas e objetivas de produção e apropriação da realidade material. Como nos diz o autor, *“Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida”* (MARX, 2008, p.237).

Isto é, o esforço de compreensão dos modos de produzir a vida constitui, concomitantemente, um esforço de compreensão daqueles que produzem e que desenvolvem suas faculdades na interação dialética com o mundo (ALVES; SILVA, 2012). Assim, o debate sobre o desenvolvimento humano a partir das contribuições marxistas, passa, necessariamente, pela compreensão da complexa realidade material onde os indivíduos produzem e reproduzem a vida. Uma realidade repleta de mediações sociais – das mais simples às mais complexas – que delineiam as condições de desenvolvimento biopsicossocial desses sujeitos a partir dos seus impedimentos e possibilidades características.

Foi com esse objetivo de compreensão que Marx (2008), na década de 1840, operou uma inversão materialista de teses centrais do pensamento de Hegel, abandonando seus vícios idealistas ao centralizar a realidade material como ponto de partida para a compreensão do mundo e dos fenômenos que neles se dão. Para o autor, o caminho adequado para conhecer a realidade social deve partir da compreensão das mediações mais simples até as múltiplas relações que caracterizam a totalidade. *“Somente desse modo, isto é, através da relação entre singularidade, particularidade e universalidade se pode compreender*

a realidade existente como a unidade do múltiplo” (OLIVEIRA, 2005, p.12).

Na esteira de Marx, ao olharmos para a realidade concreta, percebemos que a matéria se apresenta como um todo heterogêneo, expresso em diferentes composições, estados e submetida a correlações dinâmicas. Essas diferentes composições da matéria, as formações materiais autônomas, vinculam-se abstratamente a conceitos como “corpo”, “árvore”, “átomo”, “água” e outros significantes desenvolvidos para representar os modos específicos de organização da matéria. O conjunto dessas formações materiais constitui a matéria.

De acordo com Cheptulin (2004, p.73-74),

Sendo os elos de uma mesma matéria, as diferentes formações materiais (coisas, corpos, fenômenos) possuem toda uma série de propriedades comuns que entram no conteúdo do conceito de matéria e é preciso notar que elas existem objetivamente, fora e independentemente da consciência humana, possuem características espaciais e temporais, estão em movimento, têm seus próprios aspectos e ligações necessárias e contingentes, singulares e gerais, possíveis e reais, incluem a causalidade, a contradição e possuem todas um conteúdo e uma forma, uma essência e um fenômeno etc. Mas, ao lado das propriedades e ligações universais próprias de cada formação material particular, o conceito de matéria inclui em si propriedades e ligações, que são características não de cada formação material particular, mas apenas de todo seu conjunto, isto é, do mundo em sua totalidade.

São essas propriedades e ligações que se repetem nas mais distintas formações materiais que constituem o universal. Estar vivo, desenvolver atividade consciente e viver em sociedade, por exemplo, são características universais da humanidade. Em se tratando de comunidades humanas cuja dinâmica produtiva é regulada pelos

condicionamentos do modo de produção capitalista, podemos listar como características universais: a concentração das forças produtivas nas mãos de pequenos grupos, a apropriação privada de riquezas coletivamente produzidas, a exploração da força de trabalho como condição estruturante da sociabilidade e o regime de assalariamento como regra. Diferente dos aspectos comuns, “as propriedades e ligações que são próprias apenas a uma formação dada (coisa, objeto, processo) e que não existem em outras formações materiais constituem o singular” (CHEPTULIN, 2004, p.194).

Sendo o singular aquilo que não se repete e que, portanto, distingue as diferentes formações sociais, o particular – singularidade mediada e circunscrita sob termos universais – sempre apresentará semelhanças com o singular. Decorre que

O que distingue os objetos confrontados constitui o particular e o que exprime sua semelhança é o geral. Assim, a predominância da propriedade privada na sociedade capitalista e da propriedade social na sociedade socialista representa o particular dessas sociedades, na medida em que esse traço distingue uma da outra. Da mesma forma, a exploração do homem nos países capitalistas e sua ausência nos países socialistas é o particular (CHEPTULIN, 2004, p.197).

Segundo Oliveira (2005, p.17), é na universalidade que a singularidade se constrói e, de modo dialético, a universalidade se expressa na singularidade tendo as mediações sociais como particularidade. Nas palavras da autora:

Ora, a importância da particularidade (na relação singular-particular-universal) na análise de um determinado fenômeno está no fato de que ela se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é através delas que a universalidade se concretiza na

singularidade. A cuidadosa identificação e caracterização da particularidade é condição sine qua non para compreender-se como se dá essa concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade. Somente dessa forma é possível a aproximação do pensamento ao ser concreto da realidade em movimento, ao movimento processual da tensão entre a universalidade e a singularidade, mediada pela particularidade.

Decorre que o singular e o geral não existem dissociados um do outro, mas, articulados por formações materiais particulares (CHEPTULIN, 2014). Essa compreensão da dialética do singular-particular-universal é fundamental para pensarmos o desenvolvimento humano a partir da tradição do pensamento marxista, pois,

A universalidade humana, como a entende Marx, não se opõe ao nível do singular como um ente geral ou universal autonomizado, nem igualmente se acha definido como instância a priori inscrita na série de instruções ou padrões de constituição imediatamente corporal dos homens. O humano é antes de tudo um produto da interatividade social dos homens, da forma como social e historicamente indivíduos socialmente determinados empreendem seu comportamento ativo, a produção objetiva dos âmbitos de sua existência concreta por meio da transformação da natureza (ALVES; SILVA, 2012, p.240).

Como visto, para Marx, as formações materiais são elementos imprescindíveis para compreendermos a realidade objetiva e os sujeitos que nela se desenvolvem. São nas complexas sociedades, com suas inúmeras mediações, que as individualidades se realizam. Partindo desse pressuposto, de que o desenvolvimento humano não se dá apartado dos aspectos universais, particulares e singulares que circunscrevem as diferentes formações materiais, está claro que a análise do

desenvolvimento humano deve se dar associada à análise dos aspectos que caracterizam as formações sociais em que os indivíduos estão inseridos (ALVES; SILVA, 2012).

O ser social

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX; ENGELS, 2007, p.86-87).

Ao dedicar esforços para apreensão e sistematização dos princípios gerais da realidade – sobretudo da realidade capitalista –, Marx (2017) expôs também os fundamentos para uma ontologia do ser social. O autor caracterizou as bases concretas sobre as quais um ser dotado de singularidade biológica, através de mediações sociais, ultrapassa suas fronteiras orgânicas e engendra um modo particular de existência no mundo. Segundo Guerra e Jimenez (2016, p.65), nesse esforço, Marx

evidencia tanto os elementos universais, ou seja, as determinações ontológicas da individualidade humana, bem como seu processo de complexificação no curso do envolver histórico indicando, particularmente, de que forma esta se manifesta no modo de produção capitalista.

Em estudo realizado sobre as chamadas obras de juventude de Marx, Teixeira (1993) identifica a individualidade na obra de Marx expressa como o resultado de três determinações elementares, dinâmicas e insuprimíveis mesmo frente às diferenças históricas assumidas pela sociabilidade humana em seu processo de desenvolvimento. São elas: a naturidade, o trabalho e a generidade.

Se há algo que nós podemos eleger como condição básica para a existência da sociedade humana, é a existência de indivíduos reais, vivos e cuja existência se encontra condicionada à possibilidade material de manutenção e reprodução da própria vida, através de uma relação com a natureza capaz de satisfazer cotidianamente os seus imperativos fisiológicos. É por partir desse pressuposto que Marx e Engels (2007) escrevem:

(...) devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p.32-33).

O que há de mais básico para que se garanta a existência humana, em qualquer momento histórico e formação social, é a produção dos meios que garantam a satisfação das suas necessidades orgânicas. Esse fato imprescindível aponta para uma característica ontológica indelével do indivíduo humano: o seu traço natural, biológico, e, por isso, tomado como elementar na análise marxista sobre o desenvolvimento humano (TEIXEIRA, 1993). Há que se dizer, no entanto, que, para Marx (2017), apesar de todo indivíduo ser dotado de um corpo cuja singularidade biológica é fundamental para o seu desenvolvimento, esses atributos naturais não garantem, por si só, a sua existência, forçando-o ultrapassar suas estreitas fronteiras orgânicas.

Mesmo inegavelmente orgânica, “a vida humana aparece como continuamente reconfigurada pela forma da interatividade social,

desde suas esferas mais aparentemente “naturais”, como a nutrição e a sexualidade, até aquelas surpreendentemente “espirituais”, como o pensamento científico e a arte (ALVES; SILVA, 2012, p.241). Tal reconstrução se dá tanto através da atividade produtiva material quanto através das expressões espirituais que sofrem as mediações e limites de apropriação concreta do mundo.

É, pois, no processo pelo qual homens e mulheres interagem com a Natureza afim de produzirem as próprias condições materiais da vida, isto é, através do trabalho, que Marx estabelece as categorias fundamentais do desenvolvimento humano, deslocando a sua essencialidade dos padrões biológicos preestabelecidos para uma processualidade histórica (MARX; ENGELS, 2007).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, **ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade**: seus braços e pernas, cabeça e mãos. **Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio** (MARX, 2017, p.255, grifos nossos).

Considerando que as intervenções realizadas na Natureza pela humanidade, afim de atender às suas demandas de sobrevivência, produzem novas condições concretas de existência, podemos concordar que as sucessivas alterações realizadas geram novas gradações ontológicas e, na medida que se acumulam, complexificam material e subjetivamente a sociabilidade humana (GUERRA; JIMENEZ, 2016).

Partindo do mesmo suposto, Teixeira (1993, p.9) nos diz que o desenvolvimento cumulativo a partir da interação com a Natureza

confere à dinâmica imanente ao agir humano a configuração de uma espiral onde o movimento potencializa a si próprio, pois o desenvolvimento da produção material, ao satisfazer as necessidades mais imediatas, cria condições para o exercício de formas propriamente humanas de atividade e inter-relação, permitindo a evolução da consciência sobre o próprio trabalho e sobre a existência humana em geral, o que, por sua vez, tende a resultar em novos avanços na atividade imediatamente produtiva e no conjunto da realização humano-societária.

Aqui chegamos à um ponto central do pensamento marxista sobre as condições de possibilidade do desenvolvimento humano: o fato da individuação e humanização darem-se geracionalmente sempre a partir de um novo patamar das forças produtivas, torna a capacidade de desenvolvimento humano dependente do grau de apropriação e usufruto do conjunto de bens materiais e imateriais até então acumulados pela humanidade. É essa apropriação que garantirá ao indivíduo o desenvolvimento das habilidades e capacidades que particularizam o genero humano em determinado período histórico, frente aos demais animais. Noutra formulação, na proporção que o indivíduo, com todo o seu repertório biológico, interage de forma mediada com a natureza externa e acessa as objetivações humanas (linguagem, leis e outros regulamentos culturais, instituições de ensino, tecnologias de cuidado em saúde, comunicação, instrumentos de trabalho, saneamento básico, etc.), ele desenvolve aquilo que caracteriza um outro elemento ontológico constitutivo do desenvolvimento humano: a generidade.

É a partir das relações sociais estabelecidas numa formação sócio-material, que os indivíduos se apropriam dos acúmulos materiais e imateriais produzidos pelo gênero humano e, assim, desenvolvem

suas faculdades e manifestam um modo particular de existir no mundo. Não à toa, nos dizem Marx e Engels (2007, p.422),

(...) o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, e que as diferentes gerações de indivíduos que entram em relações uns com os outros possuem uma conexão entre si, que a existência física das últimas gerações depende da existência de suas predecessoras, que essas últimas gerações, recebendo das anteriores as forças produtivas e as formas de intercâmbio que foram acumuladas, são por elas determinadas em suas próprias relações mútuas. Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela.

Tais relações, por sua vez, obedecem às configurações do estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em que os indivíduos se encontram e como se organizam as relações de produção e reprodução da vida (TEIXEIRA, 1993). Apesar da genericidade só se efetivar dentro de uma formação social, o modo como as relações de produção se organizam pode viabilizar ou não o acesso aos produtos históricos do gênero humano, estabelecendo, assim, diferentes níveis de apropriação e desenvolvimento humano.

A relação entre o indivíduo e o gênero humano sempre se realiza no interior das relações sociais concretas e históricas nas quais cada homem se insere. A genericidade dos indivíduos não é uma substância exterior à sua socialidade. Por que então a utilização da categoria de gênero humano na análise da formação do indivíduo, isto é, por que não analisar essa formação simplesmente como uma relação entre indivíduo e sociedade? Porque embora

a forma concreta de existência da genericidade seja a socialidade, a apropriação de uma socialidade concreta do indivíduo não possibilita **necessariamente** a objetivação plena desse homem enquanto ser genérico, isto é, pertencente ao gênero humano (DUARTE, 1993, p.111, grifo nosso).

No decorrer da história tem-se visto que as possibilidades de desenvolvimento pleno dos indivíduos, condicionado ao acesso aos avanços do gênero humano, não se encontram abertas de igual modo para todos os seres humanos. Parte significativa da humanidade encontra-se cerceada ou mesmo impedida, pela estrutura social em que se encontra, de acessar as objetivações concretizadas intergeracionalmente ao longo da história humana.

Segundo Oliveira (2001, p.3), essas “São objetivações que precisam ser apropriadas, pelo indivíduo, para que possa dominar o sistema de referências do contexto em que vive e, assim, objetivar-se como sujeito ativo e participante das transformações desse contexto”. Isto é, a possibilidade de desenvolver-se biopsicossocialmente enquanto ser humano encontra-se diretamente associada ao acesso dos bens produzidos, complexificados e acumulados pela humanidade.

É firmado nessa tese que Marx desenvolve seu pensamento considerando o desenvolvimento do indivíduo como um fenômeno associado ao desenvolvimento histórico das forças produtivas e à distribuição das riquezas coletivamente produzidas. O modo como os bens materiais e imateriais necessários para atender às necessidades humanas são produzidos, distribuídos e viabilizados dentro de uma formação social estruturam as relações entre os indivíduos, assim como, suas condições de desenvolvimento.

Tal entendimento, seja por convergência ou oposição, influenciou uma diversidade de áreas do conhecimento durante o século XX. E nas linhas que se seguirão daremos destaque às elaborações realizadas na Psicologia, por Lev Semionovitch Vygotsky, intelectual russo com claras marcas do pensamento marxiano e proponente da Psicologia Histórico-Cultural.

A concepção materialista de desenvolvimento humano em Vygotsky

Posta à teste, a tese marxista de que são as condições materiais de existência que determinam os contornos da consciência humana encontra validade onde quer que olhemos. Tratando-se do contexto russo, no início de século XIX, é inegável que o seu cenário revolucionário tenha exercido fortes influências sobre a produção intelectual da época. Em Moscovo, após quatro anos do triunfo da Revolução de Outubro de 1917, o dualismo (subjetivismo x objetivismo) observado na Psicologia fora sistematicamente debatido como um ponto a ser superado, dando lugar a caminhos teórico-metodológicos capazes de responder resolutivamente aos problemas práticos enfrentados pela Revolução – como, por exemplo, a superação dos altos níveis de analfabetismo herdados da Rússia czarista (SABEL, 2006).

Segundo Molon (2015, p.24),

A psicologia na Rússia estava se consolidando, ao mesmo tempo em que tentava se reconstituir, pela mudança dos seus pressupostos epistemológicos, pois estava inexoravelmente vinculada ao momento sócio-histórico e político da revolução socialista, que engendrou mudanças significativas em diversas áreas, como poesia, arte, cinema, teatro, lingüística, pintura... A psicologia não ficou à margem deste movimento revolucionário, que propiciou a aceleração do desenvolvimento que vinha acontecendo, oferecendo condições materiais por meio da criação de vários institutos e instituições, como também influenciou na definição dos paradigmas científicos.

As diversas escolas de Psicologia gestadas entre o final do século XIX e início do século XX variavam entre abordagens mecanicistas e abordagens idealistas dos processos psicológicos (ZANELLA, 1994). As principais tendências observadas eram a reflexologia, a reactologia,

a paidologia, a psicotécnica, a pedologia e o enfoque sócio-histórico (MOLON, 2015). Se, por um lado, as abordagens mecanicistas a-históricas e não dialéticas, amparadas em características biológicas, negavam qualquer diferença qualitativa entre as funções psicológicas primitivas e as superiores atreladas à sociabilidade; por outro, as correntes idealistas, apesar de reconhecerem o caráter distintivo entre as funções psíquicas inferiores e superiores, não se dedicavam a explorar as relações existentes entre os processos mentais e os aspectos históricos, materiais e fisiológicas que os condiciona (VYGOTSKY, 2021).

Segundo Vygotsky (2021, p.2-3), parte significativa dos equívocos na compreensão do desenvolvimento humano e, particularmente, das funções mentais superiores situa-se

principal e primariamente na incapacidade de abordar esses fatos como parte do desenvolvimento histórico, na limitação de considerá-los apenas processos e formações naturais, misturando e não distinguindo o processo natural do cultural, o essencial do histórico, o biológico do social na abordagem do desenvolvimento mental da criança.

Tal dificuldade de explicar adequadamente as diferenças entre os processos naturais e históricos do desenvolvimento é devedora da tradicional formulação atomista vista na Psicologia, que decompõe e reduz as estruturas mentais superiores em elementos primários orgânicos, ao passo que despreza uma consideração materialista dos aspectos psicológicos. Segundo o autor, é fato que o entendimento das propriedades biológicas é imprescindível para que compreendamos o desenvolvimento das funções mentais superiores. “O desenvolvimento das formas superiores de comportamento requer certo grau de maturidade biológica, determinada estrutura como pré-requisito” (VYGOTSKY, 2021, p.43-44). Mas, o que se observa hegemonicamente são entendimentos que baseiam-se nas teses das ciências naturais ou em aspectos essencialmente metafísicos, afastados do ambiente social.

Quando se fala, por exemplo, sobre o desenvolvimento da fala e do pensamento em crianças em idade pré-escolar e escolar, os processos de julgamento, aspectos constituintes da personalidade, dos conceitos de mundo e outras funções mais complexas,

há uma abordagem metodológica peculiar como se eles fossem categorias naturais e inatas da psicologia. Tudo é considerado à parte do aspecto histórico. Os conceitos de mundo e de causalidade da criança da Europa moderna em um meio educado e os conceitos de uma criança de qualquer tribo primitiva, a visão de mundo de uma criança da Idade da Pedra, da Idade Média e do século XX, são todos basicamente os mesmos, idênticos, equivalentes. (...) A criança e o desenvolvimento de suas funções mentais superiores são considerados in abstracto – fora do ambiente social, do ambiente cultural e suas formas de pensamento lógico, visão de mundo e conceitos sobre causalidade que governam essas funções (VIGOSTSKI, 2021, p.17).

A elucidação efetiva dos aspectos básicos e superiores do desenvolvimento humano, no entanto, deve estar atrelada à análise cuidadosa do seu desenvolvimento na história, apanhando as particularidades típicas das distintas formações sócio-materiais. Não é razoável que o estudo do desenvolvimento humano se dê apartado do estudo sociológico, da consideração aos elementos concretos que o condicionam, pois,

A cultura cria formas especiais de comportamento, ela modifica a atividade das funções mentais, ela constrói novas superestruturas nos sistemas envolvidos no comportamento humano. (...) No processo do desenvolvimento histórico, o homem social muda os métodos e os instrumentos de seu comportamento, transformam os instintos e as funções naturais, e desenvolve e cria novas formas

de comportamento – especificamente culturais (VYGOTSKY, 2021, p.35).

Ao transitar pelo desfiladeiro dualista da psicologia de sua época, Vygotsky (2021) aponta para o materialismo histórico dialético como uma alternativa metodológica capaz de conduzir a psicologia a uma síntese: explicar o desenvolvimento humano enquanto processo estruturado sobre as inegáveis características biológicas, mas, que extrapola as características de base orgânica graças as mediações materiais desenvolvidas, acumuladas e transferidas intergeracionalmente durante todo o processo histórico da humanidade. Resultam daí estágios de desenvolvimento qualitativamente superiores aos limites estritamente orgânicos.

Nesse sentido, a concepção vygotskiana de desenvolvimento humano é tanto gnosiologicamente materialista, ao considerar a realidade objetiva como ponto de partida no fazer científico, quanto logicamente dialética, ao reconhecer o complexo movimento dialético da realidade, que conjuga diferentes dimensões da existência. Quanto a isso, diz-nos Sabel (2006, p.93):

Para Vygotsky, a psicologia será materialista na medida em que levar em conta a materialidade de seu objeto, bem como a necessidade de estar conectada eticamente com a vida real; será histórica na medida em que considerar o seu objeto – homem – como produto de processos históricos; e será dialética na medida em que considerar e explicar dialeticamente este mesmo objeto: o homem é constituído pelas circunstâncias, ao mesmo tempo em que também as constitui.

Entendendo que não havia em Marx e Engels uma teoria materialista do psiquismo humano, Vygotsky opera uma articulação entre psicologia e marxismo a partir do método materialista histórico dialético, tomando-o como concepção epistemológica e metodológica capaz de explicar concretamente os fenômenos antes deixados aos

cuidados do reducionismo biológico ou idealista. Dialogando com a tradição do pensamento marxista, o autor parte do pressuposto de que as formações sociais constituem uma totalidade (universalidade) que se relaciona com diferentes particularidades. É na relação dialética entre o universal e o particular que o indivíduo se desenvolve e incrementa o conjunto de elementos constituintes do gênero humano (PAES, 2006).

Segundo Santa e Baroni (2014), apesar do materialismo histórico-dialético ter sido uma importante ferramenta de análise e fundamental no estabelecimento do modelo científico de estudos dos fenômenos psíquicos, Vygotsky não pode ser considerado um teórico marxista, mas, sim um pensador marxista, isto é, utilizava as categorias marxistas para analisar a realidade e seus fenômenos. Pode-se observar, por exemplo, o modo como Vygotsky retoma a categoria de trabalho, amplamente desenvolvida por Marx e Engels, para discutir a noção de mediação instrumental com o uso de signos e consequente desenvolvimento das funções mentais superiores que distiguem homens e mulheres dos outros animais.

A partir das características do trabalho, Vygotsky (2021) estende a lógica instrumental para os processos psíquicos. Para o autor, quando, diante de um problema concreto no mundo, o indivíduo não consegue resolução a partir das suas características orgânicas/primitivas/genéticas, ele introduz um instrumento auxiliar de mediação – do ponto de vista psicológico, análogos à produção e uso de ferramentas de trabalho – que alteram qualitativamente todo o processo psíquico conhecido, complexificando as suas funções mentais de base. A esse instrumento mediador autor chama de signo.

Os signos têm caráter social, são desenvolvidos e apreendidos nas relações interpessoais, afastando qualquer possibilidade de origem biológica. As condições concretas postas como obstáculos para a realização de uma demanda estimulam a produção do signo de forma interativa e, por conseguinte, a formação de funções mentais superiores. Assim, a formação das funções complexas que diferenciam o humano dos demais animais é desencadeada pela relação que este estabelece com a realidade material.

Alguns exemplos de mediação instrumental são trazidos por Vygotsky (2021) para ilustrar essa passagem. Um deles refere-se às funções mnemônicas e mnemotécnicas, que são procedimentos para memorização dirigidos para o domínio da própria memória. Diferente do que ocorre no funcionamento da memória natural, a memória voluntária requer certo controle via uso de signos como recursos disponíveis na esfera social. Ao criarmos marcações, registros numéricos e/ou verbais para facilitar a memorização, alteramos substancialmente a nossa capacidade de memorizar. “Quando memorizamos não os objetos ou experiências, mas, seus registros verbais, nós abreviamos, ordenamos e abstraímos, segregamos o material, isto é, modificamos profundamente aquilo que devemos memorizar” (VYGOTSKY, 2021, p.355). Isto é, ao fazermos uso da lembrança baseada em signos, alcançamos resultados superiores aos proporcionados pela memória natural.

Contudo, tal ampliação da função mnemônica só é possível através da apropriação progressiva de elementos externos característicos da generidade humana, capazes de mediação, como: a linguagem, a escrita, mapas, desenhos, gráficos, formas numéricas e outros signos produzidos pelo gênero humano. Como dito por Molon (2015, p.102), “Sem a mediação dos signos não há contato com a cultura. Desde que a criança nasce ela se relaciona pela mediação, que acontece de diferentes maneiras, diferentes intensidades e inúmeras formas”. E é na interação social que homens e mulheres acessarão esses signos e desenvolverão complexos sistemas de mediação sem os quais o ingresso nos distintos fluxos sociais fica comprometido.

(...) nenhuma criança poderia amadurecer naturalmente suas habilidades aritméticas, mas assim que a criança atinge a idade escolar, ou um pouco mais cedo, ela adquire os conceitos aritméticos e as operações subsequentes a partir de experiências externas de pessoas próximas a ela. Assim, não podemos dizer que a aquisição da adição e da subtração aos 8 anos e da multiplicação e da divisão aos 9 anos é o resultado natural do desenvolvimento

da criança; essas são apenas mudanças externas que provêm do ambiente e não podemos considerá-las um processo de desenvolvimento interno (VYGOTSKY, 2021, p.206).

Aqui está mais um ponto de aproximação das formulações marxianas. Para Marx (2017), é na medida que interage com o mundo e cria condições particulares de existência que o indivíduo modifica seu próprio funcionamento na realidade. Ao estender o conceito de mediação instrumental material no trabalho para a esfera simbólica no uso de signos, Vygotsky (2021, p.114) estabelece uma ponte entre a realidade material e o desenvolvimento das funções mentais superiores, demarcando suas raízes sociais: “Não é a natureza, mas a sociedade que deve ser considerada, em primeiro lugar, como um fator determinante do comportamento humano”.

Pensar o desenvolvimento humano com lentes marxianas implica, no entanto, além de discutir suas relações diretas com a realidade material, problematizar o modo como a cisão de classes organiza diferentes condições e possibilidades de desenvolvimento graças às desiguais condições de acesso e apropriação das riquezas produzidas pela humanidade. Importa saber que é na escola que as habilidades aritméticas são desenvolvidas e que esse processo permite à criança realizar operações mais complexas e fundamentais dentro de uma sociabilidade humana complexa. Mas, importa também discutir quais são os grupos sociais que possuem acesso real e em condições adequadas de aprendizagem nessas instituições. Se há signos culturais que mediam o nosso desenvolvimento e fruição em sociedade, mas eles são inacessíveis, é possível pensarmos em diferentes gradientes de desenvolvimento humano.

Consideremos um exemplo. Cito Vygotski (2021, p.47) ao tratar da possibilidade de desenvolvimento a partir do acesso a um bem imaterial da humanidade, a linguagem escrita:

Uma criança cega não pode dominar a linguagem escrita porque ela é formada por um sistema de

símbolos ou sinais gráficos que substituem os sons separadamente da linguagem falada. A escrita é baseada em um sistema de estímulos óticos inacessíveis ao cego. Essa forma de comportamento, essa função cultural, que tem um grande significado para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento internos (leitura), para as formas culturais de memória etc. permanecem inacessíveis à criança cega até a criação e a introdução de um novo caminho alternativo de desenvolvimento da linguagem escrita, a chamada linguagem Braille. O alfabeto tátil substituiu o ótico, tornando a leitura e a linguagem escrita acessíveis para o cego. Mas para isso foi necessária a criação de um sistema particular, artificial, especial, auxiliar, adaptado às peculiaridades da criança cega.

É prudente emendarmos o trecho dizendo que, a nível individual, para que o alfabeto ótico fosse substituído pelo tátil, viabilizando o desenvolvimento da linguagem escrita e seus desdobramentos cruciais para o gênero humano, foi necessária a criação, mas, sobretudo, o acesso da criança cega ao sistema de linguagem Braille. Sem o acesso ao Braille a criança em questão continuaria à margem do desenvolvimento de algumas faculdades e habilidades capazes de melhor integrá-la nas comunidades humanas. É elementar para a nossa discussão destacar aqui, como foi destacado no tópico anterior, que a existência de produtos do gênero humano capazes de estimular o desenvolvimento das potencialidades humanas, por si só, não garante o seu desfrute, principalmente em sociedades em que grupos humanos se encontram socioeconomicamente aliados desses produtos.

São inúmeros os caminhos pelos quais podemos interrogar as condições de desenvolvimento humano, desde os determinantes singulares, particulares e universais da existência humana. Sigamos agora em nossa reflexão para pensarmos a questão do acesso às condições concretas que favorecem o desenvolvimento humano olhando para determinações mais amplas da sociabilidade humana.

Considerações sobre austeridade, condições de vida e desenvolvimento humano: o caso brasileiro

O aprofundamento da crise econômica desencadeada pela bolha imobiliária estadunidense, em 2008, deu destaque aos planos de austeridade que reduzem a atuação do Estado na garantia de condições básicas de sobrevivência e “distribui sacrifícios à população”. A adoção de ajustes fiscais encontra defesa nas teses modernas de que, frente à desaceleração econômica e ao aumento da dívida pública, o corte em gastos públicos deve ser uma estratégia utilizada com fins de retomada do crescimento econômico.

Não obstante, o aumento nos níveis de desigualdade social, da dívida pública e da recessão econômica experimentado por países de capitalismo central e periférico após adotarem políticas de austeridade em resposta à crise, demonstrou efeitos contrários aos esperados. A redução de investimentos públicos resultou em desaceleração econômica, desemprego, restrição no poder de compra da população, redução da demanda do setor privado na venda de bens e serviços, fatos que, nessa ordem, levaram à redução do crescimento do PIB, da arrecadação estatal e a déficits fiscais (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p.14).

A despeito das lições históricas, o Brasil, em sua escalada neoliberal, tem assumido um compromisso crescente com a redução de gastos públicos. A partir de 2016, o ambiente de austeridade se exacerbou com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, uma medida inédita no mundo, que estabeleceu um teto fixo para os gastos públicos durante 20 anos, com ajuste limitado à taxa de inflação do ano anterior, calculada a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (IPCA) e com projeções de, nesse período, reduzir em 8% as despesas primárias do governo federal (MATTOS, 2018).

De acordo com Dweck, Silveira e Rossi (2018, p.32),

Em vinte anos, no período de 1997 a 2017, o gasto primário do governo central cresceu de 14% para

19% do PIB. Esse crescimento refletiu a regulamentação dos direitos sociais conforme foi pactuado na CF 88. Já com a EC 95 nos próximos vinte anos, de 2017 a 2037, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, espera-se que o gasto primário do governo federal retorne para a casa de 12% do PIB em 2037 (...). Ou seja, a EC 95 propõe retroceder nos próximos vinte anos o que o país avançou nos últimos vinte anos em termos de consolidação dos direitos sociais no Brasil.

Para Fagnani (2018), a radicalização do projeto liberal, expresso nos ajustes fiscais que incluem a EC 95/2016, retrata um momento histórico no qual os processos de redemocratização e de construção de um Estado social no Brasil, iniciados em 1988, foram duramente golpeados. Um dos grandes golpes viabilizados pelo novo regime fiscal está na inviabilização da Seguridade Social tal qual existia.

A Seguridade constitui um mecanismo de proteção social que beneficia, direta e indiretamente, mais de 140 milhões de brasileiros e brasileiras. Além das transferências diretas através da previdência rural e urbana – que, entre beneficiários diretos e familiares, alcança cerca de 99 milhões de pessoas – e do Seguro Desemprego, a Seguridade é composta também pelos amplos serviços prestados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – que alcança cerca de 70% dos brasileiros e brasileiras de baixa renda, com mais de 2,8 bilhões de atendimentos anuais em diferentes níveis de complexidade e linhas de cuidado – e pela Assistência Social, que, entre outras coisas, beneficia mais de 4,5 milhões de famílias com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), fazendo dela umas das grandes políticas de combate à pobreza e indigência. A Seguridade conta ainda com o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), que beneficia cerca de 40 milhões de alunos e alunas de escolas públicas. Todas essas políticas encontram-se asfixiadas e progressivamente fragilizadas em razão do contingenciamento de gastos estabelecido na EC 95.

Além dos prejuízos observados das políticas acima mencionadas, não podemos desprezar, para as considerações que se seguirão

sobre desenvolvimento humano, outros desdobramentos do novo regime fiscal. Com a EC 95 se encontram comprometidos também os investimentos destinados à construção de escolas e creches; à interiorização e qualificação do ensino superior (CARA; PELLANDA, 2018); os recursos que garantiam a permanência de milhares de alunos e alunas contempladas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); as estratégias de incentivo à inovação em ciência e tecnologia através de bolsas de mestrado e doutorado; reajustes salariais para professores e professoras, entre outras metas associadas à garantia do acesso e universalização do ensino previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 (OLIVEIRA, 2018).

No que diz respeito às políticas de habitação, Amore e Leitão (2018) apontam para perdas significativas na capacidade orçamentária para produção de novas moradias, requalificação habitacional, obras de saneamento, urbanização de favelas, locação social, entre outras ações que atendem a necessidades históricas, em um país cuja constituição prevê a moradia como direito social.

Aliado aos prejuízos na operacionalização de políticas de moradia, saúde, educação e proteção social, Mattos (2018) alerta para o fato dos limites estabelecidos pela EC 95 nos gastos públicos inviabilizarem também investimentos adequados no setor de produção de alimentos: na agricultura familiar, de onde provém cerca de 70% dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros e brasileiras. Parte significativa dos pequenos produtores rurais depende de políticas públicas para manterem sua produção e até mesmo para garantir a subsistência no campo. No limite, os retrocessos resultantes do novo regime fiscal

(...) podem gerar efeitos preocupantes, como o recrudescimento da violência no campo, empobrecimento massivo da população rural, aumento do êxodo rural, redução drástica da produção de alimentos ao mercado de consumo doméstico e riscos de perda de garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional da sociedade brasileira (p.243).

Por outro dado, segundo Fagnani (2018, p.59), as recessões geradas pela execução de políticas de austeridade são funcionais dentro do modo de produção capitalista. Além de favorecerem os processos de privatização após o sucateamento da coisa pública, contribuem para

rebaixar custos trabalhistas, combater a inflação (mediante desemprego em massa), rechaçar programas redistributivos e criminalizar partidos populares, tidos como “populistas”. A “austeridade” também é funcional para justificar a implantação do Estado Mínimo liberal, dado que “não há alternativa”. Essa sentença peremptória conduz à falsa visão de que “as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento”, construção ideológica que ignora o fato de que o comportamento do gasto social no Brasil não é “um ponto fora da curva” na história das nações industrializadas e democráticas.

Como indicado pelo autor, caberia ainda tratarmos sobre os efeitos deletérios da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), aprovada sob a justificativa de ser esta uma medida capaz de gerar empregos formais e favorecer um aquecimento econômico sem prejudicar direitos conquistados pela classe trabalhadora (MARINHO, 2016). Mas, trataremos esse aspecto de forma mais detida em outro momento. O exposto até aqui já nos serve como largada para refletirmos sobre as articulações existentes entre aspectos econômicos, condições materiais de vida e desenvolvimento humano no cenário brasileiro.

A partir dos pressupostos ontológicos marxistas expostos nesse capítulo, depreendemos que as condições materiais de produção e reprodução da vida em sociedade (i. é, a estrutura econômica), o acesso aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano, são determinantes para o desenvolvimento das faculdades biopsicossociais da humanidade. Compreendemos também que, em um modo de produção que se estrutura fundamentalmente a partir das desigualdades – como ocorre no modo de produção capitalista

–, o acesso a essas condições materiais de produção e reprodução da vida também se dá de modo desigual gerando, portanto, diferentes possibilidades e limitadores de desenvolvimento nos diferentes grupos humanos.

Resta-nos perguntar: considerando as restrições impostas pelo novo regime fiscal brasileiro ao acesso a serviços de saúde, educação, a políticas de moradia, trabalhistas e de alimentação, até 2036, é correto afirmar que as condições de desenvolvimento humano no Brasil se encontram progressivamente prejudicadas pelo esfacelamento liberal das políticas sociais no país? Cabe-nos uma pergunta mais: quais prejuízos assume a Psicologia do Desenvolvimento quando afasta das suas formulações teórico-metodológicas o olhar para os aspectos socio-políticos e econômicos que transversalizam a experiência humana em sociedade?

O que aprendemos?

- Afastando-se das interpretações idealistas sobre o ser e sobre mundo que alcançaram sua maior expressão em Hegel, as formulações marxistas concebem o homem e a mulher como resultados de relações complexas e mediadas com a realidade material. É a partir das demandas concretas de sobrevivência que eles intervêm na natureza, modificam-na e, assim, modificam a si mesmos desenvolvendo as capacidades e habilidades que caracterizam o gênero humano.
- Diferente da Economia contemporânea e sua aderência aos interesses classistas da burguesia, a Economia Política Clássica da qual Marx parte para formular suas críticas à sociabilidade capitalista, interessava-se pela compreensão do conjunto das relações históricas, políticas e sociais que viabilizam, objetiva e subjetivamente, a produção e reprodução material da vida em sociedade. Essa diferença é crucial para entendermos que: ao assumir a estrutura econômica como ponto de partida para a interpretação das relações

humanas, Marx considera as diversas e complexas relações que se estabelecem a fim de garantir a vida. Portanto, é equivocada a compreensão de que seu olhar está restrito à uma disciplina especializada, técnica e limitada a modelos matemáticos.

- Embora as possibilidades de desenvolvimento do gênero humano estejam dadas na relação que homens e mulheres estabelecem com os bens materiais e imateriais historicamente acumulados pela humanidade, relações e condições particulares de produção da vida – como a capitalista – podem estabelecer barreiras que, ao privá-los do acesso, limitam as possibilidades de desenvolvimento e criam gradientes de desenvolvimento biopsicossocial.
- Em países como o Brasil, políticas de austeridade adotadas por governos neoliberais, ao restringirem os gastos públicos em políticas de educação, saúde, segurança alimentar, segurança habitacional, etc., limitam o acesso a bens e serviços fundamentais para o desenvolvimento humano, gerando, assim, perspectivas desoladoras para a grande maioria popular que depende desses recursos.
- Se o pleno acesso aos recursos materiais e imateriais intergeracionalmente produzidos e acumulados pela humanidade exerce papel crucial sobre o desenvolvimento humano, compete também à Psicologia do Desenvolvimento – e não apenas aos movimentos socioterritoriais populares – o compromisso ético-político com a disputa por melhores condições de vida e desenvolvimento humano.

Questões

- De acordo com as formulações marxistas apresentadas, como o homem e a mulher são concebidos em relação à realidade material?

- Como a Economia Política Clássica, a qual Marx se baseou para formular críticas à sociabilidade capitalista, difere da Economia contemporânea?
- Como as condições de produção da vida em uma sociedade capitalista podem limitar as possibilidades de desenvolvimento biopsicossocial das pessoas?
- No Brasil, qual é o impacto das políticas de austeridade adotadas pelos governos neoliberais no acesso aos recursos fundamentais para o desenvolvimento humano, como saúde, educação e segurança alimentar?

Referências

ALMEIDA, M. B.; BAX, M. P. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. **Ciência da informação**, v. 32, n.1, p.7-20, 2003.

ALVES, A. J. L.; SILVA, S. M. O problema da generidade humana no pensamento de marx: do gênero à sociabilidade. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v.19, n.31, p.235-259, 2012.

ALVES, A. J. L. A individualidade moderna nos Grundrisse. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v.1, n.4, p.77-77, 2006.

AMORE, C. S.; LEITÃO, K. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e urbanização de favelas. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.215-241.

ANDERY, M. A. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6.ed. São Paulo: EDUC, 1996a. p. 23-31.

ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. de A. O pensamento exige método, o conhecimento depende dele. In: ANDERY, M. A. **Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 1996a. p.57-95.

ARCARY, V. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na história. **Crítica marxista**, v.15, n.1, p.35-56, 2002.

BOUCHER, G. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARA, D.; PELLANDA, A. Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 88 à Emenda Constitucional 95. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.98-126.

COCHO, F. **Ciência y aprendizaje**. Madri: H. Blume Ediciones, 1980.

CHEPTULIN, A. **A dialética Materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

DUARTE, N. **A individualidade para si** - Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.119-142.

DUAYER, M. Minicurso: **Para uma ontologia do ser social - introdução**. Youtube. 05/07/ 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bRt6g8p91bA&ab_channel=LabLegal. Acesso em:30/03/2022.

DWECK, E.; SILVEIRA, F. G.; ROSSI, P. Austeridade de desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (org.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.32-56.

ENGELS, F. (2020). **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo.

FAGNANI, E. Austeridade e Seguridade: a destruição do marco civilizatório brasileiro. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.57-82.

FILHO, E. S. **Introdução ao pensamento dialético**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.

GIOIA, S. C. A razão, a experiência e a construção de um universo geométrico: Galileu Galilei. In: ANDERY, M. A. (org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996. p.133-142.

GUERRA, B. M. M.; JIMENEZ, S. V. **Tornar-se indivíduo: bases ontológicas e processo histórico**. Sobral: Edições UVA, 2016.

HEGEL, G. W. F. **A ideia**. Tradução: Orlando V. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARINHO, R. **Parecer. Comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do poder executivo**, que

“altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho temporário, e dá outras providências”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, L. M. Destruição das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.242-263.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Angelo Antônio; SILVA, Nilma. Renildes; MARTINS, Sueli Teresinha

Ferreira. (orgs.). **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, A. L. M. Educação superior no Brasil: a inclusão interrompida. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.127-146.

PAES, P. D. Vygotsky e os fundamentos de uma psicologia Marxista. **Cadernos Cemarx**, v.1, n.3, p.173-182, 2006.

PALANGANA, I. C. **Individualidade**: afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: EDUC/Plexus, 1998.

PALANGANA, I. C.; INUMAR, L. Y. A individualidade no âmbito da sociedade industrial. **Psicologia em Estudo**, v.6, n.1, p.21-28, 2001.

PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996. p.163-177.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Serra Nova, 1975.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia Política e Austeridade. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p.14-31.

RUBANO, D. R.; MOROZ, M. Relações de servidão: Europa Medieval Ocidental. In: ANDERY, M. A. (org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6.ed. São Paulo: EDUC, 1996a. p.133-142.

RUBANO, D. R.; MOROZ, M. A dúvida como recurso e a geometria como modelo: René Descartes. In: ANDERY, M. A. (org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6.ed. São Paulo: EDUC, 1996b. p.201-209.

SANTA, F. D.; BARONI, V. As raízes marxistas do pensamento de Vygotsky: contribuições teóricas para a psicologia histórico-cultural. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v.6, n.12, p.1-16, 2014.

SABEL, S. C. **A psicologia de Vygotsky e o materialismo histórico dialético de Marx e Engels: relações arqueológicas**. 2006. 98p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. B. O real é edificado pela razão: Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). In: ANDERY, M. A. (org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 2014, p.363-372.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Edições Vértices, 1989.

SOBRAL, F. **A concepção circular de homem em Marx**: um estudo a partir dos Manuscritos Econômicos - Filosóficos de 1844. São Paulo: Editora Nojosa, 2005.

MORAES, B.; JIMENEZ, S. A individualidade humana em Marx: uma revisão de estudos selecionados à luz da crítica ontológica. **Revista Novos Rumos**, v.50, n.1, p.1-20, 2013.

VIEIRA, J. L. Marx não economicista: pistas contra interpretações reducionistas. **Trilhas Filosóficas**, v.11, n.3, p.121-137, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **História do desenvolvimento das funções mentais superiores**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

ZANELLA, A. V. A psicologia de Vygotsky - resgatando a história de uma contribuição atual. **Revista de Ciências Humanas**, v.12, n.16, p.43-61, 1994.

AS IMPLICAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E AS CLÍNICAS DO TRABALHO COMO FERRAMENTAS DE INTERVENÇÃO

*Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro
Nayana Rios Nunes da Silva
Quitéria Alves Melo*

Na sociedade capitalista, o modo de produção é acompanhado da divisão técnica do trabalho e, em nível social, da organização dos homens em classes, onde uns detêm riquezas, outros são dotados apenas de sua força de trabalho para sobreviver, o que gera uma imensa desigualdade social. Este capítulo teve por objetivo elucidar os impactos do mundo do trabalho capitalista sobre o desenvolvimento humano. Para tanto, iremos fazer um passeio em como o trabalho afeta o desenvolvimento psicossocial em cada fase da vida e ao final, destaca-se como algumas Clínicas do Trabalho podem ser convertidas em alternativas para cuidar da saúde e do trabalho.

Trabalho e Ontologia

A ontologia é a reflexão sobre aquilo que constitui os seres. Em uma perspectiva marxista, o trabalho constitui o ser humano. Não é possível pensar a evolução humana sem trabalho, afinal, através dele, o ser humano transforma a natureza e, nesse percurso, a si mesmo. O trabalho também é responsável pela conservação e transmissão do saber acumulado e pelo desenvolvimento histórico, social, político, econômico e cultural (MARX, 2006). Os animais também modificam a natureza para satisfazer suas necessidades, mas o trabalho, exclusivamente humano, é diferenciado pela consciência.

Um João-de-Barro se mostra um excelente construtor do seu ninho, porém, diferente do pedreiro, não é capaz de projetar sua obra antecipadamente, não consegue visualizá-la em sua consciência. O animal age por instinto, para a sobrevivência e para a manutenção da espécie. O ser humano, por sua vez, passa por um processo reflexivo de planejamento da atividade. A partir disso, cria instrumentos que mediam a realização de seus objetivos. Ao derrubar uma árvore, não utiliza apenas as mãos, mas um machado, que desenvolveu para ampliar sua capacidade de intervir sobre a natureza. Nesse sentido, são gerados novos tipos de necessidades para além daquelas instintuais, pois nesse percurso de criação dos instrumentos para materializar suas necessidades, a espécie desenvolveu outras habilidades como, por exemplo, a linguagem, a comunicação e as relações com os outros da mesma espécie, ligadas à produção material da vida humana (MARX; ENGELS, 2007).

Isso permitirá que, segundo Lessa (2007), a sociedade se torne cada vez mais desenvolvida e complexa. Logo, podemos entender que o trabalho é a protoforma do processo de socialização e hominização do ser social. Se pensarmos nas sociedades escravistas, feudal e capitalista, é justamente as relações de produção que as diferencia e vai determinar a organização social. Na sociedade capitalista, o processo de produção é necessariamente social, pois a relação não será mais individual entre o homem e a natureza, mas sim coletiva. Teremos o

operário, que transforma a matéria-prima, o empregador, detentor dos meios de produção, instrumentos, ferramentas e capital, e o comerciante, que negocia os materiais produzidos. Criam-se, assim, as divisões técnicas do trabalho e, em nível social, a organização dos homens em classes.

A partir da perspectiva marxista, entende-se que o homem torna-se alienado do fruto do seu trabalho, sobretudo, após a Revolução Industrial, com o incremento tecnológico e a inserção das máquinas no processo de produção. Se antes os artesãos tinham domínio da confecção de todas as etapas de um sapato, por exemplo, com a fábrica, eles perdem esse controle e passam a ser apenas trabalhadores que respondem por uma das fases da produção da “mercadoria”. Assim, o homem, que vende sua força e seu tempo de trabalho, únicos recursos de que dispõe para negociar, passa a ser visto como mais uma mercadoria ou instrumento, na medida em que não tem os meios de produção que permitem competir com os grandes empresários.

Estes, por sua vez, se beneficiam da exploração dos operários e geram o que Marx (2006) denomina de “mais valia”. Isso significa que o capitalista compra a força de trabalho do proletário, no entanto, durante a jornada de trabalho, o proletariado produz muito mais do que receberá como salário. Esse excedente é apropriado pelo capitalista e se configura como a “mais valia”, fonte do seu lucro e força motriz do processo de produção capitalista (NETO; BRAZ, 2012). Pensemos em um exemplo prático, o salário do trabalhador é custeado quando ele fabrica 4 sapatos, porém o valor produzido é muito maior e chega a vinte produtos por mês. Este excedente de 16 sapatos pode ser explicado como a mais valia do empregador, visto que corresponde à diferença entre o valor da força de trabalho do proletário e do valor final correspondente à ação de sua força de trabalho.

Tendo essa discussão como questão norteadora, o texto tem por objetivo destacar as principais características das mudanças no mundo trabalho e suas repercussões no desenvolvimento humano. Considera-se, portanto, o desenvolvimento humano como um processo de ampliação da capacidade de autonomia do sujeito frente às

necessidades de sua existência. Nesse sentido, amplia-se o conceito para além do desenvolvimento psíquico e motor, assim como do desenvolvimento econômico equitativo, visto que abrange outras dimensões como a proteção do meio ambiente e a promoção de direitos humanos, tais como acesso à saúde e à educação de qualidade, assim como ao lazer e ao trabalho decente. No que tange ao conceito de trabalho decente, em um contexto capitalista, este se determina pelo trabalho produtivo, exercido em condições de liberdade e equidade, no qual deve ser adequadamente remunerado. Além disso, deve garantir a satisfação das necessidades individual e familiar (CEPAL, 2008).

O mundo do trabalho

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho vem sofrendo profundas mudanças, em consequência do recrudescimento do capitalismo em escala mundial, tanto na sua estrutura produtiva, quanto no universo de seus ideários, seus valores, dentre outros aspectos (ANTUNES, 2015). Para compreender essa transformação, é necessário o entendimento sobre os modelos de produção que marcaram o século XX.

O Fordismo, implementado como forma de organização do trabalho a partir de 1914, estava baseado na produção e organização em massa de bens homogêneos. Ao incorporar as ideias de Taylor, este modo de administração que ficou conhecido como taylorismo, fundamentava-se na separação entre concepção e execução do trabalho. Engenheiros desenhavam os processos e cabia aos operários executá-los. Henry Ford introduziu em suas fábricas de automóveis nos Estados Unidos da América do Norte o uso de esteiras em linhas de montagem, nas quais o trabalhador executava apenas uma pequena porção do todo que viria a compor o carro que estava sendo construído. Além disso, o ritmo da produção era ditado pelas máquinas (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

No entanto, a superprodução possibilitada pelo modelo fordista taylorista, em pouco tempo gerou grandes estoques de mercadorias

que culminaram em uma crise econômica em 1929. A alternativa encontrada pelos norte-americanos, a partir das ideias de John Keynes, foi a intervenção estatal por meio da implementação de políticas sociais. Os empresários deveriam prover o “pleno emprego”, que associado às garantias sociais e benefícios concedidos aos trabalhadores, possibilitou o aumento do consumo, determinante para a manutenção do modelo econômico. Essa combinação proporcionou o que se convencionou chamar de Estado Keynesiano ou Estado de Bem estar social e corresponde aos “anos dourados” do capitalismo, entre as décadas de 1950 e 1960, sobretudo nos países desenvolvidos, pois esse nível de garantias não chegou aos países periféricos como o Brasil (NETTO; BRAZ, 2012).

Apesar do pacto social favorecer capital e trabalho, no final dos anos 1960 o fordismo começou a se tornar um modelo improdutivo. Isto foi provocado pela desaceleração do crescimento dos lucros, motivada pela conjuntura econômica mundial do pós-guerra. Também cabe mencionar os problemas de ordem técnica provocados pela rigidez deste modelo de organização do trabalho. Somaram-se, ainda, questões de ordem econômico-social relativas à manutenção dos salários vinculados à inflação e aos sistemas de garantias e direitos dos trabalhadores (DUARTE, 2000).

Tal contexto provocou a sucessão do Fordismo, porém não a eliminação, pelo toyotismo, modelo de produção adotado nas empresas automobilísticas da Toyota no Japão. A perspectiva de aumento do lucro ao reduzir os custos e o tempo de produção se dava com a adoção da noção de just in time, que consiste em produzir mediante a demanda, ou seja, o produto é vendido e posteriormente será produzido. Em muitos casos até a matéria prima só é comprada após a venda efetivada e na quantidade exata a ser utilizada. Esse conceito se opõe ao just in case de Ford, que era baseado na produção em larga escala para estocagem de produtos homogêneos. Baseado em um modelo de acumulação e produção flexível, o toyotismo pressupôs a adequação técnica e tecnológica dos processos de produção, que passaram a ser determinados pelas demandas do mercado (ANTUNES, 2015).

No aspecto político, a crise econômica do início da década de 1970 se associou ao surgimento do neoliberalismo, que teve seu berço teórico e metodológico nos EUA e a primeira experiência no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet. Ao contrário dos outros países Sul-americanos, como Brasil e Argentina, que vivenciavam ditaduras civil-militares orientadas pelo modelo econômico desenvolvimentista, no Chile as funções do Estado no aspecto social foram esvaziadas e se eliminaram todas as barreiras de proteção nacional, expandindo as privatizações dos serviços públicos em um processo de abertura do capital aos investimentos estrangeiros, culminado em uma pauperização generalizada da população chilena (SANTOS, 2018). As premissas neoliberais que ocorreram de forma experimental em Santiago nas décadas de 1970 e 1980, foram ampliadas para os países latinoamericanos na década de 1990. No Brasil, alguns autores apontam que desde 2016 estamos em uma etapa que denominamos como ultraneoliberal, pelo aprofundamento dos pressupostos liberais baseados em ajustes fiscais permanentes, o que impacta diretamente a vida dos trabalhadores de forma negativa (BERING; SOUZA, 2020).

Associado ao modelo econômico neoliberal, se impôs uma reestruturação produtiva apoiada no modelo da Toyota. Neste contexto, ocorreu a flexibilização da produção, das relações trabalhistas e a desregulamentação dos direitos sociais (DUARTE, 2000). Tal cenário culminou em uma busca por redução do “trabalho vivo” nas empresas, o que repercutiu em uma precarização sistêmica. Aos que mantiveram seus postos de trabalho, foi imposta uma intensificação do ritmo na execução das atividades e um perfil mais especializado, polivalente e flexível (LIMA; BARROS; AQUINO, 2012).

A investida neoliberal também promoveu privatizações e o desmonte e enfraquecimento dos sindicatos, o que deteriorou as relações entre os trabalhadores, que perderam a coesão social conquistada em momentos anteriores. É importante ressaltar que essas mudanças e desmontes nos direitos trabalhistas fazem parte do que é entendido por “questões sociais”, que são expressas na contradição do capitalismo e nas consequências da desigualdade social (SANTOS, 2012).

O trabalho e desenvolvimento humano

O trabalho infantil e na adolescência

O Brasil possui um dos Sistemas de Garantia de Direitos para crianças e adolescentes mais avançados no mundo, pensado a partir da Constituição Federal de 1988, delineado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) e fortalecido por legislações posteriores. O recorte etário é determinado pelo ECA, que estabelece em seu artigo 2º: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990).

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) apontaram que no Brasil residem 210 milhões de pessoas, dentre as quais quase 54 milhões estão na fase da infância ou adolescência. A maior parte destas é formada por afrodescendentes e indígenas que vivem em situação de vulnerabilidade multidimensional. Esse contexto racial e social os torna vulneráveis aos mais diversos tipos de provações e violações de direitos.

Aproximadamente 19% das crianças e adolescentes brasileiros passam por algum tipo de privação escolar. Outro dado relevante levantado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015) é que 18,9% dos brasileiros entre os 9 e 17 anos estão em série incompatível à idade cronológica (defasagem escolar) e 6,5% desse grupo etário se encontra fora da escola. Sobre a mesma faixa etária, a pesquisa revelou que mais de 763 mil são analfabetos, mesmo que 80% dessa população frequente um estabelecimento educacional, e mais de dez milhões não têm acesso a internet em seu domicílio (PNAD, 2015). Estes dados tornam-se, no entanto, mais preocupantes diante do contexto da pandemia de Covid-19, em que a necessidade de isolamento social trouxe a suspensão de aulas e a modalidade remota de ensino.

É nesse contexto que o trabalho infantil, atividades realizadas com fins econômicos ou de subsistência por jovens de até 16 anos de idade, é proibido por lei. Em exceção, o ECA tornou permitido aos

adolescentes a partir de 14 anos realizar um trabalho na condição de aprendiz, desde que não seja trabalho noturno, insalubre, penoso, perigoso ou faça parte das listas das piores formas de trabalho presentes no Decreto nº 6.481/2008, haja vista que o trabalho nessas condições impede o desenvolvimento pleno e é prejudicial para a formação psicológica, social, educacional dos adolescentes.

Nesse cenário, o país é referência no combate ao trabalho infantil, visto que há diversas regulamentações relativas à proibição dessas atividades e que zelam pela proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Por exemplo, a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outras normas que direcionam ações à preservação da integridade infantil (OIT). No entanto, apenas a legislação não é capaz de resguardar a proteção integral para crianças e adolescentes.

Os dados oficiais no Brasil obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2020), apontam que em 2019 existiam 1,8 milhões de crianças e adolescentes realizando algum trabalho infantil, a sua maioria em atividades com fins econômicos. Esse estudo revela a prevalência de pessoas do sexo masculino, na faixa etária entre 16 e 17 anos, de cor parda ou preta. Outros dados achados com a pesquisa são a diferença na remuneração de trabalho infantil feminino e masculino, com as meninas recebendo menos por suas atividades. A diferença entre as etnias também é significativa: meninos brancos recebem mais por seu trabalho do que meninos pretos ou pardos.

Além disso, a pesquisa também verificou que, no mesmo período, havia 706 mil pessoas entre 5 a 17 anos de idade em ocupações consideradas perigosas (IBGE, 2020). Esses infantes estão inseridos em diversos setores econômicos do país. Na zona rural, essa inserção é observada na agricultura e na agropecuária. Em relação ao meio urbano, percebe-se a ocupação no comércio e na indústria, assim como nos trabalhos informais de rua. Nas atividades ilegais, há presença de crianças no tráfico de drogas e na exploração sexual. No âmbito dos trabalhos domésticos também há a presença desses jovens, em sua maioria mulheres (SCHWARTZ; PEREIRA, 2020).

Esse cenário é construído na complexidade das relações sociais e econômicas que envolvem a mão de obra infantil. Do Monte (2008) nos aponta três dos inúmeros fatores que são determinantes para a ocorrência do trabalho infantil: a concentração de renda e a pobreza, que resulta na exploração do trabalho infantil pelo sistema capitalista; a necessidade financeira, consequência do fator anterior, no qual o trabalho infantil é fonte de complemento da renda familiar; e ausência de Políticas Públicas que sejam efetivas, pois, apesar do aparato legal a favor da erradicação do trabalho infantil, a realidade que é imposta às crianças, de acordo com os dados previamente vistos, é destoante do modelo ideal proposto nas leis. Nesse ínterim, a criança que trabalha tem o seu tempo dividido entre o trabalho, as atividades domésticas e, quando possível, os estudos. Isso de acordo com o tamanho e a estrutura da família, o nível produtivo da criança e dos pais, suas condições sociais, dentre outras variáveis (KASSOUF, 2001).

Ao falarmos de desenvolvimento infantil e trabalho, é preciso entender como o ser humano se desenvolve. Numa perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento humano se dá a partir de um processo não linear, que corresponde à superação da predominância das funções psicológicas elementares, mais primárias e biológicas, pelas funções psicológicas superiores, oriundas da necessária interação entre ser humano e mundo social (VYGOTSKY, 2018). Em suma, esse é um processo dialético complexo, em que o ser humano se constitui através da relação entre fatores internos e externos, biológicos e culturais.

Sobre o trabalho infantil, afirma-se que este interfere no desenvolvimento da criança, em processos de ordem social, cognitiva e psicológica. Por exemplo, Alberto e Santos (2011) apontam para riscos sociais, como o envelhecimento precoce e a dificuldade de seguir uma formação profissional, e riscos psicológicos, no qual o sujeito sofre, no âmbito afetivo-emocional, com o constante medo que surge da condição estabelecida entre trabalho e futuro. Além disso, enfrenta impasses no desempenho na escolarização e na aprendizagem, como nas atividades de leitura, escrita e matemática.

Assim, percebe-se uma interferência do trabalho no processo de escolarização, visto que é na infância que o sujeito é inserido no ambiente escolar a fim potencializar o seu desenvolvimento. Com isso, ao ingressar no mundo do trabalho, o tempo de escolarização e de aprendizagem formal acaba por concorrer com o tempo de atividades laborais. Ainda seguindo Alberto e Santos (2011), ao se constituir subjetivamente como trabalhador, longe do processo de socialização através do mecanismo escolar, a criança pode apresentar dificuldades na abstração de ideias e na atividade imaginativa, porque seu contexto impõe um saber que é prático e concreto. Assim como, há relativa defasagem no desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, no domínio da linguagem formal.

Esses jovens trabalhadores ainda lidam com a autonomia e a responsabilização precoce sobre suas vidas, adultizam-se antes de viverem a infância. As atividades lúdicas são limitadas e a aquisição de capital cultural, tão própria da constituição do sujeito como cidadão, é impossibilitada por suas condições. É importante destacar que o trabalho infantil e seus impactos no desenvolvimento são características da estruturação da desigualdade social presente no capitalismo.

O trabalho na vida adulta

A vida adulta, fase compreendida entre os 20 e os 59 anos de idade pela Organização Mundial de Saúde, coincide com a vida produtiva (economicamente) do indivíduo. Trata-se de um grupo etário que tem sofrido diretamente fortes impactos da reestruturação produtiva que há três décadas se desenvolve no Brasil. As mudanças desencadeadas pelo novo modelo produtivo têm propiciado um desmonte contínuo do mundo formal e seguro do trabalho, experimentado nas décadas anteriores.

A precarização passou a ser a regra nas novas relações de trabalho. A partir da década de 1990, é possível observar sobremaneira a intensificação do ritmo e da jornada de trabalho e a ampliação da terceirização. A cada dia, reinventa-se a crescente exploração do trabalhador

com a criação de formas ainda mais precárias, como a quarteirização das relações trabalhista.⁹

Nesse contexto, teve papel salutar a implementação Reforma trabalhista, instituída pela Lei nº 13.467 no dia 13 de julho de 2017, que alterou mais de cem artigos e parágrafos da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, o ordenamento jurídico responsável pela garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Com isso, muitos direitos foram extintos, mitigados e se abriu espaço para a negociação direta entre trabalhadores e empregadores, assim, desconsidera-se a desvantagem presente nessa relação. Tal legislação abalou de forma negativa e exponencial a vida dos trabalhadores, em especial daqueles com vínculos mais precários, e expandiu as desigualdades funcional de rendimentos e segmentação entre os trabalhadores (CARVALHO, 2017).

Em ilustração desse panorama, dados da PNAD Contínua (2021) apontam que no primeiro trimestre de 2021 tínhamos 14,8 milhões de brasileiros desempregados, conceito que se equipara ao de desocupação e enquadra as pessoas com 14 anos ou mais que estão disponíveis e em busca de emprego. Uma dona de casa ou estudante universitário que não estejam procurando uma colocação no mercado de trabalho, por exemplo, não compõem esses dados. Outro dado, igualmente preocupante é da categoria dos desalentados, que somavam seis milhões de pessoas no primeiro trimestre deste ano, são enquadrados neste grupo as pessoas que gostariam e estariam dispostas a trabalhar, mas não chegam a buscar emprego por acreditar que não conseguiriam, motivados pelas crenças de que são muito jovens ou velhos ou que não possuem experiência ou qualificação profissional, entre outros.

Outras informações relevantes que pudemos exprimir desses dados estatísticos da PNAD Contínua (2020) é de que a maior parte do contingente de desempregados é ocupado por pessoas com menos

9 A quarteirização corresponde ao fenômeno da contratação de empresas de recursos humanos e contabilidade para gerir as empresas terceirizadas.

de 24 anos, residentes na região nordeste do país. Ainda segundo esta pesquisa, grande parcela de pessoas desempregadas é composta por mulheres. Importante ressaltar quanto a realidade da mão de obra feminina, quando empregadas, as mulheres continuam recebendo menos que os homens na realização pelo mesmo tipo de trabalho, característica histórica e marcante da nossa formação cultural patriarcal e machista.

Nesse sentido, Aquino ratifica que “a precarização adquire matizes individuais, sociais, políticas e históricas” (2005, p.7). Assim, trata-se de um fenômeno que afeta de formas diferentes os grupos e está mais presente em segmentos sociais já considerados vulneráveis como mulheres, negros, jovens e idosos. Tais categorias estão, desse modo, mais sujeitas a compor o que Karl Marx (2006) chama de “exército industrial de reserva”, necessário ao capitalismo, pois o fantasma do desemprego favorece o achatamento dos salários e direitos adquiridos, assim como, inibe as reivindicações.

Aquino (2005), retomando Dejours, reforça que os efeitos da precarização mobilizam a subjetividade do trabalhador, em quatro movimentos principais:

Intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo; Inibição ou neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, dominação e a alienação; Transformação nas bases de resistência, que de uma perspectiva de reação coletiva, passa a implicar a negação do sofrimento alheio e um silenciar profundo sobre seu próprio sofrimento; e, exacerbação do individualismo (2005, p.6).

Para Antunes (2015) os efeitos das intensas modificações no mundo do trabalho provocaram ainda um verdadeiro “estranhamento” entre o homem e o fruto do seu trabalho. Isso atinge a subjetividade e a “forma de ser” e viver, além de poder causar adoecimento, em razão da perda do sentido que antes encontrava no trabalho. Para Franco,

Druck e Seligmann-Silva (2010), as precarizações social e do trabalho provocam um verdadeiro despertencimento social, pois

Conduz à fragilização dos laços e dos referenciais de pertencimento social, levando, no limite, à desagregação social, com a proliferação de toda sorte de violência social, sofrimento e adoecimento, com destaque para as patologias musculoesqueléticas (LER/DORT) e os transtornos mentais cada vez mais frequentes, sem limites de classe, gênero, etnia, idade etc (p.243).

Para as autoras, outra consequência desse processo de precarização é o desenraizamento humano em relação à natureza. As pessoas agora estão cada vez mais aceleradas para atender às exigências da sociabilidade capitalista. Por outro lado, os valores humanos e de solidariedade foram se perdendo e deram lugar à competitividade e individualização nas relações sociais. Logo, dessa perversa associação desponta a “degradação social, do trabalho e da natureza” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Essas implicações, decorrentes do modelo neoliberal de produção provoca, como mencionado, o enfraquecimento da classe trabalhadora através do desmonte de seus direitos. Isso corresponde ao oposto do que foi descrito, na introdução deste capítulo, como trabalho decente. Sendo assim, o desenvolvimento econômico, nesse contexto, não pode significar desenvolvimento humano e social, visto que a coesão social deu espaço para o individualismo e os direitos básicos fundamentais são suprimidos pela exploração dos sujeitos que vendem suas forças de trabalho. Essas questões se refletem nos altos índices de adoecimento no trabalho. Sobre o adoecimento mental, ao referir-se aos estudos que se relacionam ao contexto de trabalho, vários referenciais teóricos e mecanismos de intervenção prática podem ser abordados, dentre eles, a Teoria do Estresse, que, apesar de possuir correntes que se estendem sobre a questão da influência do social, prioritariamente se debruça sobre uma perspectiva fisiológica de

adoecimentos ocupacionais. Essa teoria serve de embasamento para muitos estudos epidemiológicos que constataam agentes estressores no ambiente de trabalho e, nesse ponto, discorrem sobre riscos e formas de lidar com um contexto de trabalho potencialmente adoecedor por essa via.

Em outra visão sobre a saúde mental no trabalho, a teoria do Desgaste Mental revela o adoecimento como resultado de uma desigualdade de poderes na relação trabalho e trabalhador, no qual incide sobre este último a tensão resultante desse conflito de forças. Assim, essa tensão movimentava o processo de saúde-doença no contexto de trabalho daquele que executa o trabalho (SELIGMANN-SILVA, 2011).

O trabalho na velhice

Pensar sobre o envelhecimento do trabalhador requer a reflexão para além do decurso do tempo e das questões biológicas. Recortes sociais, como raça, sexo e classe econômica, indicam de que forma cada categoria vivenciou o trabalho ao longo da vida e como a idade impactou a relação com suas funções. No entanto, é preciso observar que o processo de envelhecimento do trabalhador, em maior ou menor escala, existe em um sistema capitalista cuja produção não deve recuar ou esperar.

O trabalho está associado ao bem-estar e à saúde mental. A manutenção de vínculos afetivos, o exercício de habilidades cognitivas e o próprio sentimento de pertencer a um grupo são condições apontadas como fatores de permanência de idosos no trabalho (PAZOS; BONFATTI, 2020), o que proporciona a manutenção e formação de relações, planejamento de objetivos, antecipação de resultados, criação de métodos e se torna uma fonte de autoconhecimento e desenvolvimento de potencialidades (PAZOS, 2020).

Todavia, é importante destacar que esse recorte diz respeito a uma categoria específica de pessoas que envelheceram atuando em carreiras que exigiam maiores níveis de escolaridade e menor desgaste físico (PAZOS; BONFATTI, 2020). Existe uma parcela considerável da

população brasileira marcada por exploração e desigualdade, o que afeta diretamente a saúde e o modo de envelhecer do indivíduo (PAZOS, 2020).

Desse modo, outro fator relativo à permanência do idoso no mercado de trabalho diz respeito a questões socioeconômicas, como a necessidade de sustento próprio, complementação da renda familiar ou a manutenção da qualidade de vida (PAZOS; BONFATTI, 2020). Nesse sentido, cabe observar que os fenômenos da precarização e intensificação do trabalho atualmente abrangem essa categoria que comumente passa por processos de desgaste durante a vida laboral, o que torna sua condição mais vulnerável (PAZOS, 2020).

Permanecer no mercado de trabalho é, para idosos, mais desafiador. Fisicamente, o corpo perde agilidade e as estruturas dos ambientes de trabalho são predominantemente adaptadas a pessoas jovens. Além disso, trata-se de uma categoria que sofre o estigma de “invalidez”, o que demonstra uma escassez de preparo e incentivo à inclusão e manutenção de idosos trabalhando (PAZOS; BONFATTI, 2020).

Clínicas do trabalho e possibilidades de intervenção em Psicologia

Ao afirmar a centralidade do trabalho na sociedade, precisa-se admitir a importância de continuar a estudar os fenômenos envolvidos na relação entre essa centralidade e a constituição psicossocial dos sujeitos. A Psicologia Social do Trabalho se ocupa em estudar os fenômenos relacionados ao trabalho e as implicações na vida do trabalhador, com uma postura crítica e não-liberal (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2018). Entretanto, a pluralidade de epistemologias que se ocupam em tentar mapear a função psicológica do trabalho faz com que a unificação das metodologias e práticas em psicologia do trabalho seja um ideal longe de ser alcançado (SCHWEITZER et al., 2016).

A despeito disso, as Clínicas do Trabalho se alinham ao tentar compreender a relação entre o trabalho e suas duplas implicações: sociais e psíquicas. Elas também realizam intervenções na articulação

entre a produção social do sofrimento e os sentidos construídos nas ações coletivas e individuais, ao contrário das clínicas psicoterápicas clássicas que focalizam, prioritariamente, no sujeito intrapsíquico (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

No contexto histórico, as Clínicas do Trabalho despontaram a partir de feitos de estudiosos do campo da saúde mental no trabalho. Grande expoente e precursor dessas formas de analisar o trabalho, o psiquiatra francês Le Guillant se dedicou a estudar sobre as psicopatologias do trabalho e ficou bastante conhecido por suas produções na área. Em sua perspectiva, era inviável a separação entre sujeito e ambiente. Adotou, portanto, uma postura teórica-metodológica materialista histórico-dialética e propôs ao clínico analisar a concretude do trabalho, pois nela emergem as questões mais importantes sobre a atividade (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DE SOUZA; ATHAYDE, 2006).

Apesar de possuírem inicialmente bases fundamentais comuns, as Clínicas do Trabalho se diferem em suas metodologias de pesquisa e intervenção e se alicerçam em distintas abordagens psicológicas. Serão abordadas adiante a Ergonomia, a Psicodinâmica do Trabalho e a Clínica da Atividade.

Psicodinâmica

A Psicodinâmica do Trabalho surgiu a partir das observações feitas por Christophe Dejours acerca da concretude do trabalho humano. Com essas observações ele compreendeu que o trabalho não é o mero cumprimento de ordens em troca de um ganho salarial. Ele tem centralidade na vida social e subjetiva. Para a Psicodinâmica, o trabalho é mediador da estruturação do psiquismo humano, pois é nele que, a partir da retribuição simbólica do esforço, o sujeito busca reconhecimento social (SANTOS JÚNIOR; MENDES; ARAÚJO, 2009).

Sob um olhar psicanalítico, nessa perspectiva, trabalhar é mobilizar todo o organismo em função de uma atividade, de um “saber-fazer”, que, impelido por imprevistos, acidentes e obstáculos, não se resume ao prescrito pela organização do trabalho e nem se finda no cumprimento

de regras organizacionais, que são limitadas frente às exigências da realidade dos contextos laborais. Mais que isso, a atividade de trabalho se consolida no que é realizado pelo trabalhador no espaço entre o que é prescrito por regra e o que é exigido no enfrentamento da realidade do trabalho. O trabalho também é fonte de compensações em sua dupla função: individual e coletiva (DEJOURS, 2004).

Dejours também concluiu que nem sempre uma psicopatologia se desenvolverá nos ambientes de trabalho. Pelo contrário, percebeu um silêncio que afirma a normalidade dos trabalhadores mesmo diante de condições inadequadas, em contraponto aos ruídos da loucura constatados por Le Guillant e por outros estudiosos do campo da Psicopatologia do Trabalho.

Nesse ponto, o autor não nega a prevalência do sofrimento no trabalho, mas sim admite a funcionalidade deste no desenvolvimento de estratégias defensivas como fonte de recursos para resistir à realidade que é imposta e que frustra as expectativas do sujeito sobre as exigências do saber-fazer. Isso se dá porque a relação entre o sujeito e a atividade instiga afetos agradáveis e desagradáveis. Nessa relação, cabe ao trabalhador manejar sua subjetividade para atender a essas demandas. Assim, o sujeito se desenvolve porque é afetado pelo sofrimento e é tensionado a superá-lo. Com isso, o trabalho imprime marcas na subjetividade do trabalhador que o motiva nos diversos âmbitos de sua vida (DEJOURS, 2004).

No entanto, quando as estratégias elaboradas pelo trabalhador não conseguem superar o sofrimento estabelecido, o trabalho se torna fonte de adoecimento. Portanto, Dejours (2004) enxerga a psicopatologia como um sintoma do contexto de trabalho em que o sujeito está inserido. Em resumo, sua teoria analisa a psicodinâmica presente nos processos de equilíbrio entre saúde e adoecimento que se manifesta nas vivências de prazer e sofrimento do trabalhador (SANTOS JÚNIOR; MENDES; ARAÚJO, 2009).

Ao fazer a análise das implicações psicossociais dos contextos laborais, a Psicodinâmica se propõe a ser uma teoria e prática clínica, na qual seu objetivo é cuidar do sujeito identificando a dinâmica entre

atividade e subjetividade, no qual a prioridade é o sentido que o trabalhador atribui à sua experiência. O método compreensivo é utilizado pelo clínico que se apropria dessa abordagem. Para a realização desse método, é imprescindível que o clínico esteja apto à escuta. É pelo que é dito pelo sujeito que há vazão dos significados e atribuições da relação entre ele e o seu trabalho. Tendo isso em vista, o clínico se capacita para fazer intervenções em cima da fala do trabalhador. Escutar é a regra. Movimentar a fala é fazer o sujeito elaborar a sua experiência (DEJOURS, 2017).

Clínica da atividade

No que concerne à Clínica da Atividade, esta é uma metodologia de ação que foi concebida pelo psicólogo do trabalho Yves Clot, no final do século XX na França. Seu objetivo é compreender o trabalho para poder transformá-lo a partir da análise dos trabalhadores sobre a própria atividade. A intervenção nessa perspectiva ultrapassa as paredes do consultório clínico e se realiza no seio do ofício, com o objetivo de promover saúde a partir do desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores (CLOT, 2010).

As bases epistemológicas principais da Clínica da Atividade são a Psicologia Histórico-Cultural, elaborada por Lev Vygotsky, a Linguística, pensada por Mikhail Bakhtin e as discussões feitas por Georges Canguilhem sobre o conceito de saúde. O autor também se apoia na longa tradição francesa de análise do trabalho. Yves Clot desenvolveu sua teoria e metodologia primando pela análise dialética da relação entre atividade e subjetividade, indivíduo e coletivo (CLOT, 2017).

Como ponto de partida, entende-se o trabalhador como produto e produtor de seu contexto, que direciona sua energia na execução de seu trabalho. É nessa dinâmica que a atividade aqui é pensada como ferramenta promotora de saúde. Desse modo, ancorado na teoria de Canguilhem, Clot pontua que no trabalho a saúde se manifesta na capacidade e nas possibilidades do sujeito desenvolver o seu poder de agir e, por conseguinte, utilizar da disponibilidade de seus próprios recursos para transformar a realidade do trabalho (CLOT, 2013).

Para Clot (2010) existe uma atividade que é prescrita, uma que é realizada e um real da atividade, que é mais amplo. Isso se confirma na afirmativa de que comportamento efetivado é apenas uma pequena parte das possibilidades de ação disponíveis aos sujeitos (CLOT; FAÏTA, 2016). Portanto, o real da atividade contempla desde a subjetividade do trabalhador até a objetividade da ação e supera a dicotomia interno-externo e prioriza a interação dialética entre os dois processos. Ao observar o trabalhador em ação, o que capturamos é apenas pequena parte do que é elaborado. O que ocorre é um constante conflito entre as inúmeras possibilidades de escolhas do sujeito frente à tarefa a ser executada. O poder de agir se estabelece e se desenvolve na autonomia do sujeito frente a esse real da atividade. Esse processo se manifesta no ofício (métier), pois é neste, por sua vez, que a atividade se desenvolve, porque ele é instrumento técnico e psicológico, no qual as regras sociais do coletivo se constroem e o sujeito se apropria e assimila a sua identidade. Dito isto, o ofício se constitui em quatro dimensões, quais sejam elas, impessoal, interpessoal, transpessoal (ou gênero profissional) e pessoal (CLOT, 2010).

Quando as outras dimensões tornam-se insuficientes para enfrentar os desafios impostos, o trabalhador, em uso da dimensão pessoal, reinventa a si e a forma de realizar a atividade, tomando como base sua história pessoal e institui um novo fazer que pode ou não ser efetivo. Todas as dimensões estão vinculadas em uma dinâmica que propicia o direcionamento da energia do coletivo de trabalho em um trabalho bem feito. Nesse sentido, espera-se que a atividade a ser realizada corresponda a um trabalho eficaz e eficiente (CLOT; KOSTULSKI, 2011).

Com esse panorama, destaca-se que a Clínica da Atividade e seus métodos focalizam na ampliação do poder de agir do trabalhador, no momento em que promove diálogos e coloca os sujeitos diante de sua própria ação. Com isso, possibilita o “deslocamento do sujeito do sofrimento para o sujeito da ação, e do trabalho como fator de adoecimento para o trabalho como atividade criadora” (BENDASSOLI; SOBOLL, 2011, p.66). Assim os trabalhadores, podem criar e recriar o seu trabalho, promovendo saúde no cenário sociotécnico, em um

ambiente de trabalho que permita tal articulação. No caso da precarização do trabalho, como citado nos tópicos anteriores, o trabalhador vê seu trabalho constrangido e impedido pelos vínculos empregatícios frágeis e precários.

Ergonomia

A Ergonomia da Atividade teve como fundamento epistemológico o estudo de situações reais do trabalho para além do ambiente laboratorial onde se costumavam desenvolver as pesquisas em Ergonomia nos anos 1970 (JACKSON FILHO, 2004). Ainda que estudos em laboratórios fossem capazes de especificar condições de funcionamento cognitivo humano, essa abordagem não considera que os resultados obtidos com estudos experimentais se aproximam do que se depreende da observação cotidiana de atividades em seu contexto de ocorrência (WISNER, 2010).

Essa perspectiva teórica distanciou-se do modelo de produção fordista-taylorista, em que a máquina ditava o tempo do trabalho. Desse modo, compreendia que o trabalho deve se adaptar à população que o exerce e considerar as características diversas e específicas de cada público, haja vista que a relação entre o funcionamento do corpo e o trabalho deve levar em conta aspectos muito particulares como faixa etária, sexo, escolaridade e saúde, por exemplo (SZNELWAR, 2006).

Nessa abordagem, foram desenvolvidos os conceitos de trabalho prescrito e trabalho real. O trabalho prescrito diz respeito à tarefa conforme estabelecido pela organização e o trabalho real, por sua vez, considera o que na realidade é necessário que seja feito pelo trabalhador para executar suas tarefas (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). A aplicação desses conceitos à pesquisa e intervenção nessa abordagem interessa à interpretação de lacunas presentes entre as instruções e a atividade que o trabalhador realiza para cumpri-las. Tratam-se, portanto, de conceitos atravessados por desafios concretos e contextuais, bem como pela percepção e estratégia do trabalhador para executar a tarefa (WISNER, 2010).

Para desenvolver o estudo da interação do indivíduo com o trabalho, a Ergonomia da Atividade traz em sua fundamentação teórica a articulação dos conceitos de: (a) contexto de trabalho, que engloba o ambiente, os instrumentos e o meio social do trabalho; (b) indivíduo, pessoa que não apenas trabalha, mas pensa, age, sente e constrói o trabalho; e (c) atividade, que diz respeito à ação humana (haja vista ser traço distintivo da espécie) de mediar demandas e finalidades, respectivamente, o cumprimento de tarefas e a garantia de seu bem estar (FERREIRA, 2008).

Por fim, é preciso destacar que trata-se de uma abordagem com caráter preventivo e multidisciplinar. Desse modo, volta-se à análise de problemas com o objetivo de antecipá-los e, para isso, conta com os conhecimentos de diversos campos de estudo do trabalho, como a Psicologia, Administração e Sociologia, por exemplo (FERREIRA, 2008).

Considerações finais

Ao falar de desenvolvimento humano é preciso considerar o desenvolvimento social. Na evolução das funções psicológicas superiores, na qual é responsável pela diferenciação do ser humano e dos outros animais, há por trás uma gênese que é social (VYGOTSKY, 1930; VYGOTSKY, 2000). Percebe-se que ao passo que a história se cria, se movimenta, o ser humano se modifica e as suas relações com o mundo e consigo mesmo tendem a seguir essa tendência (VYGOTSKY, 1930). A Psicologia Social do Trabalho investiga o desenvolvimento social através das relações de trabalho e de suas transformações.

Atualmente, em uma conjuntura neoliberal, constata-se que as formas de individuação são muito próprias do modelo de sociabilidade que o neoliberalismo impõe. A precarização do trabalho e as formas de exploração atingem diferentes segmentos sociais e não há distinção de faixa etária quando se fala de exploração da força de trabalho. Crianças, jovens, adultos, idosos, em seus gêneros, sexualidades, raças e classes sociais, sofrem de maneiras particulares, em seus corpos e subjetividade, na construção do pensamento e na realização de

suas ações, as consequências dessa mitigação dos direitos trabalhistas (LIMA; BARROS; AQUINO, 2012).

Portanto, como foi visto, a precarização do trabalho corresponde à impossibilidade de um trabalho decente, no qual implica consequências negativas para o desenvolvimento humano e social. Apesar de um possível crescimento econômico, isso não implica em um bem-estar para a categoria de trabalhadores. Em um sistema neoliberal e capitalista, o que se considera é justamente o oposto, visto que as desigualdades e as questões sociais são estruturalmente necessárias para a acumulação de capital.

Tendo isso em vista, considera-se que para compreender a dimensão psicológica do trabalhador é preciso considerar os contextos macro e microsociais, atentar para a historicidade e a materialidade das configurações de relações de poder que se estabelecem socialmente (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2018). As clínicas do trabalho, apesar de possuírem considerável peso teórico-metodológico, possuem suas falhas em relação à adequação desses modelos à reestruturação do mundo do trabalho e das mudanças nas relações trabalhistas. Em muitas das vezes, desconsideram a subordinação da classe trabalhadora às malhas do sistema neoliberal. Contudo, são ferramentas potenciais de transformações no trabalho, ainda que dentro de suas limitações.

O que aprendemos?

O trabalho é um fator central para o desenvolvimento do ser humano, tanto no nível individual como em nível social. Nos moldes contemporâneos de trabalho, nota-se uma crescente precarização nas relações trabalhistas e as consequentes desestruturações dos direitos dos trabalhadores. Questões como a entrada precoce e a saída tardia do mercado de trabalho, assim como, o significativo adoecimento da população em decorrência da exploração capitalista, são produto e produtor direto da estrutura do sistema, que precisa das desigualdades sociais para sua sobrevivência. Isso está expresso na contradição: apesar de um possível crescimento econômico, o que se observa são

obstáculos cada vez mais predominantes para o desenvolvimento humano, nos quais a comunidade trabalhadora sofre a subordinação aos ditames de quem possui o capital. A liberdade neoliberal, é, na verdade, como observado, mais uma forma de aprisionamento.

É nesse ínterim que a psicologia se apropria do tema para desenvolver teorias e práticas voltadas para a intervenção nesse campo. Tanto a psicologia social do trabalho como o desenvolvimento das Clínicas do Trabalho, visam conhecer a relação entre trabalhador, subjetividade, atividade e trabalho, para poder transformar, mesmo que dentro de suas limitações, o ambiente laboral. Ainda assim, a partir de intervenções no mundo do trabalho, é possível identificar as malhas que sustentam as relações entre empregador e empregado, bem como identificar a função do trabalho sobre a subjetividade do trabalhador e seu consequente desenvolvimento.

Questões

- Qual a diferença entre o trabalho do ser humano e a atividade de outra espécie de animal?
- Qual a relação entre trabalho decente e desenvolvimento humano?
- Como as três fases da vida estão relacionadas com o mundo do trabalho?
- Quais as principais características da psicologia social do trabalho e das clínicas do trabalho?

Referências

ALBERTO, M. F. P.; SANTOS, D. P. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vygotsky. **Psicologia em estudo**, v.16, n.1, p.209-218, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

AQUINO, C. A. B. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social. In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2005, São Luis: UFMA, 2005.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez editora, 2017.

BEHRING, E. R.; SOUZA, G. Ultraliberalismo e Fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. In: SOUSA, A. A. S.; Oliveira, A. C. O.; Silva, L. B.; Soares, M. (org.). **Trabalhos e os Limites do Capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Editora Navegando, 2020. p.131-150.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. **Cad. psicol. soc. trab.**, v.14, n.1, p.59-72, jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.481/2008, de 12 de Junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 12 de junho de 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 set. 2021

BRASIL. Lei nº 13.467. **Reforma Trabalhista**. Brasília, 13 de Julho de 2017.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130>

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: Produção editorial Prima Página, 2008.

CLOT, Y. Clínica da atividade. **Horizontes**, v.35, n.3, p.18-22, 2017.

_____. O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.16, n.esp, p.1-11, 2013.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y.; FAÏTA, D. Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos. **Trabalho & Educação**, v.25, n.2, p.33–60, 2016.

CLOT, Y.; KOSTULSKI, K. Intervening for transforming: The horizon of action in the Clinic of Activity. **Theory & Psychology**, v.21, n.5, p.681-696, 2011.

SANTOS, R. M. R. O neoliberalismo chileno (1973-1990) e seus desafios à integração sul-americana dos anos 1980. **Cadernos do Tempo Presente**, v.9, n.1, p.82-91, 2018.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2017.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v.14, n.1, p.27-34, 2004.

SOUZA, P. C. Z.; ATHAYDE, Mi. A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.6, n.1, p.6-19, 2006.

MONTE, P. A. Exploração do trabalho infantil no Brasil: consequências e reflexões. **Economia**, v.9, n.3, p.625-650, 2008.

DUARTE, A. M. C. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**, v.7, p.48-61, 2000.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v.35, n.1, p.229-248, 2010.

FERREIRA, M. C. A ergonomia da atividade se interessa pela qualidade de vida no trabalho? Reflexões empíricas e teóricas. **Cad. psicol. soc. trab.**, v.11, n.1, p.83-99, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101777_informativo.pdf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho infantil cai em 2019, mas 1,8 milhão de crianças estavam nessa situação. **Agência IBGE notícias, 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao>

JACKSON FILHO, J. M. Introdução: inteligência no trabalho e análise ergonômica do trabalho - as contribuições de Alain Wisner para o

desenvolvimento da Ergonomia no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.29, n.109, p.7-10, 2004.

KASSOUF, A. L. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. **Economia**, v.2, n.2, p.549-586, 2001.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.6, n.1, p.79-90, 2003.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukacs**. Ijuí: Editora Unijui, 2007.

LIMA, C. A.; BARROS, E. M. C; AQUINO, C. A. B. Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. **Revista Labor**, v.1, n.7, p.102-125, 2012.

MARX, K. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção: Os Pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Fererbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradutor: Marcelo B. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAZ, J.; ARÉVALO, C. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. UNICEF, 2018.

PAZOS, P. F. B. **Velhice e Trabalho: Um estudo sobre o trabalhador idoso**. 2020. 89p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

PAZOS, P. F. B.; BONFATTI, R. J. Velhice, trabalho e saúde do trabalhador no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.23, n.6, p.1-10. 2020.

SANTOS, J. S. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SANTOS JUNIOR, A. V.; MENDES, A. M.; ARAUJO, L. K. R. Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por Ler/ Dort. **Psicol. cienc. prof.**, v.29, n.3, p.614-625, 2009.

SCHWARTZ, G. A. D.; PEREIRA, G. D. P. O trabalho infantil no Brasil como subtração de direitos humanos e sua relação com o labor forçado. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v.6, n.1, p.18-39, 2020.

SCHWEITZER, L.; GONÇALVES, J.; TOLFO, S. D. R.; SILVA, N. Bases epistemológicas sobre sentido (s) e significado (s) do trabalho em estudos nacionais. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.16, n.1, p.103-116, 2016.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e Desgaste Mental - o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SZNELWAR, L. I. Alain Wisner: o desenvolvimento da ergonomia e do pensamento sobre o trabalhar. **Travailler**, v.15, n.1, p.55-70, 2006.

VIEIRA, A. L. Trabalho infantil registra queda de 19,8% em 2015, aponta PNAD. **Criança Livre de Trabalho Infantil**, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Sete aulas de L. S. Vygotsky sobre os fundamentos da pedologia.** Organização e trad. Zoia Prestes, Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A transformação socialista do homem.** URSS: Varnitso, 1930.

_____. O manuscrito de 1929: temas sobre a constituição cultural do homem. **Educação & sociedade**, v.1, n.71, p.2, 1929.

WISNER, A. Understanding problem building: ergonomic work analy. **Ergonomics**, v.38, n.3, p.595-605, 1995

APOSENTADORIA: PREPARAÇÃO, VIVÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ATUALIDADE

Raquel Pereira Belo

O presente capítulo tem como objetivo discutir a aposentadoria enquanto etapa de encerramento da carreira profissional, vivenciada na maioria das vezes na fase da velhice. Para isto, realiza um breve percurso sobre a dimensão ocupada pelo trabalho na vida social na atualidade; na sequência, caracteriza a aposentadoria enquanto etapa de conclusão da carreira profissional; apresenta o formato existente para a aposentadoria no Brasil; discute as possibilidades de suporte para o trabalhador neste momento de encerramento, a exemplo dos Programas de Preparação para a Aposentadoria – PPA, ao mesmo tempo que resalta a problemática da sua ausência em cenários de aposentadoria que não são resultantes do trabalho formal. A partir desta construção espera-se propor uma discussão a respeito do trabalho ao longo das fases do desenvolvimento humano, visto que o trabalho torna-se presente ao longo deste desenvolvimento, com o momento da aposentadoria configurando-se como o término deste processo e que, por acontecer na maioria das vezes na fase da velhice, sua vivência figura-se permeada pelas especificidades desta fase.

Para iniciar o presente capítulo, uma questão é necessária: “por que falar sobre Aposentadoria em um livro sobre Psicologia do Desenvolvimento?”. Neste sentido, algumas considerações serão apresentadas e discutidas.

Atualmente, o trabalho se expressa de diversas formas no contexto social, esta expressão faz parte da vida dos indivíduos de forma centralizada, na maioria das vezes. Trabalhar, em decorrência de inúmeros fatores tornou-se soberano na sociedade moderna, servindo como parâmetro para a divisão grupal entre a parcela da sociedade que trabalha e a que não trabalha, e, como consequência, define os papéis sociais ocupados dentro do contexto social – trabalhadores ativos no mercado formal de trabalho, trabalhadores do mercado informal, desempregados, aposentados. Tudo isto é vivenciado ao longo do desenvolvimento humano, visto que a ação de trabalhar faz parte do rol de atividades exigidas socialmente.

Dada a importância e centralidade que o trabalho ocupa nas vidas contemporâneas, torna-se compreensível entender que, apesar das mudanças nas diferentes formas do indivíduo se relacionar com o trabalho, o mesmo segue fazendo parte da dinâmica e transformações sociais. De acordo com Borges e Yamamoto (2014), o trabalho, de diferentes maneiras, se apresenta nos planejamentos, expectativas, motivações, cansaço, na forma de relatar as atividades, de vivenciar as queixas das condições de trabalho, e, até mesmo com a reinvenção do trabalho após a aposentadoria – ao continuar trabalhando em outra atividade diferente daquela exercida antes de se aposentar. Tudo isto faz entender o quanto “o trabalho é objeto de múltipla e ambígua atribuição de significados e/ou sentidos” (BORGES; YAMAMOTO, 2014, p.25); além disto, o quanto é necessário entender, para cada indivíduo, o que a ação de trabalhar representa.

Entender o trabalho na atualidade, é, antes de tudo, entender que esta atividade se desenvolve dentro de determinantes econômicos, políticos, culturais, que vão moldando o formato da atividade e contribuindo para o desenho que será desenvolvido na relação indivíduo-trabalho, uma vez que o trabalho tem se tornando cada vez mais

intenso e presente nas rotinas atuais, ao direcionar os horários, as atividades e o tempo, acaba por pautar as atividades e as relações sociais do trabalhador. Hopf (2002) defende que o trabalho, que é o centro principal de interesse das pessoas e também a base de sustentação econômica, condiciona o seu posicionamento em relação à sociedade em que vivem.

Tendo em vista o referido cenário, o presente capítulo objetiva discutir a aposentadoria enquanto etapa constituinte da carreira profissional que maioria das vezes é vivenciada por parte do trabalhador quando este encontra-se na fase da velhice. Portanto, a fim de alcançar tal objetivo, o presente capítulo abordará a etapa da aposentadoria em função do recorte das normas existentes para a aposentadoria no Brasil. Diante desta realidade, a Psicologia tem, por meio dos estudos no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, buscado priorizar as demandas referentes à relação do indivíduo com o trabalho, como acontece, por exemplo, com a trajetória da carreira profissional (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014).

Voltando o olhar para o percurso histórico do trabalho é possível observar que, no que concerne à carreira, a relação do indivíduo com o trabalho passou por transformações, tais transformações foram ocasionadas pelas mudanças que aconteceram no contexto social, econômico e político, o que acabou por ir direcionando as relações de trabalho de cada indivíduo na construção de sua carreira profissional, no plano individual. Neste aspecto, Ambiel (2014) comenta que, na década de 1940, Donald Super iniciou uma tradição de pesquisa a respeito do desenvolvimento de carreira que tem sido continuada até os dias atuais em diversos países. Entre os conceitos sugeridos por Super, o de adaptabilidade de carreira tem recebido atenção de pesquisadores, o que sugere haver assumido um lugar de destaque não só na teoria, mas também no contexto da psicologia vocacional.

Citando Savickas (2012), Ambiel (2014) chama a atenção para o fato de que os contextos econômicos e sociais dos inícios dos séculos XX e XXI foram bastante diferentes: no início do século XX o mundo experimentava os efeitos da Revolução Industrial e das novas formas

de trabalho, na época. Por outro lado, no início do século XXI, a revolução foi tecnológica, com mudanças rapidamente vivenciadas pelas pessoas nas sociedades da informação, o que ocasionou mudanças diversas nas relações de trabalho e com a carreira.

A este respeito, cabe destacar que a inovação nas formas de trabalho, existentes no período da Revolução Industrial seguem presentes na atualidade – caracterizada também por esta constante inovação, entretanto, é inegável que o marco da Revolução Industrial inseriu uma nova pauta e um novo formato de atividades. Perosini (2017) comenta que a mecanização da força de trabalho (que até então tinha a força motriz humana e animal) caracterizou o desenvolvimento da industrialização na Europa no século XVIII; desta maneira, os artesãos, as ferramentas de trabalho, as fontes naturais (água, vento e força) foram substituídos pelas fábricas, máquinas a vapor e elétricas, o que ocasionou uma mudança estrutural ao que diz respeito à inovação do cenário laboral.

A revolução da microinformática compreende os períodos conceituados como Terceira Revolução Industrial e Quarta Revolução Industrial (PIRES, 2018). A Terceira Revolução Industrial – com início na década de 1960, caracteriza-se pela introdução dos avanços da informática e o aperfeiçoamento dos computadores sobre o setor produtivo; a Quarta Revolução Industrial, por sua vez, inseriu a internet, que passou a se disseminar pelos mais variados campos da economia e da sociedade.

A Quarta Revolução Industrial está baseada em três principais vetores tecnológicos: as tecnologias físicas – robótica avançada, veículos autônomos, manufatura aditiva ou impressão em 3D; as tecnologias digitais – difusão do acesso à Internet, Inteligência Artificial, análise de Big Data, moedas virtuais e economia sob demanda; e as Biotecnologias – sequenciamento genético, a Biologia sintética, a combinação de edição de genes e impressoras 3D (PIRES, 2018).

Ao considerar as diversas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, em relação à construção da carreira profissional vivenciada por cada trabalhador, torna-se compreensível entender que tal

dinâmica ocasionará interferência na forma como o término da carreira também será elaborada, ou seja, na maneira como acontecerá o distanciamento do trabalhador de sua carreira profissional, exercida por meio do emprego. Dessa maneira, é necessário considerar que, na atualidade, os avanços da Medicina e da tecnologia têm influenciado diretamente na longevidade da população mundial (FRANÇA; MENEZES; BEDASSOLLI; MACEDO, 2013).

No Brasil, esta transformação ocorreu em poucas décadas, o que ocasionou o fato do país passar a enfrentar a necessidade de saber atender s demandas do envelhecimento. Além disto, passou a ser necessário ir além, isto é, passou a ser necessário entender e atender às demandas do envelhecimento no contexto do trabalho, uma vez que o envelhecimento populacional é observado no mercado de trabalho, com a participação dos trabalhadores mais velhos no cenário ocupacional.

Toda esta dinâmica ocasionou o desenvolvimento de diferentes representações relacionadas à aposentadoria, e, como desdobramento, a existência de distintos posicionamentos em relação a manter-se ativo no mercado de trabalho após a aposentadoria. Vale ressaltar que as condições particulares bem como as variáveis psicossociais têm forte influência nesta decisão.

A fim de entender a dinâmica envolvida na forma como a aposentadoria é vivenciada por parte dos trabalhadores, é necessário também entender não apenas o papel do trabalho – para o trabalhador e para a estrutura social, mas sobretudo compreender que esta elaboração social não é algo estático, pois passou e tem passado por inúmeras transformações, sentidas inclusive por parte de cada trabalhador ao longo da construção de sua carreira profissional. Para Fólha e Novo (2011), tratar da aposentadoria remete inicialmente à necessidade de uma breve análise a respeito do trabalho e seus significados, pois a história da humanidade é marcada pela presença do trabalho, o qual assumiu significados que se modificaram ao longo dos anos.

No Brasil, a história da aposentadoria foi iniciada em 1888, com os funcionários dos Correios sendo os primeiros a contarem com o

benefício. Em 1923 aconteceu o surgimento da Previdência Social no Brasil com o decreto 4.682 de 24 de janeiro de 1923 – que determinou a criação de uma caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias (FÔLHA; NOVO, 2011).

Desde então, muitas mudanças ocorreram em relação ao papel do trabalho e em relação aos formatos correspondentes à formalização da aposentadoria. Ao discorrer sobre a aposentadoria na perspectiva da Psicologia Organizacional e do Trabalho, é imprescindível conhecer o formato estabelecido para a aposentadoria (ZANELLI; SILVA; TORDERA, 2013). Ao considerar a aposentadoria por idade, por exemplo, é fundamental conhecer a gestão da idade dentro das organizações, tendo em vista que a aproximação do momento de se aposentar significa também o avanço na idade.

Assim, torna-se relevante considerar os aspectos culturais que dizem respeito ao envelhecimento da população geral, inclusive as políticas públicas voltadas para esta realidade; além disto, considerar também que a mesma pode acontecer no formato antecipado, que no Brasil poderia acontecer de duas maneiras: aposentadoria por incapacidade física ou psíquica e a aposentadoria proporcional (ZANELLI; SILVA; TORDERA, 2013).

Em relação à idade, as normas atuais para a aposentadoria são fruto de propostas que se iniciaram, de forma mais expressiva desde 2016. Conforme apresentado em relatório do IPEA (2018), ao citar a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 287/2016, a nova regra para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) estabelecia a aposentadoria com 65 anos para homens e mulheres, e 25 anos de contribuição – o fim gradual da aposentadoria por tempo de contribuição.

Naquele momento, a regra vigente estabelecia aposentadoria por tempo de contribuição: 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres, sem idade mínima. Ainda de acordo com o relatório do IPEA (2018), para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos – RPPS a proposta foi da aposentadoria com 65 anos para homens e mulheres, com 25 anos de contribuição, alterando a regra que estabelecia a aposentadoria de homens com 60 anos de

idade e 35 anos de contribuição e de mulheres com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.

Em Nota Técnica apresentada pelo DIEESE, em Novembro de 2019 (Nota Técnica nº 214, Novembro – 2019), que cita as mudanças e permanências na previdência social após a votação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 06/2019, foram fixadas as idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens, tanto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como do Regime Próprio de Previdência Social da União – RPPS, o que extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição (que não exige idade mínima) no Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Além disso, foram estabelecidas as idades diferenciadas em função dos grupos ocupacionais: professor, trabalhador rural e da economia familiar, policial civil federal, segurado do INSS exposto à condições prejudiciais à saúde, servidor público federal exposto à condições prejudiciais à saúde, pessoa com deficiência.

Destaca-se aqui que as mudanças cabem para outros formatos de aposentadoria também. Entretanto, no presente capítulo, foi feito o recorte da aposentadoria com o foco na faixa etária que caracteriza-se como o período do desenvolvimento do trabalhador, no qual serão demandados tanto os processos de envelhecimento como os processos relativos às experiências oriundas da aposentadoria.

Fôlha e Novo (2011) discutem o quanto é importante considerar as demandas existentes no início da aposentadoria, quando o trabalhador já é idoso, uma vez que, frequentemente, a aposentadoria é vista como sendo uma vivência da velhice. Por isso, é necessário pensar a aposentadoria, a velhice e o envelhecimento de formas diferentes, uma vez que não possuem o mesmo significado. Ademais, em consequência da aposentadoria, a pessoa idosa passa a vivenciar, do ponto de vista psicológico e social, um momento estressante e de muita expectativa, capaz de suscitar reações ambivalentes que podem ir desde um sentimento de liberdade até à impressão de exclusão, inclusive por conta da perda de status do ambiente de trabalho, do convívio com os colegas e do prazer de algumas atividades inerentes à função desempenhada.

As mudanças provocadas pela aposentadoria requerem uma adaptação, e, caso tal adaptação não ocorra, os resultados negativos deste período podem ser preocupantes. Seguindo nesta visão, Fôlha e Novo (2011) realizaram uma pesquisa qualitativa e com uma abordagem descritiva, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito servidores técnico-administrativos efetivos de uma Universidade Federal na Região Sul do Brasil. Todos eram ocupantes de cargos de nível médio e foram divididos em três categorias relacionadas ao tempo restante para alcançarem o direito à aposentadoria: até cinco anos, até três anos e aptos a se aposentar.

Os resultados da análise foram apresentados em três eixos temáticos: a) significados atribuídos à aposentadoria; b) mudança desses significados diante da aproximação da aposentadoria; c) vivências e dificuldades enfrentadas no período de pré-aposentadoria. De forma geral, os achados demonstraram que, para os participantes, a aposentadoria é significada como inutilidade e indício de velhice, o que aponta dificuldades nesta nova etapa de suas vidas e evidencia a necessidade de intervenções organizacionais no sentido de auxiliá-los neste momento da vida.

Um estudo realizado por Magalhães, Krieger Vivian, Straliozzo e Poeta (2004) teve por objetivo investigar a experiência de transição para a aposentadoria na percepção dos trabalhadores que a vivenciam e, identificar as tentativas de ajustamento a esta nova etapa de vida. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte trabalhadores aposentados, no período de até 18 meses após o desligamento das atividades laborais.

As entrevistas abordaram o significado pessoal do trabalho; a decisão de aposentar-se; as expectativas, os projetos de vida; as mudanças percebidas nos âmbitos pessoal, familiar, social, financeiro, de saúde, lazer e ocupação. Os autores concluíram que, os participantes da pesquisa apresentaram padrões de ajustamento no período inicial da aposentadoria, com as variações no ajustamento à aposentadoria podendo ser atribuídas às diferenças individuais na habilidade de negociar e fazer redefinições de papéis e atividades (MAGALHÃES et al., 2004).

A pesquisa indicou o quanto a aposentadoria, ao ser vista como uma transição que envolve a redefinição nos papéis, necessita de uma reelaboração nesta dimensão social cuja manutenção depende da interação com colegas de trabalho, uma vez que representa o encerramento de uma carreira e possibilita a escolha de novas alternativas; logo, os resultados apontaram para a necessidade de serviços direcionados para as experiências dos indivíduos em final de carreira (MAGALHÃES et al., 2004).

Por meio das categorias temáticas os resultados demonstraram a importância atribuída ao papel profissional; a percepção de que os objetivos de carreira haviam sido atingidos; o impacto emocional da perda do ambiente social do trabalho; a percepção de novas possibilidades de papéis e atividades; a possibilidade e a motivação de retorno ao trabalho (MAGALHÃES et al., 2004).

Para Atchley (1999, apud MAGALHÃES, et al., 2004), a transição para a aposentadoria possui fases específicas:

- A Pré-aposentadoria, subdividida em:
 - Fase remota – quando a aposentadoria é vista como um fenômeno positivo que ocorrerá “algum dia”;
 - Fase aproximada – quando já é possível orientar-se por uma data específica para se aposentar;

- A segunda fase, a lua-de mel, que inicia com a aposentadoria propriamente dita e caracteriza-se por ser um período de euforia, quando tenta-se realizar todas as atividades no qual não havia tempo disponível antes. Tal fase é variável em relação ao tempo, pois algumas pessoas conseguem êxito nesta realização, entretanto, para outras não é possível vivenciar da mesma maneira em função da falta de recursos financeiros ou por não elaborar atitudes positivas para este momento da vida;

- Fase do desencantamento – após o período de lua-de mel, quando volta a existir uma rotina, pode passar a acontecer um certo desencantamento;

- Fase de re-orientação – geralmente vivenciada por parte daqueles que experimentaram o período de desencantamento: a partir do momento em que o aposentado passa a desenvolver uma visão mais realista das alternativas e recursos disponíveis que possibilitem uma rotina com um mínimo de satisfação;
- Fase da estabilidade – quando espera-se viver a rotina com as mudanças e escolhas associadas à aposentadoria a fim de alcançar um momento confortável e satisfatório;
- Fase de término – apenas algumas pessoas vivenciam esta fase, visto que o seu estabelecimento não é certo, pois alguns retomam o trabalho; outros podem ser acometidos por doenças, o que os coloca em uma realidade de falta de autonomia, limitando-os para o adequado exercício como aposentado.

A fim de compreender as possíveis relações entre o papel do trabalho durante a carreira e a satisfação de vida na aposentadoria, Boehs e Silva (2017) realizaram um estudo de abordagem qualitativa com profissionais que tiveram como último empregador antes de se aposentar uma empresa multinacional denominada na referida pesquisa, ficticiamente, de “Gama”. Participaram treze aposentados com idades entre 55 e 66 anos que haviam trabalhado na empresa Gama por período entre 15 anos e 37 anos. O levantamento dos dados foi realizado por meio da técnica da trajetória socioprofissional (BOEHS; SILVA, 2017).

Os resultados demonstraram uma ênfase em aspectos relacionados para o alto envolvimento com o trabalho durante a carreira e para quatro fatores com influência para a satisfação na aposentadoria: o fator financeiro, a rede social de apoio, a voluntariedade/involuntariedade da decisão de se aposentar e a realização de trabalho voluntário (BOEHS; SILVA, 2017). Esses resultados apontaram aspectos do universo da aposentadoria na realidade investigada, demonstrando inclusive o quanto é necessário conhecer a realidade dos trabalhadores que estão iniciando ou já iniciaram esta etapa da vida.

Para França e Vaughan (2008), o momento de chegada da aposentadoria revela que existem comportamentos desconhecidos, dos trabalhadores e das organizações, o que faz com que a aposentadoria seja de forma geral confundida com o envelhecimento, pois em alguns contratos previdenciários a aposentadoria pode coincidir com o que cronologicamente é definido como o marco do envelhecimento no país.

Diante disto, os autores citados objetivaram analisar as atitudes dos executivos de grandes organizações no Brasil e na Nova Zelândia, buscando avaliar a importância dada aos ganhos e às perdas na aposentadoria. A pesquisa caracterizou-se como transcultural, visto haver sido realizada em dois países no qual o tamanho da população, o meio ambiente e os aspectos políticos, socioeconômicos e histórico-culturais são completamente distintos, entretanto, guardando entre si a semelhança de vivenciarem o envelhecimento da população e o aumento do número de aposentados. A pesquisa contou com a participação de 517 executivos; para isto foram construídas as Escalas de Importância de Ganhos e de Importância de Perdas, a fim de levantar dados a respeito das atitudes positivas e negativas diante da aposentadoria. Em geral, os resultados levaram os pesquisadores à conclusão de que os executivos dos dois países estavam otimistas acerca da aposentadoria e avaliaram o tempo para os relacionamentos com os cônjuges, filhos, amigos e pais, como o ganho mais importante; por outro lado, os salários e os benefícios do cargo, foram caracterizadas como a perda mais importante da transição.

Diante das considerações a respeito dos encaminhamentos para o momento de encerramento da carreira, várias demandas, conforme já comentado, merecem atenção. Assim sendo, Zanelli (2000) discute a importância dos Programas de Preparação para a Aposentadoria – PPA, bem como a importância do entendimento a respeito do que representa a aposentadoria para o trabalhador, portanto, é fundamental inicialmente partir da concepção de planejamento de carreira como algo existente ao longo da vida no trabalho, indo além de uma visão pontual e imediatista que focaliza apenas o momento próximo

ao afastamento da organização (ZANELLI; SILVA, 1996, apud ZANELLI, 2000). Somado a isto, é importante considerar que vivenciar a aposentadoria é vivenciar um momento de transição, e, nesta transição a aposentadoria pode oferecer oportunidades para o desenvolvimento pessoal ou pode constituir-se em um ciclo de desequilíbrios e infortúnios. Desse modo, chegar à aposentadoria sem uma reflexão e preparação prévia pode ocasionar problemas no plano pessoal, visto que a aposentadoria não pode ser considerada um simples término de carreira, pois apresenta uma mudança estrutural na vida do trabalhador quando acontece a interrupção de atividades praticadas durante muitos anos, reflete o autor.

O Programa de Preparação para a Aposentadoria possui funcionalidades diversas, de acordo com Zanelli (2000), o termo preparação, embora seja mais corrente, não é o único, pois reflexão, também condensa a ideia proposta pelo programa sobre a aposentadoria. A fim de entender no que consiste um Programas de Preparação para a Aposentadoria, é preciso conhecer as características do público alvo, e para isto é fundamental também buscar informações referentes às atividades (SANTOS, 1990, apud ZANELLI, 2000) além disto, para que o programa seja efetivado é necessário o reconhecimento e a aprovação da empresa a respeito das atividades do Programas de Preparação para a Aposentadoria, bem como a formação de uma equipe de profissionais que ministrarão o programa. Pensando na transformação global que será ocasionada pela aposentadoria, a família do pré-aposentado também deverá ser inteirada dos objetivos do programa, e, caso seja possível, é necessário contar com a participação do cônjuge (ZANELLI, 2000).

Para Gugel (2016), um aspecto relevante ainda necessita ser considerado – embora se trate de um evento individual, a aposentadoria se reflete de forma proporcional e diretamente no ambiente de trabalho, na família e na coletividade do aposentado, que na maioria das vezes está tornando-se idoso, por isto, a importância dos Programas de Preparação para a Aposentadoria. Tais programas surgiram na década de 1950 nos Estados Unidos e, começaram a ser implementados no

Brasil nos anos 1980, com o objetivo de prestar informações sobre o sistema previdenciário. Atualmente, os Programas de Preparação para a Aposentadoria buscam alertar o aposentando que o trabalho sairá de cena e que a vida continua, sendo necessárias algumas redefinições; em relação às organizações, o que é observado é que as empresas que têm os Programas de Preparação para a Aposentadoria identificam melhorias nos ambientes de trabalho, sobretudo em relação à redução da ansiedade.

É também função dos Programas de Preparação para a Aposentadoria voltar a atenção para os cuidados necessários no momento da aposentadoria, que de acordo com Zanelli (2017) estão pautados na saúde, nas finanças e nas possibilidades de desfrutar do tempo livre e de uma aposentadoria prazerosa ao vivenciá-la, portanto, faz-se necessário considerar elementos envolvidos neste processo, tais como: alimentação, prevenção de adoecimentos, controle orçamentário, trabalho complementar, aprendizado contínuo, afazeres domésticos, rotinas saudáveis, autoestima; entre outros.

Diante desta realidade o que se tem buscado nos Programas de Preparação para a Aposentadoria é realizar, por meio do aprendizado e do planejamento, os cuidados necessários nesta etapa final do planejamento da carreira. Segundo Zanelli, Silva e Tordera (2013), as práticas de orientação, preparação e planejamento para a aposentadoria, nas organizações de trabalho no Brasil são ainda incipientes, uma vez que necessita de maior espaço no contexto de trabalho, especialmente quando se considera que o movimento tem início na admissão e culmina no desligamento, somado ainda ao pós-carreira com suas implicações. Tal cenário reitera a proposição de que um Programa de Preparação para a Aposentadoria não deve ficar planejado apenas para o período final da carreira, mas sim, inserido no modelo geral de gestão da carreira em uma organização. Para isto, os procedimentos tanto podem ser focados para uma intervenção individual como grupal, com a forma que geralmente acontece sendo a condução das atividades realizadas por orientadores – os profissionais responsáveis por conduzir o Programa de Preparação para a Aposentadoria.

Para França e Soares (2009) os Programas de Preparação para a Aposentadoria são caracterizados como espaços para reflexão e encaminhamentos sobre o momento da pós-aposentadoria, quando existe a possibilidade de experimentar novas situações, desenvolver habilidades, aptidões e mesmo descobrir novos interesses. Tudo isto pode ser elencado como prioridades – a saúde; os relacionamentos; os investimentos; as atividades intelectuais, domésticas, culturais e o lazer; uma vez que são aspectos e variáveis que podem facilitar ou dificultar o bem-estar neste momento de transição dos trabalhadores que estão prestes a lidar com o desafio da aposentadoria.

De forma didática Soares, Costa Rosa e Oliveira (2007) apresentam e descrevem as etapas de desenvolvimento do Programa de Preparação para Aposentadoria, o Aposenta-Ação, que foi realizado por meio de atividades grupais e da colaboração de profissionais de diversas áreas a fim de auxiliar as pessoas que estavam prestes a se aposentar ou recém-aposentadas. As atividades foram iniciadas no ano de 2006 com a pretensão de atender aos funcionários em fase de aposentadoria e à comunidade em geral. Conforme relatado pelos pesquisadores, a origem do programa Aposenta-Ação resultou da percepção de uma necessidade social percebida em função da falta de planejamento pessoal para aposentadoria; do aumento da expectativa de vida; da necessidade em refletir sobre a representação dos aposentados na sociedade e nas instituições públicas e privadas.

A realização do Programa Aposenta-Ação possibilitou a ação de atividades grupais, visando a integração e a troca de experiências; a reflexão sobre esta nova fase; a contribuição das diversas áreas como: saúde, investimentos, previdência, esportes, família, direitos; a orientação pela busca de um novo projeto de vida. O serviço do programa foi gratuito, com grupo de 15 a 20 integrantes, coordenado por estudantes de Psicologia e supervisionado por um Professor do Departamento de Psicologia, especialista em orientação profissional e de carreira, além da participação de diversos profissionais de outras áreas do conhecimento, de forma a tornar o trabalho interdisciplinar. Com o desenvolvimento do programa, os autores mencionados concluíram

que, por meio do Programa Aposenta-Ação foi possível perceber que a aposentadoria, para maioria dos trabalhadores não é acompanhada de reflexões sobre um projeto de futuro, o que ocasiona o aparecimento de diversos problemas de ordem psicológica e social, visto que a inserção na aposentadoria leva à percepção do papel central do trabalho na constituição identitária, especialmente na sociedade atual que supervaloriza a produtividade e caracteriza o aposentado como alguém na contramão do projeto social de sujeito trabalhador.

Diante do percurso apresentado percebe-se o quanto, dentro do contexto organizacional, é importante considerar o momento de encerramento da carreira. Transformar isto em algo aplicado e direcionado ao público de trabalhadores é urgente, por meio da elaboração de Programas de Preparação para a Aposentadoria de forma mais ampla, entretanto, muitos trabalhadores não encontram-se inseridos em organizações com vínculos empregatícios na modalidade do trabalho formal, o que se configura como mais uma problemática neste momento de afastamento das atividades laborais

Diante desta realidade atual e da diversidade de realidades existentes no Brasil, Fernandes e Soares (2012) realizaram uma análise documental a fim de discutir os aspectos legais das políticas de atenção ao idoso no Brasil ao que concerne o bem-estar para pessoa idosa. Por meio dos resultados, as autoras enfatizam o quanto o bem-estar dos idosos depende de recursos que estejam além do setor de saúde, como recursos voltados para o idoso no mercado de trabalho, por exemplo, uma vez que, apesar da garantia aos direitos financeiros relativos à aposentadoria foi percebida também insuficiência de políticas públicas voltadas ao bem-estar do idoso em relação ao mercado de trabalho – procurado para complementar sua renda quando já aposentado.

Resultados semelhantes foram encontrados por Ferreira, Leeson e Melhado (2019) ao discutirem o quanto o envelhecimento populacional é constituído por processos heterogêneos de velhices tornando-se, assim, marcado por ritmos e fluxos diversos; neste sentido, os autores ressaltam a importância em conhecer o perfil populacional dos aposentados não apenas em relação à idade mas também à raça/etnia e ao

gênero. Em relação ao conceito de raça, os mesmos citam Hall (2003) a fim de propor sua presença em tentativas de delinear grupos e estratos populacionais múltiplos, que, em articulação com o conceito de gênero, possibilitará variações em relação às diferenças sociais no percurso do envelhecimento. Logo, a velhice compõe-se de diferentes realidades a depender das outras categorias sociais – o gênero, a raça/etnia e a classe.

Partindo-se desta perspectiva, Ferreira, Leeson e Melhado (2019), a fim de descrever e analisar as condições sociais gerais referentes à raça/etnia, gênero, território e escolaridade dos idosos, realizaram uma pesquisa com 500 idosos – homens e mulheres, a partir de 60 anos, usuários do Sistema Único de Saúde e residentes na zona rural de uma cidade de porte médio, no interior do estado de São Paulo. Por meio de um questionário estruturado, com questões fechadas sobre aspectos sociodemográficos foi produzido um banco de dados com informações descritivas e específicas.

Os resultados demonstraram desigualdades em termos de gênero e raça/etnia, uma vez que as mulheres autodeclaradas pretas estiveram em condições mais vulneráveis, tanto no âmbito econômico quanto escolar – inclusive sem cobertura previdenciária na velhice, quando comparadas com as mulheres autodeclaradas brancas e com os homens autodeclarados brancos ou pretos na mesma faixa etária (FERREIRA; LEESON; MELHADO, 2019). Em vista deste contexto, os referidos autores discutem que, mesmo com as políticas públicas focalizadas na seguridade – Estatuto do Idoso/2003, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa/2006 –, existe uma situação social distinta entre as famílias à margem do acesso aos serviços.

Diante do que foi até aqui apresentado a respeito da aposentadoria enquanto etapa de término da carreira profissional, observa-se que tal processo é permeado por diversos fatores que vão definindo sua construção. No percurso do capítulo objetivou-se propor uma discussão a respeito da aposentadoria configurando-se enquanto término da relação construída com o trabalho – ao longo das fases do desenvolvimento humano e de forma específica por cada trabalhador, em função de sua trajetória laboral.

Observou-se que, no contexto formal de trabalho, tem-se buscado avançar em relação aos projetos voltados ao público que está prestes a se aposentar, considerando inclusive as demandas do envelhecimento. Contudo, ao que concerne às vivências dos pré-aposentados que estão fora do cenário formal de trabalho, observou-se a necessidade de ações que voltem a atenção para o referido público.

O que aprendemos?

No percurso do presente capítulo alguns pontos são fundamentais em relação ao conteúdo esboçado. É importante compreender o quanto, de diferentes formas o trabalho tem, na atualidade, alcançado papel central na vida dos trabalhadores das diferentes esferas, bem como tem acompanhado o seu desenvolvimento.

A construção de uma carreira também representa um processo de desenvolvimento, que tem o momento da aposentadoria como mais uma etapa, a do encerramento, desta maneira, assim como nas demais etapas esta precisa de atenção e orientação, visto que são necessárias desde informações a respeito da documentação, passando por acompanhamento em relação à saúde física e psíquica, até inclusive a participação familiar nestas vivências.

Participar de um programa de orientação para a aposentadoria, conhecidos geralmente como Programa de Preparação para a Aposentadoria torna-se um diferencial que pode vir a facilitar a vivência deste momento de transição, composta por novas situações que precisarão ser resolvidas visto que, quando a aposentadoria acontece no período no qual o trabalhador encontra-se idoso, a orientação precisará considerar também aspectos relacionados a este período do desenvolvimento.

Ainda se observa, na maioria dos contextos de trabalho, a ausência de Programa de Preparação para a aposentadoria para os trabalhadores que, mesmo estando inseridos em contextos de trabalhos formais, não têm acesso ao programa. Além disso, falta suporte para os trabalhadores que não compõem o grupo de trabalhadores

formalizados e trabalham na informalidade, ficando sem acesso a este tipo de acompanhamento. Por último, ressalta-se a necessidade de elaboração de políticas públicas que priorizem, de forma mais efetiva, as questões relacionadas a estas realidades.

Questões

A partir do capítulo e referências citadas, discutir sobre:

- A importância da compreensão sobre a dimensão do trabalho ocupada na vida do trabalhador na atualidade;
- As implicações da vivência da aposentadoria na vida do idoso;
- A importância dos Programas de Preparação para a Aposentadoria para a experiência desta transição;
- A ausência de suporte para os trabalhadores que se encontram fora do contexto formal de trabalho.

Referências

AMBIEL, R. A. M. Adaptabilidade de carreira: uma abordagem histórica de conceitos, modelos e teorias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.15, n.1, p.15-24, 2014.

BOEHS, S. T. M.; SILVA, N. Papel de trabalho, carreira, satisfação de vida e ajuste na aposentadoria. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.18, n.2, p.141-153, 2017.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J. C.; JORGES-ANDRADE, E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica nº 214: PEC 6/2019: como ficou**

a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal, atualização da Nota Técnica 211B com a redação final da Emenda Constitucional aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado. São Paulo: DIEESE, 2019.

FERNANDES, M. T. O.; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.46, n.1, p.1494-1502, 2012.

FERREIRA, J. P.; LEESON, G.; MELHADO, V. R. Cartografias do envelhecimento em contexto rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.17, n.1, p.1-20, 2019.

FÔLHA, F. A. S.; NOVO, L. F. Aposentadoria: significações e dificuldades no período de transição a essa nova etapa da vida. In: **XI Colóquio Internacional sobre gestão Universitária na América do Sul – Gestão universitária, cooperação internacional e ompromisso social**. Florianópolis, 2011.

FRANÇA, L. H. F. P.; VAUGHAN, G. Ganhos e perdas: atitudes dos executivos brasileiros e neozelandeses frente à aposentadoria. **Psicologia em Estudo**, v.13, n.1, p.207-216, 2008.

FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: ciência e profissão**, v.29, p.738-751, 2009.

FRANÇA, L. H. de F. P.; MENEZES, G. S.; BENDASSOLLI, P. F.; MACEDO, L. S. S. Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? **Psicologia: ciência e profissão**, v.33, n.1, p.548-563, 2013.

GUGEL, M. A. O direito ao trabalho, a preparação e a conquista da aposentadoria. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN,

K. C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p.225-240.

HOPF, A. C. O. Fico ou vou embora? Os sentimentos expressos por professores diante da aposentadoria. **Journal of Physical Education**, v.13, n.2, p.89-96, 2002.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Previdência Social. Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Diretoria de estudos e políticas sociais. 2018. Acessado em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9636>

MAGALHÃES, M. O.; KRIEGER, D. V.; VIVIAN, A. G.; STRALIOTTO, M. C. S; POETA, M. P. Padrões de ajustamento na aposentadoria. **Aletheia**, v.1, n.19, p.57-68, 2004.

PEROSINI, G. L. A revolução industrial e sua influência na reestruturação da vida familiar. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v.3, n.3, 2017.

PIRES, M. C. O Brasil, o Mundo e a Quarta Revolução Industrial: reflexões sobre os impactos econômicos e sociais. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v.40, p.5-36, 2018.

SOARES, D. H. P; COSTA, A. B; ROSA, A. M; OLIVEIRA, M. L. S. Aposenta-Ação: programa de preparação para aposentadoria. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v.12, n.1, p.143-161, 2007.

ZANELLI, J. C. O programa de preparação para aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira. **Revista de Ciências Humanas**, v.1, n.esp, p.157-176, 2000.

ZANELLI, J. C. **Aposentadoria: prioridades da vida para ser bem vivida – cuidar-se para desfrutar**. Curitiba: Máxi Gráfica e Editora, 2017.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B.; RODRIGUES, A. N. de A. Campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p.466-491.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; TORDERA, N. Orientação para a aposentadoria e gestão de pessoas nas organizações. Em: BORGES, L.; MOURÃO, A. (org.). **O trabalho e as organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

POVOS ORIGINÁRIOS, ENVELHECIMENTO E PSICOLOGIA: ANCESTRALIDADES PRESENTES

*Nara Maria Forte Diogo,
Zulmira Áurea Cruz Bomfim,
Francisca Denise Silva Vasconcelos,
Júlio Cledson Oliveira Guedes,
José Itamar Teixeira Barbosa- Tremembé - Córrego João Pereira/Itarema,
Glaubiana Alves/ Jenipapo-kaninde,
Teresinha Pereira da Silva (Teka Potyguara) / Potyguara, Aldeia
Mundo Novo - Monsenhor Tabosa,
Maria Fabiana Martins Lemos - Potyguara/Aldeia Jucás Monsenhor Tabosa,
Maria Eliane da Silva Gomes/ Tabajara, Aldeia Cajueiro Poranga Ceará,
Ana Karoline Martins Leite,
Larissa da Silva Sousa,
Marta Clarice Nascimento Oliveira,
Joabe Chaves Nascimento,
Ana Beatriz Araújo Santiago e Jessica Queiroz Fontes*

O objetivo deste capítulo é apresentar o que aprendemos com os povos originários no Ceará a respeito do envelhecimento e de suas cosmovisões e práticas, e como estas contrastam com aquelas encontradas na sociedade não-indígena. É também nosso objetivo encaminhar questões para que, enquanto interessados na produção e partilha do conhecimento em psicologia, possamos avançar na formação de profissionais que pensem na defesa dos nossos biomas e dos povos que ali vivem.

Introdução

O capítulo é fruto de um diálogo entre dois estudos e uma experiência de extensão universitária: o primeiro deles indaga sobre a formação em psicologia e os saberes relativos aos povos originários; o segundo objetiva discutir o envelhecimento na perspectiva indígena e as novas produções em psicologia analítica, enquanto a experiência de extensão se propõe ao diálogo com professores indígenas em formação para a difusão de seus saberes e práticas de transmissão cultural.

Em relação ao primeiro estudo destacamos que as leis que regulam o ensino tanto da história e cultura africana, bem como da história e cultura indígenas no Brasil, datam do início dos anos 2000 e alcançam todos os níveis de educação, desde o infantil ao superior. Neste sentido é flagrante constatar a pouca atenção e o pouco valor dado ao descumprimento desta legislação. A investigação caracterizou a pouca presença de disciplinas voltadas para os estudos relativos aos povos originários nos cursos de graduação em psicologia mais qualificados no Brasil.

Já em relação aos estudos sobre o envelhecimento em psicologia, foram melhor incorporados às disciplinas de desenvolvimento, ou a disciplinas mais específicas, constando com certa regularidade no currículo oficial. Os estudos na área têm aumentado desde os anos 2000, devido sobretudo ao interesse pelo envelhecimento demográfico (BEZERRA et al., 2012).

Os aspectos acima relatados justificam que possamos discutir estes entrelaçamentos que se tornam necessários tanto do ponto de vista acadêmico como profissional. O que podemos como formação em psicologia, no tripé ensino, pesquisa e extensão aprender com os povos originários sobre suas visões de mundo e sobre a travessia da vida? O envelhecer é um processo privilegiado no qual essas reflexões são recorrentes.

O outro estudo com o qual dialogamos é o que sustenta o projeto de iniciação científica de alguns dos autores, a respeito do envelhecer para os povos originários e os estudos da alma ancestral,

referentes a produções recentes da psicologia de base junguiana no Brasil (OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA, 2020). Para isto, foi feito um levantamento de teses e dissertações que tocassem de algum modo no processo de envelhecimento dessa população, sobretudo no Ceará. Este estudo embasa também a experiência do projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) “Ancestralidades”. Este projeto é realizado pelo Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental do curso de Psicologia (LOCUS/UFC) em parceria com o curso de licenciatura indígena KUABA (UFC). Participam deste projeto, além dos autores deste capítulo, alguns deles professores indígenas, ainda cerca de 10 extensionistas e seus parentes indígenas que partilham dos encontros virtuais nos quais acontece o diálogo e o apoio psicossocial tão necessário no contexto da covid-19.

Contextualizando ainda melhor a produção dessa escrita, é preciso dizer que se faz um momento histórico em que os povos originários do Brasil se viram ainda mais fragilizados e violentados pelo Estado Brasileiro. Sublinhamos não somente a pandemia de Covid-19, à qual estes povos são biologicamente mais vulneráveis, bem como toda a investida do governo federal de Bolsonaro contra os direitos destes povos à sua terra, afetando com isso sua cultura, modo de vida e espiritualidade. O PL 490 e o marco temporal são ações de extrema violência contra estes povos, pois acontecem em um momento de dor e luto pela perda de tantos indígenas, muitos deles idosos, os chamados troncos velhos, sendo estes considerados como as bibliotecas da nossa humanidade, fundamentais para a história oral e a construção de uma memória coletiva.

O PL 490/2007 fragiliza conquistas dos povos indígenas com relação à demarcação de terras, em prol do agronegócio. Ainda com muitas manifestações dos grupos adeptos à defesa de direitos e à luta pela preservação histórica desses grupos, o projeto foi aprovado em 2021 pela Comissão de Constituição e Justiça e atualmente aguarda votação no plenário e posteriormente no Senado.

O PL 490 determina o Marco Temporal, indicando que as terras indígenas só poderiam ser demarcadas se for comprovada sua

ocupação desde o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Ainda, as terras que já foram demarcadas não seriam ampliadas, o que permitiria a exploração das terras indígenas por garimpos, agronegócio, dentre outros, ferindo o direito indígena.

A construção de uma psicologia crítica e contextualizada não pode estar alheia ao esforço de compreender como pode estar junto e fortalecer os povos originários, compreendendo que, com eles, se dá toda uma possibilidade de preservação ecológica vital para a permanência do humano no planeta. Essa preservação é ainda mais necessária quando os agravos climáticos chamam a atenção global e quando o mundo volta os olhos para o Brasil, seja em busca de ajuda para salvar o que resta de biodiversidade e ecossistemas, bem como, paradoxalmente, em busca de explorar o que esta terra ainda teria para oferecer em termos de commodities, o que a torna alvo de ainda mais profundas depredações.

Ainda neste esforço de contextualização da Psicologia, pensar a partir do Ceará não se traduz em limitar localmente as questões aqui abordadas, mas em compreender que os pontos aqui levantados dizem de questões macrossociais que interessam à formação em Psicologia no Brasil. É ainda um convite interessante para o deslocamento da produção centrada em sul-sudeste para uma maior pluralidade de vozes no âmbito acadêmico. Essa maior pluralidade se dá também pela escrita em conjunto com professores indígenas, sabedores que somos das realidades que partilham.

Sobre o envelhecimento e os povos indígenas

Nos estudos da Psicologia do Desenvolvimento, há uma abordagem, para análise e discussão a partir da periodização do tempo, apresentando categorias para diferentes momentos do curso de vida do sujeito (a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice). Estas categorias, segundo Debert (1999) são fundamentais para pensar a organização social, com seus modos de controle e também com suas representações culturais.

Em uma visão clássica, fim do século XIX e começo do XX, a velhice não era levada em conta como um momento de desenvolvimento. Como era pautada no marco biologicista, a velhice era vista como declínio. Diversos fatores contribuíram para que a velhice fosse vista de outro modo: o aumento da longevidade pela melhoria das condições sanitárias, bem como o aumento das pesquisas em torno do tema. Isso colaborou para uma desnaturalização do processo de desenvolvimento, para expor o seu caráter construído, e para que se possa considerar as mudanças do envelhecimento como complexas e profundas, como parte da vida e não somente um momento de adoecimento.

Estudos apontam diferentes visões a respeito do processo de envelhecimento e da velhice em diversas sociedades e, também, em momentos históricos distintos. Nesse sentido, de acordo com Debert (1999), na sociedade moderna o olhar sobre a velhice está marcadamente relacionado ao empobrecimento e os preconceitos para com esse grupo, relegando-os a uma experiência de vida sem valor. Dessa forma, a vivência dessas pessoas é desprezada e os estigmas sociais tornam-se a imagem de suas identidades, de forma que suas subjetividades são ofuscadas, agravando, conseqüentemente, a perda da autonomia e da independência desses sujeitos.

Diante disso, a necessidade de uma maior reflexão quanto às questões relacionadas ao envelhecimento revela a intensa vulnerabilidade a qual são submetidos os velhos e aposentados em uma sociedade industrializada como a nossa. A exemplo, destacamos os preconceitos em relação à velhice, como a sexualidade vivenciada na velhice (como algo inexistente), ao corpo velho que é visto como incapaz, a noção de dependência constante e a finitude, não possuindo mais nenhuma importância e participação nos seus lares e na sociedade. Além disso, é importante compreender a relação do envelhecimento com o aparelho produtivo de nossa organização social, uma vez que, como destacou Debert, Guimarães e Hirata (2020), em decorrência dos novos padrões de aposentadoria, que refletem mudanças na forma com que as pessoas lidam com a velhice, etapas intermediárias, como a “meia-idade”

e a “aposentadoria ativa”, estão afastando cada vez mais a ideia da aposentadoria como marcador para a velhice.

Se faz necessário perceber, criticamente, como ocorrem esses envelhecimentos e de que maneira eles são afetados pelo modo de produção e pela organização social. Dentre essas inquietações, avalia-se a questão da autopreservação do corpo, do combate ao envelhecimento físico e da valorização da juventude, que tem o corpo velho e as questões advindas da idade, como algo a ser evitado. Tal caça às bruxas empreendida contra o corpo envelhecido é financiada não apenas pelos meios produtivos, que faturam com a venda de produtos e instrumentos que tentam fornecer essa figura do velho jovem, mas também tem sido reforçada pela forma como a sociedade encara o envelhecimento como déficit para os cofres públicos, devendo ser adiada o máximo possível para evitar prejuízos.

Como consequência dessa cultura, a noção de juventude vai se distanciando da ideia de uma faixa etária específica, tornando-se, agora, um valor (DEBERT, 1999), que deve ser alcançado pelos demais grupos. E se por um lado esse culto à juventude pode estar associado às oportunidades de cuidar do corpo, de renovar a autoimagem, de vivenciar novas experiências, do mesmo modo também opera como forma de evitar questões difíceis peculiares à idade. Nessa relação de busca incessante pela manutenção de uma status jovem, o corpo velho vai sendo escondido ou escoriado, para que não seja visto ou percebido, tratado como vergonha ou como desgraça. Por fim, o envelhecimento singular e coletivo se invisibiliza, como a sombra de uma sociedade que não olha para o passado ou pensa no futuro, mas apenas vive o presente.

A velhice não é universal, não é homogênea, apresenta diferentes modos em diferentes culturas. Outras culturas constroem a velhice de modo a responder a questões que a sociedade hegemônica se coloca. Questões a respeito da longevidade, da valorização, da qualidade, da finitude da vida humana precisam ser dialogadas e pensadas a partir dos contextos de vivência das pessoas envolvidas. A velhice não pode ser pensada como antecâmara da morte.

Para os povos originários a velhice é o auge da sabedoria em que se encontra a pessoa e se ela vier a morrer, sua morte é vista como encantamento já que para eles, a morte é uma passagem para o reino dos encantados. O valor da longevidade para os indígenas relaciona-se com suas tradições, pois a velhice está relacionada a ensinamentos para os mais jovens e crianças. Os troncos velhos fazem parte da construção da singularidade de um povo.

Nas escolas indígenas, por exemplo, é comum que eles sejam convidados para ministrarem aula junto a quem leciona a disciplina de História, para que as crianças e jovens ouçam a voz de seu povo, e não apenas a história contada pelo colonizador. Essas buscas pela permanência de tradições vistas pelos indígenas são de suma importância para perpetuação de suas culturas, principalmente as orais. Além disso, existem várias narrativas acerca de todos os momentos históricos, que contemplam várias cosmovisões, porém se torna problemático quando só é evidenciada e ensinada apenas por um viés unilateral dos colonizadores, “vencedores”, invisibilizando a história desses povos que foram silenciados e dizimados. A partir disso, é urgente o cumprimento das leis que obrigam a reformulação das grades curriculares, mas para além disso é necessário observar quais autores estão sendo utilizados, pois quem melhor para contar sua história do que os que as protagonizaram. A didática de preocupar-se em trazer um ancestral para contar sua narrativa contribui para a construção identitária de muitos que não são contemplados pelos estudos acadêmicos e que ocupam cada vez mais esses espaços.

O olhar sobre envelhecer para os povos indígenas está relacionado à luta e resistência que marcam suas histórias, pois os idosos e idosas são responsáveis pela transmissão de diversos saberes, pela organização social e sobrevivência da comunidade. Segundo Herrero (2018), eles são o “arquivo vivo dos saberes ligados à medicina, às ervas, às músicas, às danças, aos rituais e às festas”.

As estratégias de dominação são várias e perpassam o domínio do conhecimento, a partir da descredibilização das práticas e crenças indígenas, além de assassinar, torturar, violentar de muitos

modos seus corpos. Segundo Freire (1987), a negação do direito das populações minoritárias em dizer sua palavra é uma forma que o dominador pratica a sua dominação, não permitindo a transmissão cultural intergeracional. Tais estratégias são performadas de modo muito sutil, desvalorizando seus costumes e modos de vida. A resistência dessas diversas etnias não se restringe, portanto, a conflitos armados ou guerras, trata-se de uma “resistência cultural do cotidiano, através de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação colonial” (SILVA, 2010, p.40).

O colonizador desde que chegou nessas terras, ameaça, deturpa a história, assassina e tenta apagar as culturas e as sabedorias desses povos. No Relatório Provincial de 1863, em uma das diversas tentativas violentas de invisibilizar e deslegitimar as existências indígenas, afirmava-se que não havia mais povos indígenas no Ceará. Tal afirmação coaduna com os interesses econômicos de uma classe dominante que se refletem em suas práticas ideológicas. Após mais de um século desse decreto, em 2012, articulou-se um debate público, fomentado por lutas do movimento indígena em conjunto com outros apoiadores, como grupos religiosos e universitários.

No dia 14 de maio de 2012, ocorreu uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará para discutir o relatório provincial de 1863. Tal relatório deu por extinta a população indígena no Ceará. A plenária estava repleta e os assentos foram poucos, diante do elevado número de representantes de populações indígenas que se fizeram presentes, trajados com cocares, indumentária de palha e colares de contas e sementes. A sessão foi iniciada com uma longa apresentação de toré e foi transmitida ao vivo pela Rádio Assembleia e pela TV Câmara (ANTUNES, 2012, p.8).

Destacamos neste relato a ênfase dada à presença dos povos originários neste espaço e o início da sessão com uma apresentação de toré. Esta apresentação pode ter sido considerada longa no sentido de

uma afirmação potente da cultura indígena, numa demonstração da sua vitalidade, bem como também diz da percepção temporal dos não indígenas a respeito do realizado.

Povos Indígenas no Ceará e o Bem viver

De acordo com o CREPOP (2018), são cerca de 870 mil indígenas organizados em 305 povos, falantes de 270 línguas derivadas de 50 troncos linguísticos diferentes no Brasil (IBGE, 2010). Os povos indígenas são heterogêneos, e no Ceará vivem as etnias: Anacé, Gavião, Jenipapo Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tapeba, Tabajara, Tapuia-kariri, Karão, Tremembé, Tubiba-Tapuia e Tupinambá.

Figura 1. Povos Indígenas do Brasil



Fonte: <https://arvoreagua.org/wp-content/uploads/2021/05/povos-indigenas-do-brasil.png>

O Estado do Ceará é o 8º estado do Brasil que reúne mais grupos de índios. Ao longo dos séculos, esses povos guardam com orgulho o que sobreviveu de suas manifestações culturais e tradições milenares. São 14 os povos indígenas, espalhados por 18 municípios, que fortaleceram esse legado de resistência. Através deles o que ainda há de mais ancestral em solo cearense mostra-se vivo e pulsando ativamente. Cada povo revigora as características de seus antepassados, por meio da pesca, caça, artesanato, confecção e utilização dos penachos e cocares, danças, das crenças e de tantos outros tesouros guardados pela tradição.

Segundo a coordenadora regional da federação dos povos indígenas e organização do Ceará além dos atuais 14 povos indígenas registrados, existem alguns outros povos que estão se levantando, se organizando (RODRIGUES, 2019). Ainda na matéria de Rodrigues (2019) é mencionado, por parte da integrante da Coordenação de Igualdade Racial do Governo do Ceará, Ceiza Pitaguary, que há assembleias todos os anos onde é demandado quem aparece e pede reconhecimento. A constituição de 1988 garante, no artigo 231, que é reconhecido aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Com isso há mais de 20 anos se desenrolaram lutas de povos indígenas no Ceará pela resolução de suas demarcações e pela retomada da língua Tupi.

A transmissão dos saberes dos mais velhos através da oralidade com suas práticas e costumes é vital para a permanência viva dos povos originários e suas lutas. O ritual do torém é um exemplo de resistência, pois possui um caráter também político (OLIVEIRA JUNIOR, 1988), demonstrando sua unidade étnica.

O torém é uma dança de roda. Ele é puxado quase sempre por um mestre mais velho que é acompanhado de outros tocadores. O som do maracá é que define o passo da dança. Quando a música é tocada, os dançadores circulam na roda e fazem uma marcação da dança com pisadas no chão.

Os pés ora parecem arrastar-se bem colados ao chão, ora parecem ficar levemente suspensos. No centro da roda, fica uma cuia com o mocororó - uma bebida feita de caju. O líquido de coloração amarela é oferecido aos participantes da dança. Há uma pausa no movimento da roda enquanto as pessoas ingerem a bebida. Depois a roda continua a girar [...] (RODRIGUES, 2016, p.36).

Rodrigues (2016) ao elaborar sua tese com os Tremembés de Almofala, traz muito dos conhecimentos transmitidos e do saber ancestral nesse ritual. Uma das músicas que ele ouviu e que foram cantadas na dança do torém diz em seus versos o seguinte saber: “E não tem rio que eu não atravesse. Não tem caminho que nós não ande/ Não tem pau que eu não arranque/ Não tem pedra que eu não quebre/ E nem tem mal que nós não cure/ Viemo lá das cachoeiras/ Com a força da natureza/ Os Encantados nos mandou/ Viemo aqui fazer limpeza”.

As narrativas de aprender-ensinar que foram feitas a partir da convivência em família e comunidade, mostram em sua tese, o quanto é valorizada a história oral para esses povos e os conhecimentos ancestrais repassados. Contudo, como dito por Nora, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (1993, p.7). A memória oral é desvalorizada em favor de conhecimentos considerados mais condizentes com os valores civilizatórios que partem do referencial colonizador. A estratégia defendida na tese é a escrita das narrativas como forma de preservar a cultura compreendendo também que oralidade engloba performances e fazeres que extrapolam a escrita, chamando a atenção para outras formas de construir conhecimento.

A escrita é um modo de tradução para a sociedade envolvente que permita a valorização destes saberes e uma aproximação com estas outras culturas, tendo em vista as diferenças entre os modos de vida em questão. Escrever como forma de permanecer e de lembrar é um modo de fazer construído a partir da valorização de uma sociedade letrada, que exige este tipo de operação para validar modos de representação pública. Dito isto, passamos a examinar alguns povos

do Ceará, no intuito de compreender para eles como é o envelhecer e ressaltar a heterogeneidade de suas culturas.

Povo Tremembé

Ao conceituar quem seria essa população Rodrigues faz um mapa do aldeamento tremembé:

Quando se fala em índios tremembés aqui no Ceará, logo se faz a ligação com a população indígena que mora em Almofala, no município de Itarema, a 270 km da cidade de Fortaleza. Atualmente, eles habitam também os municípios de Acaraú e Itapipoca. Mas, é em Itarema onde vive a maior parte desse povo indígena, compreendendo dez localidades agrupadas em duas zonas: a Zona da Mata e a Zona da Praia (RODRIGUES, 2016, p.16).

A partir disso, é possível inferir que a cultura desse povo tem uma forte ligação com a preferência de praias e os estuários cobertos de mangue do rio Nordeste. De lá tiravam seu sustento, pois eram lugares fartos. Assim a sua população foi se estabilizando, passando pelo litoral do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, sendo conhecidos como grandes nadadores e pescadores.

Também em sua pesquisa infere-se um pouco mais sobre como são transmitidos os saberes, além da cosmovisão a respeito da velhice, o que traz muitos pontos interessantes a respeito da relação envelhecimento e ancestralidade como será visto em alguns trechos: “Os termos mais usuais entre os tremembés para se reportarem aos saberes dos antepassados, que ainda resistem ao tempo, mesmo que reelaborados ou ressignificados, são saberes dos mais velhos, saberes dos antigos ou saberes dos troncos velhos” (RODRIGUES, 2016, p.22). Eles eram divididos em índios novos e índios velhos, os últimos são responsáveis pela manutenção dos saberes passados, tornando-se contadores de histórias. Rodrigues (2016) relata como a velhice é vista positivamente pelos

Tremembé, pois eles são a memória viva da aldeia, utilizando a metáfora dos troncos velhos para representá-los:

Dessa forma, a velhice seria atributo positivo, e os velhos, entes importantes na configuração social indígena. Os índios velhos seriam responsáveis pela educação das tradições, assim os índios novos não poderiam desvalorizar o conhecimento recebido por eles. Valle nos lembra que havia metáforas botânicas que serviam de manutenção do paradoxo temporal entre os índios novos e os índios velhos. Os tremembés empregavam o termo tronco velho como metáfora para contrastar o velho e o novo. Os velhos tremembés seriam as raízes e os troncos, pegando-se o exemplo de uma árvore, e os novos tremembés seriam ramos e os brotos. Era uma forma relacional que assegurava a continuidade da ancestralidade (RODRIGUES, 2016, p.23).

Esta metáfora que atribui positividade à velhice, os chamados “troncos velhos” dizem ainda de uma profunda relação de interdependência com a natureza. A madeira velha é o substrato orgânico da vida nova, traz a imagem da renovação, do abrigo, acolhimento e gestação do novo. Suscita ainda o pertencimento cultural do povo, o reforço de laços. É no tronco velho que está registrada a história, em seus sulcos e cicatrizes. Diz também do modo poético e simbólico de expressão dos povos originários.

Povo Pitaguary

Não diferente dos Tremembés, o povo Pitaguary carrega sua história, memória e identidade através de seus “troncos velhos”, a população mais velha que transmite sabedoria e são as “raízes” da comunidade, como destaca o então Cacique Daniel Pitaguary para Magalhães (2007):

[...] Nossa luta começou através de pesquisas né, histórias que nós já tinha do nosso povo, através dos nossos troncos velhos, das nossas raízes, que nasceram e se criaram na terra. E através desses nossos troncos velhos é que a gente se identificou-se pra nós mesmo que nós era índio (p.5).

A luta que Cacique Daniel evidencia no trecho é a de resistência, não apenas territorial, mas imaterial, espiritual, histórica que a comunidade Pitaguary compartilha com tantos outros povos indígenas do território cearense. Localizados nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, na área metropolitana de Fortaleza — onde reivindicam 1.735 hectares — os Pitaguary, como os dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (PLANO DISTRITAL, 2016) do Ceará, de 2016, demonstram, se organizam em 4 aldeias: Olho d'água, Monguba, Horto e Santo Antônio, totalizando aproximadamente 4.478 pessoas, que narram em seus causos e cantos sobre ser um povo das serras, conectado com a natureza, contando histórias sobre a Caipora e brincando o Toré. Segundo Lima (2019), esse processo de narração é mais de manutenção ativa da própria identidade do narrador, do que apenas uma descrição passiva do passado, demonstrando que a conexão com o ancestral não é mera manutenção de tradições, mas a reafirmação de uma subjetividade coletiva que é digna de valor e reconhecimento.

Como Lima (2019) descreve, uma das formas mais sutis que os Pitaguary encontram para reafirmar sua ancestralidade é por exemplo como todos na comunidade costumam traçar sua descendência aos Potiguara, a partir de histórias contadas pelos mais velhos, na qual conectam o povo Pitaguary aos Tremembé, Tapeba e Jenipapo como um povo só, que pulsa em suas semelhanças e diferenças através de cantos e causos, como os contos da caipora e tradições, como o Toré. Analogamente, poderíamos observar tal relacionamento e reafirmação ancestral como um ecossistema arbóreo, onde as árvores (comunidades indígenas) se alimentam, conectam e se comunicam umas com as outras através de suas raízes.

Dessarte, algumas dessas tradições como o Toré dos Pitaguary compartilha muitas similaridades com os de outras comunidades indígenas do Ceará, tal qual alguns procedimentos gerais e bebidas tradicionais da ocasião vide o mocooró (bebida fermentada de caju que também é utilizada pelo povo Tremembé), mas possui também suas singularidades, a exemplo dos cantos que descrevem a sua territorialidade ancestral, assim como sua conexão com a natureza: “As matas virgens estavam escuras/ quando o luar clareou; Mas quando ouvi a voz do meu povo/ Pitaguary aqui chegou” (MAGALHÃES, 2007, p.140).

Dessa forma, o ritual acontece aos pés de uma mangueira sagrada, na qual, segundo a tradição oral Pitaguary, seus antepassados foram torturados por colonizadores no séc XIX. Tal mangueira centenária já havia sido dada como “maldita” pela comunidade, por ser palco de tanto sofrimento, mas após um evento recontado pelos troncos velhos, onde a árvore “chorou” ao despejar água no auge do verão, a mesma se tornou sagrada e espaço para memória, onde todos se reúnem no dia 12 de junho de cada ano (quando é comemorado o dia da mangueira e da comunidade) e celebram a vida dançando e bebendo mocooró (LIMA, 2019).

Assim, considerando o exemplo citado acima, é possível compreender o poder e importância da oralidade na ressignificação do passado e “criação”/ “reinvenção” de espaços para a expressão e manutenção da ancestralidade indígena. Ao transformar uma marca de sofrimento em símbolo de união, celebração da vida e luta, os troncos velhos — raízes dos Pitaguary — perpetuam um movimento criativo que é intrínseco à cultura indígena, o recontar. Nas suas históricas e constantes lutas por espaços para pertencer — física e simbolicamente — o recontar, ressignificar criativo, é instrumento de reivindicação, tanto da identidade indígena, quanto da dignidade e do valor como comunidade, retirando a possibilidade da cristalização de um passado das mãos brancas e o transformando em resistência, em memória.

[...] um elo vivido no eterno presente. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam [...] emerge de um

grupo que ela une [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto [...] (NORA, 1993, p.9)

Logo, podemos observar também que não apenas a oralidade, mas também a demarcação de um território simbólico é um aspecto importante na manutenção da identidade ancestral Pitaguary — semeada pela população mais velha — atribuindo, como indica Pinheiro (2002) a mangueira, que é um lugar físico, uma dimensão “funcional” e “simbólica” ao ser espaço para a solidificação de uma memória coletiva, assim como para a de luta e permanência, quando os eventos vividos por seus antepassados são carregados para as gerações presentes que precisam endurar novas lutas, porém não passar pelos mesmos sofrimentos. Portanto, as tradições repassadas oralmente pelos mais velhos (as raízes antigas) tornam também uma forma de reivindicar uma identidade rica e real pertencente também aos membros mais jovens da comunidade (os novos brotos), continuando um ciclo de resistência e conexão com o ancestral.

Povo Tapeba

Os povos Tapebas estão localizados aproximadamente em 17 comunidades (PLANO DISTRITAL, 2016), que ocupam cerca de 5.295 hectares no município de Caucaia - região metropolitana de Fortaleza - e abrigam uma população aproximada de 8.010 habitantes. A história desse povo, bem como seu reconhecimento perpassa muitas lutas e resistências. No trabalho de Ximenes (2012), há diversos relatos de violência contra aqueles que se afirmavam como Tapeba, “você se reconhecer como Tapeba era uma coisa de pessoa imunda, é comedor de carniça”, o que reflete de maneira clara a construção social da figura desse povo como um diferente, um outro, um animal, cenário este que se liga diretamente à constituição identitária e consequente obstáculos no repasse cultural dos ensinamentos dos Tapeba.

Ximenes (2012) coloca que a condição de ser humano associa-se diretamente ao estado de reconhecer uma identidade como sua, de tal

modo, como no relato acima, há na história desse grupo um processo de violência, estigma e silenciamento que os figuram realmente como esse não ser humano, como um bicho. Assim, todo o preconceito atrelado à sua cultura e forma de viver, reflexos do próprio processo de colonização que marcou a história do Brasil, produzem até hoje uma lógica que descridibiliza a identidade dos Tapeba e dificulta inclusive o reconhecimento destes no processo de identificação e autoafirmação.

Apesar de todo esse desgaste que o grupo enfrentou e enfrenta em suas lutas, a cultura Tapeba é riquíssima com seu modo de lidar com a terra, seu artesanato, crenças e rituais. Sobre os rituais e danças, assim como em outras etnias, o Ritual do Toré também está presente e sendo esse contato com suas raízes. Ximenes (2012, p.61) traz também a proximidade deles com a natureza e toda a riqueza cultural que perpassa gerações a gerações. “Para eles, a natureza fora de seu corpo é tratada como Mãe-Terra, comumente chamada de natureza pelos (as) não-índios(as)”.

Os saberes ancestrais, segundo eles, guardam a sabedoria do povo, ou seja, são suas fontes históricas, é o aprendizado que foi deixado pelas pessoas mais velhas, é por onde a cultura é transmitida, contribuindo para que não seja esquecida, sendo também ensinamentos para o povo tendo os elementos constitutivos da natureza também presentes (XIMENES, 2012). Assim, compreende-se que a ancestralidade para esses povos está relacionada a esse cuidado intergeracional, ou seja, cuidar e defender a terra para a atual geração, mas também para aqueles que ainda vão vir. Com isso, os Troncos Velhos que são as suas raízes, as lideranças tradicionais que foram ativas no começo da luta (XIMENES, 2012), é esse símbolo de sabedoria e resistência.

Compreender os saberes ancestrais dentro de uma visão onto cosmológica significa inverter estratégias próprias da racionalidade moderna cartesiana que tradicionalmente privilegia um modo de vida e bem estar pautados no consumo desenfreado, uma postura eurocêntrica e antropocêntrica, impactando na homogeneização das culturas e na destruição do ambiente. O saber ancestral ao contrário baseado na filosofia andina do bem viver carrega em si uma utopia baseada

em uma cosmologia e filosofia próprias, e nos processos de resistência indígena à colonialidade do poder (QUIJANO, 1992), ou seja, fora da lógica da colonialidade.

O bem viver é uma tradução do conceito andino de Suma Qamaña ou Sumak Kawsay (nas línguas Aymara e kechwa, respectivamente), enquanto importante exemplo dos saberes dos povos indígenas, que se expressam principalmente como afirmação política e possibilidades de outros modos de vida comprometidos com a convivência com a diversidade e com modos de vida sustentáveis (LACERDA; FEITOSA, 2015).

O que aprendemos?

Neste capítulo visitamos o que é o processo de envelhecimento para os povos indígenas e como sua relação com a cultura promove laços políticos e subjetivos que reverberam em um envelhecimento valorizado. A visão de um envelhecimento ativo para os povos originários não faria sentido, uma vez que os “troncos velhos” colaboram na construção das lutas, têm suas vozes ouvidas, são respeitados e preservam autonomia e independência pelo tempo que seus organismos permitirem. Já para a sociedade envolvente, o culto à juventude eterna é tão profundo que se faz sentir nas características positivas atribuídas a um bom envelhecer. Envelhecer bem é quase um sinônimo de continuar jovem. Isto cria muitas dificuldades no vivenciar as consequências que os estilos de vida e as relações construídas trazem para este momento das trajetórias humanas. Os povos originários nos ensinam que para transformar as condições em que vivemos e para conseguir construir aquilo que julgamos importante é preciso muita luta, e que os troncos velhos são, assim, o berço da vida que se renova. O Bem viver como filosofia andina constitui-se um importante exemplo de saberes dos povos indígenas, pautados em uma visão ontocosmológica que se expressa principalmente em um modo de vida complementar a todas as formas de vida no planeta, ao comprometer-se com estilos de vida sustentáveis.

Questões

- Pesquise sobre os povos originários da sua região, seus costumes e liste as diferenças e similaridades com os povos abordados neste texto em termos do envelhecimento e de suas lutas.
- Ao refletir sobre o envelhecimento na sociedade não-indígena, quais as expectativas diante do que você avalia em termos de políticas públicas para um bom envelhecer?
- Quais você imagina que sejam os conflitos intergeracionais que aconteçam entre os povos originários?

Referências

ANTUNES, T. O. 1863: o ano em que um decreto-que nunca existiu-extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Revista Aedos**, v.4, n.10, p.8-27, 2012.

BEZERRA, F. C.; ALMEIDA, M. I.; NÓBREGA-THERRIEN, S. M. Estudos sobre envelhecimento no Brasil: revisão bibliográfica. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v.15, p.155-167, 2012.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1999.

DEBERT, G. G.; GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. Ageing and social inequalities: The case of Brazil. **Retraite et societe**, v.1, n.2, p.97-120, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

HERRERO, M. M. Um olhar sobre o envelhecer numa aldeia indígena. **Mais 60 estudos sobre Envelhecimento**, SESC, v.29, n.97, p.86-97, 2018.

LACERDA, R. L.; FEITOSA, S. F. Bem Viver: Projeto U-tópico e De-colonial. Interritórios. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco Caruaru**, v.1, n.1, p.5-26, 2015.

LIMA, F. M. **Diversidade cultural**: as práticas pedagógicas de professoras da educação infantil do povo Pitaguary. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MAGALHÃES, E. S. **Aldeia! Aldeia!**: a formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do toré. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v.10, n.1, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA JUNIOR, G. A. **Torém**: brincadeira dos índios velhos. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, H. **Desvelando a Alma Brasileira**: psicologia junguiana e raízes culturais. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. **Morte e Renascimento da Alma ancestralidade indígena na alma brasileira**: psicologia analítica e inconsciente cultural. Petrópolis: Vozes, 2020.

PINHEIRO, Joceny de Deus. **Arte de contar, exercício de rememorar**: história, memória e narrativas dos índios Pitaguary. 2002.127p.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

PLANO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA DSEI Ceará 2016-2018. Brasília – DF 2016.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indíg.**, v.13, n.29, p.11-20, 1992.

RODRIGUES, A. Todo dia é dia de índio: Quais são os povos indígenas do Ceará? **Portal do Governo do Ceará**, Cultura, 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-cea>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RODRIGUES, E. S. **Ditos e feitos de troncos velhos Tremembés de Almofala - CE**: saberes que brotam da terra, do céu, dos rios e do mar. 2016. 139p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, E. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Mneme-Revista de Humanidades**, v.4, n.07, p.39-46, 2010.

XIMENES, A. K. P. B. **Saberes ancestrais indígenas dos Tapebas de Caucaia-CE**: contribuições e diálogos com a educação ambiental dialógica. 2012. 162p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

USO DE INTERNET E REDES SOCIAIS POR PESSOAS IDOSAS NO ENFRENTAMENTO DA SOLIDÃO

Josevânia da Silva

Eldia dos Santos Araújo

Pollyana Ludmilla Batista Pimentel

Andréa Xavier de Albuquerque de Souza

Ana Alayde Werba Saldanha

Este capítulo teve por objetivo abordar o fenômeno da solidão no contexto da pessoa idosa, bem como discorrer sobre a utilização da internet e das redes sociais virtuais como ferramentas para lidar com a solidão em meio à pandemia da Covid-19. Com base na Psicogerontologia, abordou-se os conceitos de “velhice” e “velhices” e a importância de considerar os contextos sociais e culturais que influenciam o processo de envelhecimento. Em seguida, discutiu-se sobre a solidão enquanto um construto complexo e multideterminado, que está relacionado ao bem-estar psicológico da pessoa idosa. Por último, discorreu-se sobre o uso de mídias digitais (internet e redes sociais) por pessoas idosas e sua relação com o enfrentamento da solidão. Ressalta-se a necessidade de superar a crença de que a solidão é um fenômeno natural e esperado para a velhice. Reforça-se a importância de abordagens psicossociais e multidimensionais que considerem o envelhecimento humano sob a perspectiva do paradigma Life Span.

Considerações sobre a Psicologia do Envelhecimento

Envelhecer faz parte do desenvolvimento humano, uma vez que, considerando a dimensão biológica desse processo, os seres humanos passarão por etapas, tais como: infância, adolescência, juventude, vida adulta, maturidade e velhice. A forma como cada pessoa passará por essas etapas variará conforme sua cultura, condições de vida, gênero, raça, etnia, classe social, e tantos outros marcadores (FURTADO et al., 2017).

O termo velhice, no singular, é utilizado quando se faz referência à fase da vida em que uma pessoa se torna idosa (no Brasil, pessoas com 60 anos ou mais) e é caracterizada por mudanças físicas, cognitivas e emocionais. Já o termo velhices pode ser utilizado de maneira mais ampla para descrever diferentes formas ou experiências de envelhecer, considerando que cada indivíduo pode vivenciar a velhice de maneira única. Essa compreensão é importante para nortear a atuação de psicólogos e psicólogas no âmbito da Psicogerontologia.

A partir de pesquisas realizadas no campo da Psicologia e da Gerontologia, considera-se que o desenvolvimento humano é multidirecional e multidimensional, bem como é perpassado por uma dinâmica complexa entre ganhos e perdas (LIMA, 2008). A contribuição da ciência psicológica tem sido cada vez mais significativa para os estudos relacionados ao envelhecimento, notadamente quando se considera o crescente processo de envelhecimento da população mundial (NERI, 2017). É importante ressaltar que, após a Medicina, a Psicologia do Envelhecimento é a área que mais tem contribuído para o conhecimento gerontológico (NERI, 2017).

Por volta de 1928, as primeiras pesquisas experimentais sobre o envelhecimento começaram a surgir, tendo por ênfase os estudos sobre aprendizagem, memória e tempo de reação. No entanto, até meados da década de 1940, observou-se a escassez de investigações científicas e produções teóricas relacionadas ao envelhecimento, o que teve relação com a proeminência dada às pesquisas e estudos sobre a psicologia da infância e adolescência (NERI, 2017).

Entre as décadas de 1920 e 1940, estudos sobre os aspectos psicológicos do envelhecimento humano foram considerados como uma área secundária dentro da Psicologia do Desenvolvimento. No entanto, os avanços científicos na área da Psicologia do Envelhecimento, no século XX, trouxeram mudanças significativas para o campo da Psicologia do Desenvolvimento, especialmente nos Estados Unidos, onde as duas áreas eram amplamente interligadas (BALTES, 1995).

A história da Psicologia do Envelhecimento é marcada por diferentes fases que refletem os eventos históricos e sociais de cada período. A concepção de estágios e etapas para abordar o desenvolvimento psicológico na vida adulta e velhice foi utilizada nas primeiras teorias e paradigmas sobre o tema. De acordo com Neri (2017), a construção da Psicologia do Desenvolvimento foi fundamentada em três paradigmas:

- 1º Paradigma Mecanicista: havia uma negação da possibilidade de desenvolvimento na vida adulta e na velhice, uma vez que se considerava que desenvolvimento cessava após a adolescência. Tal crença predominou na psicologia do desenvolvimento até meados de 1960. Nesse paradigma o ser humano era visto como uma máquina que reagia frente aos estímulos externos.
- 2º Paradigma Organicista: considera o desenvolvimento como uma série de estágios regulados por princípios internos de mudança, influenciados por fatores sociais, históricos e culturais. Esse paradigma pode ser resumido em seis conceitos principais: (a) sequencialidade das transformações que ocorrem no indivíduo ao longo do tempo; (b) unidirecionalidade; (c) orientação para uma meta; (d) irreversibilidade; (e) natureza estrutural e qualitativa das transformações; e (f) universalidade dos processos de mudança.
- 3º Paradigma Dialético: compreende o desenvolvimento como um processo contínuo de interação entre aspectos biológicos inatos, psicológicos individuais, culturais e naturais-ecológicos. Este paradigma se concentra em abandonar

a perspectiva organicista e adotar uma perspectiva dialética, rejeitando teorias de estágios orientados a objetivos, como a teoria de Piaget. Nesse contexto, destaca-se o paradigma de Desenvolvimento ao Longo da Vida (Life Span), que se desenvolveu principalmente a partir dos anos 1980, tendo como principais fontes de influência os paradigmas dialético e de curso de vida.

O paradigma de curso de vida considera o indivíduo e o ambiente social como fatores que interagem mutuamente, correlacionando-se no processo de construção do desenvolvimento ao longo das diferentes etapas da vida. Assim, compreende-se que o desenvolvimento é um processo contínuo de adaptação durante todo o ciclo vital (NERI, 2017), destacando-se a influência dos processos sociais no desenvolvimento da identidade e a importância das relações interpessoais.

Por sua vez, o paradigma Life Span tem sido uma abordagem relevante na contemporaneidade para entender a complexidade do processo de envelhecimento e as diferentes velhices. O paradigma do Life Span, segundo Baltes (1987), é uma abordagem interdisciplinar que visa compreender o desenvolvimento humano ao longo de toda a vida, desde a infância até a velhice. Entre os principais pressupostos desse paradigma, destacam-se:

Figura 2. Pressupostos do paradigma Life Span sobre o Desenvolvimento Humano.



Fonte: elaboração própria

Uma das principais contribuições do paradigma Life Span foi a introdução de novas metodologias que combinam abordagens longitudinais e de corte transversal. Essas estratégias permitem a análise de fenômenos complexos e multideterminados, tanto numa perspectiva micro quando numa abordagem coletiva e sócio-histórica, como o fenômeno da solidão na velhice.

A partir do exposto, é possível observar que a trajetória da Psicologia do Envelhecimento foi perpassada pelas circunstâncias sociais e históricas de cada período. As primeiras teorias enfocavam

o desenvolvimento psicológico na vida adulta e velhice através de estágios e etapas, que foram predominantes na área da infância e adolescência por mais de meio século. Embora a noção de estágios tenha sido útil para entender a velhice, o paradigma Life Span trouxe novas perspectivas teóricas e metodológicas mais voltadas para a compreensão de aspectos específicos do envelhecimento e sua dinamicidade, não se limitando à elaboração de modelos padronizados, como os que caracterizaram a Psicologia do Desenvolvimento na primeira metade do século 20.

Envelhecimento e solidão

Embora os debates acerca da solidão humana não sejam novos (ALBERTI, 2020), a ocorrência da pandemia de Covid-19 impulsionou estudos e pesquisas sobre o tema, incluindo investigações sobre estratégias para lidar com o isolamento social (quarentena) e a solidão (HSUEH et al., 2019). É importante destacar que o isolamento social foi uma medida adotada para conter a propagação do vírus SARS-CoV-2 durante o primeiro ano de pandemia. Contudo, isolamento social não deve ser confundido como sinônimo de solidão, embora possa contribuir para o desenvolvimento da mesma.

De acordo com Somes (2021), o isolamento social é caracterizado pela falta objetiva de contato social, enquanto a solidão é um sentimento subjetivo de angústia que ocorre quando alguém percebe que sua rede de apoio social é insuficiente. É importante notar que a solidão pode ser experimentada mesmo na presença de outras pessoas, o que pode indicar relações sociais insatisfatórias (JONES, 2021). Além disso, a solidão pode ou não estar associada a uma situação objetiva de isolamento. Por exemplo, pessoas que escolhem viver de forma isolada, como monges e eremitas, podem reconhecer a importância da proximidade de outras pessoas, mas não experimentar sentimentos de solidão.

As definições sobre construto solidão são diversas. Em geral, a solidão percebida pode variar de indivíduo para indivíduo, dependendo

de como as pessoas avaliam os seus relacionamentos sociais. Nem sempre os vínculos afetivos vivenciados pelas pessoas são compatíveis com o que é vivenciado na realidade, especialmente quando se considera o contexto cultural e social (PATEL; CLARK-GINSBERG, 2020).

Estima-se que um quarto das pessoas com mais de 65 anos experimentam solidão ou isolamento social (SOMES, 2021). A solidão tem sido associada a um declínio nos níveis de bem-estar subjetivo e de satisfação com a vida, além de estar correlacionada com uma maior prevalência de depressão, o que pode acarretar problemas de saúde física e sofrimento psíquico (HSUEH et al., 2019; PATEL; CLARK-GINSBERG, 2020).

Na análise da solidão mediante situações e contextos, Augusto, Oliveira e Pocinho (2008) apontam três componentes relacionados. O primeiro componente é a cognição, que se refere à percepção que as pessoas têm de suas experiências, a qual contribui para diferentes níveis de solidão percebida. Além disso, a cognição pode influenciar o afastamento ou a adoção de estratégias para lidar com a solidão. O segundo componente é a afetividade, que engloba as experiências emocionais vivenciadas, as quais podem ser expressas de diversas maneiras, incluindo desorientação e/ou sensação de perda. Por fim, o terceiro componente é o tempo, que se refere à duração da solidão e está relacionado a mudanças significativas na vida da pessoa que sente solidão (AUGUSTO et al., 2008).

Neste capítulo, discute-se a abordagem relacional da solidão proposta por Weiss (1973), que considerou que as relações sociais desempenham seis funções distintas. Essas funções podem ser observadas na figura abaixo.

Figura 2. Funções que as relações sociais desempenham, segundo Weiss (1973).



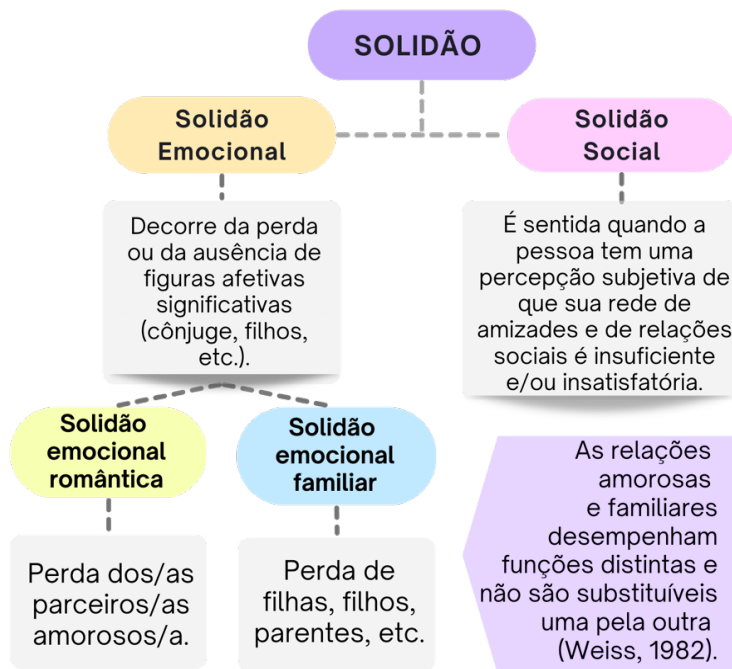
Fonte: elaboração própria

De acordo com a abordagem de Weiss (1973), existem dois tipos de solidão: a solidão emocional e a solidão social (ver Figura 3). A primeira decorre da perda ou da ausência de figuras afetivas significativas para a pessoa, podendo ser solucionada por meio da restauração do vínculo afetivo ou pelo estabelecimento de novas relações afetivas (DITOMMASO; SPINNER, 1997). Além disso, a solidão emocional pode ser subdividida em duas dimensões: a solidão emocional romântica e a solidão emocional familiar (WEISS, 1987). Já a solidão social, por sua vez, é sentida quando a pessoa tem uma percepção subjetiva de que sua rede de amigos e de relações sociais é insuficiente e/ou insatisfatória (WEISS, 1987).

É importante destacar que as demandas existentes nas relações amorosas não podem ser atendidas pelos relacionamentos familiares, uma vez que cada tipo de relação desempenha funções diferentes na vida das pessoas. O apoio social dos amigos e familiares pode ajudar

em alguma medida, mas não compensa a lacuna deixada pela ausência do(a) companheiro(a) (WEISS, 1982), por exemplo. Assim, a solidão social e emocional constitui-se como experiências distintas (DITOMMASO; SPINNER, 1997).

Figura 3. Tipos de solidão, segundo Weiss (1973).



Fonte: elaboração própria

Diversos estudos empíricos têm investigado a prevalência de solidão em idosos, demonstrando estimativas que variam de 7% a 49% (CHALISE; KAI; SAITO, 2010). No Reino Unido, uma pesquisa identificou que 9% dos idosos sofrem de solidão severa (VICTOR; BOWLING, 2012), enquanto nos Estados Unidos, 17,1% das pessoas idosas relataram sentir-se solitárias (DONOVAN et al., 2017).

Antes da pandemia de Covid-19, Anes et al. (2021) conduziram uma revisão sistemática da literatura, a qual identificou vários fatores que contribuem para o surgimento de sentimentos de solidão entre a população idosa de Portugal. A perda do cônjuge foi o fator mais significativo, relatado por 50% dos participantes, seguido pela perda ou enfraquecimento da relação com os filhos (37,5%), ser mulher (37,5%), viver sozinho (37,5%) e ter baixos níveis de renda (12,5%). Tais achados demonstram que a vivência de sentimentos de solidão não é um fenômeno natural do envelhecimento, mas possui sua gênese no contexto social e cultural, nos quais as pessoas envelhecem (MARTINS; GUERRA, 2019; EBIMGBO et al., 2021).

No contexto brasileiro, um estudo com indivíduos com 50 anos ou mais constatou que 32,8% deles sofriam de solidão antes da pandemia de Covid-19, sendo que durante o período pandêmico esse índice reduziu para 23,9% (TORRES et al., 2022). Outros estudos têm evidenciado que a solidão percebida por idosos apresentaram menores níveis quando comparado com índices pré pandemia.

Durante a pandemia de Covid-19, a solidão foi mais frequentemente associada à falta de contato com outras pessoas, tanto presencialmente (interagindo com indivíduos fora do ambiente residencial) quanto virtualmente (por meio de ligações telefônicas, Skype, WhatsApp, etc.). As medidas de distanciamento social fizeram com que muitas pessoas trabalhassem e estudassem em casa, o que resultou em um aumento no número de indivíduos em casa por períodos prolongados. Ademais, a precarização do mercado de trabalho e o aumento do índice de desemprego na última década no Brasil ocasionaram um decréscimo da renda das famílias, contribuindo para modificações nas estruturas familiares, tendo como exemplo a volta de filhos e filhas para a residência dos pais. Tais fatores podem estar relacionados à redução da solidão percebida das pessoas idosas, particularmente nas dimensões da solidão que envolvem o contexto familiar e social.

Embora a solidão seja frequentemente percebida por pessoas idosas, não é apenas um problema individual, mas pode ser gerada por condições precárias de vida (SZABO et al., 2019). Níveis baixos de renda

familiar estão relacionados com maiores níveis de solidão percebida, uma vez que a renda limita as estratégias de enfrentamento, a participação social, o lazer e outros aspectos que são importantes para a qualidade de vida (MACDONALD et al., 2018).

A solidão tem sido associada a desfechos negativos em saúde, tais como doenças cardíacas, Alzheimer e outros quadros demenciais (NORMAN, 2018; ZHANG et al., 2018). Além disso, os sintomas de solidão podem contribuir para o sofrimento psicológico, aumentando o risco de desenvolvimento de ansiedade, depressão, distúrbios do sono e dificuldades nas atividades da vida diária (ANES et al., 2021).

É importante levar em consideração os contextos sociais e culturais, assim como a maneira como as sociedades retratam os papéis sociais das pessoas mais longevas, suas condições de vida e as configurações familiares. Tais aspectos contribuem para a vulnerabilidade à solidão. Dada a complexidade desse fenômeno, a análise da solidão na velhice também requer considerar a experiência subjetiva de cada indivíduo, a fim de identificar demandas e contextos específicos deste grupo etário (FAISCA et al., 2019).

Solidão percebida e o uso de internet e redes sociais por pessoas idosas

Os seres humanos são seres sociais, históricos e se constituem a partir das relações sociais. Conforme Chauí (2013, p.50), “o modo de reprodução de vida material (as relações econômicas de produção) determina o desenvolvimento da vida social (as formas das relações sociais)”. Nessa direção, considera-se que as modificações ocorridas nas formas de comunicação e de interação social acompanham as transformações ocorridas nas sociedades.

Para Giddens (1991), a globalização, como um fenômeno da modernidade, intensificou as conexões entre diferentes partes do mundo, o que aumentou a complexidade das relações espaço-temporais. Com a expansão da tecnologia e da internet, a comunicação e a informação passaram a fluir de forma mais rápida e abrangente,

encurtando distâncias e acelerando o ritmo da vida cotidiana. Segundo o autor, “o advento da mídia eletrônica, sem dúvida, acentuou estes aspectos de deslocamento, na medida em que enfatiza a presença tão instantaneamente e a tanta distância” (GIDDENS, 1991, p.154).

A concepção de localidade geográfica das relações sociais foi uma das principais mudanças introduzidas pela comunicação mediada pelas mídias digitais, uma vez que possibilitou a interação entre pessoas em dado momento, ainda que estivessem em lugares geográficos distintos. Assim, a mudança na relação espaço-temporal é um dos reflexos da modernidade e de suas consequências para a sociedade contemporânea. É relevante destacar que, anteriormente, as cartas, o telefone e outros meios de comunicação mediados já possibilitavam a troca de informações sem a necessidade de presença física (RECUERO, 2020).

Ao longo da história, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tem gerado impactos para as relações sociais, modificando a forma como as pessoas se comunicam, trabalham, aprendem e interagem entre si, além de ter transformado o modo como a informação é produzida, armazenada e disseminada. As TDIC correspondem ao conjunto de tecnologias digitais utilizadas para o manejo de informações e dados por meio de dispositivos eletrônicos e de comunicação, como smartphones, tablets, internet, televisão, rádio, entre outros (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020). O termo “digitais” destaca a natureza eletrônica dessas tecnologias e sua capacidade de lidar com informações em formato digital.

A partir da década de 1969, com o advento da internet, várias transformações foram observadas, dentre elas, a oportunidade de interação através das ferramentas de comunicação mediadas pela internet, tais como computadores, celulares e tecnologias móveis (VIDIASOVA; GRYGORIEVA, 2018). Essas formas de comunicação ampliaram as possibilidades de conexão entre as pessoas, permitindo o surgimento de redes sociais virtuais (RECUERO, 2020).

Para compreender o papel das redes sociais nos processos de interação e suas repercussões para a subjetividade, se faz necessário

o entendimento sobre os padrões de conexões expressos no ciberespaço, sobre os elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais (RECUERO, 2020), bem como sobre o sentido que as pessoas dão ao seu uso. Segundo Recuero (2020), a estrutura social é o que fundamenta a lógica das redes sociais virtuais e define uma rede social como o conjunto de atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões (interações ou laços sociais). Ademais, nenhuma mídia é em si social (PRIMO, 2016). A constituição das redes sociais virtuais só é possível com a existência dos chamados usuários, uma vez que, sem eles, tais redes não existiriam (SANTAELLA, 2016).

A ascensão das interações sociais mediadas pela internet tem gerado mudanças significativas nas relações sociais e tem contribuído para o surgimento de novas formas de organização social e interação. Recuero (2020) enfatiza a importância de entender como as redes sociais virtuais estão influenciando a subjetividade e as relações sociais. Santaella (2016), por sua vez, destaca a relevância das redes digitais na vida psíquica, social, cultural, política e econômica, salientando a dificuldade em caracterizar o real impacto desempenhado por elas na sociedade contemporânea.

Segundo o Relatório Digital 2023, publicado pelos serviços online Hootsuite e We Are Social, estima-se que cerca de 5,16 bilhões de usuários fazem uso de internet no mundo, o que representa aproximadamente 64,4% da população global. O relatório apontou que 68% da população mundial usavam telefones celulares no início de 2023, o que equivale 5,44 bilhões de pessoas (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2023). Além disso, 60% da população global utilizam redes sociais, cerca 4,76 bilhões de usuários em todo o mundo. Esse número representa a crescente importância das redes sociais na vida cotidiana das pessoas.

Um dos achados mais relevantes do Relatório Digital 2023 é que os usuários estão permanecendo menos tempo na internet em comparação aos anos durante a pandemia de Covid-19. De acordo com o relatório (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2023), houve uma diminuição média de 20 minutos por dia no tempo que os usuários gastam online. Em 2022, os usuários de internet passaram em média 7 horas

por dia online. Em janeiro de 2023, quando o relatório mais recente foi publicado, o tempo médio de permanência online foi de 6 horas e 37 minutos por dia, correspondendo a uma redução de quase 5% ao ano (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2022)

Este fenômeno tem sido observado desde o ano de 2022 e reflete uma tendência de retorno aos níveis de uso da internet pré-pandemia (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2022). O relatório destaca que a média diária de tempo online observada em 2023 está próxima da média do terceiro trimestre de 2019, pouco antes da pandemia.

No contexto pandêmico de Covid-19, o isolamento social contribuiu para mudanças no comportamento das pessoas em relação ao uso da internet. Nesse período, foi observado um aumento significativo do uso de mídias digitais (AGIUS; GRECH; GRECH, 2020; LEMENAGE et al., 2021). Em Malta, a interação online aumentou em até 200% nas fases iniciais da pandemia, e foi observada uma correlação entre o aumento nos indicadores de sofrimento psíquico e os níveis de interação e engajamento online da população maltesa (AGIUS; GRECH; GRECH, 2020).

Fatores como perdas afetivas, lutos, empobrecimento das famílias, desemprego, precarização do trabalho, medo frente ao futuro, entre outros aspectos contribuíram para o aumento do sofrimento psíquico durante o período pandêmico. Nesse contexto, o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, especialmente a internet e as redes sociais virtuais, foi fundamental para a realização de trabalhos remotos, estudos, entretenimento, bem como para a busca por suporte social e enfrentamento da solidão.

Pesquisa realizada com 6.789 espanhóis, com idade entre 18 e 92 anos, durante o período de quarentena da Covid-19, em abril de 2020, mostrou que o uso das redes sociais esteve associado com maiores níveis de busca por apoio social e redução da solidão (ROSEN et al., 2022). Não obstante, a literatura aponta que os benefícios advindos do uso de redes sociais, na pandemia de Covid-19, variou em razão de grupos etários.

Estudo transversal realizado com uma amostra de 3.810 participantes de quatro países (Noruega, Reino Unido, Estados Unidos e Austrália), durante abril/maio de 2020, teve por objetivo analisar a solidão percebida e sua associação com o uso de redes sociais em diferentes faixas etárias (BONSAKSEN et al., 2021). Os resultados indicaram que, para os participantes com idade entre 40 e 59 anos, o uso mais frequente de redes sociais foi associado a níveis mais baixos de solidão social. Entre as pessoas com 60 anos ou mais, o uso de mais plataformas de redes sociais foi associado a menores níveis de solidão social. Porém, para as pessoas mais jovens (18 a 39 anos), o uso de mais plataformas de redes sociais foi associado a níveis mais elevados de solidão emocional (BONSAKSEN et al., 2021).

O uso de internet e redes sociais tem se apresentado como um recurso emocional na busca por apoio social e para minimizar a solidão em idosos (LISITSA et al., 2022) não apenas no contexto de pandemia de Covid-19. Anteriormente, a literatura (HEO et al., 2015; SZABO et al., 2019; WILLIAMS; LEWIS, 2010) já evidenciava que a comunicação e interação social com o uso da internet contribuiu para que pessoas idosas mantivessem contato com amigos e familiares, favorecendo o apoio emocional e a redução dos níveis de solidão percebida.

Em 2015, estudo realizado com uma amostra de 5.203 pessoas idosas (com 65 anos ou mais) procurou analisar a associação entre o uso de internet, a solidão, o apoio social, a satisfação com a vida e o bem-estar psicológico (HEO et al., 2015). Os resultados indicaram que maiores frequências de uso da internet foram preditoras de maiores níveis de apoio social, redução da solidão, bem como melhorias na satisfação com a vida e no bem-estar psicológico na população idosa investigada (HEO et al., 2015).

De outro modo, existe uma preocupação sobre o uso excessivo da internet e das redes sociais, uma vez que este uso poderia levar as pessoas a se desconectarem do mundo real, o que poderia levar a um menor envolvimento com outras pessoas e, conseqüentemente, a um aumento da solidão (TURKLE, 2012). As evidências empíricas sobre os riscos e benefícios do uso da Internet e das redes sociais apresentam

resultados diversos, muitas vezes ambíguos, se fazendo necessário considerar os contextos de realização das pesquisas e o sentido dado, pelos próprios idosos, ao uso da internet e das redes sociais virtuais (ZHANG et al., 2021).

Na Nova Zelândia, uma pesquisa de natureza longitudinal foi conduzida com uma amostra de 1.165 pessoas idosas, com idades variando entre 60 e 77 anos (SZABO, 2019). O objetivo foi analisar de que maneira o tipo de uso que era feito da internet repercutia no bem-estar dos participantes. Foram analisadas três finalidades no uso da internet, a saber: uso social (interagir ou entrar em contato com amigos e/ou familiares); uso instrumental (por exemplo, serviços bancários e realização de compras); e uso informativo (por exemplo, leitura de notícias, informações sobre saúde, etc.) (SZABO, 2019).

Os resultados indicam que o uso social da internet está relacionado à diminuição da solidão e ao aumento do engajamento social entre idosos (SZABO, 2019). Por outro lado, o uso da internet com fins informativos e instrumentais contribuiu indiretamente para o bem-estar por meio do aumento da participação em diversas atividades, mas não mostrou relação com a redução da solidão. Os autores sugerem que o uso da internet pode contribuir para o bem-estar das pessoas idosas, mas se fazendo necessário considerar o propósito do uso da tecnologia (SZABO, 2019).

De fato, a tecnologia digital se mostrou uma ferramenta importante para manter as conexões sociais em um período de isolamento social. Contudo, há que se considerar que os benefícios das tecnologias digitais de informação e comunicação dependem, em alguma medida, da forma e do objetivo do seu uso, principalmente quando se considera o contexto da pessoa idosa.

Durante a pandemia de Covid-19, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) destacou o fenômeno da “infodemia”, período no qual o enfrentamento ao vírus da Covid-19 foi acompanhado por uma superabundância de informações, algumas precisas e outras não, dificultando as pessoas encontrarem fontes confiáveis e orientação corretas quando elas precisam. Trata-se da difusão de informações

na internet de forma quase epidêmica, que alcançou não apenas os usuários online, como também repercutiu na vida das pessoas fora do espaço digital (RECUERO, 2020).

As redes sociais virtuais e a internet também podem ser utilizadas como instrumento de desinformação, propagação de ódio, fake news, golpes virtuais, entre outros. Por isso, se faz necessário estratégias e investimentos em campanhas de educação para o devido uso das tecnologias digitais e informação e comunicação, bem como aprimoramento e regulação do seu uso.

Por último, embora sejam observados benefícios sobre o uso da internet e das redes sociais para o enfrentamento da solidão e promoção de interação social, a população idosa é a que mais sofre de exclusão digital. A exclusão digital é um fenômeno que afeta desproporcionalmente os idosos brasileiros, resultando em desigualdades no acesso a informações e serviços importantes, como cuidados de saúde, serviços bancários, benefícios sociais e governamentais. Isso decorre em razão de aspectos tais como pobreza: baixos níveis de escolaridade, limitações físicas, falta de oportunidade para educação no uso das tecnologias digitais, entre outros.

É importante que políticas públicas sejam direcionadas para atender às necessidades da população idosa em relação à inclusão digital, promovendo a infraestrutura tecnológica, o acesso a serviços e recursos digitais, além da criação de programas que levem em conta as particularidades dessa população e seus interesses.

O que aprendemos?

Ao final deste capítulo, espera-se que você tenha compreendido sobre o fenômeno da solidão na velhice e sobre a importância das tecnologias digitais de comunicação e informação para o enfrentamento da solidão não só no contexto pandêmico da Covid-19, mas como ferramenta de inclusão digital, participação social e bem-estar. Para tanto, destacam-se os seguintes aspectos como principais conclusões a partir dos tópicos abordados ao longo do texto:

- O paradigma Life Span é uma perspectiva teórica relevante para compreender a complexidade do processo de envelhecimento e as diversas formas de envelhecer;
- A solidão é um fenômeno psicossocial e possui relação com o contexto de vida das pessoas, suas relações e ambiente sociocultural;
- A solidão não é uma condição inerente ao processo de envelhecimento, mas tem relação com o contexto social e cultural em que as pessoas envelhecem;
- O uso de redes sociais e outras tecnologias pode ajudar a reduzir a solidão em pessoas idosas, proporcionando maior bem-estar;
- Os benefícios do uso de internet e redes sociais incluem o aumento da comunicação com familiares e amigos distantes, a participação em grupos de interesse comum e a descoberta de novas oportunidades sociais;
- A exclusão digital afeta, desproporcionalmente, a população idosa brasileira, o que contribui para desigualdades no acesso a informações e serviços importantes.

Questões para a reflexão

- De que maneira as interações sociais online podem complementar as interações sociais presenciais de pessoas idosas, contribuindo para a redução da solidão percebida?
- Como as condições de vida (vulnerabilidade social, baixos níveis de escolaridade e renda) podem fragilizar os laços sociais e afetivos das pessoas idosas, contribuindo para sentimentos de solidão?
- De que maneira a exclusão digital na população idosa brasileira pode ampliar as desigualdades sociais e afetar o acesso a informações e serviços essenciais para o bem-estar e a participação social dessa parcela da população?

Referências

AGIUS, S.; GRECH, A.; GRECH, V. WITHDRAWN: The way in which COVID-19 changed behaviour on social media in Malta. **Early Human Development**, v.12, n.1, p.105255-105255, 2020.

ALBERTI, F. B. **The invention of loneliness: why being ‘unhappy alone’ is a surprisingly modern idea**. História Extra, 2020. Acessado em 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.historyextra.com/period/victorian/invention-loneliness-mental-health-lonely-history-modern-unhappy-self-isolation-alone/>

ANES, E. M. G. J.; FERREIRA, A.; VEIGA, C.; LOPES, I.; CORDEIRO, V.; BRÁS, M. A. M. Solidão e isolamento nos idosos em Portugal: revisão sistemática da literatura. **Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology**, v.2, n.1, p.509-518, 2021.

AUGUSTO, S.; OLIVEIRA, R. A.; POCINHO, M. Solidão e envelhecimento nos doentes reumáticos. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, v.1, n.15, p.69-94, 2008.

BALTES, P. B. Prefácio. In: NERI, A. L. (org.). **Psicologia do Envelhecimento: uma área emergente**. Campinas: Papirus, 1995. p.09-12.

BALTES, P. B. Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. **Developmental psychology**, v.23, n.5, p.611, 1987.

BONSAKSEN, T.; RUFFOLO, M.; LEUNG, J.; PRICE, D.; THYGESEN, H.; SCHOULTZ, M.; GEIRDAL, A. Loneliness and its association with social media use during the COVID-19 outbreak. **Social Media+ Society**, v.7, n.3, p.1-10, 2021.

CHALISE, H. N.; KAI, I.; SAITO, T. Social support and its correlation with loneliness: A cross-cultural study of Nepalese older adults. **The International Journal of Aging and Human Development**, v.71, n.2, p.115-138, 2010.

CHAUÍ, M. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: Martins Fontes WME, 2013.

DITOMMASO, E.; SPINNER, B. Social and emotional loneliness: A re-examination of Weiss' typology of loneliness. **Personality and individual differences**, v.22, n.3, p.417-427, 1997.

DONOVAN, N. J.; WU, Q.; RENTZ, D. M.; SPERLING, R. A.; MARSHALL, G. A.; GLYMOUR, M. M. Loneliness, depression and cognitive function in older US adults. **International Journal of Geriatric Psychiatry**, v.32, n.5, p.564-573, 2017.

EBIMGBO, S. O.; ATAMA, C. S.; ONALU, C. E.; OBASI-IGWE, I. A.; AGHEDO, G. U. Predictors of loneliness among older adults in south-eastern Nigeria: Implications for social workers. **European Journal of Mental Health**, v.16, n.1, p.3-19, 2021.

FAISCA, L. R.; AFONSO, R. M.; PEREIRA, H.; PATTO, M. A. V. Solidão e sintomatologia depressiva na velhice. **Análise Psicológica**, v.2, n.37, p.209-222, 2019.

FURTADO, F. D. S.; SALDANHA, A. A. W.; MOLEIRO, C. M. M. M.; SILVA, J. D. Transtornos mentais comuns em mulheres de cidades rurais: prevalência e variáveis correlatas. **Saúde e Pesquisa**, v.12, n.1, p.129-140, 2019.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, A. J. E. A influência da internet na escrita. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.7, n.12, p.624-637, 2021.

HEO, J.; CHUN, S.; LEE, S.; LEE, K. H.; KIM, J. Internet use and well-being in older adults. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v.18, n.5, p.268-272, 2015.

HSUEH, Y. C.; CHEN, C. Y.; HSIAO, Y. C.; LIN, C. C. A longitudinal, cross-lagged panel analysis of loneliness and depression among community-based older adults. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v.31, n.4-5, p.281-293, 2019.

JONES, V. K.; HANUS, M.; YAN, C.; SHADE, M. Y.; BLASKEWICZ BORON, J.; MASCHIERI BICUDO, R. Reducing Loneliness Among Aging Adults: The Roles of Personal Voice Assistants and Anthropomorphic Interactions. **Frontiers in public health**, v.9, n.1, p.1-8, 2021.

LEMENAGER, T.; NEISSNER, M.; KOOPMANN, A.; REINHARD, I.; GEORGIADOU, E.; MÜLLER, A.; et al. COVID-19 lockdown restrictions and online media consumption in Germany. **International journal of environmental research and public health**, v.18, n.1, p.14, 2021.

LEWIS, B. A.; WILLIAMS, D. M.; NEIGHBORS, C. J.; JAKICIC, J. M.; MARCUS, B. H. Cost analysis of internet vs. print interventions for physical activity promotion. **Psychology of sport and exercise**, v.11, n.3, p.246-249, 2010.

LIMA, P. M. R. **A arte de envelhecer: um estudo sobre história de vida e envelhecimento**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília.

LISITSA, E.; BENJAMIN, K. S.; CHUN, S. K.; SKALISKY, J.; HAMMOND, L. E.; MEZULIS, A. H. Loneliness among young adults during COVID-19 pandemic: The mediational roles of social media use and social support seeking. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v.39, n.8, p.708-726, 2020.

MACDONALD, S. J.; NIXON, J.; DEACON, L. 'Loneliness in the city': Examining socio-economics, loneliness and poor health in the North East of England. **Public Health**, v.165, n.1, p.88-94, 2018.

MARTINS, M.; GUERRA, M. The subjective perception of solitude by the elderly person. **Journal of Aging & Innovation**, v.8, n.3, p.62-76, 2019.

NERI, A. L. Teorias psicológicas do envelhecimento - percurso histórico e teorias atuais. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (Eds.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p.154-180.

NORMAN, C. Preventing loneliness in older patients. **British Journal of Community Nursing**, v.23, n.7, p.323-325, 2018.

PATEL, S. S.; CLARK-GINSBERG, A. Incorporating issues of elderly loneliness into the Coronavirus Disease - 2019 public health response. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, v.14, n.3, p.13-14, 2020.

PRIMO, A. Interações Mediadas e Remediadas: Controvérsias entre utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, A. (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p.13-32.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

ROSEN, A. O.; HOLMES, A. L.; BALLUERKA, N.; HIDALGO, M. D.; GOROSTIAGA, A.; GÓMEZ-BENITO, J.; et al. Is social media a new

type of social support? social media use in Spain during the COVID-19 pandemic: A mixed methods study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.19, n.7, p.1-7, 2022.

SANTAELLA, L. Intersubjetividade nas redes digitais: Repercussões na educação. In: PRIMO, A. (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016, p.33-50.

SCHUARTZ, A. S.; SARMENTO, H. M. B. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. **Revista katálysis**, v.23, n.1, p.429-438, 2020.

SILVA, J.; PICHELLI, A. A. W. S.; FURTADO, F. M. S. O envelhecimento em cidades rurais e a análise das vulnerabilidades em saúde. Carvalho CMRG, Araújo, LF. Orgs. **Envelhecimento e práticas gerontológicas**. Curitiba: CRV-coedição: Teresina: EDUFPI, 2017. p.291-310.

SOMES, J. The loneliness of aging. **Journal of emergency nursing**, v.47, n.3, p.469-475, 2021.

SZABO, A.; ALLEN, J.; STEPHENS, C.; ALPASS, F. Longitudinal analysis of the relationship between purposes of internet use and well-being among older adults. **The gerontologist**, v.59, n.1, p.58-68, 2019.

TORRES, J. L.; BRAGA, L. D. S.; MOREIRA, B. D. S.; CASTRO, C. M. S.; VAZ, C. T.; ANDRADE, A. C. D. S.; et al. Loneliness and social disconnectedness in the time of pandemic period among Brazilians: evidence from the ELSI COVID-19 initiative. **Aging & Mental Health**, v.26, n.5, p.898-904, 2022.

TURKLE, S. **Alone together: Why we expect more from technology and less from each other**. New York: Basic Books, 2012.

VICTOR, C. R.; BOWLING, A. A longitudinal analysis of loneliness among older people in Great Britain. **The Journal of psychology**, v.146, n.3, p.313-331, 2012.

VIDIASOVA, L. A.; GRIGORYEVA, I. A. Investigation of internet-communities' influence on the social inclusion of the elderly people through leisure practices. **Advances in Gerontology**, v.31, n.4, p.597-603, 2018.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital 2022 Global Overview Report**. New South Wales: WE ARE SOCIAL 2022. Disponível em: <https://wearesocial.com/au/blog/2022/01/digital-2022-another-year-of-bumper-growth/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital 2023 Global Overview Report**. New South Wales: WE ARE SOCIAL, 2023. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2023/01/the-changing-world-of-digital-in-2023/> Acesso em: 19 fev. 2023.

WEISS, R. S. Attachment in adult life. In: PARKES, C. M.; STEVENSON-HINDE, J. (eds.). **The Place of Attachment in Human Behavior**. New York: Wiley, 1982. p.111-184.

WEISS, R. S. Loneliness: **The Experience of Emotional and Social Isolation**. Cambridge, MA: MIT Press, 1973.

WEISS, R. S. Reflections on the present state of loneliness research. **Journal of social Behavior and Personality**, v.2, n.2, p.1, 1987.

ZHANG, K.; KIM, K.; SILVERSTEIN, N. M.; SONG, Q.; BURR, J. A. Social media communication and loneliness among older adults: The mediating roles of social support and social contact. **The Gerontologist**, v.61, n.6, p.888-896, 2021.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Andréa Xavier de Albuquerque de Souza - Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente Associada do Departamento de Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisadora do LongeViver - Laboratório de Pesquisas em Envelhecimento Humano e Tecnologias em Saúde (UEPB/PPGPS/CNPq).

Ana Alayde Webá Saldanha - Pós-doutorado e Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduação em Psicologia (UNIPÊ). Especialização em Saúde Coletiva (UNAERP). Professora Associada IV e pesquisadora no Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia Social (UFPB) e do SAE do HULW. Compõe o GT Relações Intergrupais, Preconceito e Exclusão Social da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. Coordenadora do grupo de pesquisa “Vulnerabilidades e Promoção da Saúde” (PPgPS/UFPB, CNPq).

Ana Flávia Soares Conceição - Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, linha em Desenvolvimento Humano, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Neuropsicologia. Atualmente é professora dos cursos de graduação e assessora técnica do curso de pós-graduação lato sensu em neuropsicologia da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Baruc Correia Fontes - Doutorando em Psicologia (UFS), Mestre em Sociologia (UFS), Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (UCAM), Graduado em Psicologia (AGES). Atualmente docente no Centro Universitário Uniages (Paripiranga/BA) e Coordenador da Proteção Social Especial em Lagarto/SE.

Dóris Firmino Rabelo – Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq). Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA e do Mestrado Profissional em Saúde da Família - ProfSaúde-UFRB. Compõe o GT Relações Intergrupais, Preconceito e Exclusão Social da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

Elder Cerqueira-Santos - Pós-Doutorado pela University of Toronto (Canada), Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul / University of Nebraska - USA (2008) e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (2000). Consultor da Childhood Foundation (WCF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe e colaborador do PPG Psicologia da Universidade de Fortaleza. Pesquisador Produtividade do CNPq e líder do grupo de pesquisa CNPq Psicologia do desenvolvimento e da personalidade: investigações em contextos culturais. Coordenador do SexUS-UFS.

Eldia dos Santos Araújo – Psicóloga, mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa LongeViver - Laboratório de Pesquisas em Envelhecimento Humano e Tecnologias em Saúde (UEPB/PPGPS/CNPq).

Érica Atem Gonçalves de Araujo Costa - Professora do Departamento de Psicologia da UFC, campus Fortaleza (Psicologia Escolar e Psicologia nas instituições e processos grupais) e docente do Programa de Pós-graduação Profissional em Psicologia e políticas públicas - UFC/ Campus Sobral, linha de pesquisa: Educação e Políticas Públicas. Doutora e mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do VIESES-UFC: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, grupos de pesquisa do CNPQ e o Programa de Extensão do Departamento de Psicologia da UFC, do qual faz parte como pesquisadora e coordenadora do projeto de extensão Maquinarias: infâncias em invenção. Integra como colaboradora o Laboratório de Pesquisa da relação, Infância, Juventude e Mídia (LABGRIM), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFC) e o Laboratório de Práticas e Pesquisas em Psicologia e Educação (LAPSIEE), UFC/ Campus Sobral.

Evair Mendes da Silva Sousa - Graduando de psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr; integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar (PSIQUED).

Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro - Docente do Curso de Psicologia e vice-coordenador do Programa de Pós-graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), campus de Sobral. Possui graduação em Psicologia (2005), mestrado em Psicologia (2008) e Doutorado em Educação (2014), todos os títulos obtidos na UFC. Atuou como psicólogo na Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da referida Universidade, onde participou da implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, realizando ações de promoção à saúde. Atualmente, participa do Laboratório de Práticas e Pesquisas em Psicologia e Educação (LAPPSIE), onde desenvolve pesquisas e ações de extensão no campo do trabalho docente, com enfoque na saúde dos professores. Bolsista BPI/ FUNCAP - processo BP4-0172-00166.01.00/20. (Texto retirado do currículo Lattes)

Georgia Bezerra Gomes - Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq). Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão. Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral. Graduada em Licenciatura em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009). Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral (2013). Especialista em Psicodiagnóstico pela Unichristus. Especialista em Psicologia Escolar pelo Conselho Federal de Psicologia. Formação em Psicologia Escolar pelo Instituto Alere. Desenvolve estudos sobre as temáticas da infância, políticas públicas, psicologia escolar/ educacional, psicanálise, educação inclusiva. Atua no contexto clínico com crianças, adolescentes e adultos.

James Ferreira Moura Jr - Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (Reapodere). Bolsista Produtividade do CNPQ.

João Paulo Pereira Barros - Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da UFC (Setor de Estudos de Psicologia Social). É Editor Associado da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, ligada ao Conselho Federal de Psicologia, e Editor Associado da Revista de Psicologia da UFC, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia daquela instituição. Doutor em Educação, mestre e graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do VIESES-UFC: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ e como Programa de Extensão do Departamento de Psicologia da UFC.

Josevânia da Silva - Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Gerontologia. Docente Adjunta do Departamento de Psicologia. Professora do Mestrado em Psicologia da Saúde da Universidade

Estadual da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa LongeViver - Laboratório de Pesquisas em Envelhecimento Humano e Tecnologias em Saúde (UEPB/PPGPS/CNPq). Avaliadora de periódicos da Área de Psicologia. Desenvolve investigações em temáticas relativas ao envelhecimento humano, tecnologias em saúde, saúde mental e processos de vulnerabilidades em saúde.

Juliana Fernandes-Eloi - Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutora em Psicologia, Pós-Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista FUNCAP.

Ludgleydson Fernandes de Araújo - Doutor em Psicologia pela Universidad de Granada (Espanha); Professor e orientador do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar).

Nara Maria Forte Diogo - Doutorado em Educação Brasileira pela UFC (2015) com período sanduíche na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto-Portugal, financiamento da CAPES. Mestrado em Psicologia (2005) pela Universidade Federal do Ceará. Graduação em Psicologia (2002) pela Universidade Federal do Ceará. Docente da Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia (Campus Fortaleza) na área de Psicologia do Desenvolvimento. Integrante do corpo docente da Pós-graduação em Psicologia e Políticas Públicas da UFC (Campus Sobral). Pesquisadora das questões étnico-raciais relativas aos povos negros e indígenas em intersecção com dimensões de gênero e idade.

Nathalia Medeiros Mesquita - Psicóloga pela FANOR, Mestranda em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Nayana Rios Nunes da Silva - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2009). Especialista em “Psicologia das Relações Humanas” pela Universidade Vale do Acaraú (2012), especialista em “Serviço Social, Seguridade Social e Legislação Previdenciária” pela Faculdade Ratio (2014) e especialização em “Perito Social: dimensões normativas, instrumentais e éticas” pela Faculdade Ratio e Pótere Social. Atualmente é assistente social no Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Sobral, responsável pela implantação do Serviço Social na Autarquia municipal e Perita Judicial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), além da atuação no Núcleo no Conselho Regional de Serviço Social - NUCRESS Região Norte. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Sociais, Previdência Social, Assistência Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Paula Kleize Costa Sales - Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia, linha em Desenvolvimento Humano, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Terapia Analítico-Comportamental pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).

Pollyana Ludmilla Batista Pimentel - Graduação em Psicologia, Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui experiência no âmbito das medidas socioeducativas, bem como na psicologia da saúde. Professora do Instituto Federal da Paraíba. Pesquisadora colaboradora do núcleo de pesquisa Vulnerabilidades e Promoção da Saúde (NPVPS/UFPB/CNPq).

Quitéria Alves Melo - Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, e em formação em Psicologia Histórico Cultural pelo Núcleo de Psicologia Histórico-Cultural, Ceará (NPHC). Foi bolsista do projeto de extensão Elaborar: compreender e transformar o trabalho e do Laboratório de Práticas e Pesquisa em Psicologia e Educação (LAPPSIE), ambos na Universidade Federal do Ceará, campus Sobral (2019-2021), nos quais realizou pesquisas e intervenções no campo da Saúde do Trabalhador com diversas categorias

profissionais. Participou como Ligante da Liga de Saúde Mental Gestus Mentis, Universidade Federal do Ceará (2020-2021), onde realizou atividades em promoção de saúde mental em parceria com a rede de saúde e educação do município de Sobral. Foi bolsista BPI/ FUNCAP (2020-2022) e estagiária no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, nas áreas da psicologia clínica e da psicologia organizacional e do trabalho.

Raquel Pereira Belo - Psicóloga pela Universidade Federal de Pernambuco com formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho; Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora associada 2, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba/Universidade Federal do Piauí, compondo o corpo docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia. Líder do Núcleo de Pesquisa – Núcleo de Pesquisa em Análise Psicossocial do Trabalho e das Organizações-NAPsiTO no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil-CNPq e membro do Grupo de Trabalho da ANPEPP – Relações intergrupais: preconceito e exclusão social.

Renata Castelo Branco Araujo - Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Pós-graduada em Psicodiagnóstico pela UniChristus; Psicóloga na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e Doutoranda em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro.

Victor Aurélio Santana Nascimento - Graduado (UFRB), mestre (UFG) e doutorando (UFBA) em Psicologia. Atualmente, é professor assistente no curso de graduação em Medicina da UFRB/CCS e desenvolve estudos sobre Psicologia Social Latino-americana, saúde da população camponesa, marxismo, trabalho e desenvolvimento humano.

Sobre o livro

Foto da Capa		NEOSiAM 2021 - www.pexels.com
Design da Capa, Projeto Gráfico e Editoração		<i>Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes</i>
Tipologias utilizadas		<i>Cronos Pro 12/14 pt</i>

Este livro busca dar subsídio aos docentes através do acesso às pesquisas e teorizações de suporte às disciplinas relativas ao desenvolvimento humano que necessitam de uma reinvenção urgente para atender aos antigos problemas que os novos tempos apresentam sem cessar. Desejamos problematizar neste livro o que significa desenvolvimento humano no Brasil de desigualdades e injustiça social e considerando-se as relações de classe social, raça, gênero, orientação sexual e territórios em um país na periferia do capitalismo e de base colonial-escravocrata.

O processo de desenvolvimento humano é intrinsecamente complexo, influenciado por múltiplos fatores e atravessado pelos contextos sociais, históricos e políticos. Portanto, a máxima de que a psicologia do desenvolvimento nos desenvolve, conforme enfatizado por Broughton (1989), destaca a importância do nosso papel como pesquisadores e reafirma perspectivas críticas em relação a modelos desprovidos de contexto e desconectados da história, que tendem a aprofundar estigmas e limitar possibilidades. Esta obra procura se distanciar de abordagens universalistas na produção do conhecimento, particularmente na área da Psicologia do Desenvolvimento, que historicamente tem orientado suas produções em supostas neutralidades e objetividades.

A produção de conhecimento sobre realidades próximas àquelas dos pesquisadores, juntamente com o desejo de torná-las visíveis e questioná-las, serve como base para perspectivas politicamente engajadas na desconstrução de desigualdades e no enfrentamento de preconceitos. Através da análise cuidadosa das estruturas de poder e das desigualdades presentes na sociedade brasileira, procuramos proporcionar aos educadores uma compreensão mais profunda das experiências dos indivíduos em diferentes contextos socioculturais. Dessa forma, esperamos que este livro possa contribuir para a formação de profissionais conscientes e comprometidos em enfrentar os desafios e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

ISBN 978-85-7879-814-7



 eduepb